



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

**OESTE GOIANO: GÊNESE, FORMAÇÃO E DINÂMICA DA
REDE URBANA**

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Érika Munique de Oliveira

3. Título do trabalho

Oeste goiano: gênese, formação e dinâmica da rede urbana

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Érika Munique De Oliveira, Discente**, em 12/10/2024, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 12/10/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4896796** e o código CRC **87585321**.

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

**OESTE GOIANO: GÊNESE, FORMAÇÃO E DINÂMICA DA
REDE URBANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientador: Prof. Dr. Denis Castilho

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Érika Munique de
OESTE GOIANO: GÊNESE, FORMAÇÃO E DINÂMICA DA REDE
URBANA [manuscrito] / Érika Munique de Oliveira. - 2024.
CXCIII, 193 f.: il.

Orientador: Prof. Denis Castilho.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras,
lista de tabelas.

1. Rede Urbana. 2. Rodovia GO-060. 3. Rearranjo de
Centralidades. 4. Oeste Goiano. I. Castilho, Denis, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 25/2024 da sessão de Defesa de Tese de Érika Munique de Oliveira que confere o título de Doutora em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, a partir das 14 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "Oeste goiano: gênese, formação e dinâmica da rede urbana". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Denis Castilho (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Elson Rodrigues Olanda (CEPAE/UFG), membro titular externo; Professora Doutora Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa (UFT), membro titular externo; Professor Doutor Vinicius Polzin Druciak (UEG), membro titular externo; Professor Doutor Iana Dellano da Silva Santos (UNIFESSPA), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Denis Castilho, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Polzin Druciak**, Usuário Externo, em 29/08/2024, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iana Dellano Da Silva Santos**, Usuário Externo, em 29/08/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELLY CRISTINE FERNANDES DE OLIVEIRA BESSA**, Usuário Externo, em 29/08/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denis Castilho**, Professor do Magistério Superior, em 29/08/2024, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Ata de Defesa de Tese 2 (4781661)

SEI 23070.032903/2024-15 / pg. 1



Documento assinado eletronicamente por **Elson Rodrigues Olanda**, Professor do Magistério Superior, em 09/09/2024, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4781661 e o código CRC 57D8B64A.

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

**OESTE GOIANO: GÊNESE, FORMAÇÃO E DINÂMICA DA
REDE URBANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de doutora em Geografia, composta pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores doutores:

Prof. Dr. Denis Castilho
(Orientador – Presidente da Banca)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Elson Rodrigues Olanda
Universidade Federal de Goiás

Prof^a. Dr^a. Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Vinícius Polzin Druciaki
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Iann Dellano da Silva Santos
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Leandro Oliveira de Lima
(Suplente interno)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Marcelo de Mello
(Suplente externo)
Universidade Estadual de Goiás

Para minha Mãe-Avó, Maria (*em memória*).
Para meu companheiro de vida, Cristiano.
Para meu orientador, Denis Castilho.

AGRADECIMENTOS

Esta página tem uma importância singular. Nela se encontram pessoas, vínculos, instituições, seres, processos e acontecimentos que, de algum modo, me possibilitaram chegar até este momento.

Agradeço a Deus e aos seres deste universo pela força e luz que me sustentaram nos momentos de aflição e ansiedade.

À minha mãe-avó Maria (em memória), que, através de suas experiências, me mostrou a importância do estudo para a vida.

Ao meu esposo Cristiano Modesto, pela companhia constante, afeto e ternura que compartilha comigo diariamente.

Aos meus amigos da casa, Spyke e Théó (animais de estimação), que enchem meus dias de alegria.

Ao professor Denis Castilho, sou profundamente grata pelos ensinamentos que me fizeram crescer durante o processo de doutoramento. Agradeço pelo acolhimento na UFG e pelas orientações tão enriquecedoras, sempre permeadas de afeto e sabedoria.

Aos colegas do GÉTER, agradeço pelos diálogos significativos estabelecidos durante nossas reuniões de estudo.

Ao professor Marcelo de Mello, minha eterna gratidão por ter acreditado em meu potencial e por ter me proporcionado a oportunidade de iniciar minha trajetória de pesquisa ainda na graduação, que me permitiu chegar ao mestrado e ao doutorado.

Ao professor Vinícius Polzin, pelo conhecimento colossal em Geografia Urbana, que fez com que eu me apaixonasse ainda mais pelo estudo de cidades. Agradeço pelas contribuições na banca de qualificação.

Ao professor Elson de Olanda, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, pelo empréstimo de bibliografias que foram cruciais à pesquisa. Meu muito obrigada!

Aos colegas Bruno Augusto de Souza e Franciscapaula Luciano, agradeço por compartilharem seus conhecimentos sobre a produção de mapas durante o mestrado, que me permitiu elaborar meus próprios mapas na tese.

Agradeço aos professores da graduação, mestrado e doutorado. Cada um de vocês desempenhou um papel significativo para o meu desenvolvimento acadêmico.

À professora Lorraine Gomes, pelo apoio antes e durante o processo, bem como

pelos diálogos sempre repletos de incentivo.

Às crianças da Escola Municipal Antônia Barbosa Alves e às da Escola Municipal Damiana da Cunha, que sempre me cercaram com afeto e carinho nos últimos meses de elaboração desta tese.

Aos compositores, músicos e bandas, em especial a Enya, Coldplay, Supertramp, U2, Guns N' Roses, Scorpions e The Beathes que, com suas músicas, me permitiram conduzir uma escrita mais prazerosa ao som de suas vozes e instrumentos.

Às Universidades públicas UEG e UFG. Reconheço que, sem a existência da gratuidade acadêmica, minha jornada até a graduação, ao mestrado e ao doutorado teria sido impossível. Viva a Universidade pública e gratuita!

À Geografia, e a todos os geógrafos e geógrafas que me guiaram, agradeço por me proporcionarem uma leitura do mundo sob uma perspectiva crítica e construtiva.

EPÍGRAFE

Onde quer que haja vida, vemos redes.
Fritjof Capra

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas.
Milton Santos

RESUMO

OLIVEIRA, Érika Munique de. **Oeste Goiano: gênese, formação e dinâmica da rede urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2024.

Ao considerar o contexto de formação do Oeste Goiano e os rearranjos no espaço regional, torna-se crucial compreender os fatores que influenciaram a formação e a dinâmica da rede urbana na região. Em vista disso, esta pesquisa analisa os processos históricos que levaram à formação e à estruturação urbana, bem como às redefinições de centralidades, com ênfase em três centros: Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. Os procedimentos metodológicos basearam-se em pesquisas bibliográficas, análises documentais e nos Acervos Históricos do estado de Goiás, do Museu das Bandeiras e da Fundação Frei Simão Dorvi. Foram consultados documentos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo os censos demográfico (1920-2022), agropecuário (1940-1996), industrial, comercial e de serviços (1970-1980), os estudos sobre Regiões de Influência das Cidades (1993, 2007 e 2018) e a enciclopédia dos municípios brasileiros. Também foram analisadas as coletâneas de planejamento em Goiás (1961-2006), do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), bem como a elaboração de tabelas, gráficos e mapas temáticos que mostram os resultados obtidos. A argumentação se desdobra em quatro capítulos. Defende-se a tese de que, entre todas as estratégias espaciais implementadas pelo estado no Oeste Goiano, a construção da rodovia GO-060, desempenhou papel central e decisivo na participação da região nos mercados interno e externo, bem como no rearranjo das centralidades, redefinindo a configuração socioeconômica e espacial da região. O estabelecimento do eixo viário facilitou o avanço das atividades capitalistas de produção, o que resultou em um aumento na atividade econômica e na redistribuição dos fluxos demográficos para a região estudada, possibilitando a emancipação de diversos distritos entre as décadas de 1950 e 1970. Como resultado, os municípios de São Luís de Montes Belos, Iporá e Anicuns experimentaram emblemático processo de urbanização na década seguinte, tornando-se locais privilegiados para a instalação de empresas dedicadas à produção e ao processamento de leite e frigoríficos. Com isso, essas cidades se tornaram importantes centralidades ao longo da segunda metade do século XX. Essa tendência, contudo, não se perpetuou no século seguinte. Enquanto São Luís de Montes Belos e Iporá mantiveram suas posições como proeminentes centralidades regionais, Anicuns não acompanhou esse movimento. Esse cenário é resultado da estratégica expansão de serviços e infraestrutura promovida pelo estado e pelos agentes empreendedores, direcionada aos dois centros urbanos estrategicamente situados ao longo da GO-060, principal eixo de circulação e de escoamento da produção agropecuária da região. Isso significa que a forma como o estado e os agentes econômicos utilizaram e continuam a utilizar essa rodovia configura-se como elemento fundamental para a compreensão da dinâmica da rede urbana no Oeste Goiano.

Palavras-chave: Rede Urbana. Rodovia GO-060. Rearranjo de Centralidades. Oeste Goiano.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Érika Munique de. **Oeste Goiano: genesis, regional formation and dynamics of the urban network**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2024.

When considering the context of formation of West Goiano and the rearrangements in the regional space, it becomes crucial to understand the factors that influenced the formation and dynamics of the urban network in this region. In view of this, this research analyzes the historical processes that led to urban formation and structuring, as well as the redefinitions of centralities, with an emphasis on three centers: Anicuns, São Luís de Montes Belos and Iporá. The methodological procedures were based on bibliographical research, documentary analysis in the Historical Collections of the State of Goiás, the Museu das Bandeiras and the Fundação Frei Simão Dorvi. Documents published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were consulted, including the demographic (1920-2022), agricultural (1940-1996), industrial, commercial and services (1970-1980) censuses, studies on Regions of Influence das Cidades (1993, 2007 and 2018) and the encyclopedia of Brazilian municipalities. Planning collections in Goiás (1961-2006) from the Mauro Borges Institute of Statistics and Socioeconomic Studies (IMB) were also analyzed, as well as the creation of tables, graphs and thematic maps that show the results obtained. The narrative unfolds into four chapters. We defend the thesis that, among all the spatial strategies implemented by the State in West Goiás, the construction of the GO-060 highway played a central and decisive role in the region's participation in internal and external markets, and in the rearrangement of centralities, redefining the socioeconomic configuration and space of the region. The establishment of the road axis facilitated the advancement of capitalist production activities, which resulted in an increase in economic activity and the redistribution of demographic flows to the region studied, enabling the emancipation of several districts between the 1950s and 1970s. As a result, the municipalities of São Luís de Montes Belos, Iporá and Anicuns experienced an emblematic process of urbanization in the following decade, becoming privileged locations for the installation of companies dedicated to the production and processing of milk and slaughterhouses. As a result, these cities became important centralities throughout the second half of the 20th century. This trend, however, did not continue into the following century. While São Luís de Montes Belos and Iporá maintained their positions as prominent regional centers, Anicuns did not follow this movement. This scenario is the result of the strategic expansion of services and infrastructure promoted by the State and entrepreneurial agents, aimed at the two urban centers strategically located along GO-060, the main axis of circulation and flow of agricultural production in the region. This means that the way in which the State and economic agents used and continue to use this highway is a fundamental element for understanding the dynamics of the urban network in West Goiás.

Keywords: Urban Network. GO-060 Highway. Rearrangement of Centralities. West Goiano.

RESUMEN

OLIVEIRA, Érika Munique de. **Oeste Goiano: génesis, formación regional y dinámica de la red urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2024.

Al considerar el contexto de formación del Oeste Goiano y los reordenamientos en el espacio regional, se vuelve crucial comprender los factores que influyeron en la formación y dinámica de la red urbana en esta región. Ante esto, esta investigación analiza los procesos históricos que llevaron a la formación y estructuración urbana, así como las redefiniciones de centralidades, con énfasis en tres centros: Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. Los procedimientos metodológicos se basaron en la investigación bibliográfica, el análisis documental en las Colecciones Históricas del estado de Goiás, el Museu das Bandeiras y la Fundação Frei Simão Dorvi. Se consultaron documentos publicados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), incluidos los censos demográficos (1920-2022), agrícola (1940-1996), industrial, comercial y de servicios (1970-1980), estudios sobre Regiones de Influencia das Cidades (1993, 2007 y 2018) y la enciclopedia de municipios brasileños. También se analizaron los acervos de planificación en Goiás (1961-2006) del Instituto de Estadística y Estudios Socioeconómicos (IMB) Mauro Borges, así como la elaboración de cuadros, gráficos y mapas temáticos que muestran los resultados obtenidos. La narración se desarrolla en cuatro capítulos. Se defiende la tesis de que, entre todas las estrategias espaciales implementadas por el estado en el Oeste de Goiás, la construcción de la carretera GO-060 jugó un papel central y decisivo en la participación de la región en los mercados internos y externos, y en el reordenamiento de centralidades. redefinir la configuración socioeconómica y el espacio de la región. El establecimiento del eje vial facilitó el avance de las actividades productivas capitalistas, lo que se tradujo en un aumento de la actividad económica y la redistribución de los flujos demográficos hacia la región estudiada, permitiendo la emancipación de varios distritos entre las décadas de 1950 y 1970. Los municipios de São Luís de Montes Belos, Iporá y Anicuns vivieron un proceso emblemático de urbanización en la década siguiente, convirtiéndose en lugares privilegiados para la instalación de empresas dedicadas a la producción y procesamiento de leche y mataderos. Como resultado, estas ciudades se convirtieron en importantes centralidades a lo largo de la segunda mitad del siglo XX. Esta tendencia, sin embargo, no continuó durante el siglo siguiente. Si bien São Luís de Montes Belos e Iporá mantuvieron sus posiciones como centros regionales destacados, los Anicuns no siguieron este movimiento. Este escenario es resultado de la ampliación estratégica de servicios e infraestructuras impulsada por el estado y los agentes empresariales, dirigida a los dos núcleos urbanos estratégicamente ubicados a lo largo de la GO-060, principal eje de circulación y flujo de la producción agrícola de la región. Esto significa que la forma en que el estado y los agentes económicos utilizaron y siguen utilizando esta carretera es un elemento fundamental para comprender la dinámica de la red urbana en el Oeste de Goiás.

Palabras clave: Red Urbana. Carretera GO-060. Reordenamiento de Centralidades. Oeste Goiano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do Oeste Goiano no estado de Goiás.....	28
Figura 2 - Caminhos percorridos pelas frentes pioneiras em direção a Goiás no século XVIII.....	33
Figura 3 - Mapa topográfico da área diamantífera.....	36
Figura 4 - Localização dos aldeamentos indígenas no século XVIII.....	38
Figura 5 - Representação da Aldeia de São José de Mossâmedes no século XVIII.....	40
Figura 6 - Oeste Goiano – primeiros núcleos urbanos que surgiram com a mineração no século XVIII.....	41
Figura 7 - Oeste Goiano – estabelecimento da rede embrionária a partir das conexões e interações entre os núcleos urbanos no século XVIII.....	43
Figura 8 - Parte da Fazenda e, no alto, um monte que compõe o nome da Cidade.....	49
Figura 9 - Primeiras casas construídas ao longo da estrada que foi aberta no interior da fazenda São Luís de Montes Belos	49
Figura 10 - Oeste Goiano – núcleos urbanos que surgiram a partir dos patrimônios no século XVIII.....	51
Figura 11 - Oeste Goiano – Nucleações que emergiram no século XX.....	56
Figura 12 - Oeste Goiano: Expansão da rede embrionária no século XIX.....	57
Figura 13 - Oeste Goiano – Expansão da rede embrionária evidenciada pelas conexões e interações entre os núcleos urbanos no século XX.....	60
Figura 14 - Origem da população residente no estado de Goiás na década de 1940.....	73
Figura 15 - Origem da população residente no estado de Goiás na década de 1950.....	75
Figura 16 - Oeste Goiano: Rodovias vicinais implantadas no estado de Goiás a partir de 1966.....	78
Figura 17 - A rodovia GO-060 na região do Oeste Goiano.....	82
Figura 18 - Pessoas trabalhando na abertura do leito natural das rodovias GO-060 e GO-070, em 1946.....	83
Figura 19 - Área de influência de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá (2007).....	128
Figura 20 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em São Luís de Montes Belos (2007)	132
Figura 21 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em Iporá (2007).....	134
Figura 22 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em Anicuns (2007).....	136
Figura 23 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em Anicuns (2018).....	137
Figura 24 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em São Luís de Montes Belos	

(2018).....	138
Figura 25 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em Iporá (2018).....	139
Figura 26 - Área de influência dos serviços de saúde ofertado em Iporá (2007).....	144
Figura 27 - Área de influência de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá para acesso aos serviços de saúde (2018).....	145
Figura 28 - Área de influência de São Luís de Montes Belos para acesso aos serviços de saúde, em 2023, baseada nos atendimentos realizados pelo Hospital Estadual nessa localidade.....	148
Figura 29 - Oeste Goiano: Relação de bovinos (cabeça) e estabelecimentos industriais abatedouros e frigoríficos (2004-2017).....	150
Figura 30 - Caminhão de transporte de gado em direção a Firminópolis.....	151
Figura 31 - Placa indicando o início da terceira faixa.....	152
Figura 32 - Oeste Goiano: Produção de leite (Litros) e estabelecimentos industriais de processamento do leite e derivados, 2004-2017.....	154
Figura 33 - Área de pastagem entre São Luís de Montes Belos- Israelândia.....	156
Figura 34 - Oeste Goiano: Produção de grãos (toneladas), no período 2005-2016.....	157
Figura 35 - Oeste Goiano: deslocamentos para aquisição de insumos para a produção agropecuária em 2007.....	159
Figura 36 - Oeste Goiano: Deslocamento para aquisição de insumos para produção agropecuária.....	160
Figura 37 - Estabelecimentos fabricantes e fornecedores de insumos para atividade agropecuária localizados na GO-060 em São Luís de Montes Belos-GO.....	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente em Goiás (1900-1940)	72
Gráfico 2 - População residente no estado de Goiás (1920-1950).....	74
Gráfico 3 - Distribuição de investimentos por setores no estado de Goiás (1961-1965).....	76
Gráfico 4 - Recursos destinados para o setor de transportes, em porcentagem, no estado de Goiás (1961-1965)	77
Gráfico 5 - Recursos destinados para o setor de transportes em porcentagem no estado de Goiás (1966-1971).....	77
Gráfico 6 - Relação das despesas no estado de Goiás, em porcentagem, em 1969.....	79
Gráfico 7 - Relação das despesas no estado de Goiás, em porcentagem, em 1975.....	79
Gráfico 8 - Recursos do Polocentro destinados para o setor de transportes em porcentagem no estado de Goiás, 1979-1982.....	80
Gráfico 9 - População geral no Oeste Goiano na década de 1940	84
Gráfico 10 - Principais culturas agrícolas no Oeste Goiano na década de 1940	84
Gráfico 11 - Produção de leite (hl) no Oeste Goiano e no estado de Goiás na década de 1940.....	85
Gráfico 12 - Valor da produção econômica no Oeste Goiano e no estado de Goiás na década de 1940.....	85
Gráfico 13 - População total dos municípios do Oeste Goiano na década de 1950.....	87
Gráfico 14 - Produção agrícola na década de 1950.....	87
Gráfico 15 - Produção agrícola nos municípios do Oeste Goiano na década de 1950.....	88
Gráfico 16 - Atividade pecuária na década de 1950.....	88
Gráfico 17 - Produção de leite nos municípios do Oeste Goiano na década de 1950.....	89
Gráfico 18 - População total dos municípios do Oeste Goiano na década de 1970.....	91
Gráfico 19 - Área (ha) ocupada por lavouras	92
Gráfico 20 - Produção das principais culturas agrícolas.....	92
Gráfico 21 - Área (ha) ocupada por pastagem (1940-1996).....	93
Gráfico 22 - Produção de Leite (ml) – (1960 e 1996).....	93
Gráfico 23 - Produção de gado de corte (1960-1996).....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Oeste Goiano- núcleos urbanos que emergiram no século XIX.....	48
Quadro 2 - Oeste Goiano- núcleos fundados a partir da década de 1930.....	53
Quadro 3 –Cargos políticos ocupados por Israel de Amorim (1949-1971).....	54
Quadro 4 - Os processos de construção da GO-060 no Oeste Goiano.....	83
Quadro 5 - Oeste Goiano: Municípios emancipados entre as décadas 1950-1970.....	90
Quadro 6 - Cursos superior ofertado na Universidade pública (UEG).....	131
Quadro 7 - Cursos de nível superior ofertado na Universidade privada (FMB/UniBRASÍLIA).....	131
Quadro 8 - Cursos de graduação ofertados na Universidade pública (UEG).....	133
Quadro 9 - Cursos de graduação ofertados no Instituto Federal de Goiás (IFG).....	133
Quadro 10 - Cursos de nível superior ofertado na Faculdade de Iporá.....	133
Quadro 11- Cursos de nível superior ofertado na Faculdade de Anicuns.....	135
Quadro 12 - Estabelecimentos da rede pública de Saúde instalados em São Luís de Montes Belos-GO.....	140
Quadro 13 - Estabelecimentos de saúde instalados pela iniciativa privada em São Luís de Montes Belos-GO.....	141
Quadro 14 - Estabelecimentos da rede pública de Saúde instalados em Iporá-GO.....	142
Quadro 15 - Estabelecimentos de Saúde da rede privada instalados em Iporá/GO.....	143
Quadro 16 - Empresas fabricantes e fornecedoras de produtos para nutrição animal em São Luís de Montes Belos-GO.....	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Oeste Goiano: Produção de arroz em 1920.....	61
Tabela 2 - Oeste Goiano: Indústria de processamento da cana-de-açúcar em 1920.....	62
Tabela 3 - Oeste Goiano: Produção agrícola em 1939.....	62
Tabela 4 - Oeste Goiano: Área (ha) dos estabelecimentos com a modalidade da exploração indicada em 1939.....	63
Tabela 5 - Oeste Goiano: Relação de bovinos vivos e abatidos em 1939.....	63
Tabela 6 - Oeste Goiano: População urbana e rural em 1939.....	64
Tabela 7 - Oeste Goiano: Indústria de transformação da cana-de-açúcar em 1939.....	64
Tabela 8 - Oeste Goiano: Indústria e processamento de leite em 1939.....	64
Tabela 9 - Oeste Goiano: Quantidade de estabelecimentos do comércio varejista e atacadista, em 1939.....	65
Tabela 10 - População rural e urbana nos municípios do Oeste Goiano (1970-1990).....	95
Tabela 11 - Oeste Goiano: Número de estabelecimentos agrícolas (1975-1996).....	106
Tabela 12 - Oeste Goiano: Produção de arroz em toneladas (1970-1996).....	107
Tabela 13 - Oeste Goiano: Produção de milho em toneladas (1970-1980).....	109
Tabela 14 - Oeste Goiano: Produção de mandioca em toneladas (1970-1996).....	110
Tabela 15 - Oeste Goiano: Produção de cana-de-açúcar em toneladas (1970-1996).....	112
Tabela 16 - Oeste Goiano: número de estabelecimentos destinados à pecuária (1975-1996).....	113
Tabela 17 - Oeste Goiano: Efetivo de bovinos (cabeças) – (1970-1996).....	114
Tabela 18 - Oeste Goiano: Produção de leite, em litros (1970-1996).....	116
Tabela 19 - Oeste Goiano: Finalidade do rebanho bovino para corte (cabeças) – (1970 e 1996).....	118
Tabela 20 - Oeste Goiano: número de indústrias instaladas (1975-2000).....	119
Tabela 21 - Oeste Goiano: número de serviços cadastrados entre 1975 e 2000.....	122
Tabela 22 - Oeste Goiano: Classificação dos serviços (1975-2000).....	124
Tabela 23 - Oeste Goiano: Número de comércios cadastrados (1975-2000)	124
Tabela 24 - Relação dos setores comerciais em Anicuns, Iporá e São Luís de Montes Belos (1975-2000)	126
Tabela 25 - Oeste Goiano: Classificação dos serviços (2007-2021)	163
Tabela 26 - Oeste Goiano: Classificação do comércio (2007-2021)	164
Tabela 27 - Comportamento demográfico em Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá.....	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRODEFESA	Agência Goiana de Defesa Agropecuária
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CECAB	Centro Educacional Castelo Branco
CERG	Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DENUSA	Destilaria Nova União
D.O	Diário Oficial
ECONODATA	Empresa especializada em dados detalhados e atualizados
EMATER	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
EMEC	Portal Eletrônico do Ministério da Educação de Regulação do Ensino Superior
FMB	Faculdade Montes Belos
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FOSVIDA	Indústria e Comércio de Nutrição Animal
GOINFRA	Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG	Instituto Federal de Goiás
IMB	Instituto Mauro Borges
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAAF	Punção Aspirativa por Agulha Fina
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
PSF	Programa Saúde da Família
REGIC	Região de Influência das Cidades
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIEG	Sistema Estadual de Geoinformação
SIH	Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar

SRE-GO	Sistema Rodoviário do Estado de Goiás
SRF	Superintendência da Receita Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UNIBRASILÍA	Centro-Universitário Unibras Montes Belos
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
RESUMEN.....	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	11
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
LISTA DE SIGLAS.....	15
1 PREÂMBULO - A VIDA E A PESQUISA !.....	24
2 INTRODUÇÃO.....	27
3 CAPÍTULO I: DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO À GÊNESE DE UMA REDE EMBRIONÁRIA.....	30
3.1 Os rios no processo de ocupação e povoamento em Goiás.....	30
3.2 A mineração e o povoamento no Oeste Goiano.....	35
3.3 A gênese de uma rede embrionária no Oeste Goiano.....	41
4 CAPÍTULO II: ESTRUTURAÇÃO REGIONAL, EXPANSÃO DA REDE EMBRIONÁRIA E A ASCENSÃO DE NÚCLEOS URBANOS NO OESTE GOIANO..	46
4.1 A emergência de novas nucleações.....	46
4.2 A expansão da rede embrionária.....	56
4.3 A produção econômica e a ascensão de Torres do Rio Bonito (Caiapônia) no Oeste Goiano.....	61
5 CAPÍTULO III: A RODOVIA GO-060 E OS REARRANJOS ESPACIAIS NO OESTE GOIANO.....	66
5.1 Estado e (re)organização espacial.....	66
5.2 Estado e (re)organização espacial no Oeste Goiano.....	71
5.3 A abertura da rodovia GO-060 e os rearranjos no Oeste Goiano.....	81
6 CAPÍTULO IV: REDE URBANA E O SEU DINAMISMO NO OESTE GOIANO.....	97
6.1 Rede urbana: apontamentos teóricos.....	97
6.2 O circuito produtivo e a emergência de novas centralidades.....	105
6.3 As transformações na rede urbana e o significado da rodovia GO-060 para a região.....	129
6.4 Dinâmica da rede urbana de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá.....	149
7 EPÍLOGO – FINALMENTE!.....	167
8 REFERÊNCIAS.....	170
9 FONTES DOCUMENTAIS.....	179
10 ANEXOS.....	180

1 PREÂMBULO - A VIDA E A PESQUISA!

As reflexões presentes nesta tese são fruto de uma jornada que começou na Geografia em 2011, quando iniciei a graduação. Ocupar o lugar de fala neste momento é um privilégio, considerando que são poucos os que, em condições sociais semelhantes às minhas, naquela época, têm, hoje, a mesma oportunidade.

Minha trajetória como pesquisadora teve início em 2012, quando fui convidada pelo professor Marcelo de Mello a participar do projeto de pesquisa intitulado “A razão e a loucura no processo de reprodução do espaço urbano de Goiânia”. A obtenção de uma bolsa permitiu-me deixar um emprego em uma confecção, que consumia cerca de 10 horas diárias, para dedicar-me integralmente à pesquisa geográfica e às atividades acadêmicas do curso de graduação. Esse foi o caminho que me possibilitou dar os primeiros passos rumo à minha jornada como pesquisadora!

Meu interesse pelas questões urbanas foi ampliado com as pesquisas realizadas no projeto, bem como nas atividades propostas pelo Professor Vinícius Polzin na disciplina *Geografia Urbana*, no ano de 2013. Lembro-me das entrevistas realizadas com os moradores da Vila União, na Cidade de Goiás, momento em que novamente pude experimentar o prazer de interrogar as pessoas e aprender com elas.

Em 2015, iniciei o mestrado sob a orientação do Professor Marcelo de Mello. Foi um período de muito aprendizado, em todos os aspectos. Mudei-me para Goiânia, enfrentando os desafios de viver em uma cidade grande e, mais significativamente, vivenciei de perto as dificuldades enfrentadas pelos habitantes da Região Noroeste da capital. Foi durante esse período que meu interesse pela temática regional floresceu, apesar de o foco estar, inicialmente, em Goiânia.

Ao concluir o mestrado, em 2017, retornei a Mossâmedes, minha cidade natal, e onde havia permanecido desde o meu nascimento. Desempregada, busquei uma oportunidade através do processo seletivo da UEG, e em outubro do mesmo ano, comecei minhas atividades no Câmpus Cora Coralina. Enquanto lecionava a disciplina *Geografia Urbana*, orientei trabalhos de TCC voltados para o estudo de cidades pequenas. Essa experiência, aliada às minhas vivências pessoais, despertou uma grande paixão pela temática das cidades pequenas.

Em 2018, com um forte desejo de continuar minha trajetória como pesquisadora, fiz o processo seletivo de doutorado na UFG e fui aprovada. Assim, iniciei um novo ciclo na geografia, sob a orientação do professor Denis Castilho. No primeiro ano de doutorado (2019), enquanto participava das aulas na disciplina *Redes e Produção do Território* e dos Grupos de

Estudo GéTER e GEOtema, repletos de debates enriquecedores, decidi reformular meu projeto de pesquisa e concentrar meus estudos na rede urbana e na dinâmica das cidades pequenas na Microrregião de Anicuns.

Esse período inicial do doutorado foi permeado por diversas mudanças em minha vida. Logo no início de 2019, fui convocada em um concurso na área de Pedagogia em Heitorai, o que resultou em minha mudança para essa cidade. Além disso, passei a lecionar para um público completamente distinto do qual estava habituada, o que exigiu grande esforço de minha parte para enfrentar os desafios desse novo ambiente. Pouco tempo depois, fomos surpreendidos pela pandemia da Covid-19, que, além do isolamento social, dificultou o acesso às fontes bibliográficas e documentais, resultando em atrasos tanto na qualificação quanto na defesa da tese.

A escrita desta tese teve início em Heitorai e, com a pandemia da Covid-19, retornei para Mossâmedes, onde concluí os primeiros capítulos ao lado de pessoas queridas, como minha avó. Foi nesse período que, ao acessar os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebi que a escala de análise precisava ser ampliada, uma vez que as interações entre as cidades transcendiam os limites da microrregião de Anicuns. Foi por meio da análise e do mapeamento dessas interações que cheguei a um novo recorte de pesquisa: o Oeste Goiano.

Esse recorte, definido pelas interações entre cidades, curiosamente, coincidiu com a área de planejamento do estado de Goiás, incluindo quarenta e três municípios (figura 1), entre eles, Mossâmedes, onde nasci e residi por vinte e sete anos. Viver na cidade me permitiu experimentar as condições sociais de vida da população, especialmente no que se refere ao problema da oferta de serviços básicos que demanda deslocamentos diários para centros urbanos como Sanclerlândia, Anicuns, São Luiz de Montes Belos e para a capital, Goiânia, para o suprimento de necessidades.

Os deslocamentos rotineiros para esses municípios foi significativo para a percepção das conexões, das trocas e do próprio sentido de integração e/ou desintegração no âmbito regional. Essa percepção da realidade despertou em mim o desejo de ampliar consideravelmente o escopo da pesquisa, abrangendo não apenas a região em si, mas também a rede urbana. Nesse sentido, após realizar análises aprofundadas, mapear os dados do Regic (2020) e dialogar com o professor Denis Castilho, formulei um novo recorte: "Oeste Goiano: gênese, formação e dinâmica da rede urbana".

Com esse novo recorte, busquei compreender a formação, os rearranjos de centralidades no Oeste Goiano e o papel exercido pela rodovia GO-060 na dinâmica da rede

urbana no Oeste Goiano. A ênfase foi direcionada para três centros urbanos: Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. A fase mais desafiadora da pesquisa foi justamente a primeira, que teve como objetivo compreender os primeiros núcleos urbanos que surgiram, bem como as primeiras vias de circulação e conexões estabelecidas entre eles. Isso se deu em 2020, durante o período de pandemia. Apesar das dificuldades enfrentadas no acesso as fontes, mantive o foco nos objetivos traçados, enquanto ministrava aulas por meio de aplicativos de vídeo.

Em 2021, fui convocada em virtude de ter sido aprovada no concurso do município de Senador Canedo. Como as aulas ainda ocorriam de maneira on-line, permaneci em Mossâmedes. Com o retorno das aulas presenciais, mudei-me para Senador Canedo em janeiro de 2022, onde comecei a redigir o terceiro capítulo da tese. O objetivo, nesse estágio da pesquisa, era compreender as estratégias espaciais do estado e, principalmente, os rearranjos das centralidades no Oeste Goiano, impulsionados pela construção da GO-060.

Em abril de 2022, minha mãe-avó recebeu um diagnóstico que redefiniu as nossas vidas. A partir desse momento, passei a dedicar meus dias a ela, acompanhando-a em consultas médicas, sessões de quimioterapia, radioterapia e nas frequentes internações decorrentes dos efeitos colaterais do tratamento. O momento mais doloroso foi sua partida, em outubro de 2022. Com isso, enfrentei dificuldades para avançar na escrita da tese, pois minha concentração e produtividade acadêmica foram afetadas.

A aprovação nos concursos do estado de Goiás, com vaga para Sanclerlândia, e na prefeitura de Mossâmedes, ambos para professora de Geografia, me encorajou solicitar exoneração em Senador Canedo e retornar para Mossâmedes, em 2023. Assim que voltei para essa cidade, pude retomar a escrita da tese, além de ter conseguido a extensão do prazo de um ano para a defesa. Retornar a Mossâmedes e retomar a pesquisa foi o que eu precisava para vivenciar esse período de luto. Essa extensão foi essencial para que eu pudesse lidar com os desafios da vida: a ausência da minha mãe-avó. Algumas pessoas, ao lerem estes parágrafos iniciais, podem questionar: qual a relação disso com a tese? Por trás desta jovem autora, existe uma vida em movimento, repleta de acontecimentos que não podem ser ignorados como se fossem alheios ao processo.

2 INTRODUÇÃO

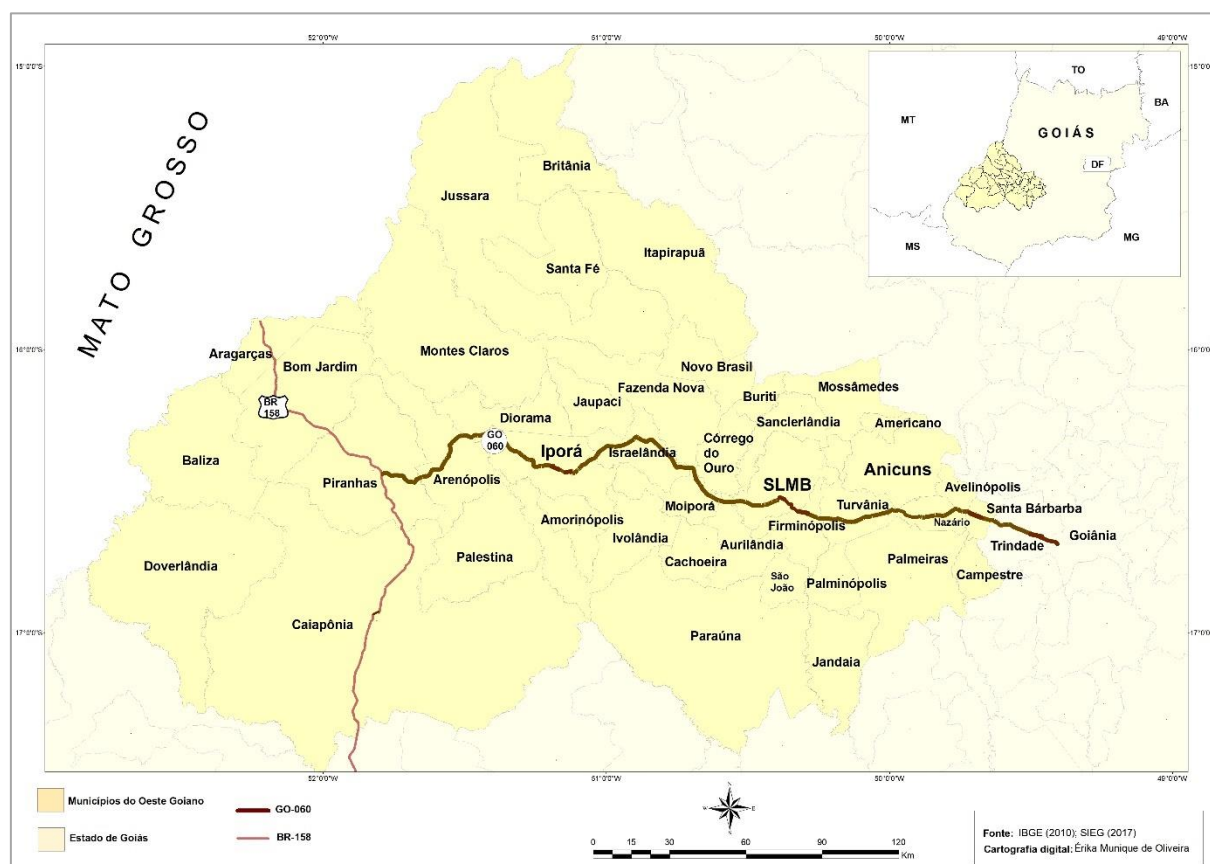
O estudo da rede urbana brasileira, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1993, intitulado "Regiões de Influência das Cidades," apontou Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá como os municípios com maior nível de centralidade no Oeste Goiano, classificando-os como centros de zona na escala hierárquica (IBGE, 2000).

No estudo subsequente, de 2007, Anicuns foi apontado como centro de zona B, apresentando uma área de influência reduzida em comparação ao estudo anterior. Em contrapartida, São Luís de Montes Belos e Iporá mantiveram suas áreas de influência e foram elevados à categoria de centro de zona A (IBGE, 2008). Na edição mais recente, de 2018, Anicuns foi apontado como centro local, o nível hierárquico mais baixo, enquanto São Luís de Montes Belos e Iporá mantiveram suas posições como centros de zona A na hierarquia urbana (IBGE, 2020).

Com base nesses dados, observa-se uma reconfiguração na hierarquia urbana no Oeste Goiano. São Luís de Montes Belos e Iporá preservaram suas posições em termos de centralidade regional, enquanto Anicuns perdeu importância. Essas observações nortearam a elaboração de algumas questões, por exemplo: Como se deu o processo de formação e estruturação do Oeste Goiano? Quais elementos permitem compreender a gênese dos centros urbanos no Oeste Goiano? Como podem ser explicados os rearranjos de centralidades dos centros urbanos na região e a dinâmica na rede urbana?

A partir das análises realizadas, defende-se a tese de que os rearranjos de centralidades dos centros urbanos no Oeste Goiano e a dinâmica na rede urbana resultaram de ações e estratégias espaciais implementadas na região, dentre as quais destaca-se a construção da rodovia GO-060. Os núcleos que mantiveram suas posições de destaque guardam relação direta com esse eixo rodoviário (ver Figura 1). Essa rodovia direcionou investimentos por parte do Estado e de agentes empreendedores, resultando na ampliação da participação da região nos mercados interno e externo, favorecendo a centralidade de núcleos urbanos como São Luís de Montes Belos e Iporá.

Figura 1 - Localização do Oeste Goiano no estado de Goiás



Fonte: Elaboração da autora.

Os procedimentos metodológicos basearam-se em pesquisas bibliográficas e documentais, análise e sistematização de dados, produção de tabelas, gráficos e mapeamento por meio do *software* ArcGIS. Os dados secundários foram obtidos a partir de consultas aos acervos históricos do Museu das Bandeiras, da Fundação Frei Simão Dorvi e do estado de Goiás, além de informações coletadas no IBGE, IMB, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Mapa, CNES, EMEC, entre outros. A pesquisa foi dividida em quatro etapas. Na primeira, foram realizadas consultas bibliográficas nas bibliotecas da UEG/Câmpus Cora Coralina e Câmpus Metropolitano, Unidade de Itaberaí, bem como na Biblioteca Central da UFG. Os temas analisados incluíram ocupação e povoamento de Goiás, caminhos de Goiás, estado, reorganização espacial, rede urbana, centralidade e interação espacial. Em seguida, foram realizadas pesquisas documentais nos acervos históricos para investigação da formação de nucleações no Oeste Goiano e as vias pioneiras de circulação. A terceira etapa consistiu em visitas à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços e ao acervo do IMB, com o objetivo de coletar e analisar informações sobre as coletâneas de planejamento do estado de Goiás e os empreendimentos industriais instalados no Oeste Goiano. Por fim, a quarta etapa

consistiu em pesquisas em órgãos como o IBGE e outras instituições mencionadas anteriormente para levantamento de dados sobre instituições de ensino superior, saúde, comércio, serviços e outros aspectos socioeconômicos dos municípios de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. A abordagem se desdobra em quatro capítulos. O primeiro, intitulado "Da ocupação do espaço à gênese de uma rede embrionária", está dividido em três seções nas quais discute-se a geografia histórica do processo de ocupação e povoamento em Goiás e no Oeste Goiano. Este capítulo apresenta os caminhos que deram acesso ao território e às primeiras interações urbanas que emergiram a partir da mineração.

O segundo capítulo, intitulado "Estruturação regional, expansão da rede embrionária e a ascensão de núcleos urbanos no Oeste Goiano", também dividido em três seções, aborda a expansão da rede embrionária e a ascensão de núcleos urbanos na região. Analisa-se o processo de estruturação urbano-regional e a expansão econômica de Torres do Rio Bonito, com base em referências documentais e bibliográficas, além de dados do IBGE, como a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e os Censos Agrícolas de 1920 e 1940.

O terceiro capítulo, intitulado "A rodovia GO-060 e os rearranjos espaciais no Oeste Goiano", dividido em três seções, esclarece os fatores que influenciaram os rearranjos das centralidades na região. Por meio de revisão sistemática dos planos e ações do estado a partir do século XX, verificou-se o destaque de estratégias como a construção da rodovia GO-060, elemento pioneiro de importantes rearranjos na região.

No último capítulo, intitulado "Rede urbana e seu dinamismo no Oeste Goiano", dividido em quatro seções, detalha-se a dinâmica da rede urbana na região, com ênfase em três centros urbanos principais: Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. São ressaltadas as políticas implementadas na região, que foram decisivas para a permanência de edificação de determinadas localidades centrais. Conclui-se o capítulo enfatizando as transformações na rede urbana e destacando as implicações do processo de circulação nas interações e na dinâmica socioespacial nesses centros.

3 CAPÍTULO I

DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO À GÊNESE DE UMA REDE EMBRIONÁRIA

A compreensão de uma realidade nos convida a trilhar um caminho teórico que leve em consideração a formação (gênese) do território ao longo do tempo. Considerar esse aspecto significa estabelecer um diálogo com a história e com a Geografia, para apreender as ações que foram fundamentais para a constituição do presente.

Este capítulo trata das ações que se desenvolveram no território e que deram origem a uma rede de relações em uma região denominada Oeste Goiano. Nesse sentido, busca-se responder questões como: Quais foram as ações que contribuíram para ocupação e povoamento de Goiás e do Oeste Goiano? Como ocorreu o povoamento? Quais os resultados desse processo? É com o propósito de responder a essas e outras perguntas que se desenvolve a proposta deste capítulo.

3.1 Os rios no processo de ocupação e povoamento em Goiás

Os rios foram as principais vias de acesso para os bandeirantes que penetraram em Goiás a partir do século XVI. As expedições, conhecidas como bandeiras, em sua maioria, partiam do litoral (São Paulo) e navegavam pelos grandes rios, como o Grande e o Paranaíba, conforme demonstrado na figura 2. Gomes e Teixeira Neto (1993) argumentam que a primeira expedição, conhecida por "bandeira", partiu de São Paulo em direção aos sertões de Goiás-Tocantins e foi liderada por Antônio Domingos Grau (1590-1593), alcançando a região leste do rio Tocantins. Posteriormente, diversas outras expedições se sucederam, incluindo a de Domingos Rodrigues (1596-1600), que alcançou a região do Bico do Papagaio (atual estado do Tocantins) pelo Rio Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598), que também chegou ao Paraopava (primeiro nome do rio Araguaia); a de Belchior Carneiro (1607-1609), que avançou ainda mais para o norte; a de Martins Rodrigues (1608-1613), que permaneceu por vários anos no sertão do Araguaia; e a de André Fernandes (1613-1615), que, após adentrar o Tocantins, navegou pelo Araguaia até suas nascentes.

Esse movimento pioneiro em direção a Goiás ocorreu em função daquilo que Petrone (1970) e França (1975), descreveram como “bandeirismo de apresamento”. O movimento foi essencialmente impulsionado pela busca e captura de indígenas, que eram escravizados e tratados como mercadorias. O interesse pelos nativos era motivado pela crescente demanda por mão de obra na agricultura, que se expandia a partir do século XVI, no

litoral brasileiro. Além da captura dos indígenas, a busca por metais preciosos também se configurou como um objetivo das expedições exploratórias, especialmente após as descobertas feitas pelos espanhóis na América do Norte. Esse fato também mobilizou várias organizações humanas rumo a zona tropical do Brasil.

O "bandeirismo de apresamento", conforme mencionado por Petrone (1970) e França (1975), não contribuiu para o povoamento. Durante esse período, ocorreu o que Capistrano de Abreu (1960) denominou de "despovoamento da terra", devido à captura e à morte de muitos povos nativos. Em outros estudos, como os de Palacim e Moraes (1989) e Palacim, Garcia e Amado (2001), observa-se que esse povoamento não se efetivou porque, nesse período, além da captura de indígenas, as expedições tinham também o propósito de conhecer o território, seguindo a premissa de antes conhecer para depois povoar. Na obra “Em uma viagem no tempo de Pilões a Iporá”, Gomis (1998, p.17-21) narra uma dessas experiências que levaram ao conhecimento do potencial aurífero de Goiás.

Por volta de 1682, os bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva e Manoel de Campos Bicudo já zanzavam por essas regiões [...] dentre o contingente que acompanhava as duas bandeiras, estavam Bartolomeu Bueno da Silva (filho) e Antônio Pires de Campos, ambos de doze e catorze anos de idade, respectivamente, filhos dos chefes das expedições. Nessa ocasião Antônio Bicudo relatou para Bueno ter encontrado um painel com gravuras rupestres num paredão de pedras, lugar onde disse ter encontrado ouro em abundância. Após o encontro, Antônio Bicudo seguiu para o Oeste, em direção às chapadas do Mato Grosso e Bartolomeu Bueno, dirigindo-se para leste, chegou ao território da nação indígena Goyá, onde descobriu ricas minas de ouro. Após ter extraído amostras do metal precioso, o Anhanguera retornou para São Paulo, onde morreu sem ter conseguido voltar para explorar as minas dos “Goyazes”. [...] Quase meio século havia se passado e Bartolomeu Bueno da Silva - o Anhanguera II – perseguia o sonho que alimentava desde a infância: retornar as terras batizadas pelo nome de Goyás e a explorar as minas de ouro descobertas por seu pai.

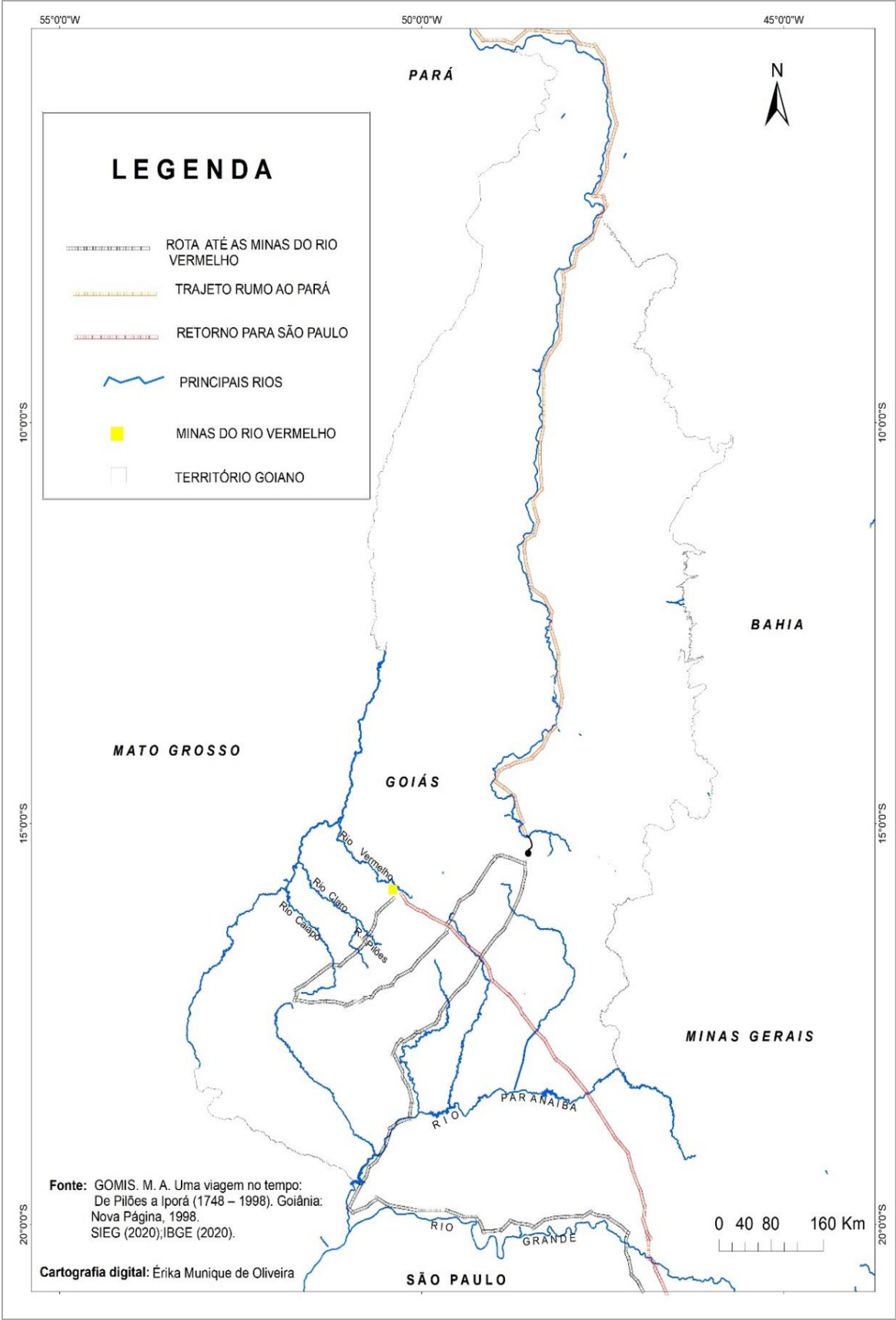
As informações apresentadas por Gomis (1998) nos permitem compreender que, durante o século XVII, as expedições exploratórias obtiveram conhecimentos sobre rotas e caminhos, o que possibilitou a elaboração de roteiros de viagens e mapas a partir das rotas fluviais. Além disso, adquiriram informações sobre áreas com potencial mineral. Esses dados foram essenciais para impulsionar novas frentes exploratórias no século XVIII, quando essas expedições atravessaram o Oeste Goiano. No entanto, apesar de ter passado alguns dias nessa localidade para averiguar a presença de metais preciosos, é importante ressaltar que não houve um início efetivo de povoamento nessa região. O relato de Gomis (1998, p.21-25) confirma essa interpretação.

O Anhanguera partiu de São Paulo, em 03 de julho de 1722. A bandeira compunha-se de vinte índios, trinta e nove cavaleiros, três padres – dois beneditinos e um franciscano -militares, aventureiros e escravos, num total de cento e cinquenta e dois

integrantes, todos armados. A expedição pegou, a princípio, o caminho por terra, já conhecido pelos colonos. Depois desceu pelo rio Grande (atual divisa de São Paulo com Minas Gerais). Subiu o Rio Paraná, navegou pelo Paranaíba e tomou a direção norte, nas imediações do rio Corumbá. Vagou meses pelo Planalto Central até às nascentes do Rio Tocantins. [...] O Anhanguera continuou as buscas das “minas perdidas”, insistindo no roteiro que dizia ter de memória. Por volta de 1723, se dirigiu para o oeste na tentativa de reconstruir a rota percorrida pelo país, tanto se desviaram para o poente que perderam o rumo das paragens que eram procuradas e foram ter, segundo a melhor opinião, as margens do rio Claro, Pilões (Caiapó) e às margens do Araguaia. Nessa direção, ao percorrer o chapadão do sudoeste goiano, chegaram às nascentes do rio Caiapó, na região de Caiapônia. Nessa região, o Anhanguera, portanto, esteve acampado, durante o transcorrer de 1724, a pesquisar a bacia hidrográfica do Caiapó, à procura de ouro. [...] Orientando-se pelo curso da “Serra Escalvada” ou “Serra dos Martirios” (atual Serra Dourada), o bandeirante, reencontrou, por fim, as tão procuradas minas de Goiás, em 1725.

Os rios desempenharam um papel fundamental no processo de ocupação e povoamento em Goiás. A Figura 2 ilustra os trajetos fluviais percorridos pelas primeiras expedições em direção ao território goiano. É evidente que as rotas terrestres foram traçadas com base nas principais vias fluviais.

Figura 2 - Caminhos percorridos pelas frentes pioneiras em direção a Goiás no século XVIII



Fonte: Elaboração da autora.

A descoberta das minas nas margens do Rio Vermelho deu início às atividades mineradoras e, conseqüentemente, estimulou o deslocamento de pessoas para essa área, o que, contribuiu para o seu povoamento. No livro “Geografia: Goiás- Tocantins”, Gomes e Teixeira Neto (1993) fazem uma correlação interessante entre a mineração e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos em Goiás. Cada local de mineração se convertia em um centro de desenvolvimento urbano. Isso porque a descoberta do ouro pelos bandeirantes atraiu um grande número de pessoas para as minas. Pequenas comunidades sem infraestrutura começaram a surgir ao redor dos córregos e riachos, nos vales profundos ou nas encostas das montanhas.

Nesse contexto, surgiram vários povoados, como Sant’Ana (1727), o primeiro aglomerado urbano estabelecido próximo às nascentes do Rio Vermelho. Posteriormente, surgiram Barra (1727), hoje conhecida como Buenolândia, Ferreiro, Anta (1733), Ouro Fino (1729), Santa Rita do Pontal (1736), atual Pontalina, Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (Pirenópolis), em 1731, Santa Cruz (1729), hoje, Santa Cruz de Goiás, Santa Luzia (1746), atual Luziânia, Couro (atual Formosa), em 1736, São José do Alto Tocantins (1735), atual Niquelândia, Traíras (1735), atual Traíras, Água Quente (1733), Cachoeira (1736), Crixás (1734), Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal (1738), Arraias (1740), Cavalcante (1740), Papuan (1741), atual Pilar, Carmo (1733), Cocal (1746), dentre outros (CHAIM, 1983). De acordo com Palacin (1976), estima-se que cerca de cinquenta arraiais de mineração tenham sido fundados nesse período.

Como o povoamento ocorreu seguindo o curso natural dos rios, a configuração dos povoados e vilas, conforme Gomis (1998), foi determinada pelas circunstâncias do momento, resultando em ruas estreitas e tortuosas e organizadas conforme à época. Quem visita a área do centro histórico na Cidade de Goiás (antigo Arraial de Sant’ Ana) consegue visualizar essas características que remetem a esse período histórico. Da mesma forma, ocorre em Pirenópolis (anteriormente, Arraial Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte).

Em 1729, deu-se início à abertura de uma estrada para ligar Sant’ Ana (atual Goiás) a Cuiabá (Mato Grosso). Essa via tinha como objetivo estabelecer um caminho mais “curto” entre as duas localidades, voltado para o transporte de mercadorias e outras atividades comerciais (Gomis, 1998). Com a abertura dessa estrada, o processo de povoamento na região Oeste de Goiás teve início, assunto que será abordado no próximo tópico.

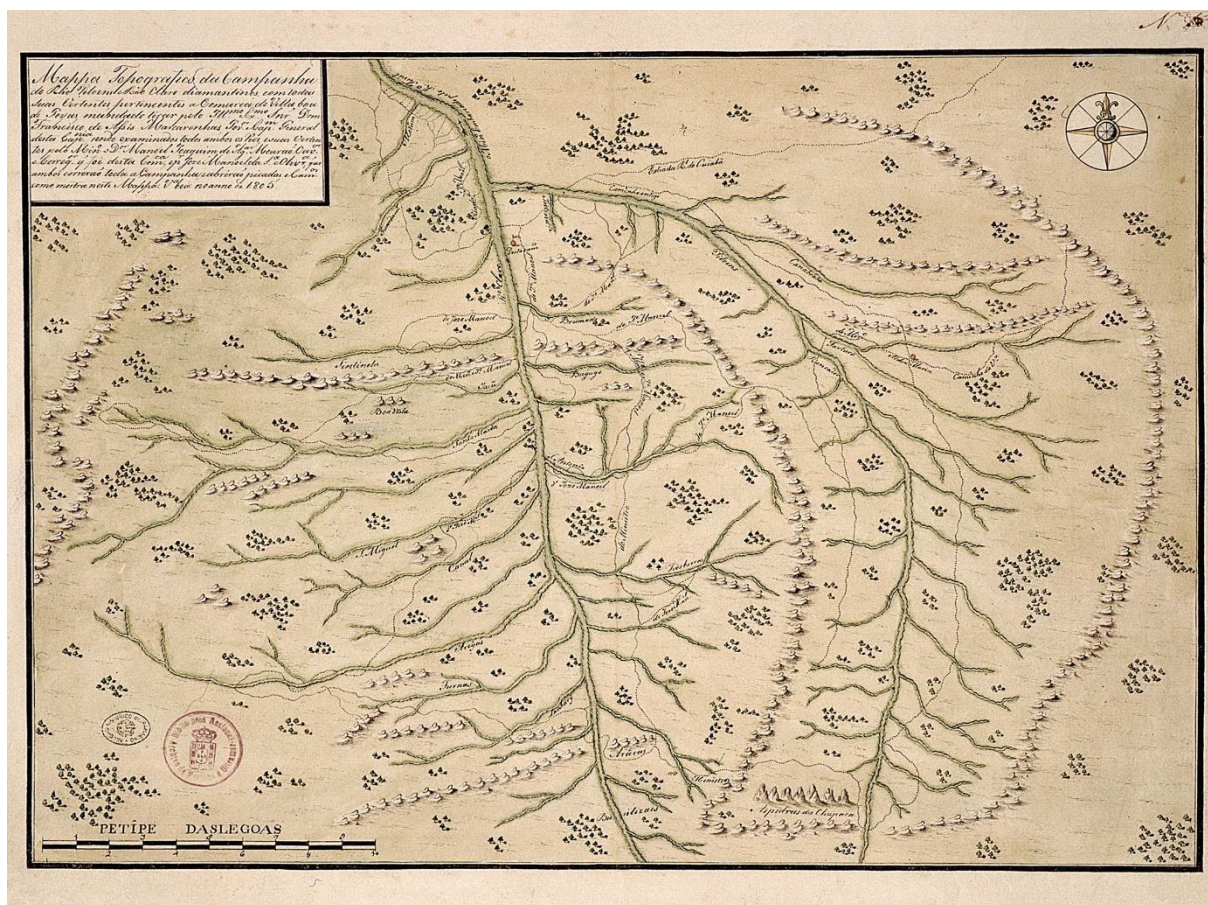
3.2 A mineração e o povoamento no Oeste Goiano

A mineração desempenhou papel ponderoso no processo de ocupação e povoamento em Goiás. No Oeste Goiano, essa atividade colaborou para o surgimento dos primeiros traços da vida urbana, que teve início em 1729 com a construção da estrada que conectou os dois principais arraiais auríferos do centro-oeste brasileiro - Sant'Ana e Cuiabá. Sobre esse acontecimento, argumenta Gomis (1998, p.29-31):

Os tropeiros partiam do arraial de Sant' Ana e no toque lento e compassado da tropa, após três dias de viagem, quando já o sol se escorregava de mansinho atrás das serras distantes, batiam o pouso no vau de um rio de águas transparentes , de cascalhos lisos e de areias brancas. Os viajantes logo o batizaram pelo nome de Rio Claro. Nesse vau, por conveniência, surgiu uma pousada, onde os tropeiros se abrigavam para passarem a noite, antes de uma nova jornada. No início existia apenas um rancho coberto de palha de babaçu, de paredes de pau-a-pique, com uma venda improvisada. Depois outros moradores foram chegando, formando um pequeno povoado de ranchos ilhados no imenso oceano verde do sertão. Além dessa pousada do Rio Claro, surgiram outras, ao longo da rota Sant' Ana – Cuiabá, em geral distante cerca de um dia de cavalgada.

A narrativa de Gomis (1998) descreve o momento em que pessoas, seguindo a rota de Sant'Ana a Cuiabá, chegaram às nascentes do rio Claro e iniciaram a busca por minerais. A descoberta de diamantes nesse rio atraiu centenas de pessoas para o Oeste de Goiás. Entretanto, a notícia do potencial diamantífero levou o governo português a realizar um estudo da área compreendida pelas bacias dos rios Claro e Pilões, além de restringir o acesso de pessoas à região. Em uma das pesquisas realizadas nos arquivos públicos do Distrito Federal, foi encontrada uma cartografia da área diamantífera (figura 3).

Figura 3 - Mapa topográfico da área diamantífera



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Após a restrição do acesso à área diamantífera, foi estabelecido um sistema de arrendamento no qual os interessados em explorar deveriam pagar ao governo português. Isso resultou na participação apenas dos mineradores mais influentes, que tinham capacidade para possuir escravos, pagar impostos e dispor dos recursos necessários para a extração do minério. Gomis (1998, p.37) detalha como ocorreu o processo de arrendamento da região que abrange os rios Claro e Pilões.

Dois irmãos, Felisberto e Joaquim Caldeira Brant, “arremataram o contrato de diamantes”, adquirindo, portanto, o direito de explorar as jazidas de Goiás. Originários de São Paulo, instalaram-se no local do vau da pousada do Rio Claro onde estava baseado o Quartel do Pilões – a guarnição principal do “Distrito Diamantino do Rio Claro”.

A presença dos irmãos Brant na área diamantífera desencadeou a construção de habitações, uma igreja e quartéis estrategicamente planejados para garantir a segurança às atividades de mineração na área, diante dos frequentes conflitos com os povos indígenas Kayapó e Akroá, além de garimpeiros clandestinos. Juntamente com os Brant, chegaram

escravos para auxiliar nas operações nas minas, assim como outros colonos atraídos pela notícia da descoberta de diamantes (Gomis, 1998). Esses acontecimentos, indicados pelo autor, contextualizam a fundação do primeiro arraial no Oeste Goiano.

Antes de ser conhecido como Pilões, conforme apontado pela pesquisa de Oliveira (2012), esse arraial foi inicialmente chamado de Bonfim, devido à construção da igreja Senhor do Bonfim na área diamantífera, em 1746. Dois anos depois, o nome foi alterado para Arraial de Pilões (1748) e, em 1750, passou a ser denominado Distrito Diamantino do Rio Claro. Dessa forma, o primeiro arraial fundado na região foi o Bonfim, nos anos de 1746.

Em volta da atividade mineradora, surgiram os aldeamentos indígenas que foram criados por iniciativas religiosas e governamentais e consistiam em verdadeiros confinamentos humanos. Segundo Chaim (1993), eles foram construídos em decorrência dos conflitos entre os povos nativos e os colonizadores, os quais buscavam reter recursos econômicos favoráveis e viam os nativos como obstáculos. Nesse contexto, a ideia do aldeamento tinha dupla finalidade - converter o indígena ao convívio pacífico com o colonizador e utilizar seu trabalho agrícola para sustentar as regiões onde ocorria a exploração mineral.

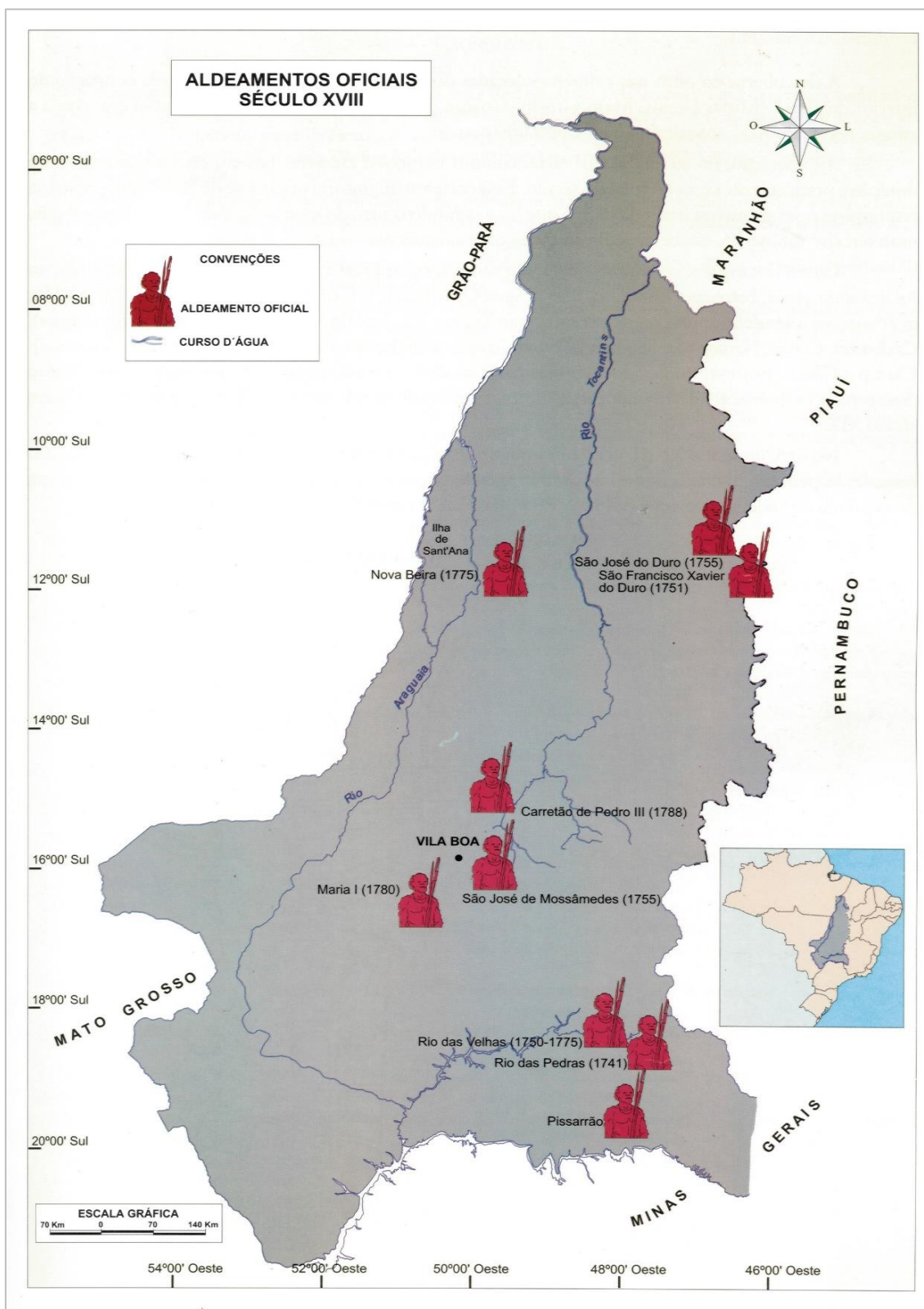
Essa ideia foi aplicada no Oeste Goiano na primeira metade do século XVIII, com a fundação da aldeia São José de Mossâmedes. Foram conduzidas para essa localidade, várias nações indígenas, dentre elas, aquelas que sobreviviam próximo ao Rio Vermelho, Rio Claro, Pilões e Caiapó, que eram áreas de exploração mineral no referido período, como destacado no relato de Pohl (1976, p.152):

[...] A aldeia de São José de Mossâmedes era destinada a alojar as tribos Acroás, Javaés e Carajás, que para lá haviam sido trazidas. Estes extinguíram-se, mais tarde, sendo o local povoado com os Caiapós, dos quais haviam tentando civilizar várias hordas [...] esta povoação forma um grande quadrilátero de ângulos irregulares, nos quais foram levantados edifícios pequenos, com sobrado, para alojamento dos oficiais que geralmente acompanham o Governador.

A aldeia de São José de Mossâmedes foi construída próximo de Vila Boa (capital da capitania de Goiás), um dos mais importantes núcleos do garimpo até o final do século XVIII (ver figura 4). O local para implantação do aldeamento foi estrategicamente escolhido e isso pode ser percebido pela distância¹ em relação aos rios mencionados no parágrafo anterior, o que evidencia um processo de segregação socioespacial induzido pela atividade mineradora.

¹ A distância da aldeia até Vila Boa (área de extração do ouro no Rio Vermelho) era de aproximadamente 40 km. Já da aldeia até o Rio Claro e dos Pilões (área de exploração de diamante), somavam-se, aproximadamente, 120 km.

Figura 4 - Localização dos aldeamentos indígenas no século XVIII



Fonte: Rocha (2001).

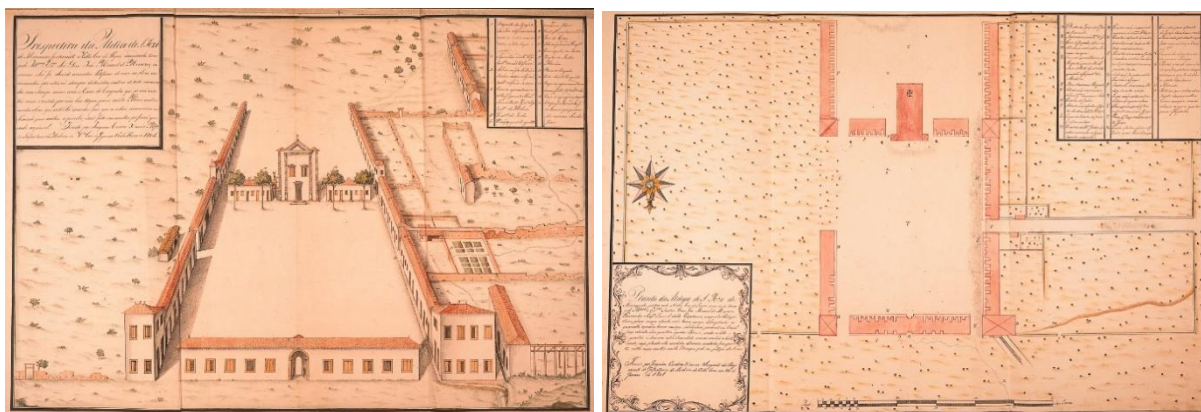
Próximo à aldeia São José de Mossâmedes, em 1780, foi estabelecida a Aldeia Maria I. Segundo Chaim (1983), o propósito da construção desse assentamento era realocar os

indígenas Kayapó, que obstruíam a passagem das caravanas pelas estradas que permitiam deslocar até São Paulo (ver figura 7). Com a ajuda dos intérpretes, os sertanistas estabeleceram contato com os indígenas, persuadindo-os a se deslocarem para a Aldeia Maria I. No entanto, em 1813, os indígenas aldeados abandonaram a localidade e foram convencidos por Damiana da Cunha a se dirigirem para o aldeamento São José de Mossâmedes.

A conversão dos povos indígenas ao cristianismo foi uma forma de exercer o domínio sobre eles, criando um ambiente favorável para o processo de ocupação e exploração do território. Esse foi o papel desempenhado por Damiana da Cunha, sacerdotes, padres e jesuítas no período colonial. A construção de uma igreja foi um evento simbólico dessa conversão. Olanda (2001, p.27) lembra que “os índios aldeados reivindicaram, em uma audiência com o governador da capitania, a presença de um sacerdote para a realização dos rituais católicos”. Atendendo ao pedido, foi construída uma igreja, como pode ser percebido na figura 3.

Além das finalidades descritas anteriormente, a aldeia desempenhava papel crucial no desenvolvimento da agricultura de subsistência e de abastecimento das regiões mineradoras, especialmente onde a exploração do ouro não era viável. Conforme indicado em algumas imagens encontradas nos arquivos históricos do Museu das Bandeiras, a aldeia incluía uma igreja, uma praça, uma residência para os responsáveis pela vigilância, bem como moradias para o vigário e outras pessoas. Também havia estruturas como curral, quartéis para os indígenas, cemitério, casa de tecelagem de algodão, depósito de mantimentos, engenho para processamento de mandioca e cana-de-açúcar, plantação de bananas, pomar, moinho e pasto cercado, conforme demonstra a figura 5.

Figura 5 - Representação da Aldeia de São José de Mossâmedes no século XVIII



Fonte: Acervo histórico do Museu das Bandeiras.

Na figura 5, é possível observar a estruturação de um núcleo habitacional e de espaços dedicados à produção agrícola. A instalação de casas e de equipamentos de segurança na aldeia São José de Mossâmedes, ainda que lentamente, contribuiu para a formação de um núcleo urbano que “[...] duas décadas após a independência da colônia (1845), foi elevado à condição de distrito do município de Itaberaí” (Olanda, 2001, p.30) e, na segunda metade do século XX, foi criado o município. Esses acontecimentos qualificam como esses aglomerados se tornaram verdadeiras “obras urbanizadoras” que, além de abrir espaço para a exploração do ouro e do diamante no século XVIII, plantaram as sementes de uma vida urbana que floresce nos dias atuais.

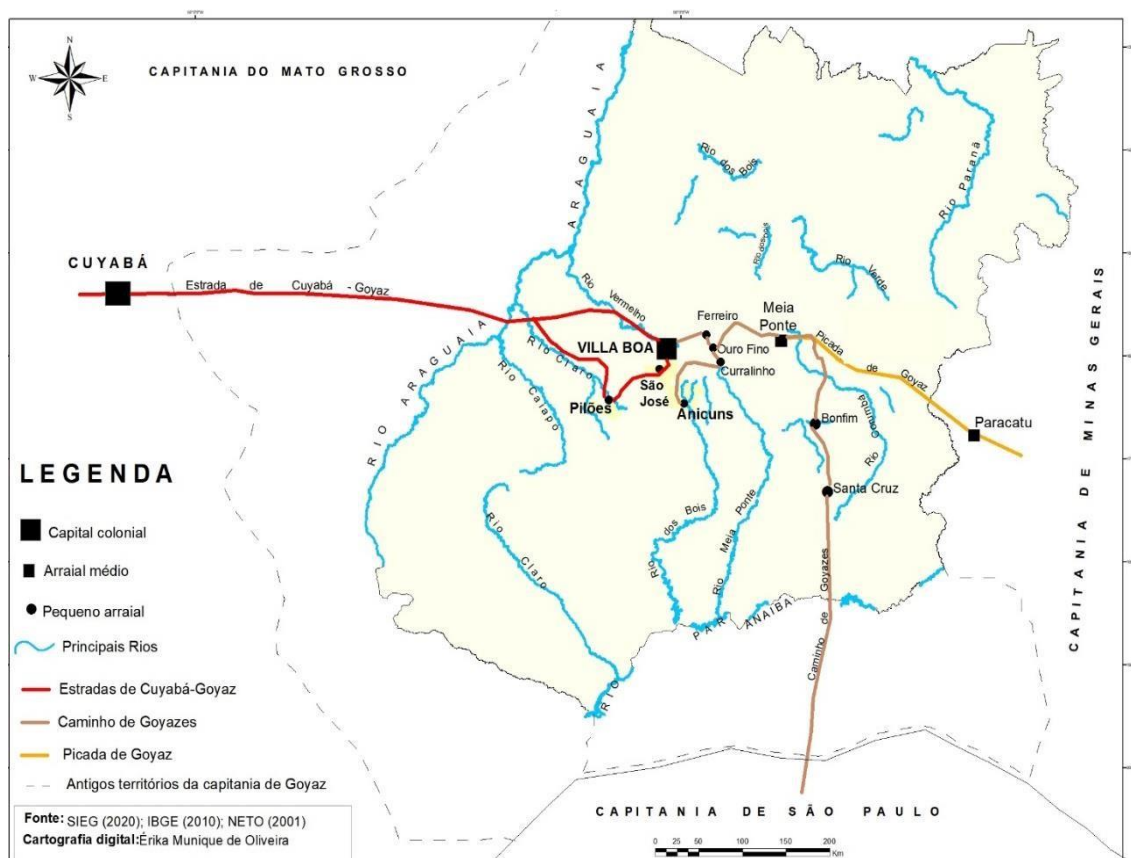
A partir de 1763, conforme destacado por Chaim (1983), diversos fatores influenciaram a expansão do povoamento no território goiano, que, até então, estava majoritariamente ligada à atividade mineradora. No entanto, no Oeste Goiano, a mineração ainda persistia como o principal impulsionador do povoamento, e é nesse contexto que surge o povoado de Guanícuns (1763), hoje conhecido como Anicuns. Sua origem está diretamente associada à atividade mineradora, como relatado na enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, 1958, p.39): "Anicuns teve sua origem na mineração. Os primeiros habitantes que ali convergiram foram em busca do ouro que se encontrava com abundância e de fácil extração". Na figura 6, é possível observar a localização dos primeiros núcleos urbanos na região como resultado da atividade mineradora e da política de aldeamento no século XVIII.

mercadorias das cidades litorâneas para as áreas auríferas, seguindo várias direções, conforme assinala Barbo & Ribeiro (2015, p.274):

O primeiro caminho dirigia-se para o leste e depois para o sul, passando por Paracatu, em Minas Gerais, até a Capitania do Rio de Janeiro, era conhecido como Picada de Goiás; outro seguia na direção oeste, passava por Cuiabá e seguia até Vila Bela, na Capitania de Mato Grosso, era a Estrada de Cuyabá; o terceiro também conhecido como a Estrada da Bahia ou Caminho dos currais e Bahia, dirigia-se para o leste e depois para o norte, passando por Couros e São Domingos até Salvador; o quarto caminho levava a todos os arraiais do norte de Goiás, chamado de Estrada do Norte e por fim, o quinto seguia na direção sul/sudeste, passava por Mogi e fazia a ligação com São Paulo, sendo, na verdade, o primeiro caminho oficial da região, mais conhecido como Caminho de Goyazes.

Como a maioria das viagens eram realizadas majoritariamente pelas vias fluviais, as rotas terrestres significaram a ampliação das possibilidades de trocas entre os núcleos urbanos no século XVIII, ao mesmo tempo, que colocaram em evidência a constituição de uma rede embrionária no Oeste Goiano, conectando núcleos urbanos com outras partes do território brasileiro (figura 7), permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de relações comerciais.

Figura 7 - Oeste Goiano – estabelecimento da rede embrionária a partir das conexões e interações entre os núcleos urbanos no século XVIII



Fonte: Elaboração da autora.

A estrada que permitia a conexão com o Oeste Goiano seguia pelo Rio Vermelho passava pelo Rio Claro e, no retorno à capital colonial, seguia o mesmo trajeto, passando pelo povoado de Pilões e São José (Mossamedes). Para alcançar a metrópole principal, a estrada uniu-se ao caminho de Goyazes que passava em Ferreiro, Ouro Fino, e seguia para Meia Ponte, Bonfim, Santa Cruz e adentrava São Paulo. Essa estrada se tornou o caminho mais curto para acessar os principais núcleos do garimpo e contribuiu para o comércio de Cuiabá, uma vez que existia apenas uma rota fluvial que permitia chegar até a metrópole principal (Lemes, 2013).

Se a estrada de Cuiabá-Goiás representou para o Mato Grosso a oxigenação necessária para o florescimento econômico, no Oeste Goiano, viabilizou as trocas e conexões entre os núcleos urbanos. Por essa estrada, circulavam ouro em pó, mantimentos básicos e pessoas ligadas ou não ao governo, que levavam informações e buscavam novas áreas para exploração. Circulavam também missionários e povos indígenas que eram levados para os aldeamentos. A análise de documentos encontrados no arquivo histórico do Museu das Bandeiras, dentre eles, uma ordem régia, determinando o envio de pessoas e mantimentos para

a Aldeia São José de Mossâmedes, em 1774, comprova os fluxos por essa estrada:

O Doutor Provedor da Real Fazenda mande pela Repartição Competente assistir com milho, e feijão na nova Aldeya de São Jozé de Mossamedes aos Indios, e mais pessoas necessarias ao dito estabelecimento, que para la tenho enviado; proporcionando a rassam a huma quarta de milho por Semana, e hum prato de feijão em quanto da Rossa, que mandei fazer, se não colhem estes generos. Villa boa quinze de Novembro de mil sete centos, setenta, e quatro. Com a Rubrica de Sua Excellencia (Brasil, 1774, fl. 35).

Outro documento encontrado no acervo do museu foi uma carta escrita ao representante da coroa, Marechal de Campo Joaquim, em 1788, solicitando o envio de quatro rezes (gado) para a Aldeia São José de Mossâmedes, o que reforça mais uma vez o fluxo de informações, pessoas e mercadorias ao longo da mencionada estrada.

A Junta da Real Fazenda me ordena avize a Vossa Senhoria para que logo mande por na Aldea de S. Joze de Mossamedes quatro Rezes, para sustento dos Indios Chavantes, que ali se achão, a entregar ao Alferes Regente Izidoro Rodrigues da Silva de quem Vossa Senhoria cobrara Recibo, que apresentara nesta Junta, para se lhe levar em Conta. Deos Guarde a Vossa Senhoria. Villa Boa, 24 de Novembro de 1788 (Brasil, 1788, fl. 60v).

Em um ofício datado dos anos 1830, encontra-se uma autorização para o envio de mantimentos a Damiana da Cunha, que estava nas proximidades do Rio Claro e Pilões. Seu propósito era persuadir os indígenas Caiapó que habitavam essas áreas, a fim de conduzi-los à Aldeia São José de Mossâmedes para facilitar a extração de diamantes na região. Esse documento, além de evidenciar as ações de Damiana da Cunha, confirma o fluxo de “missionários” e povos indígenas pelas estradas mencionadas.

Para cumprir a Portaria do Illmo. e Exmo. Prezidente em data de hoje, e Despacho de V. S. da mesma data que determina se entregue a Damiana da Cunha entre outros mais artigos, hum rolló de fumo e três facoens, para levar para o mato na Campanha em que vay a pacificar os Indios Caiapós, e trazelos para a Aldéa de S. Jozé. O fumo achei quem vendesse por oitocentos reis e os facoens tem no Armazem más sem cabo e disconcertados e o ferreiro pede mil duzentos para compolos e ficarem em estado de servirem. V. S. determinará o que devo fazer. Goyás, 15 de Mayo de 1830 (Brasil, 1830, pct. nº 1680).

A circulação de “missionários” e povos indígenas ao longo das estradas coloniais é evidenciada na pesquisa de Chaim (1983, p. 119), que relata:

Os índios Karajá e Javaé foram transferidos em 1780 para São José de Mossâmedes, por ordem do Governador Luís da Cunha Menezes, [...] vindos do aldeamento de Nova Beira, situado na Ilha do Bananal, próximo ao Presídio de São Pedro do Sul (ver figura 4).

O deslocamento era feito principalmente pela estrada Goiás-Cuiabá, alcançando o

Rio Araguaia e seguindo o seu curso até Nova Beira, que hoje corresponde à cidade de Formoso do Araguaia, no estado do Tocantins.

A agricultura e a criação de animais na Aldeia São José de Mossâmedes também alimentavam os fluxos de informações, mercadorias e pessoas durante esse período, como mencionado anteriormente. Tudo o que era produzido atendia às necessidades locais, além de abastecer as regiões auríferas. Monteiro (1974) *apud* Olanda (2001, p.51) discutem essas atividades nessa localidade.

A agricultura esteve vinculada à implantação da Aldeia de São José, no final do século XVIII, considerando que foram destacados pela Coroa Portuguesa, um administrador para as “roças” e outro para a fazenda de gado. A mão-de-obra abundante era formada pelos índios aldeados.

Em uma pesquisa sobre as práticas agrícolas na Aldeia, foi encontrado um documento datado de 15 de julho de 1827 no Museu das Bandeiras (ver anexo 4), que menciona uma diversificada produção agrícola na Aldeia São José de Mossâmedes, incluindo milho, feijão, arroz, algodão e mandioca, além da criação de gado. Essa produção não só supria as necessidades da aldeia, mas parte dela era encaminhada para Vila Boa, onde estavam localizados os armazéns.

Após serem analisados os processos e as ações que impulsionaram a ocupação, o povoamento e a formação dos primeiros núcleos urbanos em Goiás e no Oeste Goiano, assim como o surgimento de uma rede embrionária nessa região, segue-se para o próximo capítulo.

4 CAPÍTULO II

ESTRUTURAÇÃO REGIONAL, EXPANSÃO DA REDE EMBRIONÁRIA E A ASCENSÃO DE NÚCLEOS URBANOS NO OESTE GOIANO

O encerramento do ciclo do ouro anunciou uma nova fase na geografia da organização socioespacial em Goiás. Essa fase, caracterizada pela ênfase na agricultura e na pecuária, conforme Caio Prado Júnior (1994), estabeleceu os alicerces para a constituição do Brasil contemporâneo.

A transição para essa nova etapa foi frequentemente vista como um período de estagnação, possivelmente, devido ao deslocamento demográfico resultante do declínio da mineração, o que contribuiu para o esvaziamento populacional de vários arraiais fundados no século anterior. No entanto, é importante salientar que o território goiano não deixou de ser povoado; houve, na verdade, uma mudança na residência da população, que passou a se concentrar principalmente na área rural.

Somente no final da primeira metade do século XIX, especialmente no Oeste Goiano, é que as áreas urbanas começaram a ressurgir com os patrimônios. A pesquisa apresentada neste capítulo revela que o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, impulsionado por iniciativas governamentais, não apenas sustentou a ocupação do espaço regional após o término do ciclo do ouro, como também estimulou o surgimento de novos núcleos urbanos e a expansão de infraestruturas de transporte, facilitando o crescimento e a ascensão de núcleos urbanos no século seguinte.

4.1 A emergência de novas nucleações

Durante o período da mineração, poucas fazendas se dedicavam à agricultura e a pecuária, pois não havia estímulo para o desenvolvimento dessas atividades, uma vez que a economia estava centrada na mineração. As propriedades rurais que se formaram nesse período estavam situadas nas proximidades dos principais arraiais minerais, sendo desenvolvidas até mesmo nos aldeamentos como visto no capítulo anterior. Como os núcleos da mineração geralmente estavam em terrenos muito íngremes e nas margens de rios, a agricultura e a pecuária eram praticadas em áreas planas, com pouca inclinação. A produção resultante era limitada e voltada principalmente para o autoabastecimento de algumas poucas áreas.

Com o encerramento do circuito de exploração mineral, iniciaram-se os esforços para promover a agricultura e a pecuária, tanto por parte do governo português quanto da população que permaneceu em Goiás. Como estímulo, propriedades foram concedidas através

do regime de sesmarias e, com isso, os mineiros foram incentivados a dedicar-se à lavoura (Palacin, 1976).

A atividade exportadora começou a desenvolver-se com o novo regime político instaurado em 1822², período em que houve novos incentivos à ocupação de terras devolutas mediante a promulgação da lei nº 11 em 1838. Por meio dessa lei, o governo imperial isentou os ocupantes de terra por dez anos do pagamento de dízimos e impostos (Souza, 1985).

Na terceira década do século XIX, os produtos cultivados passaram a ser exportados para Bahia e Minas Gerais. Assim, o açúcar, o algodão, a marmelada e o couro passaram a ser produzidos e comercializados. O desenvolvimento dessas atividades apesar de não ter ocorrido de maneira uniforme e intensa foram importantes para inserir Goiás na rede de exportações (Souza, 1985).

Nesse cenário, baianos, mineiros e paulistas identificaram oportunidades de enriquecimento por meio do desenvolvimento da pecuária e agricultura. Suas expectativas foram estimuladas pela concessão de terras pelo governo português, resultando em um intenso processo migratório. No Oeste Goiano, famílias como Vilela, Goulart, Cardoso, Faria, Leite, Leão, Silva, Monteiro e Oliveira estabeleceram-se e começaram a desenvolver a produção agrícola e pecuária voltada para exportação (Gomis, 1998).

Essas famílias foram beneficiadas pelo Decreto Imperial nº 1.318 de 1854 (Brasil, 1854), que garantiu a posse da terra e o direito à fundação de povoações, a abertura de estradas e outras utilidades públicas. Essa medida governamental possibilitou a formação de patrimônios. Os patrimônios foram cruciais para a gênese de nucleações no meio rural, uma prática que remonta ao período colonial e ganhou destaque no século XIX (Azevedo, 1951). A formação de patrimônios envolvia a doação de terras a uma autoridade eclesiástica para a construção de uma capela. Essas doações não ocorriam por acaso; o doador, geralmente um fazendeiro, esperava obter lucro com a valorização da área ao redor da capela, podendo, assim, comercializar lotes de terra.

Gomes e Teixeira Neto (1993) destacam que, juntamente com as capelas, emergiam os comércios, impulsionando o lugarejo ao se transformar em um local de encontros sociais, trocas de mercadorias e interação entre as pessoas. Essas interações propiciavam o surgimento de negócios, promovendo a conexão entre os habitantes rurais e esses locais, que gradativamente se transformavam em povoados.

Em decorrência disso, surgiram também os loteamentos de cuja realização o

²Estabelecimento do regime monárquico no Brasil.

governo também participava direta ou indiretamente. De acordo com Azevedo (1951), a primeira manifestação nesse sentido ocorreu com o sistema de sesmarias e, a segunda, se deu a partir da comercialização de terras nas grandes fazendas. O objetivo residia em consolidar um aglomerado urbano e assim obter lucro por meio da venda de lotes. Muitas cidades goianas, conforme Gomes e Teixeira Neto (1993), surgiram a partir da formação de patrimônios e da comercialização de terras ao redor deles.

A formação dos patrimônios no Oeste Goiano se desenvolveu a partir do século XIX, em resposta a um novo contexto econômico estabelecido em Goiás, caracterizado pelas atividades agrícola e pecuária. Esse processo baseava-se em doações realizadas pelos proprietários de terra, geralmente alinhadas à comercialização dessas terras.

Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, passou-se a exigir o pagamento de impostos pela área ocupada. Como medida para evitar a perda da terra devido à falta de pagamento dos impostos, os fazendeiros faziam "doações" de terrenos. Essas doações eram destinadas às paróquias ou aos pequenos agricultores, que, por sua vez, construíam igrejas, casas ou pequenos comércios, formando, assim, os povoados (Gomis, 1998). O quadro 1 apresenta os povoados que emergiram no século XIX como resultado dessas ações.

Quadro 1 - Oeste Goiano: núcleos urbanos que emergiram no século XIX

Povoados	Gênese
Torres do Rio Bonito (Caiapônia)	1845
São Sebastião do alemão (Palmeiras de Goiás)	1850
São Luís de Montes Belos	1857
Nazário	1860
Cachoeira de Goiás	1892
Itapirapuã	1892
Bota-fumaça (Paraúna)	1900

Fonte: IBGE (1958); IBGE (2019).

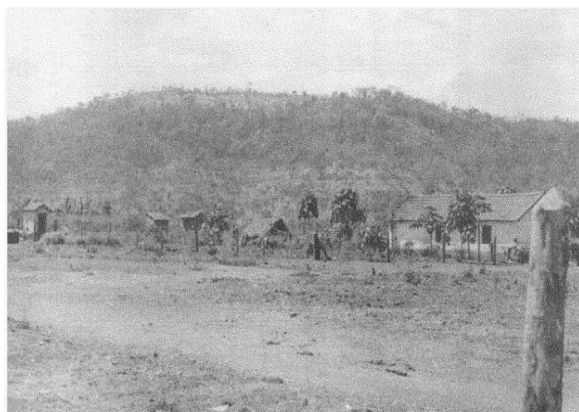
Torres de Rio Bonito (Caiapônia), São Sebastião do Alemão (Palmeiras de Goiás) e Paraúna (Bota-Fumaça) tiveram origem nos patrimônios. Na época de seu surgimento, entre os anos de 1845 e 1900, José do Carmo Goulart e o tenente Antônio Martins Ferreira de Andrade, que possuíam terras nessas localidades, doaram parte delas para a construção de uma capela dedicada a um santo católico. Essa iniciativa dos fazendeiros despertou interesses especulativos, uma vez que o local escolhido para o patrimônio ficava próximo a um córrego que fornecia água para grande parte dos agricultores ao redor de suas propriedades. Não demorou muito para que o povoado se formasse e as terras se valorizassem (IBGE, 1958).

Nazário, Bota Fumaça (Paraúna) e Cachoeira de Goiás compartilham contextos

semelhantes de formação. Ambos os povoados surgiram após a promulgação da lei de terras. Pressionados e temendo perder suas propriedades pela falta de registro das terras, Nazário Pereira de Oliveira e Manoel Fernandes Pereira decidiram doar parte de suas terras para agricultores, com o objetivo de promover o povoamento ao redor delas. Após as doações, foram construídas capelas em homenagem a santos católicos. Além das capelas, uma parte das terras também foi doada para a construção de outros patrimônios, o que evidencia, mais uma vez, uma ação baseada na comercialização da terra e, principalmente, no objetivo de estabelecer um aglomerado urbano (IBGE, 1958).

São Luís de Montes Belos, localizada na área da antiga Fazenda São Luís, teve seu início em 1857, quando a família Cerqueira Leão, originária de Minas Gerais, se estabeleceu na área para a produção de cana-de-açúcar e para o desenvolvimento da pecuária. No mesmo ano, uma estrada foi aberta, conectando a capital da Província ao Mato Grosso (IBGE, 1958). Essa estrada passou pelas terras de José Netto Cerqueira Leão Sobrinho e impulsionou o povoamento ao longo da via, resultando na formação de São Luís de Montes Belos. O termo "Montes" no nome do núcleo urbano foi atribuído devido à geomorfologia do local, como pode ser observado nas figuras 8 e 9:

Figura 8 - Parte da fazenda e, no alto, um monte que compõe o nome da cidade



Fonte: IBGE (1958).

Figura 9 - Primeiras casas construídas ao longo da estrada que foi aberta no interior da fazenda em São Luís de Montes Belos



Fonte: IBGE (1958).

O desenvolvimento do núcleo urbano na área da fazenda São Luís não foi fruto do acaso, mas sim de uma estratégia política estrategicamente planejada. As informações disponíveis no acervo da Prefeitura Municipal de Montes Belos corroboram essa afirmação:

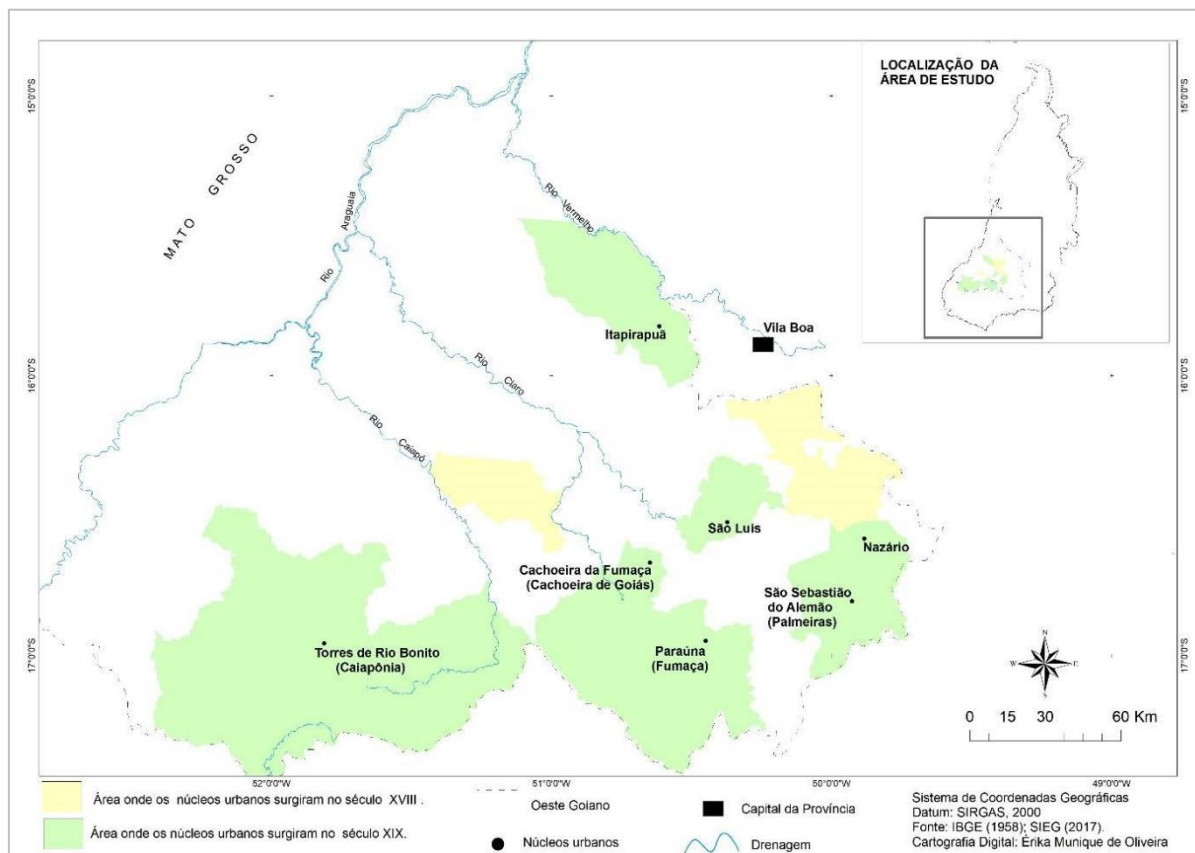
A região de São Luís de Montes Belos pertencia ao distrito de Mossâmedes, conseqüentemente, ao município da Cidade de Goiás, onde José Netto era vereador. Firminópolis era um município criado após a abertura política, que

quis se apossar das fazendas da região de São Luís para cobrar impostos. Ao ter conhecimento das invasões, José Netto convocou uma reunião em julho de 1948 para dar início à emancipação de São Luís de Montes Belos. Com a autorização do prefeito, o fundador adquiriu mais terrenos nos arredores da fazenda que pertencia à sua família. Às margens do "Barreirinho", José Netto junto com seu irmão Jutair Netto e os pioneiros da cidade, construiu ranchos, um galpão, uma farmácia, alojamento, armazém, açougue e uma cadeia, dando início a construção de São Luís de Montes Belos (Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos, 2023, p.1).

De acordo com as informações do acervo pesquisado, pode-se inferir que a iniciativa de José Netto impulsionou a valorização das propriedades de sua família, com a construção de casas, farmácias, armazéns e outros estabelecimentos nos arredores da propriedade. Além disso, conquistou apoio político na região, o que culminou em sua eleição para o cargo de vice-prefeito, quando São Luís de Montes Belos foi elevada à categoria de município.

Itapirapuã também revela uma ação pautada em estratégias políticas em seu contexto de formação. O surgimento desse núcleo urbano ocorreu no período em que esforços foram feitos para ampliar o domínio político territorial. Entre as medidas tomadas com esse propósito, destaca-se a construção de uma linha telegráfica na área onde atualmente se localiza o município. Essa linha conectou Goiás com Uberaba (MG) e incentivou um fluxo migratório que contribuiu para o desenvolvimento do povoado (Saad, 1978). A figura 10 representa os núcleos urbanos que emergiram no século XIX, em decorrência dos patrimônios.

Figura 10 - Oeste Goiano – núcleos urbanos que surgiram a partir dos patrimônios no século XVIII



Fonte: Elaboração da autora.

As configurações urbanas, conforme observado, mostram uma organização espacial diferente, não estando tão próximas dos principais rios como anteriormente. Essa característica está alinhada à formação dos patrimônios, que surgiram em resposta ao novo contexto econômico caracterizado pela pecuária e agricultura.

A transição para o século XX marcou o surgimento de novas estratégias de ocupação, povoamento e desenvolvimento de infraestruturas no território goiano (Bertran, 1978). Esses acontecimentos influenciaram o comportamento e, principalmente, a configuração regional do Oeste Goiano.

Esse cenário começou a se delinear durante a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, com a escassez de alimentos gerada na economia do Sudeste brasileiro devido à sua concentração na atividade cafeeira. A crescente necessidade por alimentos ressaltou a importância econômica de Goiás no mercado, estimulando o desenvolvimento de políticas e ações para suprir essa demanda em ascensão. Segundo Bertran (1988), foi nesse momento que o processo de ocupação e povoamento recebeu novo impulso. As áreas ocupadas nas primeiras

décadas do século XX, direcionadas para essas novas demandas, tornaram-se propícias para a formação de patrimônios e o surgimento de povoados, como Água Limpa, atualmente conhecida como Jandaia.

Água Limpa (atualmente Jandaia) teve sua origem vinculada ao patrimônio, através de doações destinadas à construção da Capela Nossa Senhora da Abadia. Com a edificação da capela, várias construções emergiram, contribuindo para a formação do povoado. Outras localidades, como Baliza, Santa Luzia (hoje Aurilândia) e Bom Jardim de Goiás, também surgiram nesse período, embora seu contexto de formação esteja relacionado à exploração mineral.

Na década de 1930, uma nova ordem política emergiu no país, levando a uma tomada de poder que moldou uma prática político-ideológica centrada em novas estratégias de ocupação e povoamento do interior brasileiro. Essa iniciativa capitalizou os efeitos da crise de 1929 e estabeleceu as bases para a formação do complexo urbano-industrial no Brasil. Para tanto, foi elaborado um plano estratégico conhecido como "Marcha para o Oeste", com vistas à expansão do modelo capitalista de produção.

Esse plano estratégico estava fundamentado em uma ideologia agrária que, conforme Bertran (1988, p.89), “oferecia ao país a panaceia reconvertedora das populações de desempregados nas regiões cafeeicultoras, transmutadas em proprietárias agrícolas nas frentes de expansão de Goiás e Mato Grosso”. Isso resultou em grandes projetos voltados à ocupação e exploração de novas áreas, como a Fundação Brasil Central e a Expedição Roncador, além da transferência da capital para Goiânia e a construção e expansão de estradas de rodagem, que tiveram um impacto significativo no Oeste Goiano. Como resultado imediato dessa política econômica, ocorreu um intenso fluxo migratório para Goiás e um aumento expressivo de novos núcleos urbanos na região a partir da década de 1930, como evidenciado no quadro 2.

Quadro 2 - Oeste Goiano- núcleos fundados a partir da década de 1930

NÚCLEOS	ANO DE FUNDAÇÃO	NOME ANTERIOR
Santa Bárbara de Goiás	1930	_____
Turvânia	1930	Poções
Córrego do Ouro	1934	_____
Ivolândia	1939	Boa Vista
Avelinópolis	1939	Mata da Aparecida
Firminópolis	1940	_____
Israelândia	1942	_____
Aragarças	1943	Deixado
Santa Fé de Goiás	1943	Santa Fé do Paraíso
Sanclerlândia	1943	Barreirinho
Fazenda Nova	1945	Campão
Jussara	1945	Colônia da Água Limpa
Americano do Brasil	1946	Olhos D'água
Diorama	1946	Aropi
São João da Paraúna	1946	São João
Jaupaci	1948	Monchão do Pacu
Piranhas	1948	_____
Buriti de Goiás	1948	_____
Doverlândia	1948	_____
Palminópolis	1949	São Bento
Novo Brasil	1949	_____
Amorinópolis	1949	Campo Limpo
Britânia	1950	_____
Campestre de Goiás	1950	_____
Palestina de Goiás	1954	_____
Montes Claros de Goiás	1956	Salobinha
Arenópolis	1956	Patrimônio de Areia
Adelândia	1962	_____

Fonte: IBGE (1958); IBGE (2019).

É relevante destacar que, a partir das fazendas que foram estabelecidas em decorrência dos projetos governamentais implementados a partir da década de 30, surgiram os patrimônios do século XX. Através das concessões de terras para a construção de capelas/igrejas, escolas e loteamentos de glebas, foram constituídos os povoados de Santa Bárbara (1930), Poções (hoje, Turvânia), em 1930, Boa Vista (atualmente, Ivolândia), em 1939, Firminópolis (1940), Santa Fé do Paraíso (agora, Santa Fé de Goiás), em 1943, Barreirinho (conhecido como Sanclerlândia), em 1943, Campão (atualmente, Fazenda Nova), em 1945, Aropi (atual Diorama), em 1946, São João da Paraúna (1946), Buriti de Goiás (1948), São Bento (hoje, Palminópolis), em 1949, Britânia (1950), Campestre de Goiás (1950), Palestina de Goiás (1954), Salobinha (atualmente, Montes Claros de Goiás), em 1956, Novo Brasil (1949),

Patrimônio de Areia (Arenópolis), em 1956, e Adelândia (1962).

A consolidação do meio urbano foi um projeto político intencional durante o Estado Novo. No Oeste Goiano, isso se evidencia nos esforços de ocupação, nas doações e, sobretudo, nos loteamentos de terras devolutas e na articulação estabelecida com agentes internos para projetos de urbanização, como foi o caso de Itajubá (atual Iporá), anteriormente conhecida como Rio Claro.

Israel de Amorim foi um dos agentes internos que, tendo se aliado a Getúlio Vargas atuou na construção de Itajubá (atual Iporá) e na comercialização de terras devolutas de antigos latifundiários. Conforme destacado por Gomis (1998, p.101),

Ele vendia os lotes para receber quando os agricultores pudessem pagá-los com a sua própria produção. E fornecia ainda cereais e empréstimos aos que estavam descapitalizados, até que realizassem as primeiras colheitas. Tudo bancado com capital próprio, pois nessa época já havia se tornado, segundo suas próprias palavras e de depoentes, o homem mais rico de Iporá.

Além de Itajubá (atual Iporá), Israel de Amorim esteve envolvido na criação de outros núcleos urbanos, como Monchão do Vaz (hoje Israelândia) e Monchão do Pacu (hoje Jaupaci) que surgiram com a extração mineral. As iniciativas lideradas por Israel Amorim durante o período do Estado Novo foram fundamentais para conquistar espaço na política em diferentes momentos, como demonstrado no quadro 3.

Quadro 3 - Cargos políticos ocupados por Israel de Amorim, entre 1949 e 1971

Cargo político	Período
Prefeito de Iporá	1949-1953
Deputado estadual	1955-1959
Deputado estadual	1959-1963
Prefeito de Israelândia	1967-1971

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (2021).

Nota-se que as ações desenvolvidas por esse agente político foram estrategicamente planejadas. Ele se apropriou das condições econômicas e sociais da região para desenvolver seu projeto político, com vistas a ocupar cargos públicos.

Durante o governo de Vargas, houve um significativo surgimento de núcleos urbanos (conforme demonstrado no quadro 2). As políticas adotadas durante essa gestão tinham como objetivo a ocupação do interior do país, o desenvolvimento de infraestruturas e a promoção de uma nova estrutura econômica, com foco especial na expansão agrícola e pecuária. A criação de colônias agrícolas nacionais exemplificam bem esse projeto de expansão

econômica, que desempenhou um papel crucial no povoamento e na formação de núcleos urbanos no século XX, como demonstrado no estudo de Castilho (2012) sobre a formação de Ceres-GO. Na região do Oeste Goiano, a Colônia Agrícola do Água Limpa desempenhou um papel fundamental na formação do povoado de Jussara em 1945, período em que vários migrantes oriundos do município de Goiás se dirigiram para essa localidade em busca de terras férteis e contribuíram para sua constituição (IBGE, 1958). Outro exemplo relevante desse projeto foi a Expedição Roncador-Xingu, que teve papel determinante no surgimento de Aragarças.

O fim da gestão de Vargas não marcou o encerramento do projeto desenvolvimentista por ele iniciado, como destacado por Oliveira (2012). Isso é evidenciado pelo surgimento de novos núcleos urbanos no Oeste Goiano, como Buriti de Goiás, Doverlândia, São Bento (atual Palminópolis), Novo Brasil, Campo Limpo (atual Amorinópolis), Barreirinho (atual Sanclerlândia), Britânia, Campestre de Goiás, Montes Claros de Goiás, Palestina de Goiás, Arenópolis e Adelândia que surgiram em decorrência dos patrimônios. Como constatado, os patrimônios foram responsáveis pelo surgimento de aproximadamente 70% de nucleações na região do Oeste Goiano durante os séculos dezenove e vinte.

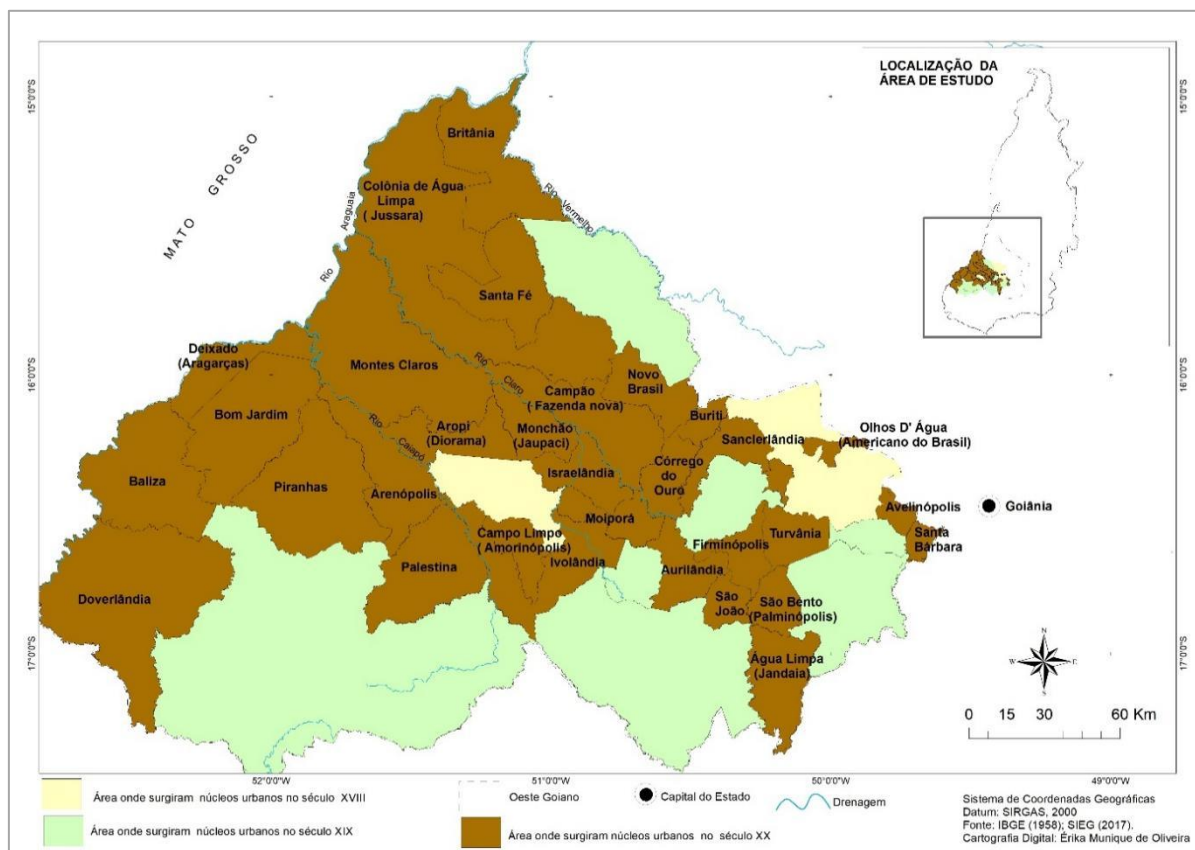
Além dos patrimônios, os pousos de tropas e boiadas também foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos na região de estudo nesse período. Conforme observado por Gomes e Teixeira Neto (1993), uma vez estabelecidos, os locais evoluíam para um pequeno comércio, prestação de serviços e entretenimento, culminando na formação de cidades. Amorinópolis (anteriormente, Campo Limpo) emergiu a partir de pouso de tropas e boiadas estabelecidos ao longo da estrada de leito natural aberta em direção à capital do estado de Goiás, em 1949. Da mesma forma, Doverlândia se desenvolveu com os pousos de tropas estabelecidos para o fluxo de pessoas em direção a Mato Grosso, que utilizavam as estradas de rodagem consolidadas na região.

É importante destacar que as estradas também desempenharam papel fundamental nesse processo, sendo importante fator de povoamento no decorrer do século vinte. O povoado de Piranhas, no Oeste Goiano, emergiu com a construção do leito natural da rodovia GO-03 (trecho Goiânia- Aragarças) durante as ações da Fundação Brasil Central, em 1948.

Como demonstrado, a ocupação do espaço rural se deu de forma rápida, mas a formação de novos núcleos urbanos no Oeste Goiano não acompanhou esse ritmo. Apesar de a maioria dos núcleos urbanos ter surgido entre os séculos XIX e XX (figura 11), o espaço regional levou mais de um século para se completar (ver quadros 1 e 2). Assim, verifica-se que

a emergência de um projeto urbanizador ocorreu a partir das ações empreendidas no Estado Novo.

Figura 11 - Oeste Goiano – Nucleações que emergiram no século XX



Fonte: Elaboração da autora.

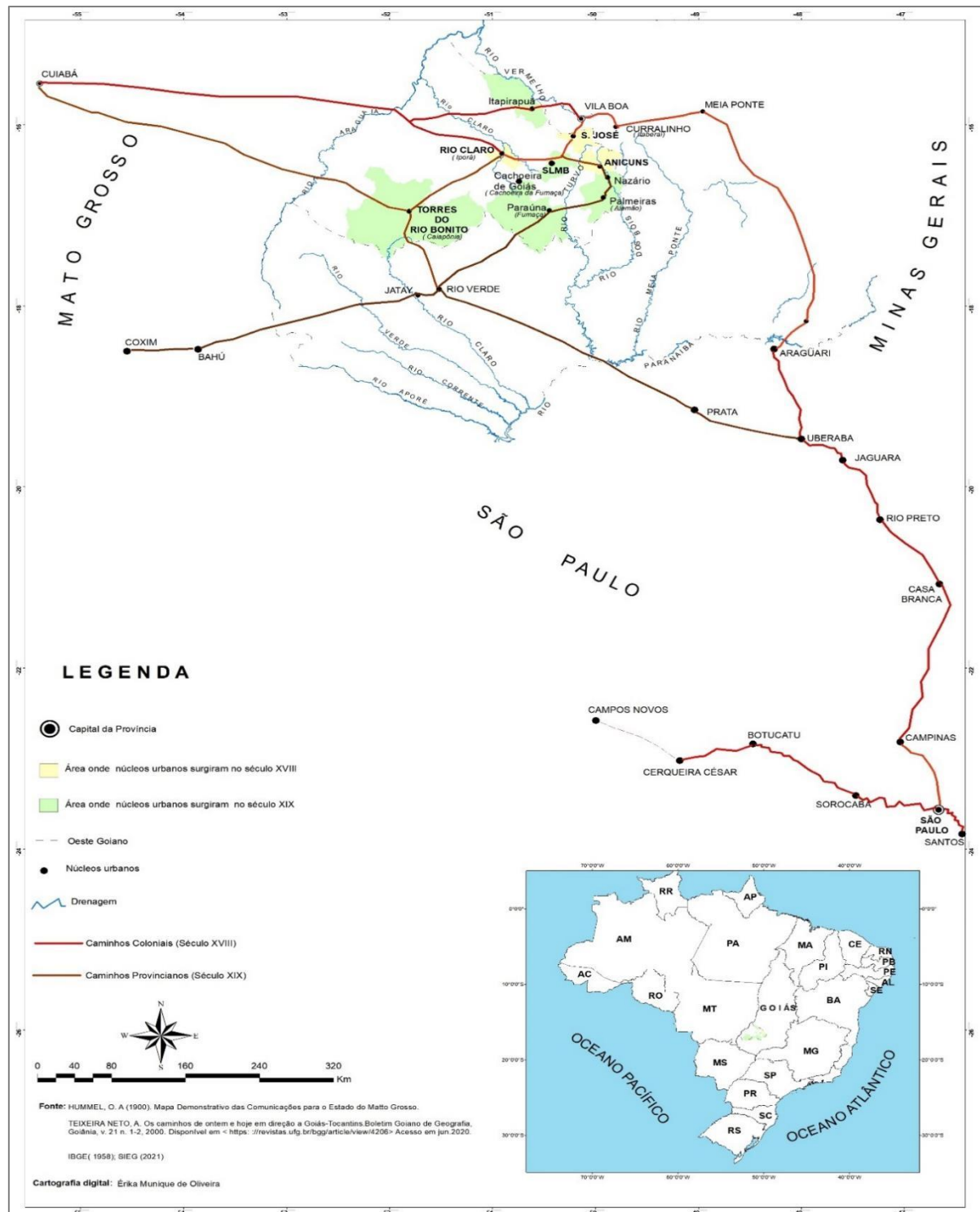
A formação da maioria dos núcleos no Oeste Goiano, conforme demonstrado na Figura 11, ocorreu principalmente durante o século XX, marcando o período de consolidação da estruturação regional da área de estudo. Paralelamente ao surgimento desses núcleos na região, houve a expansão da rede urbana embrionária, um aspecto que será discutido a seguir.

4.2 A expansão da rede embrionária

Conforme foi mostrado, a pecuária de exportação e a agricultura se tornaram as atividades econômicas mais importantes em Goiás a partir do século XIX. O gado era transportado para Minas Gerais e Bahia e os produtos agrícolas abasteciam o comércio interno por meio de trocas mercantis. O setor artesanal também se desenvolveu, e mercadorias como açúcar, café, algodão, arroz, aguardente e trigo já não faziam mais parte da agenda de importação. A única dependência persistente era a força de trabalho escravo (Bertran, 1978). Esse período foi marcado pelo avanço do sistema capitalista de produção, que resultou na

incorporação de novas áreas à produção e na expansão da rede embrionária no Oeste Goiano, como demonstra a figura 12.

Figura 12 - Oeste Goiano – Expansão da rede embrionária no século XIX



Fonte: Elaboração da autora.

A figura 12 ilustra a expansão da rede embrionária no Oeste Goiano. É notável que

as conexões e trocas foram ampliadas e se estenderam para outras localidades, em comparação com a rede embrionária estabelecida no século XVIII (ver Figura 7). A narrativa de Gomis (1998, p.54), ao discorrer sobre Rio Claro, reforça esse argumento:

[...] Estradas não faltavam ligando o povoado a outros logradouros. Ao cruzar o vau, para o oeste, a antiga estrada se bifurcava, indo uma para Cuiabá – via Bom Jardim e Baliza ou Registro do Araguaia – e a outra seguia para Torres do Rio Bonito (Caiapônia) e daí até Coxim, no extremo sul do Mato Grosso. Na direção sudeste, outra estrada se dirigia para Paraúna e Rio Verde já no século XIX. E quem saía em direção leste, tomava a antiga estrada imperial que levava a Vila Boa. Três vezes por semana chegavam os estafetas – mensageiros do correio imperial- conduzindo suas tropas e deixando as correspondências e encomendas na agência, e levando outras para Rio Bonito, Cuiabá ou para Vila Boa e daí para o resto do Brasil. Por estas vias precárias, circulavam também as caravanas de tropeiros, comerciantes – mascates e cocheiros viajantes – os boiadeiros tocando suas boiadas e ainda os comboios de carros de bois carregados de sal, tecidos, ferramentas e outros artigos manufaturados, em viagens que duravam até meses de penúrias. Vinham da capital, Uberaba, Uberabinha (Uberlândia), Coxim e de outros centros comerciais da época.

A transição do século XIX para o século XX foi marcado por mudanças no cenário econômico e político do Brasil. No econômico, houve uma maior integração de Goiás com o centro dinâmico da economia nacional, com notável desenvolvimento nos setores agrícola e pecuário, juntamente com a incorporação de novas áreas à expansão desses setores. Nesse sentido, os esforços foram pautados na extensão dos sistemas de transportes, o que possibilitou a expansão da rede embrionária.

Esse cenário teve origem durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e foi acentuado, em virtude da escassez de alimentos na economia do sudeste brasileiro, devido à sua forte dependência na produção de café. Durante esses períodos, a demanda por produtos alimentícios aumentou significativamente, especialmente entre os países em conflito, o que fortaleceu a economia goiana. Os produtos cultivados no interior foram exportados em grande volume, impulsionando o crescimento da agricultura em Goiás e consolidando o estado como um importante centro de exportação, conforme destacado por Bertran (1988).

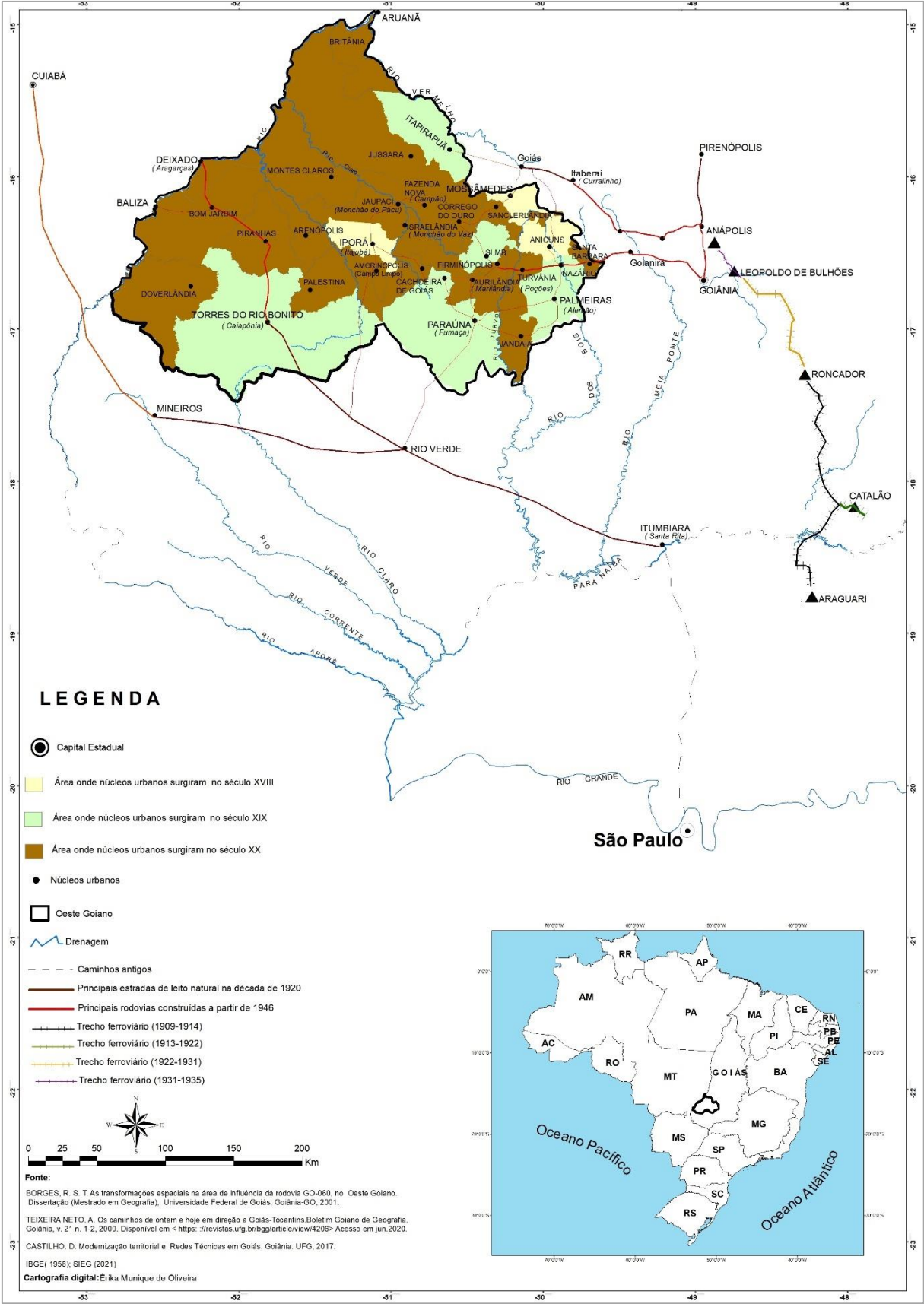
Além disso, o estabelecimento dos trilhos em Goiás, no início do século XX, teve um impacto significativo no desenvolvimento socioeconômico do país (Castilho, 2017). No entanto, devido à limitação da malha ferroviária em abranger todo o território goiano, as estradas de rodagem desempenharam um papel fundamental na região do Oeste Goiano. Essas estradas estabeleceram conexões com as estações ferroviárias e ampliaram a interação entre lugares e pessoas, integrando a região à economia Centro-Sul do país. Essa infraestrutura de transporte foi essencial para o desenvolvimento econômico de núcleos urbanos como Torres do Rio Bonito (Caiapônia), bem como para a produção econômica de Anicuns, Nazário, São

Sebastião do Alemão (Palmeiras de Goiás) e Bota-Fumaça (Paraúna).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, diversas ações foram implementadas, incluindo programas direcionados ao setor de transportes. Após o término dessa gestão, o território continuou a ser alvo de políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura viária. A criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e, no âmbito estadual, da Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás (CERG), são exemplos dessas iniciativas. Segundo Borges (2001), a CERG elaborou, na década de 1940, o primeiro Plano Rodoviário de Goiás, com o objetivo de conectar a nova capital goiana às regiões geoeconômicas de maior potencial agropecuário e fortalecer as relações com o centro econômico do país. No entanto, as metas estabelecidas no plano não foram alcançadas devido à falta de recursos financeiros (Nunes, 1984).

Essa estruturação foi planejada em resposta ao crescimento da atividade agropecuária, industrial e à necessidade de comunicação entre as unidades produtoras/consumidoras, além da incorporação de novos espaços ao projeto de exploração agrícola e de mercado. Especificamente no Oeste Goiano, observou-se uma maior integração de centros urbanos ao circuito de produção capitalista, como já mencionado Torres do Rio Bonito (Caiapônia), Paraúna (antiga Fumaça), Palmeiras de Goiás (antiga São Sebastião do Alemão) e Nazário, que se tornaram importantes entrepostos comerciais da produção industrial do Sudeste e de centros intermediários no processo de apropriação do excedente econômico produzido na região. A Figura 13 ilustra os caminhos, as interações e a expansão da rede embrionária no século XX.

Figura 13 - Oeste Goiano – Expansão da rede embrionária evidenciada pelas conexões e interações entre os núcleos urbanos no século XX



Fonte: Elaboração da autora.

A implementação de políticas direcionadas à infraestrutura em Goiás possibilitou a configuração da realidade representada na figura 13. Esses processos desempenharam um papel fundamental na ascensão de Torres do Rio Bonito (Caiapônia) no Oeste Goiano, um aspecto que será abordado no próximo tópico.

4.3 A produção econômica e a ascensão de Torres do Rio Bonito (Caiapônia) no Oeste Goiano

Conforme discutido anteriormente, a implementação do transporte ferroviário e das estradas de leito natural desempenharam papel crucial na produção agrícola do estado de Goiás, especialmente a partir de 1914. Nesse momento, a eclosão da Primeira Guerra Mundial gerou uma demanda crescente por suprimentos básicos, o que ampliou ainda mais as oportunidades de expansão da fronteira agrícola goiana.

Foi nesse contexto que Torres de Rio Bonito tornou-se uma importante localidade no cenário produtivo regional. A construção de uma estrada de rodagem até Rio Verde (ver figura 12) viabilizou a sua conexão com os mercados consumidores e possibilitou a articulação comercial do Oeste Goiano com as regiões dinâmicas do território brasileiro.

Para entender a constituição desse cenário, analisa-se, a partir de agora, os dados do recenseamento geral do Brasil em 1920³. Embora limitados quanto ao registro das atividades agrícola e industrial, corroboram a afirmação anterior sobre Torres de Rio Bonito (atual Caiapônia). No que diz respeito à produção agrícola, apenas os dados referentes ao cultivo de arroz foram apresentados, sendo este o grão mais cultivado em Palmeiras e Rio Bonito, conforme evidenciado na tabela 1.

Tabela 1 – Oeste Goiano: Produção de arroz em 1920

Municípios	Quantidade de estabelecimentos produtores	Produção total (Toneladas)	Beneficiado (Toneladas)
Anicuns	126	309,4	6,5
Palmeiras	425	850,2	51,8
Torres do Rio Bonito	239	396,5	—

Fonte: IBGE (1927).

³ É importante destacar que, nesse período, apenas três municípios do Oeste Goiano - Anicuns, Palmeiras de Goiás e Torres do Rio Bonito - haviam sido elevados à categoria de município e foram contemplados na pesquisa do IBGE (1927)

No campo da produção industrial, Torres do Rio Bonito ocupou novamente uma posição de destaque no cenário produtivo regional, seguido por Palmeiras, em segundo lugar, e Anicuns em terceiro, como pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 – Oeste Goiano: Indústria de processamento da cana-de-açúcar em 1920

Municípios	Açúcar	Aguardente e Álcool
Anicuns	31	4
Palmeiras	33	4
Torres do Rio Bonito	70	29

Fonte: IBGE (1927).

Os dados do recenseamento de 1940 ressaltam a importância assumida por Torres do Rio Bonito (atual Caiapônia) na produção regional. De acordo com a tabela 3, esse município destacou-se na produção de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, banana e laranja, ocupando também o segundo lugar na produção de feijão e milho. Anicuns, por sua vez, liderou a produção de feijão, milho e café, ficando em segundo lugar na produção das demais culturas, com exceção do algodão, banana e laranja (IBGE, 1952).

Tabela 3 – Oeste Goiano: Produção agrícola em 1939

Municípios	Arroz (toneladas)	Feijão (toneladas)	Mandioca (toneladas)	Milho (toneladas)	Cana-de-açúcar (toneladas)
Anicuns	1.944	713	612	6.273	2.279
Palmeiras	1.201	172	196	3.533	1.294
Paraúna	838	179	88	4.059	1.049
Torres de Rio Bonito	2.351	558	3.382	4.386	4.896
Municípios	Algodão (toneladas)	Banana (cachos)	Café (toneladas)	Fumo (toneladas)	Laranja (cento)
Anicuns	2	6.333	71	-	213
Palmeiras	15	2.484	10	-	464
Paraúna	18	8.127	39	1	1.286
Torres de Rio Bonito	25	10.407	1	1	1.052

Fonte: IBGE (1952).

Esses dados ressaltam a importância que esses municípios assumiram na produção agrícola. No entanto, ao examinar os dados da tabela 4, pode-se observar a posição proeminente da pecuária na região. É notável que Torres de Rio Bonito (Caiapônia) tenha continuado a se destacar como o município com os resultados mais significativos no desenvolvimento dessa atividade, tanto em pequena quanto em grande escala.

Tabela 4 – Oeste Goiano: Área (ha) dos estabelecimentos com a modalidade da exploração indicada em 1939

Municípios	Agricultura		Pecuária	
	Em grande escala	Em pequena escala	Em grande escala	Em pequena escala
Anicuns	_____	14.750	39.978	_____
Palmeiras de Goiás	_____	24.307	195.052	23.685
Paraúna	_____	_____	428.527	19.577
Torres de Rio Bonito	_____	10.196	729.195	43.540

Fonte: IBGE (1952).

Além disso, os dados ressaltam o papel significativo de Paraúna como o segundo colocado na pecuária em grande escala, enquanto Palmeiras de Goiás assumiu a mesma posição na pecuária em pequena escala. No que se refere ao número total de bovinos e ao volume de abates, Torres de Rio Bonito liderava com maior efetivo de bovinos, destacando-se também como o município com o maior número de abates. Palmeiras de Goiás ocupava a segunda posição, seguida por Paraúna em terceiro e Anicuns, em quarto lugar.

Tabela 5 – Oeste Goiano: Relação de bovinos vivos e abatidos (1939)

Municípios	Bovinos (cabeças)	Bovinos abatidos (cabeças)
Anicuns	48.285	687
Palmeiras de Goiás	59.758	1.172
Paraúna	58.919	398
Torres de Rio Bonito	102.675	2.031

Fonte: IBGE (1952).

A maioria da população do Oeste Goiano, conforme o censo de 1940, residia em áreas rurais, como evidenciado na tabela 6. Esse fenômeno é explicado pela notável importância das atividades agrícolas e pecuárias na região, além dos estímulos promovidos pelo governo federal e estadual para ocupação das terras rurais, como destacado no tópico anterior. Anicuns liderava como o município com a maior concentração populacional, com uma população total de 11.721, seguido por Palmeiras de Goiás, em segundo lugar, com 9.957, e Torres de Rio Bonito (Caiapônia), em terceiro, com 8.306.

Tabela 6 – Oeste Goiano: População urbana e rural em 1939

Municípios	População	
	Rural	Urbana
Anicuns	10.386	1.335
Palmeiras de Goiás	8.730	1.227
Paraúna	7.086	629
Torres de Rio Bonito	7.030	1.276

Fonte: IBGE (1952).

No que se refere à produção industrial, predominava a indústria de derivados da cana-de-açúcar e de laticínios. Em relação ao processamento da cana-de-açúcar (tabela 7), destaca-se a liderança de Torres de Rio Bonito (Caiapônia) na produção de açúcar e aguardente, enquanto Palmeiras se destacava na produção de rapadura.

Tabela 7– Oeste Goiano: Indústria de transformação da cana-de-açúcar em 1939

Municípios	Transformação da cana-de-açúcar		
	Açúcar (t)	Aguardente (hl)	Rapadura (t)
Anicuns	114	98	69
Palmeiras de Goiás	12	34	118
Paraúna	52	77	45
Torres de Rio Bonito	201	291	31

Fonte: IBGE (1952).

Em relação à indústria de produção e processamento do leite, Anicuns assumiu uma posição privilegiada na fabricação de leite, manteiga, queijo e requeijão. Torres de Rio Bonito (Caiapônia) ficou em segundo lugar, com exceção da produção de queijo, conforme evidenciado na tabela 8:

Tabela 8 – Oeste Goiano: Indústria e processamento de leite em 1939

Municípios	Leite e derivados				
	Leite (hl)	Creme (k)	Manteiga (k)	Queijo (k)	Requeijão (k)
Anicuns	36.958	-	3.975	61.033	30.565
Palmeiras	6.181	-	-	41.139	3.969
Paraúna	4.011	-	-	7.498	2.709
Torres de Rio Bonito	10.729	-	-	8.702	8.789

Fonte: IBGE (1952).

Apesar de o censo de 1940 ter divulgado resultados por municípios sobre o setor terciário, com informações referentes apenas ao comércio, é notável, com base nos dados divulgados, a significativa importância observada em Torres de Rio Bonito e Anicuns no segmento do comércio varejista. No entanto, no comércio atacadista, apenas Torres de Rio Bonito contava com estabelecimentos, destacando, mais uma vez, sua relevância econômica no Oeste Goiano durante esse período, conforme demonstrado na tabela 9.

Tabela 9 – Oeste Goiano: Quantidade de estabelecimentos do comércio varejista e atacadista em 1939

Municípios	Estabelecimentos	
	Comércio varejista	Comércio atacadista
Anicuns	32	-
Palmeiras	29	-
Paraúna	19	-
Torres de Rio Bonito	32	5

Fonte: IBGE (1952).

Com base nas análises realizadas neste tópico, é possível afirmar que Torres do Rio Bonito (atual Caiapônia) se estabeleceu como o principal centro comercial no Oeste Goiano ao longo do século XX. No entanto, resta a indagação: essa realidade persistiu no século seguinte? Nos próximos capítulos, será examinada essa questão.

5 CAPÍTULO III

A RODOVIA GO-060 E OS REARRANJOS NO ESPAÇO REGIONAL

Neste capítulo, serão apresentadas evidências de como a rodovia GO-060 se tornou o principal vetor de transformações econômicas e urbanas no espaço regional do Oeste Goiano. Como resultado da estratégia espacial de estado, sua implantação possibilitou o avanço das frentes de exploração econômica em Goiás e um complexo sistema de conexões e trocas. Desse modo, esse eixo estruturante viabilizou o crescimento econômico nessa região e desempenhou papel importante no seu processo de urbanização. Em vista disso, o objetivo deste capítulo é discutir a relação entre estado e reorganização espacial, com uma perspectiva teórica que nos permita explicar os rearranjos espaciais no Oeste Goiano e evidenciar o papel da rodovia GO-060 nas transformações que se processaram no espaço regional.

5.1 Estado e (re)organização espacial

As interpretações que se desdobraram em torno do conceito de Estado apontam para a existência de uma polissemia. Apesar de o vocábulo ter suas origens no latim *status*, para referenciar uma posição ou condição na sociedade, no dicionário de Língua Portuguesa Aurélio há, pelo menos, cinco definições diferentes de *estado*, descritas da seguinte forma: “Nação absoluta, politicamente estruturada”; “Regime governamental e político”; “Separação geográfica de países”; “Reunião daquilo que é responsável pela administração de um país”; “Circunstância atual em que uma pessoa se encontra”. Na literatura, não é incomum encontrar adjetivos como *inovador*, *poderoso*, *democrático*, *capitalista*, *eficiente*, *ineficiente*, *burocrático*, *progressista*, *desenvolvimentista*, entre outros que caracterizam o Estado.

É possível encontrar ainda definições amplas e genéricas que pouco têm contribuído para uma leitura de seu real papel na sociedade, como, por exemplo, aquelas que associam suas ações aos interesses e vontades gerais da sociedade. A ideia de interesse geral foi muito criticada por marxistas como Jessop (1982), pelo fato de não existir interesse geral que abranja todos os interesses particulares possíveis. Contudo, essa ideia parece ter sido um dos pontos de partida para uma análise multidimensional do Estado. Mas qual seria a definição mais apropriada de Estado? Não é coerente falar em mais ou menos apropriada, as concepções variam muito quanto a perspectiva teórica, a escala de análise e ambiente empírico na qual o fenômeno está inserido. Entretanto, o que a realidade tem sugerido é justamente a necessidade de análises pautadas na

geografia espacial do Estado com ênfase em seus aspectos funcionais.

Bob Jessop elaborou uma importante teoria sobre Estado com a publicação, em 1982, de “O Estado Capitalista” defendendo a tese que o Estado não é um sujeito político independente e soberano, mas um instrumento de coerção e administração que pode ser usado para vários propósitos, inclusive por aqueles que consigam apropriar-se dele. Essa conceituação de Estado como instrumento de poder guarda sua coerência principalmente quando se analisa os projetos de intervenção no território brasileiro. Apesar da relevância desse conceito do ponto de vista funcional, talvez sua contribuição mais relevante tenha vindo de sua publicação mais recente “State Power” (o poder do Estado) com a abordagem estratégico- relacional por meio das quais o Estado aparece como estratégia política, envolvido em uma interação complexa de forças e interesses.

A teoria estratégico relacional de Jessop influenciou vários geógrafos contemporâneos, dentre eles, Neil Brenner, que desenvolveu uma teoria de Estado baseado em sua espacialidade que também são valiosas para as análises. Brenner (2004) em “New State Spaces: urban Governance and the rescaling of statehood” (Novos espaços de Estado: Governança urbana e o reescalonamento do Estado) não se reduz em uma discussão do conceito de Estado, mas apresenta elementos que permitem avaliar as estratégias políticas que vigoram sobre o Estado e o espaço. Para Brenner (2004), o Estado não é uma coisa, recipiente ou plataforma, mas um produto socialmente produzido, matriz conflituosa e dinamicamente mutável de interação socioespacial. Nessa definição preliminar, o Estado aparece como produto social e espacialmente mutável.

Brenner (2004, p.93) assinala ainda que “o Estado pode ser concebido como um terreno político institucional multiescalar contestado no qual diversas forças sociais tentam influenciar as geografias da organização territorial”. O primeiro ponto para o qual o autor chama atenção diz respeito às instituições de Estado, que estão presentes no território internacional, nacional, regional e local, sendo, portanto, todas as esferas de governo, os bancos, os fundos de investimento, as empresas e as corporações, os sindicatos e as organizações sociais, etc. O segundo ponto refere-se à capacidade de intervenção que as instituições de Estado possuem na realização da atividade econômica e na organização da estrutura socioespacial. Essa capacidade, conforme assinala o geógrafo, provém da mobilização, assim como de formas particulares de intervenção que tentam instrumentalizar o Estado para regular o circuito do capital e modificar as forças no interior da sociedade civil.

Na abordagem de Poulantzas (1985, p.147), o Estado aparece como uma “condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe”.

Isso quer dizer que as ações do Estado refletem as lutas e manifestações entre diferentes classes sociais e grupos dentro da sociedade. No entanto, o Estado não é imparcial, ele é uma estrutura apropriada pelas classes dominantes para promover seus interesses. Mas como se estabelece a política de favorecimento das classes dominantes? Quando ele discute as funções econômicas do Estado, isso se torna evidente. Se o Estado está diretamente envolvido nas relações de produção capitalista, nas quais a elite econômica busca ampliar a mais-valia por meio da exploração das massas empobrecidas, como pode o Estado, ao favorecer esse processo, não beneficiar predominantemente os interesses da classe dominante? Com base nessas proposições, é possível mencionar vários exemplos de como o Estado, por meio de suas instâncias representativas (os aparelhos de Estado), beneficia estrategicamente as classes dominantes. No entanto, destaca-se um aspecto que será retomado no tópico seguinte: a implementação de políticas voltadas para a infraestrutura de transportes.

Milton Santos (2001) em “Por uma outra globalização”, não hesita em dizer que quem está por trás do Estado são as corporações, as empresas e o mercado. A peça mais importante do jogo econômico é o Estado, porque ele é flexível aos interesses dominantes. Suas ações e projetos de intervenção, a exemplo do financiamento, construção e concessão de infraestrutura servem basicamente às corporações, à reprodução ampliada do capital e da mais-valia. A política e o direcionamento dos recursos públicos é, portanto, realizada pelos atores hegemônicos (Santos, 2001). Esse Estado hegemônico e corporativo não surge como reflexo automático da ampliação das relações capitalistas, ele se forma com as instituições de Estado. Estas, por sua vez, “compreendem diversos canais por meio dos quais o poder é exercido, como por exemplo: o judiciário, o braço executivo do governo, a administração e a burocracia, o legislativo, o exército, a polícia” (Harvey, 2005, p.90). A partir dessas reflexões fica evidente que as estratégias de Estado na realização de políticas públicas na estrutura espacial são resultado das formas de intervenção e/ou mobilização das instituições que o compõe. Para apreender como isso ocorre, é necessário relacionar esses processos à geografia da reorganização espacial.

As dimensões geográficas do Estado na reorganização espacial são tratadas, muitas vezes, em termos descritivos, como apenas um entre muitos aspectos das mudanças sistêmicas (Brenner, 2004). Para tanto, algumas contribuições teóricas podem nos fornecer uma fundamentação precisa e mais próxima da realidade. Portanto, é preciso retomar a ideia de que o Estado não age sozinho na estrutura espacial. É preciso lembrar ainda que ele serve de base institucional para os diversos atores colocarem em prática suas estratégias particulares. Dessa forma, o papel do Estado na reorganização espacial deve ser visto como resultado das ações

empreendidas pelas forças que atuam nele e/ou por meio dele. As ações, pelo menos no caso brasileiro, podem ser percebidas na elaboração e aplicação de políticas públicas que se circunscrevem em setores estratégicos. Além dos setores estratégicos, notam-se ainda ações pautadas na criação de núcleos urbanos para sediar o poder público administrativo e atividades econômicas de abrangência escalar, na promoção de investimentos e créditos que encorajam a vinda de setores industriais, assim como em ensino e pesquisa, com o estabelecimento de universidades/faculdades e laboratórios de investigação científica que, a longo prazo, podem subsidiar o crescimento econômico, dentre outros. Essa listagem de ações efetivadas pelo Estado na interpretação de Mariana Mazzucato (2014) qualificam o Estado como empreendedor ao investir e catalisar ações que promovem o desenvolvimento econômico nas estruturas espaciais. Contudo, é preciso atentar para o que Mazzucato realmente queria enfatizar, que consiste na desmistificação de falácias de um Estado absoleto e ineficiente. Sua interpretação é coerente para as análises? Sim, porém, deve-se ir além dessa concepção, no sentido de compreender a geografia da reorganização espacial e as estratégias políticas que vigoram sobre o Estado.

As estratégias políticas, segundo Brenner (2004), promovem transformações espaciais, porque são resultados das forças que controlam e mobilizam as iniciativas de Estado para regular a vida urbana e construir obras públicas de grande escala, como hospitais, escolas, redes de energia, redes de transporte, etc. À medida que essas forças passam a intervir na organização do espaço e na produção econômica, por meio da implementação de infraestrutura em áreas geográficas preexistentes, alocando novos comportamentos aos lugares, pode-se falar em reorganização espacial ou transformação do espaço.

Brenner (2004) faz uma interpretação importante a esse respeito, ao afirmar que as estratégias políticas no espaço servem para influenciar as geografias de desenvolvimento. Isso ocorre devido a uma série de decisões que envolvem interesses particulares e de instituições de Estado, organizações econômicas e sociais. As empresas e corporações, por exemplo, decidem onde se instalar e podem exercer influência nos projetos de intervenção estatal. Mazzucato (2014) elucida muito bem o papel do Estado na reorganização do espaço. ao assinalar que, em vez de apenas incentivar e realizar ações que vão muito além da concessão de terras e obras de infraestrutura viária, o Estado vislumbra novos espaços para realização econômica. Mas não se deve ser ingênuo: nunca foi interessante para os atores hegemônicos lançarem mão de investimentos e, principalmente, de infraestrutura adequada às necessidades do modo de produção vigente, já que o Estado pode fazer isso. Para se ter ideia, a construção de eixos de circulação e transporte que basicamente alimenta a circulação do capital demandam

investimentos muito altos, tanto para a construção quanto para a manutenção a curto e longo prazo. Portanto, como as corporações se beneficiam com as políticas públicas aplicadas ao setor econômico, as elites locais também são beneficiadas, conferindo-lhes o que Faoro (2012) chama de vantagens políticas e econômicas.

Para compreender a natureza da reorganização espacial, é necessário voltar as análises sobre estratégias políticas e seletividade espacial que se mostram frutíferas para o presente estudo. Jessop (1990) e Brenner (2004), em suas teorias de Estado, defenderam que as estratégias políticas se referem a uma complexa interação entre forças sociais que atuam nas instituições estatais. Dessa forma, os projetos de Estado são orientados estrategicamente por essas instituições que, na prática, viabilizam interesses particulares. Para Brenner (2004, p.93), as estratégias espaciais de Estado envolvem uma série de iniciativas e formas de intervenção que favorecem o “desenvolvimento econômico”, incluindo por sua vez, “políticas industriais, investimento em infraestrutura, programas de planejamento espacial, políticas de mercado de trabalho, políticas habitacionais, etc”. Nesse contexto, o espaço se torna objeto de transformação, na qual estratégias são destinadas a instrumentalizá-lo, reestruturá-lo ou transformá-lo para fins sociopolíticos particulares.

Para tanto, essas formas de intervenção, em consonância com o “desenvolvimento econômico”, não atingem de maneira homogênea territórios, regiões e lugares. Quando ocorrem, alteram todas as formas organizacionais preexistentes, desde o comportamento material até a dinâmica demográfica. É por isso que a seletividade espacial se torna um elemento importante para a análise da reorganização espacial, porque nos ajuda a entender a natureza dos projetos estatais sobre os espaços em suas diversas escalas. Do ponto de vista conceitual, a seletividade espacial refere-se às formas pelas quais as políticas estatais se distribuem de maneira desigual no espaço, com intuito de atingir áreas geográficas específicas (Jessop, Nielsen e Pederson, 1993; Brenner, 2004). Em outras palavras, a seletividade espacial representa os padrões de intervenção do Estado nas geografias das relações sociais e econômicas (Jones, 1997). Essas concepções de seletividade espacial nos ajudam a entender o por que o processo de reestruturação do espaço regional é desigual.

Por meio dos projetos estatais, as formas particulares de intervenção do Estado são concretizadas, favorecendo alguns lugares em detrimento de outros e deflagrando o que Brenner (2004) chama de geografias de desenvolvimento desigual. Quem participa ou influencia os projetos estatais? As instituições de Estado, as empresas/corporações, os atores sociais e, sobretudo, as elites locais. Por isso, a reorganização espacial também pode ser considerada desigual, fruto de um processo no qual projetos e estratégias estatais se circunscrevem

seletivamente sobre uma organização anterior. É resultado, ainda, dos conflitos de interesse entre atores hegemônicos, organizações sociais e representantes de Estado. Ainda que a reorganização espacial não tenha sido objeto de estudo de Massey (1995), em sua obra “Spatial Divisions of Labor”, ela destaca o papel das lutas de classes, assim como das empresas, em forjar novas geografias locais. Com base nessas perspectivas, pode-se prosseguir à análise das ações de Estado na região de estudo.

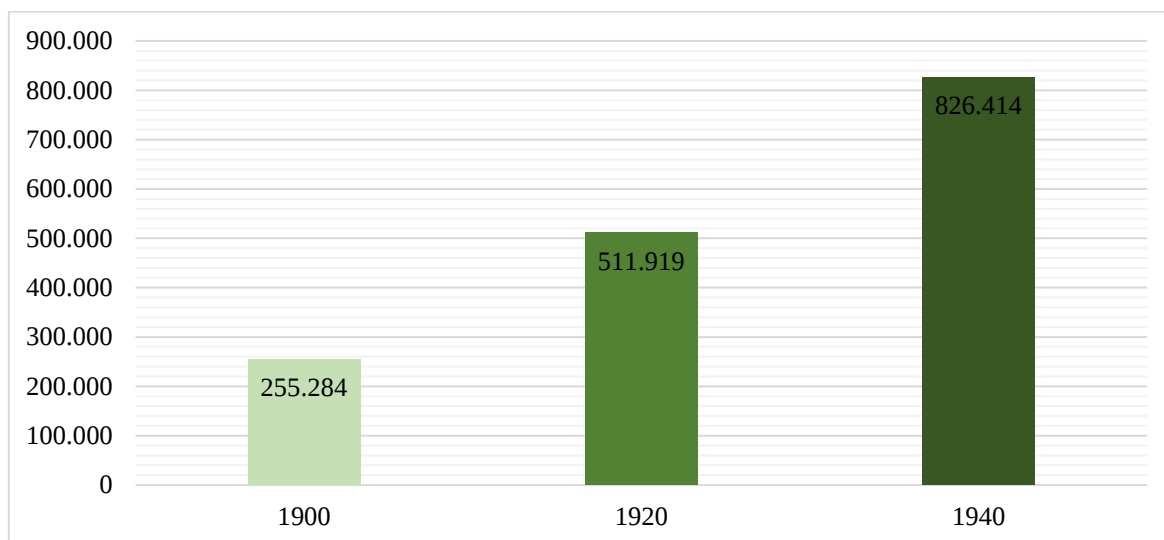
5.2 Estado e (re)organização espacial no Oeste Goiano

Os elementos analisados neste momento partiram do pressuposto de que o processo de reorganização do espaço regional foi resultado das estratégias espaciais de Estado e o Oeste Goiano, portanto, foi uma das principais arenas de atuação política. A primeira manifestação dessa natureza foi verificada no início do século XX, com os financiamentos concedidos pelo Estado para a construção das primeiras estradas de rodagem em Goiás para conectar áreas produtivas com as estações ferroviárias. Uma dessas estradas se estabeleceu na região de estudo entre Torres do Rio Bonito (hoje Caiapônia) e Rio Verde, o que possibilitou a articulação comercial do Oeste Goiano com a região Sul do estado (Nunes, 1984). Torres do Rio Bonito, que não demonstrava ser um núcleo urbano importante na região, com a construção da estrada, se tornou o principal centro comercial no Oeste Goiano nesse período.

A segunda manifestação entra em vigor com a instauração de uma nova gestão política na década de 1930, que não só marca as redefinições de poder no território brasileiro, como também sinaliza um momento importante para a geografia da reorganização espacial em Goiás. Talvez seja por isso que autores como Costa (1987) e Borges (2001) enxergaram a nova capital estadual como principal fator de transformações espaciais em Goiás. Entretanto, não se atribui a ela essa responsabilidade, pois considera-se que Goiânia fez parte de um mesmo processo e não deve ser considerada como um caso especial. Entretanto, o que tem que ser esclarecido neste momento da pesquisa é o papel exercido pela nova capital nas transformações que ocorreram no Oeste Goiano.

Mas qual a sua relação com esse processo? Goiânia foi uma das estratégias espaciais de Estado que emergiu, assim como os outros projetos postos em ação a partir da década de 1930, com a finalidade de colonizar, expropriar e capitalizar o território. Uma de suas principais atribuições foi gerar um deslocamento demográfico para Goiás, uma vez que a sua construção demandou a presença de forças de trabalho externas. No gráfico 1, pode ser observado o crescimento demográfico deflagrado em Goiás.

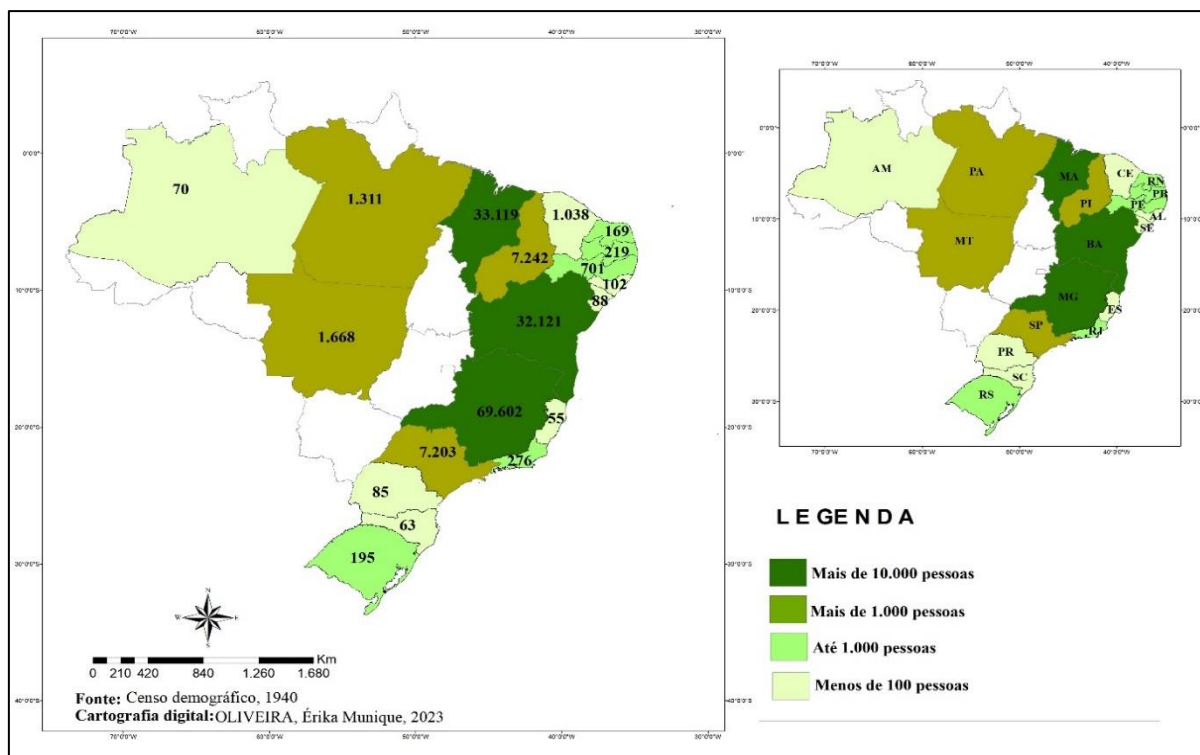
Gráfico 1- População residente em Goiás (1900-1940)



Fonte: IBGE (1900, 1920, 1940).

Os dados dos censos demográficos apontam um acréscimo de 314.495 pessoas no território goiano na década de 1940, em relação a 1920. Desse total, 155.327 correspondem a uma população migrante. Na figura abaixo, pode ser observada a procedência da população que passou a residir em Goiás no referido período.

Figura 14 - Origem da população residente no estado de Goiás na década de 1940



Fonte: Elaboração da autora.

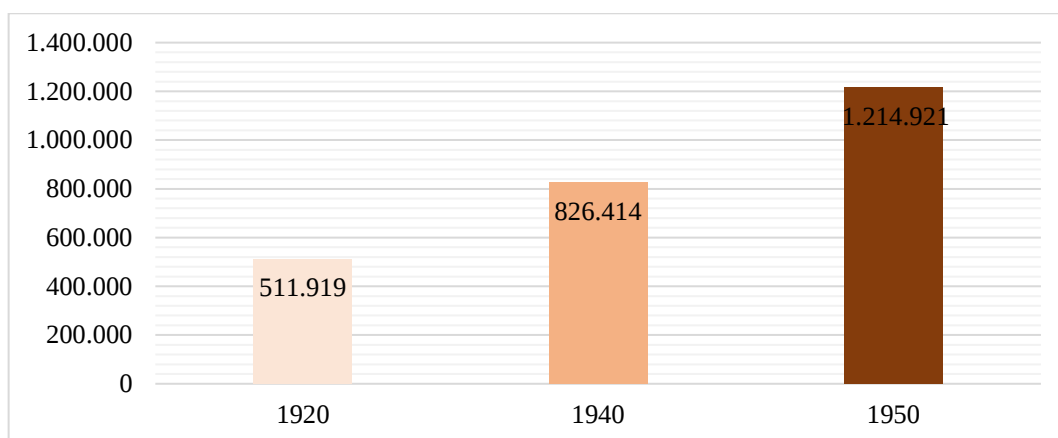
Nota-se que a maior parte população migrante é oriunda dos estados de Minas Gerais (69.602), Bahia (32.121) e Maranhão (33.119). Os dados colocam em evidência a influência da nova capital para o crescimento demográfico em Goiás na década de 1940. O movimento migratório catalisado pela nova capital não se restringiu ao momento de sua construção, uma vez que se estendeu com a sua inauguração. Em busca de trabalho e renda, os migrantes buscaram oportunidades não só no espaço da nova cidade capital - que atuou como atrativo naquele momento -, mas fixaram residência em outras áreas do território goiano, especialmente na zona do Mato Grosso Goiano. No trabalho de Nunes (1984), foi enfatizado o papel de Goiânia na reorganização espacial de Goiás. Ele destaca que a nova cidade se tornou rapidamente um importante centro urbano, exercendo um papel consumidor e catalisador ao absorver a renda gerada pela agropecuária do estado. Isso se deve ao rápido crescimento populacional e ao desenvolvimento comercial interno da cidade, o que demandou a implementação de uma estrutura viária para integrá-la ao sistema econômico regional e nacional.

Ao lado da construção de Goiânia, desenvolveu-se um outro projeto de apropriação e exploração do território brasileiro e goiano. As ações, conforme assinalou Pessoa (1999), se

concentraram na ocupação de terras devolutas por meio de um programa federal que viabilizou a criação de oito Colônias Agrícolas Nacionais (CANG) em diferentes áreas do território brasileiro, dentre elas, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Essa ocupação foi estrategicamente pensada e planejada para intensificar o deslocamento geográfico da população brasileira. Por meio da parceria firmada com o governo federal, o governo de Goiás decidiu onde seriam implantadas as colônias agrícolas no estado, optando por uma área fértil mais próxima da nova capital do estado. Algumas dessas colônias, como discutido no capítulo anterior, experimentaram um intenso processo de ocupação, contribuindo para a transformação da área da colônia em importantes núcleos urbanos, como foi o caso de Ceres, no Centro Goiano, e Jussara, no Oeste Goiano.

A notícia de que em Goiás havia áreas de matas férteis propícias ao desenvolvimento agrícola conduziu um processo migratório para seu interior, fenômeno que vai contribuir para um aumento significativo da população residente entre as décadas de quarenta e cinquenta.

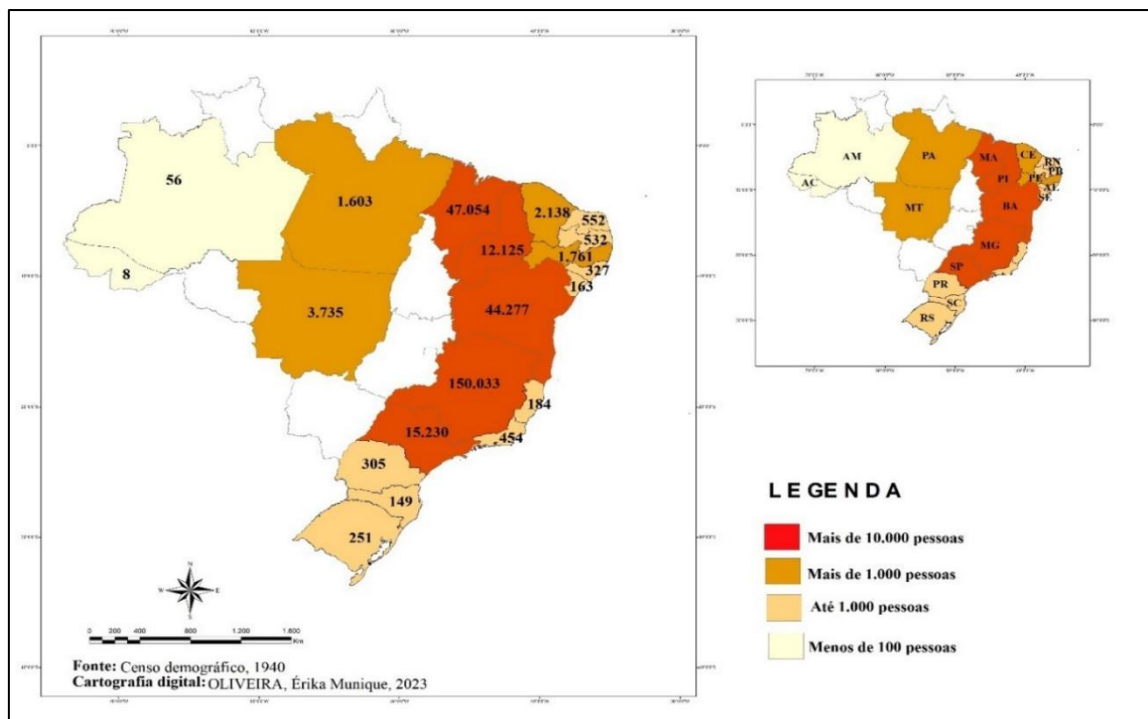
Gráfico 2 - População residente no estado de Goiás entre 1920 e 1950



Fonte: IBGE (1920,1940,1950).

Na década de cinquenta residiam no estado de Goiás cerca de 1.214, 921 pessoas. Entretanto, quando comparadas as populações de 1940 e 1950, percebe-se que houve um acréscimo de 388.507 pessoas, dentre as quais 280.937 correspondem a uma população migrante. A figura 15 mostra que os estados que mais enviaram migrantes para Goiás continuaram sendo Minas Gerais (150.033), Bahia (44.277) e Maranhão (47.054).

Figura 15 - Origem da população residente no estado de Goiás na década de 1950



Fonte: Elaboração da autora.

O movimento migratório mobilizado na década de 1940, em função da CANG e da ocupação de terras devolutas nas adjacências da nova capital, promoveu uma efetiva ocupação da área do Mato Grosso Goiano e sobretudo, da região de estudo, como visto no capítulo 2. O Mato Grosso Goiano foi uma das áreas mais importantes de atuação poder público no estado por abranger vastas extensões de terra potencialmente favoráveis a produção agrícola e pecuária. Por essa razão, atraiu agricultores e pecuaristas para seu interior, provocando um impacto significativo no comportamento demográfico e, sobretudo, no desenvolvimento econômico em Goiás.

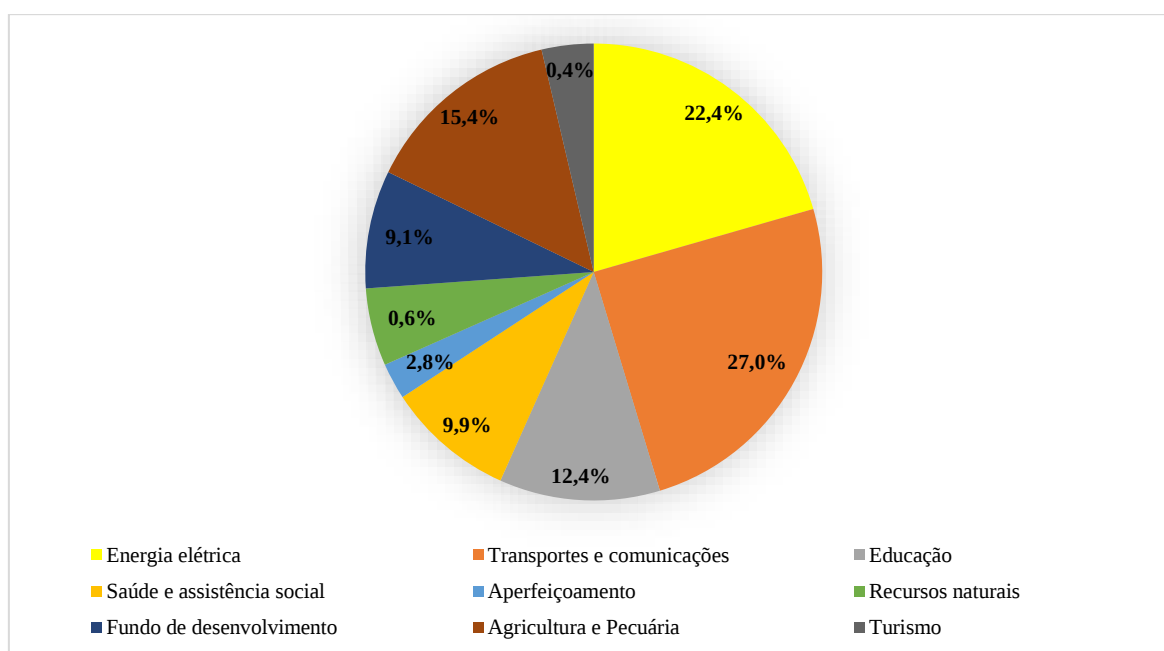
Como integrante das estratégias espaciais de Estado para ascender a ocupação econômica do planalto central brasileiro, foram desenvolvidos projetos voltados para a implantação de infraestrutura viária. No âmbito federal, segundo Nunes (1984), foi criado o fundo rodoviário nacional para financiar a construção, a conservação e a melhoria de rodovias no território brasileiro. No plano estadual, elaborou-se o primeiro plano rodoviário que previa a construção de dez linhas-troncos, as quais fariam a conexão com a nova capital, conforme discutido no capítulo anterior, de modo que um maior volume de recursos seria destinado à abertura da rodovia GO-03 (trecho Goiânia- Aragarças).

Outra estratégia de Estado com vistas à ocupação do planalto central brasileiro foi

a transferência da capital federal para Brasília. Um dos impactos mais significativo de Brasília para a reorganização espacial em Goiás, sem dúvidas, foi a emergência de uma rede rodoviária federal e estadual no território goiano. Com a transferência, foram feitas importantes rodovias federais, como a BR-010 (trecho nordeste goiano), BR-020 (trecho Brasília-Formosa), BR-040 (trecho Brasília-Luziânia-Cristalina), BR-050 (trecho Cristalina- Divisa GO/MG), BR-060 (trecho Brasília -Sudoeste Goiano) e a BR-153 (trecho norte- sul Belém-Brasília). O estabelecimento desses eixos viários exigiu da administração pública estadual a construção de rodovias estaduais para dar acesso aos principais eixos (Estevam, 1997).

Logo, o setor de transportes e comunicação se tornou elemento central das políticas públicas no decurso da década de 1960 em Goiás, uma vez que cerca de 27% dos investimentos previstos no plano de desenvolvimento econômico seriam destinados a esse setor, como mostra o gráfico 3.

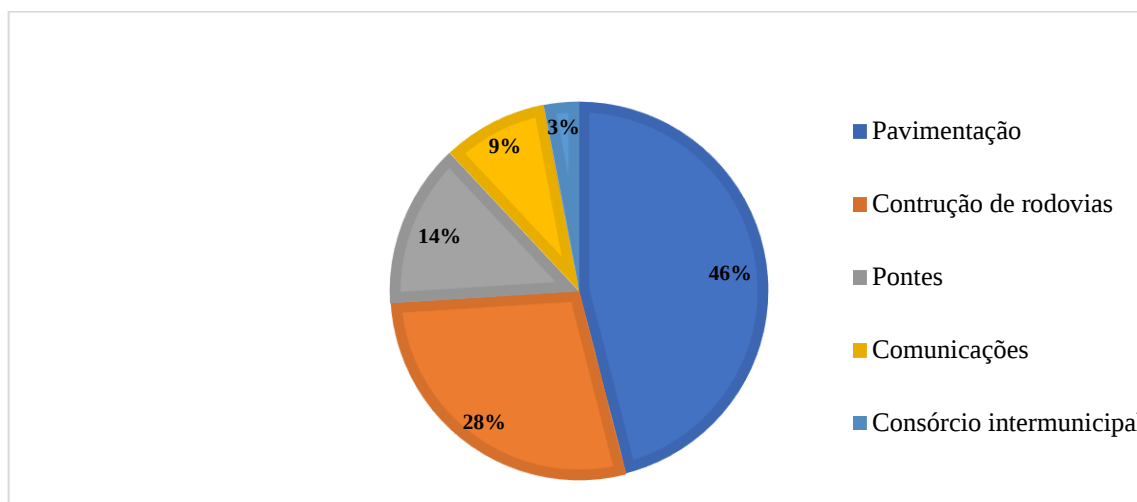
Gráfico 3 – Distribuição de investimentos por setores no estado de Goiás (1961-1965)



Fonte: IMB, Governo Mauro Borges Teixeira. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás II*. Diretrizes para 1961/1965. Goiânia, 1961.

A prioridade ao setor de transportes fundamentou-se na necessidade de integrar o mercado regional e estabelecer conexões com as capitais federal e estadual, o que também guarda relação com a expansão das frentes econômicas no território nacional. A maior parte dos recursos nesse setor foram destinados às obras de pavimentação e construção de rodovias como pode ser observado no gráfico 4.

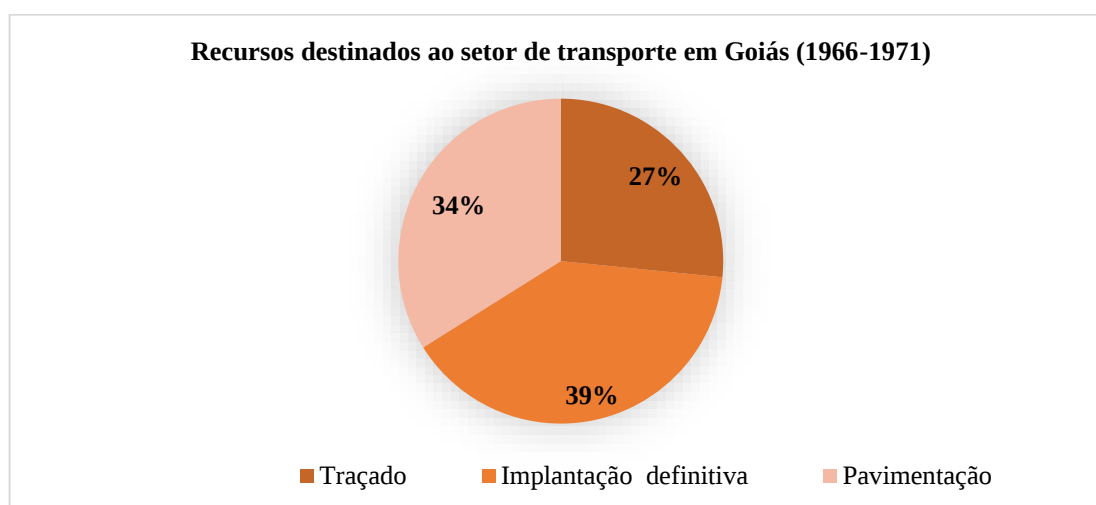
Gráfico 4– Recursos destinados para o setor de transportes, em porcentagem, no estado de Goiás (1961-1965)



Fonte: IMB, Governo Mauro Borges Teixeira. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás II*. Diretrizes para 1961/1965. Goiânia, 1961. Dados organizados pela autora.

Com os investimentos do plano, seriam abertos 400 km de estradas e 95 pontes, além de 600 km de rodovias que foram pavimentadas (Goiás, 1961). Foi nesse período que o trecho da GO-03 (Goiânia – Santa Bárbara) também foi pavimentado, abrangendo aproximadamente 51 km. No governo de Otávio Lages de Siqueira (1966-1971), foram investidos NCr\$ 83.447,00 em obras rodoviárias em Goiás. O gráfico abaixo 20 mostra a distribuição dos recursos para o setor de transportes.

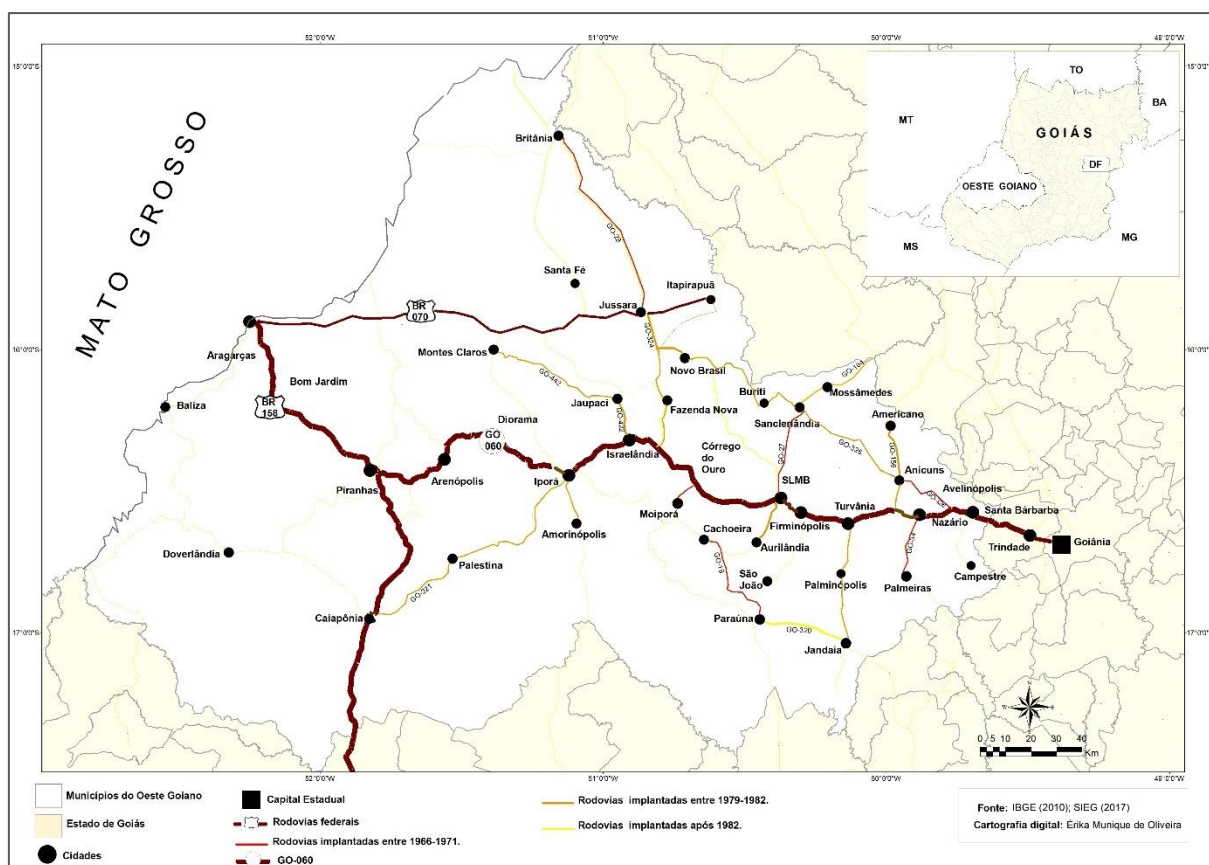
Gráfico 5 – Recursos destinados para o setor de transportes, em porcentagem, no estado de Goiás, entre 1966 e 1971



Fonte: IMB, Governo Otávio Lage de Siqueira. *Plano de ação do Governo*. Diretrizes para 1968/1970. Goiânia, 1968. Dados organizados pela autora.

O maior volume de recursos, de acordo com o gráfico acima, foi aplicado em obras de implantação e pavimentação de rodovias. Uma das rodovias pavimentadas nos anos de 1966-1971 foi a GO-03 (trecho Nazário-Iporá). Nesse mesmo período, foram implantadas rodovias vicinais na região de estudo, dentre elas: GO-19 (trecho Paraúna-Cachoeira de Goiás), a GO-34 (trecho Palmeiras-Nazário), GO-326 (trecho Anicuns- GO-03), a GO-28 (trecho Jussara-Britânia) e a GO-109 (trecho Missianópolis-Moiporá), além da rodovia longitudinal GO-164 (trecho Sanclerlândia-São Luís de Montes Belos), como demonstra abaixo. Ademais, foram traçados aproximadamente 1.529 km de rodovias, incluindo o trecho Iporá-Piranhas.

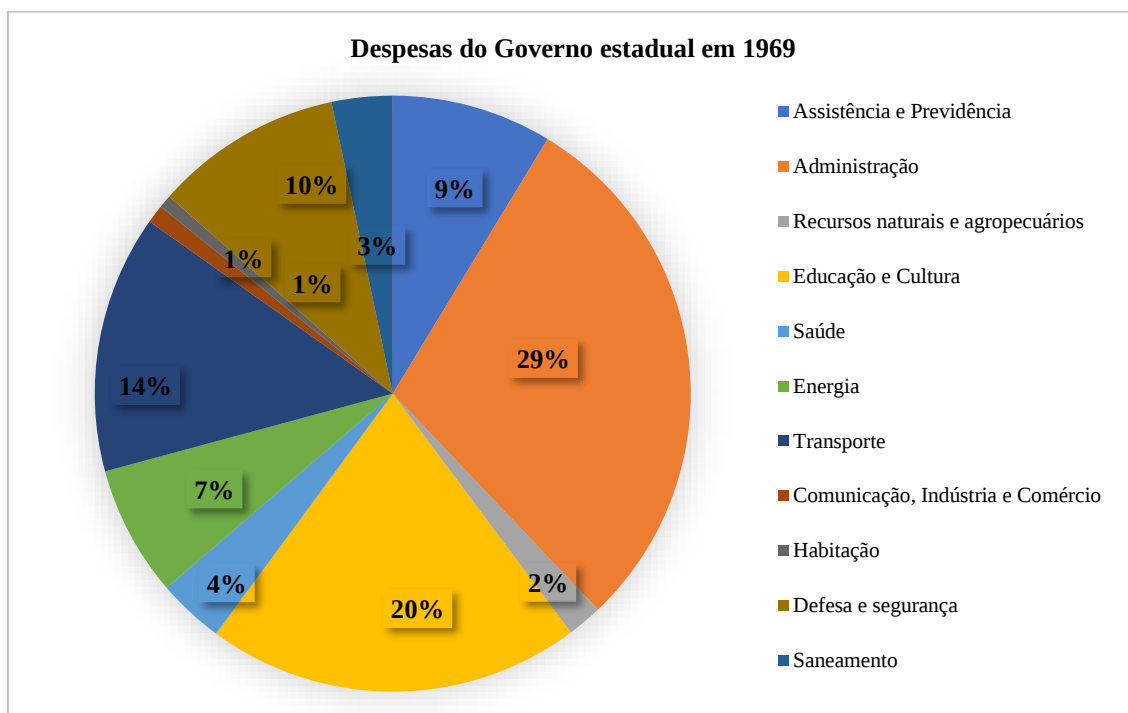
Figura 16– Oeste Goiano: Rodovias implantadas no estado de Goiás a partir de 1966



Fonte: Elaboração da autora.

Em 1969, ainda na gestão de Otávio Lages, aproximadamente 14% das despesas geradas no estado de Goiás foram oriundas do setor de transportes, classificado como o 3º setor que mais recebeu recursos, o que demonstra, mais uma vez, sua prioridade nas políticas públicas estaduais, como pode ser observado abaixo.

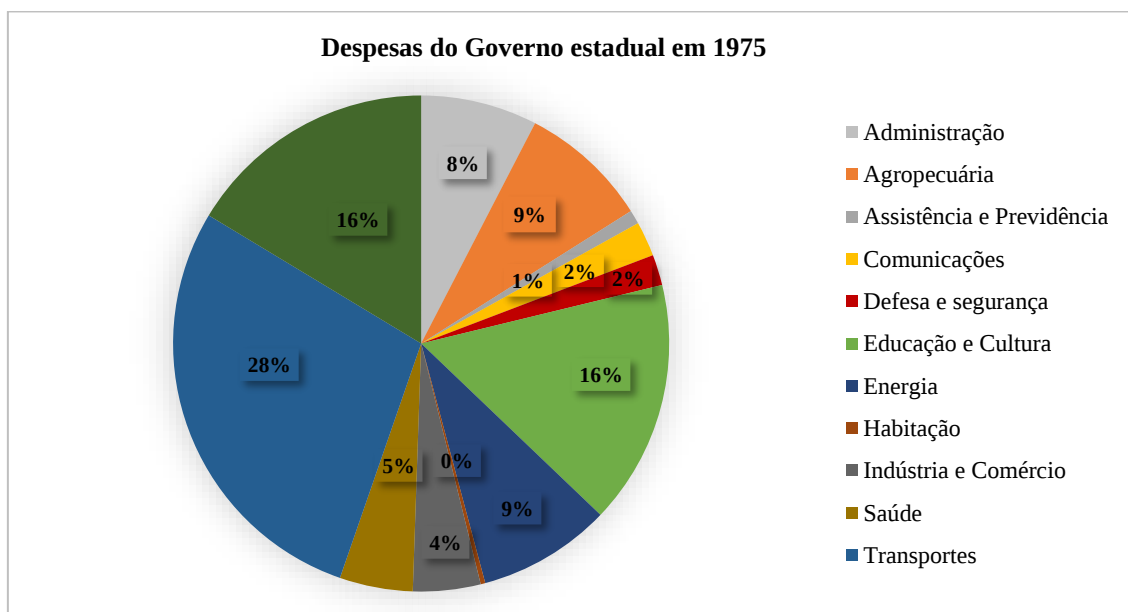
Gráfico 6– Relação das despesas no estado de Goiás, em porcentagem, em 1969



Fonte: IMB, Governo Leonino di Ramos Caiado. *Plano de ação do Governo*. Diretrizes para 1973/1975. Goiânia, 1975. Dados organizados pela autora.

Na gestão de Leonino di Ramos Caiado (1971-1975), o transporte continuou sendo o setor mais privilegiado e, conseqüentemente, o que mais gerou despesa no estado de Goiás, como pode ser visto abaixo.

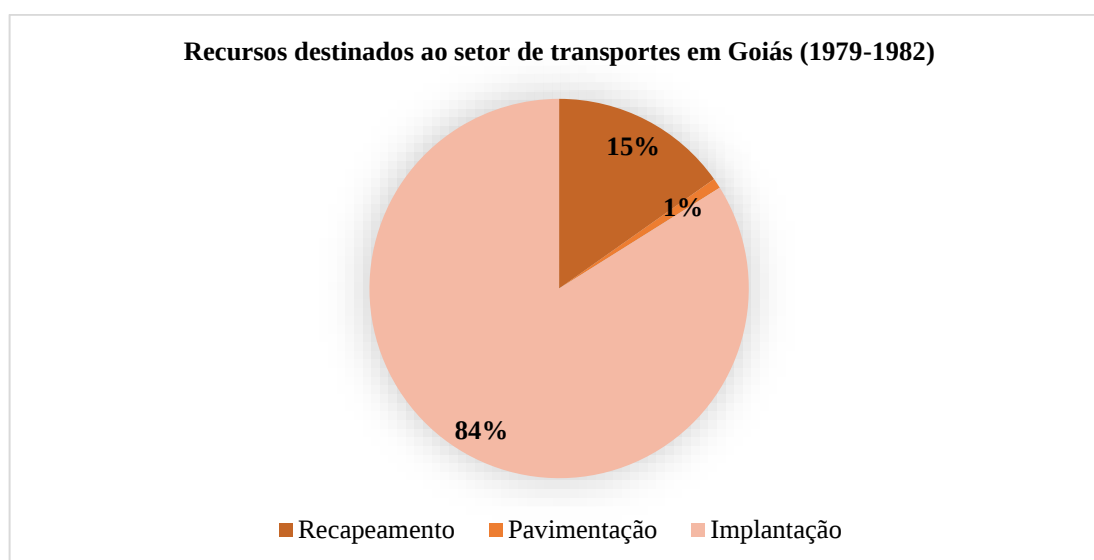
Gráfico 7 – Relação das despesas no estado de Goiás, em porcentagem, em 1975



Fonte: IMB, Governo Leonino di Ramos Caiado. *Plano de ação do Governo*. Diretrizes para 1973/1975. Goiânia, 1975. Dados organizados pela autora.

A política de transporte em Goiás foi ao encontro da política de expansão da produção agrícola nacional que exigia cada vez mais fluidez. Os investimentos realizados entre os anos de 1972 e 1975 foram direcionados para a implantação de 2.883 km de rodovias vicinais no estado de Goiás (IMB, 1975). A relação das vicinais implantadas nesse período não foi especificada nos planos de ação do governo. Entre 1979 e 1983, por meio dos recursos do Programa Federal de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Polocentro), o governo goiano realizou obras de recapeamento, pavimentação e implantação definitiva de rodovias no estado de Goiás, como pode ser visto abaixo.

Gráfico 8– Recursos do Polocentro destinados para o setor de transportes em porcentagem no estado de Goiás (1979-1982)



Fonte: IMB, Governo Ary Ribeiro Valadão. *Plano de ação*. Diretrizes para 1979/1982. Goiânia, 1982. Dados organizados pela autora.

A maior parte dos investimentos, de acordo com a figura acima, foram para a implantação de rodovias vicinais. Na região de estudo, foram implantadas as seguintes vicinais: GO-156 (trecho Anicuns-Americano do Brasil-BR-070), GO-221 (trecho Caiapônia-Palestina-Iporá), GO-324 (trecho Novo Brasil-Jussara-Britânia) e GO-326 (trecho Anicuns-Choupana-Sanclerlândia-Novos Brasil). As rodovias que foram pavimentadas correspondem à GO-326 (trecho Anicuns-Sanclerlândia), à GO-442 (trecho Israelândia-Jaupaci-Montes Claros), e à rodovia longitudinal GO-164 (trecho São Luís de Montes Belos-Sanclerlândia).

No governo de Iris Rezende Machado (1983-1986), a maior parte dos recursos destinados ao setor de transportes foi direcionada para a pavimentação de rodovias (IMB, 1984). Foi nesse período que o último trecho da GO-060 (Iporá-Piranhas) foi pavimentado.

Além disso, foram pavimentadas, ainda nesse período, as rodovias vicinais GO-418 (trecho Jussara-Novo Brasil), GO-320 (trecho Jandaia-Paraúna), GO-326 (trecho Sanclerlândia-Novo Brasil), GO-164 (trecho Aurilândia-São Luís de Montes Belos) e a GO-326 (trecho Anicuns-Sanclerlândia). Com o recurso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), seriam implantadas, ainda, as seguintes rodovias: GO-418 (trecho GO-060-Fazenda Nova), GO-164 (trecho Turvânia-Palminópolis).

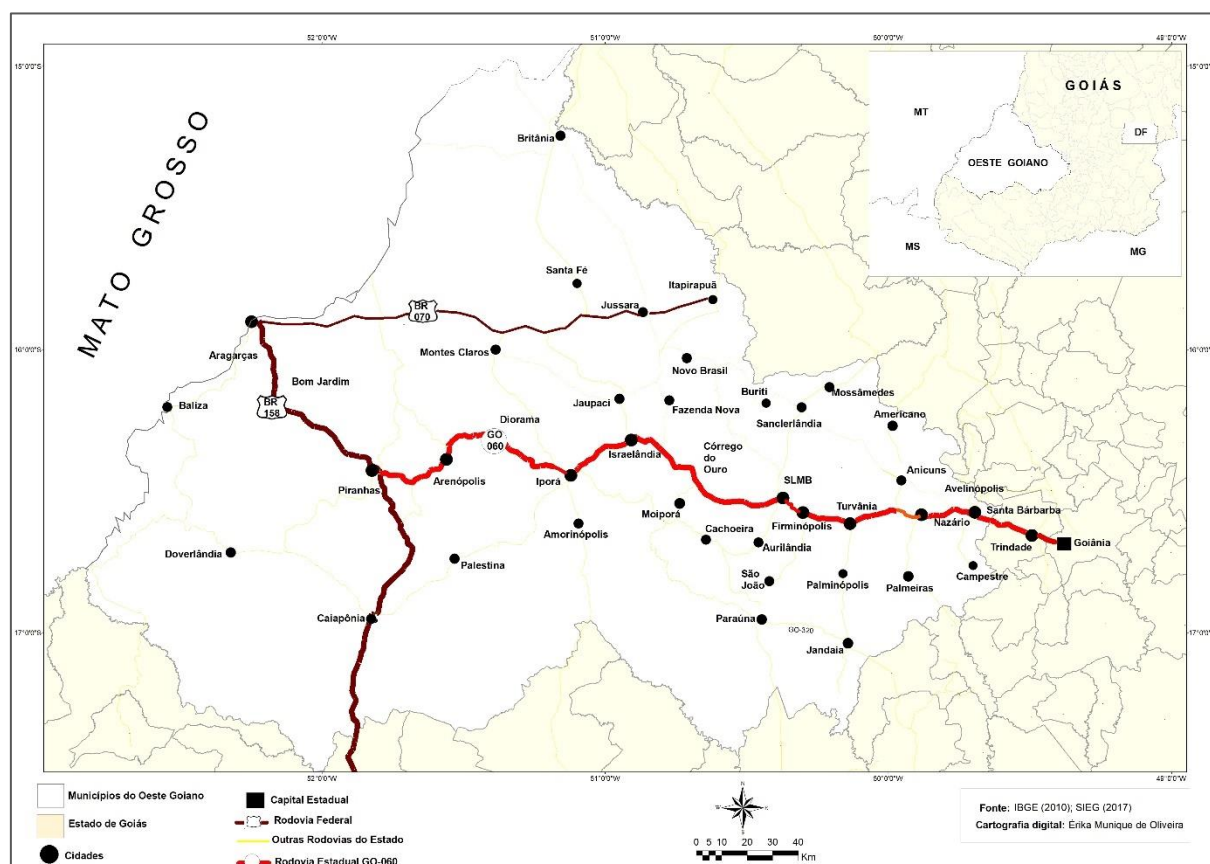
Ao analisar as ações do Estado, observa-se que a infraestrutura viária foi um dos elementos centrais das políticas econômicas estaduais, principalmente na região de estudo. O objetivo era conectar as áreas produtivas com os centros consumidores do território nacional. Nesse contexto, a construção da rodovia GO-03 (atual GO-060) foi fundamental para o cumprimento desse objetivo, pois viabilizou o avanço das frentes capitalistas de produção para o Oeste Goiano, provocando mudanças no seu comportamento regional. No próximo tópico, será exposto, de forma mais detalhada, como se deu esse processo.

5.3 A abertura da rodovia GO-060 e os rearranjos no Oeste Goiano

Uma das estratégias espaciais de Estado mais importantes no sentido de apropriar e explorar economicamente o território foi, sem dúvidas, o estabelecimento de uma rede rodoviária no estado de Goiás. Essa rede foi o principal vetor de transformações no Oeste Goiano, a região de estudo desta tese. Como integrante dessa rede, a rodovia GO-060, anteriormente denominada GO-03, tornou-se um dos principais eixos de circulação e escoamento da produção no estado de Goiás. É por essa razão que esse eixo desenvolve papel tão importante na dinâmica urbana e econômica do território regional.

A rodovia GO-060 abrange aproximadamente 321 km e passa pelos núcleos urbanos de Trindade, Santa Bárbara de Goiás, Nazário, Turvânia, Firminópolis, São Luís de Montes Belos, Israelândia, Iporá, Arenópolis e Piranhas, onde se encontra com a BR-158, que dá acesso a Aragarças, na divisa com o estado do Mato Grosso, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 17 - A rodovia GO-060 na região do Oeste Goiano



Fonte: Elaboração da autora.

A abertura de seu leito natural, ao contrário das afirmações de Borges (2001) e Meira (2021), foi iniciada nos anos 1946⁴ pela Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás (CERG). Essa comissão foi criada no mesmo período, pelo decreto Lei nº.512 de 31/08/1946, para desenvolver atividades no setor rodoviário no estado de Goiás. Além da GO-060, a comissão iniciou a construção da GO-4 (atual GO-070), com a abertura do trecho Goiânia-Inhumas.

⁴ Borges (2001) e Meira (2021) afirmaram que a abertura do leito natural da rodovia GO-060 teve início em 1947. No entanto, nos documentos oficiais, a exemplo do Diário Oficial do estado publicados nos anos de 1946, 1947 e 1950, consta que a construção definitiva do trecho Goiânia-Trindade estava prevista para 1947, juntamente com o estudo técnico do trecho Firminópolis-Iporá, que foi realizado em 1949. Ao analisar esses registros, torna-se evidente que o início das obras de abertura do leito natural ocorreu antes de 1947.

Figura 18 - Pessoas trabalhando na abertura do leito natural das rodovias GO-060 e GO-070, em 1946



Fonte: GOINFRA (2022).

A figura 18 demonstra a abertura do leito natural das rodovias GO-060 e GO-070. De acordo com os dados publicados no Diário oficial de 1946 e 1947, o primeiro trecho aberto da rodovia GO-060 partiu da nova capital em direção à Trindade. O quadro 4 mostra o processo de construção da rodovia.

Quadro 4 - Os processos de construção da GO-060 no Oeste Goiano

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GO-060					
Abertura do leito natural			Pavimentação		
Trecho	Início	Fim	Trecho	Início	Fim
Goiânia- Trindade	1946	1947	Goiânia-Santa Bárbara	1961	1965
Trindade- Santa Bárbara	1947	1952	Santa Bárbara- Nazário	1968	1970
Santa Bárbara- Nazário- Firminópolis- Iporá	1949	1956	Nazário- Firminópolis- São Luís-Iporá	1968	1970
Iporá-Piranhas	1968	1970	Iporá-Piranhas	1983	1986

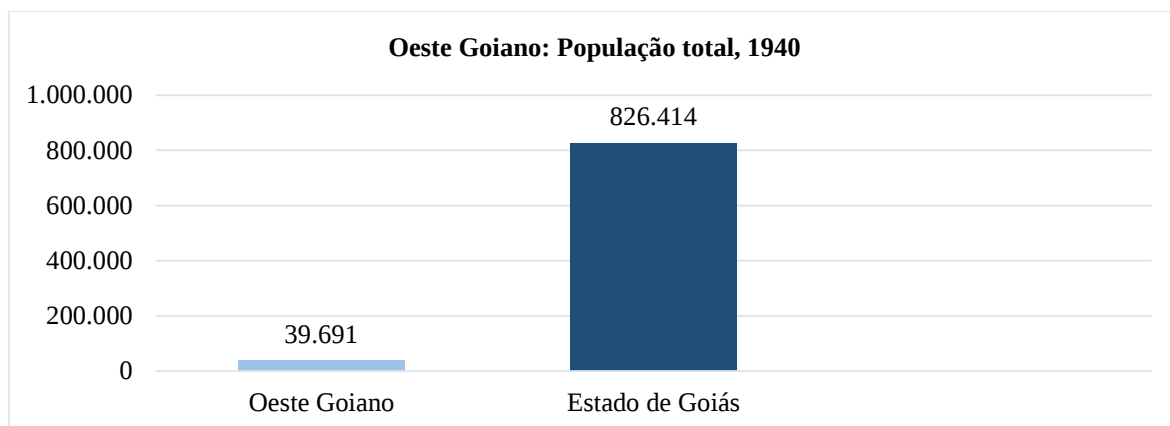
Fonte: Goiás (1946), (1947), (1950); Goiás (1952), (1956); IMB (1961), (1968), (1975), (1983), (1984).

Ao observar os dados do quadro 4, pode-se inferir que a rodovia levou cerca de quarenta anos para ser totalmente concluída, ao considerar o período que o leito natural começou a ser aberto até a pavimentação do último trecho. Contudo, antes mesmo de sua conclusão, algumas mudanças já puderam ser observadas no espaço regional, como será exposto no decorrer deste tópico.

Nos anos 1940, havia apenas quatro municípios na região de estudo, sendo eles: Anicuns, Palmeiras, Paraúna e Torres do Rio Bonito (Caiapônia) cuja população total regional

não alcançava 40 mil habitantes como pode ser visto abaixo.

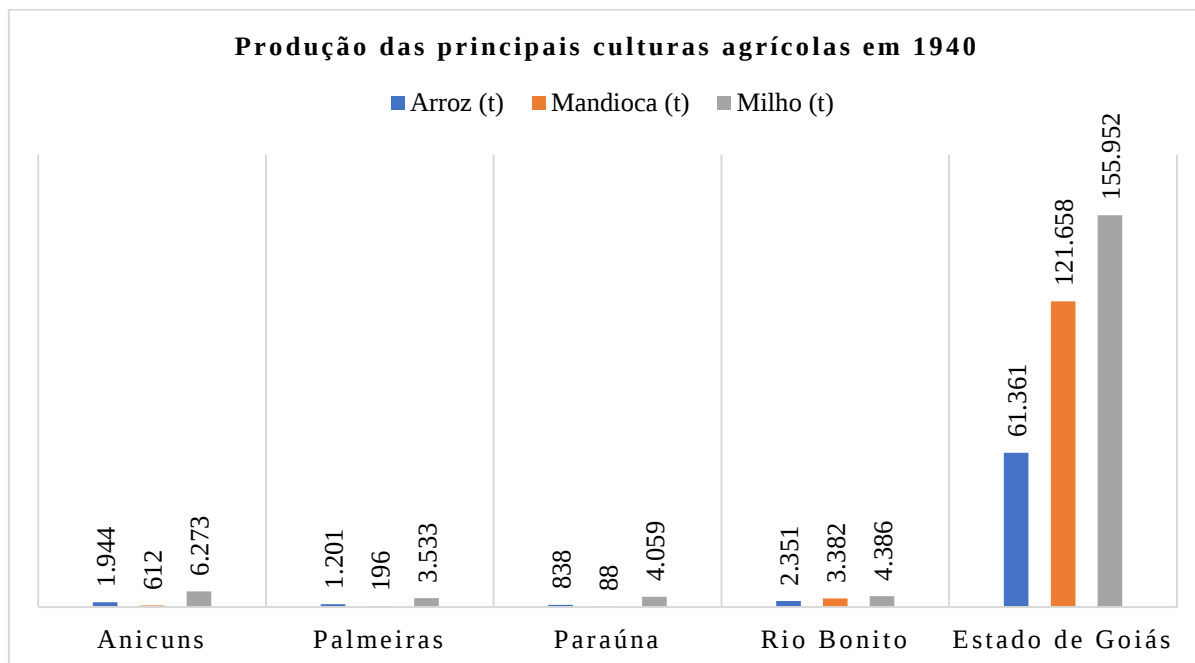
Gráfico 9 - População geral no Oeste Goiano na década de 1940



Fonte: Censo demográfico (1940).

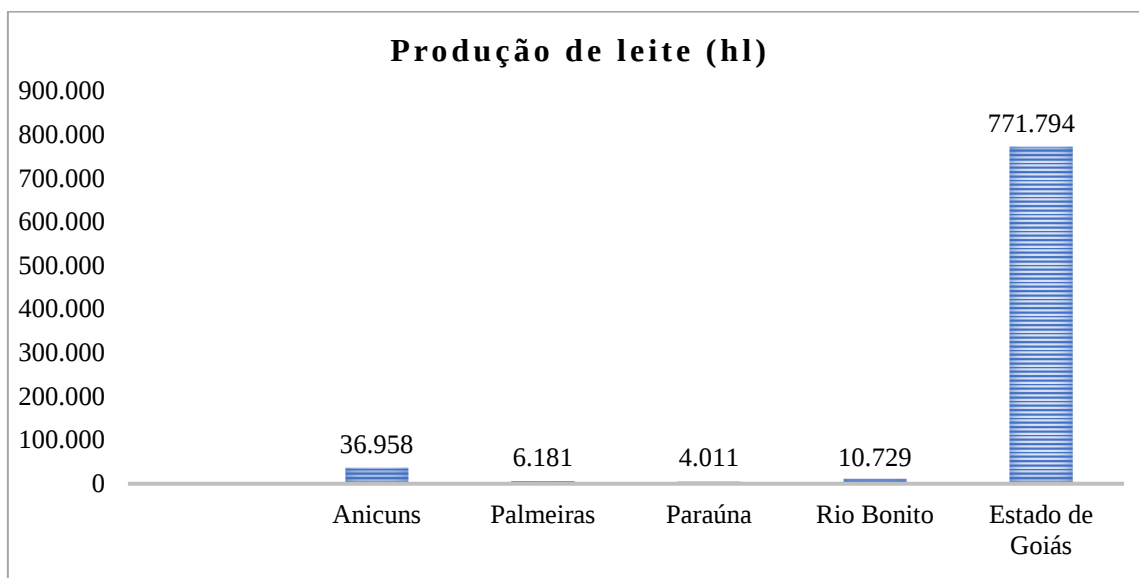
A produção agrícola se desenvolvia em pequena escala e a pecuária, apesar de ocupar uma posição privilegiada na produção regional, principalmente na produção de leite, não apresentava resultados satisfatórios no conjunto de estado, como pode ser observado abaixo.

Gráfico 10 - Principais culturas agrícolas no Oeste Goiano na década de 1940



Fonte: Censo agrícola (1940).

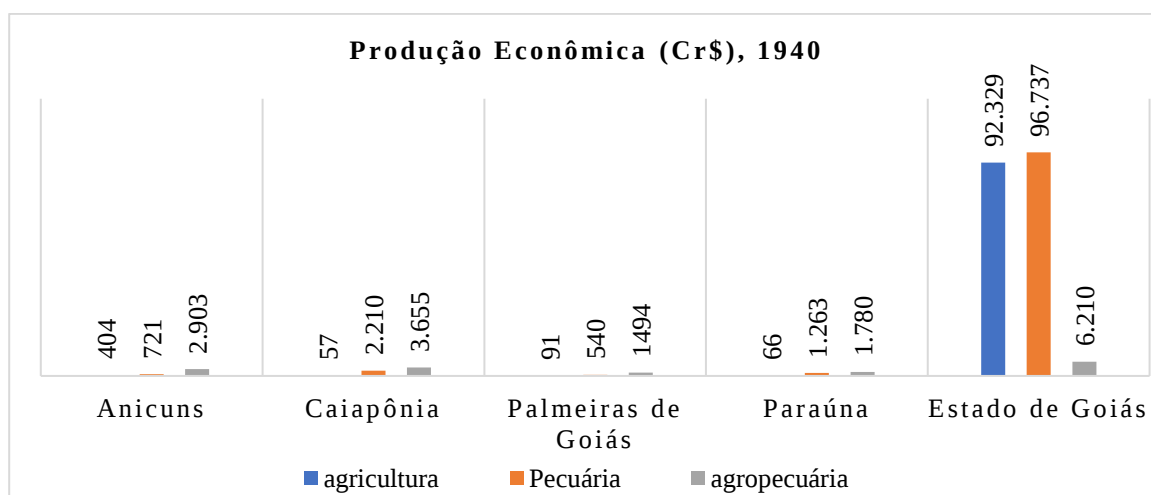
Gráfico 11: Produção de leite (hl) no Oeste Goiano e no estado de Goiás na década de 1940



Fonte: Censo agrícola (1940).

O valor total arrecadado na atividade agrícola e pecuária não alcançou 20 mil cruzeiros, dado que pode ser observado abaixo, o que evidentemente mostra uma pequena participação do mercado regional na produção econômica estadual.

Gráfico 12: Valor da produção econômica no Oeste Goiano e no estado de Goiás na década de 1940



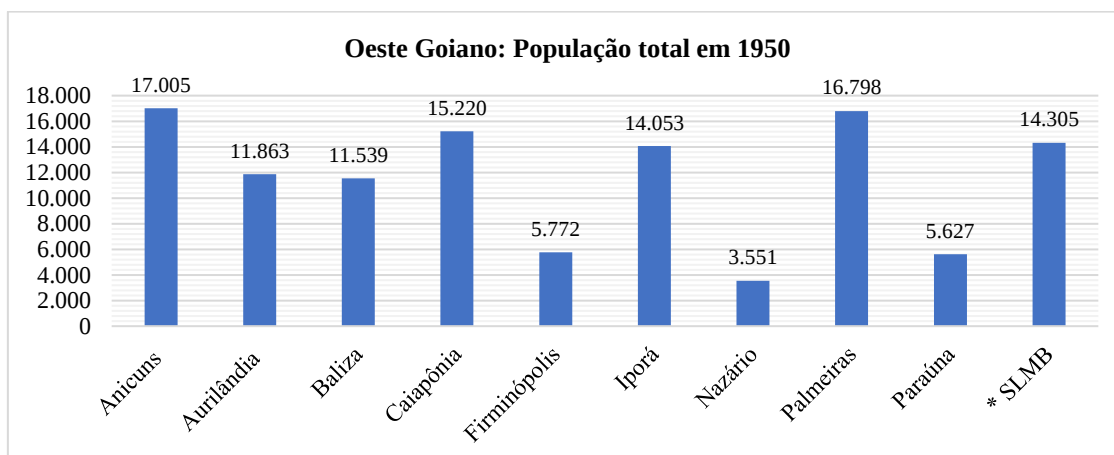
Fonte: Censo demográfico (1940).

A ínfima participação do mercado regional na produção econômica estadual foi explicada por Faissol (1952, p.96-97), ao afirmar que “a distância para os principais mercados consumidores é grande, e as estradas não são boas, o preço do transporte é muito alto, o que diminui o preço líquido do produto e em consequência não estimula o preço da produção”. O

autor acrescenta que “[...] as distâncias são aumentadas por caminhos improvisados, em muitos lugares a produção se perde em parte, em vistas as dificuldades de transportes e os lucros dos lavradores têm que ser mínimos e desencorajadores”. Esse relato do geógrafo coloca em evidência que as estradas, nesse período, se tornaram a principal fonte de problemas para o escoamento da produção na região de estudo, o que inviabilizou seu desempenho econômico no conjunto de estado. A produção no Oeste Goiano era transportada basicamente por muares e carros de bois. Portanto, as dificuldades com a logística para centros compradores distantes, fizeram com que os municípios da região de estudo fossem elevados à categoria de pequenos entrepostos comerciais de centralidades como Goiânia e Anápolis.

Com a abertura do leito natural da rodovia, o comportamento econômico-regional começa a ser alterado. Isso porque a rodovia passa a ser o principal meio de acesso às terras férteis do Mato Grosso Goiano (Borges, 2001; Meira, 2021). Vale ressaltar que o fluxo de migrantes nessa direção contribuiu para o florescimento urbano de Firminópolis, São Luís de Montes Belos e Aurilândia que, nos anos de 1948, foram elevadas à categoria de distrito, o que também demonstra a influência do eixo viário em construção no processo de ocupação espacial da região de estudo a partir dos anos 1946. Na década de 1950, a região contabilizou uma população total de 101.428 mil habitantes, com um aumento de 156% em relação à década anterior. Nesse mesmo período, Aurilândia, Baliza, Iporá, Firminópolis e Nazário passaram a compor o quadro municipal da região de estudo, tendo sido emancipados logo após o início da construção da GO-060. Além disso, o distrito de São Luís de Montes Belos que, ao ser cortado pela rodovia nos anos de 1949, teve um crescimento importante nos anos 50, ultrapassando a população total dos municípios de Aurilândia, Nazário, Paraúna, Baliza, Firminópolis e Iporá, como pode ser visto a seguir.

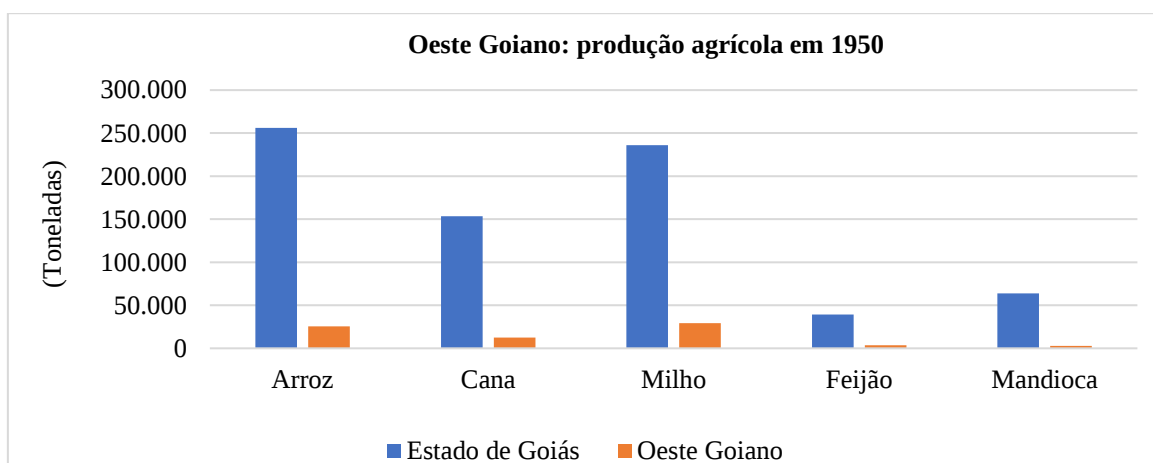
Gráfico 13 - População total dos municípios do Oeste Goiano na década de 1950



Fonte: Censo demográfico (1950).

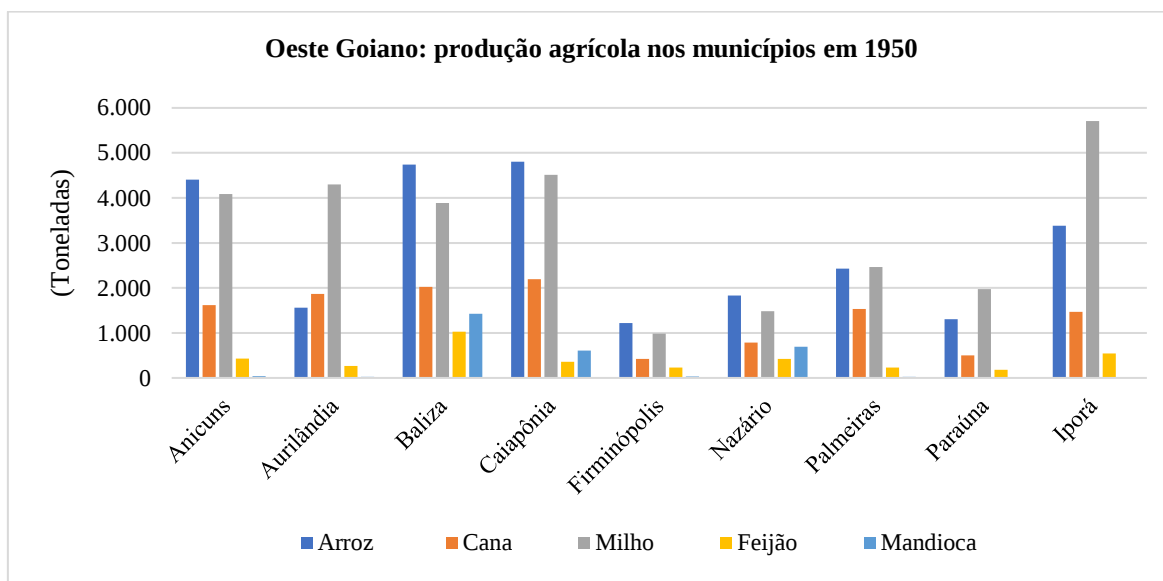
Com base nas informações acima, pode-se afirmar que a abertura do leito natural da GO-060 canalizou fluxos populacionais para região e contribuiu para o surgimento e para a emancipação de Aurilândia, Firminópolis, Iporá e Nazário entre os anos 1948 e 1950. É importante destacar que, nesse mesmo período, a produção agrícola regional também começou a dar avanços importantes, como pode ser visto a seguir. Além da produção de arroz, milho, mandioca e cana-de-açúcar, os municípios passaram a produzir feijão, ainda que em pequeno volume.

Gráfico 14 - Produção agrícola na década de 1950



Fonte: Censo demográfico (1950).

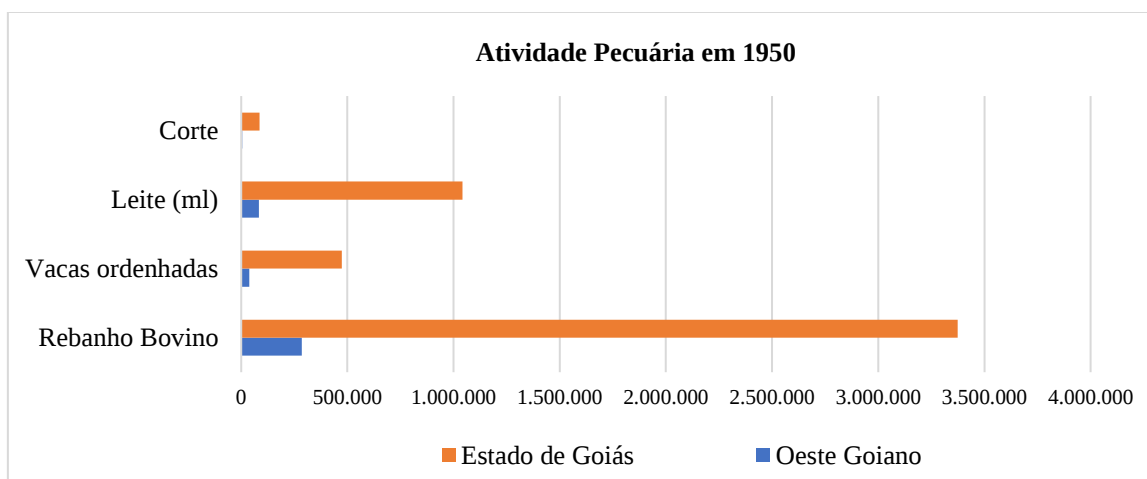
Gráfico 15 - Produção agrícola nos municípios do Oeste Goiano na década de 1950



Fonte: Censo demográfico (1950).

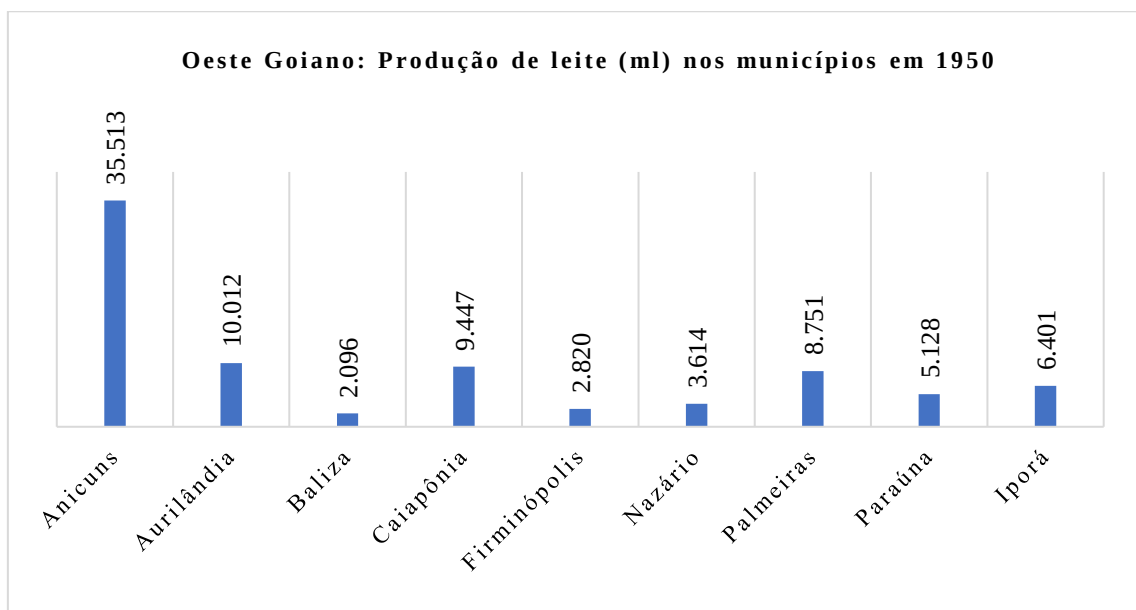
A produção de milho, arroz, feijão e cana-de açúcar foram as principais culturas agrícolas no estado de Goiás e na região de estudo na década de 1950. Iporá foi o município que mais produziu milho e um dos maiores produtores de arroz no Oeste Goiano. Essa importante participação do município na produção agrícola regional começou a florescer com a abertura do leito natural da GO-060 até o núcleo urbano. Nos dados da atividade pecuária, foi observado um destaque da atividade leiteira em relação à de corte, bem como o maior volume de leite produzido foi no município de Anicuns, como pode ser visto abaixo.

Gráfico 16 - Atividade pecuária na década de 1950



Fonte: Censo agrícola (1950).

Gráfico 17 - Produção de leite nos municípios do Oeste Goiano na década de 1950



Fonte: Censo agrícola (1950).

O avanço das obras da GO-060 no espaço regional contribuiu para a criação e emancipação de diversos distritos no decurso das décadas 1950 e 1960. Só na primeira década, dezenove distritos foram emancipados, seguidos por mais sete na década subsequente, conforme evidenciado no quadro 5.

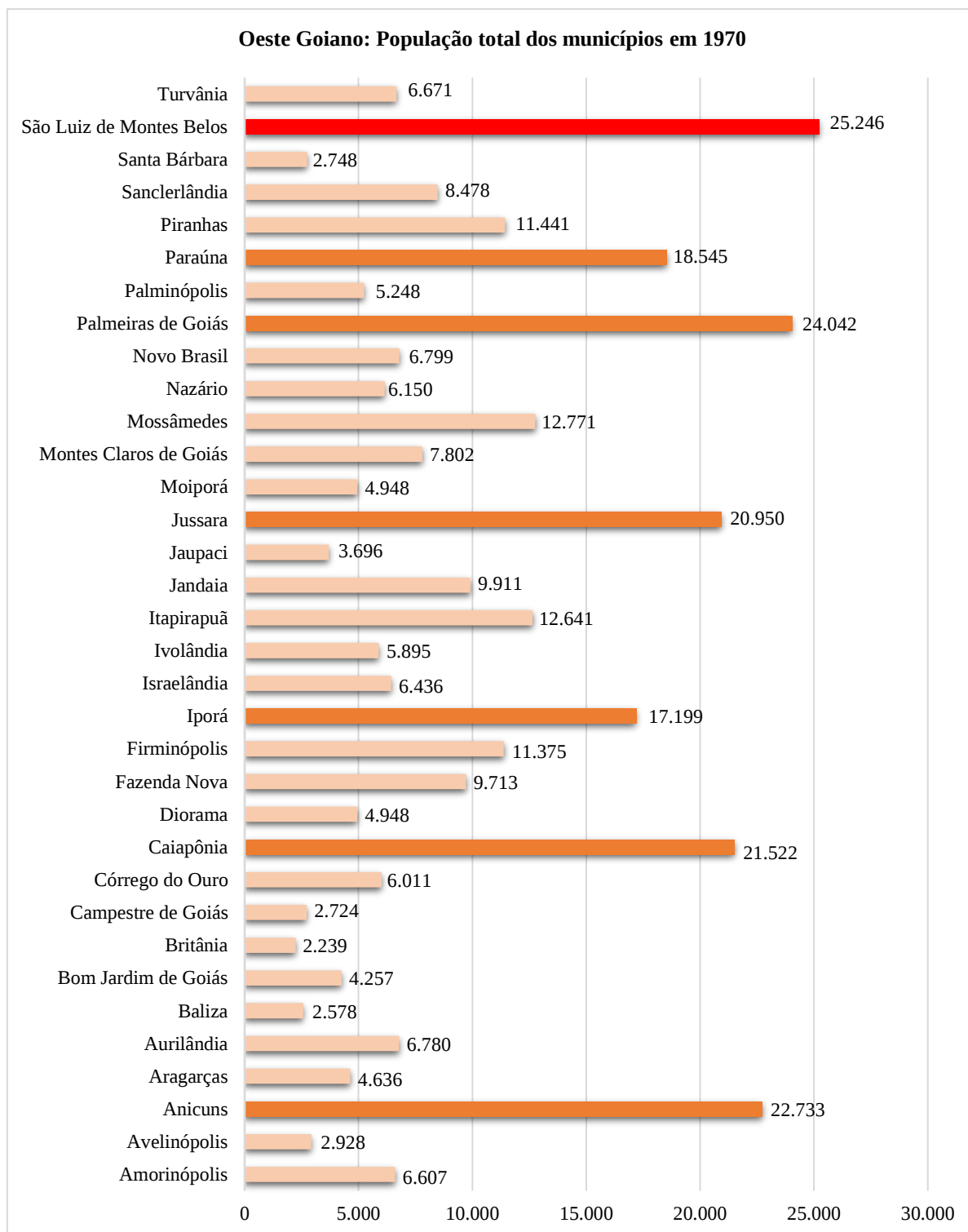
Quadro 5 - Oeste Goiano: Municípios emancipados entre as décadas 1950-1970

Municípios	Ano de emancipação	Município desmembrado
Amorinópolis	14/11/1958	Iporá
Aragarças	02/10/1953	Baliza
Bom Jardim de Goiás	14/10/1953	Baliza
Cachoeira de Goiás	10/11/1953	Aurilândia
Córrego do Ouro	24/09/1953	Goiás
Diorama	17/12/1958	Iporá
Fazenda Nova	20/10/1953	Aruanã
Israelândia	14/11/1958	Iporá
Itapirapuã	14/11/1958	Goiás
Ivolândia	05/11/1953	Aurilândia
Jandaia	05/10/1953	Palmeiras de Goiás
Jaupaci	14/11/1958	Iporá
Jussara	14/11/1958	Goiás
Moiporá	14/11/1958	Aurilândia
Mossâmedes	14/11/1952	Goiás
Novo Brasil	09/12/1958	Fazenda Nova
Piranhas	14/10/1953	Caiapônia
São Luís de Montes Belos	12/10/1953	Goiás
Turvânia	14/11/1958	Anicuns
Avelinópolis	14/11/1963	Anicuns
Britânia	07/11/1963	Jussara
Campestre de Goiás	29/10/1963	Trindade
Montes Claros de Goiás	23/10/1963	Diorama
Palminópolis	02/08/1961	Palmeiras de Goiás
Sanclerlândia	13/11/1963	Mossâmedes
Santa Bárbara de Goiás	23/10/1963	Trindade

Fonte: IBGE (2019).

Com efeito, na década de 1970, a região contabilizou um total de 35 municípios com uma população de 326.668 habitantes, o que representou uma taxa de crescimento 222% em relação a década de 1950. O interessante é que os municípios que mais registraram crescimento populacional foram São Luís de Montes Belos (no período, somou um total de 25.246), Palmeiras de Goiás (24.042), Anicuns (22.733), Caiapônia (21.522), Jussara (20.950) e Iporá (17.199), como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

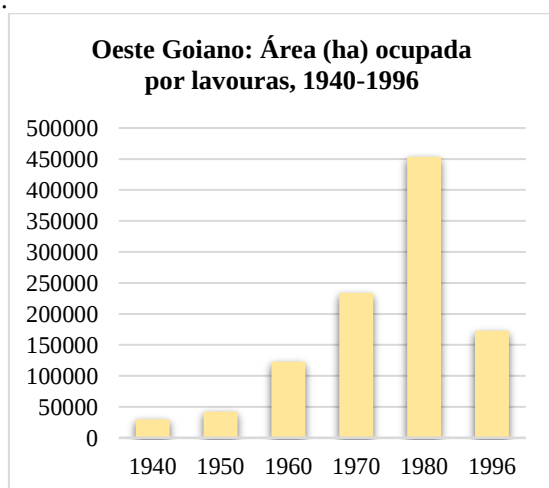
Gráfico 18 - População total dos municípios do Oeste Goiano na década de 1970



Fonte: IBGE (1970).

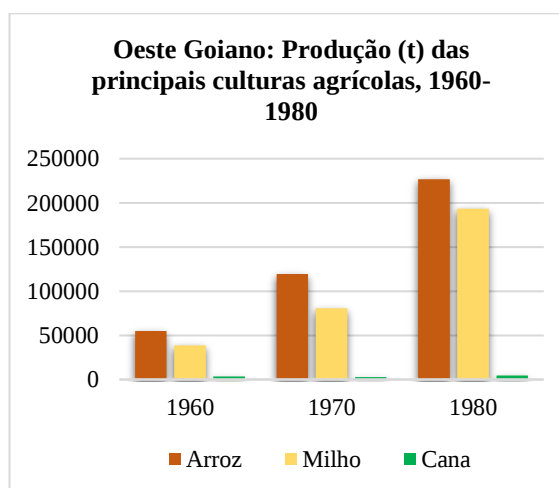
Os dados do censo demográfico de 1970 apontam ainda que o Município de São Luís de Montes Belos obteve maior aumento populacional no conjunto regional, o que comprova, mais uma vez, a influência da rodovia GO-060, especialmente se considerados os centros servidos diretamente por essa via. Além desse aspecto, a rodovia também exerceu papel importante na evolução da economia regional. Ao analisar a produção econômica, observa-se que a atividade agropecuária teve um crescimento significativo a partir dos anos de 1970, período em que importantes investimentos foram realizados pelo estado na infraestrutura viária, com a pavimentação de rodovias estaduais, a exemplo da GO-060 trecho Nazário-Iporá. Na produção agrícola, houve um aumento da área ocupada por lavouras, com destaque para a produção de arroz e de milho como pode ser observado nos gráficos 6 e 7.

Gráfico 19 - Área (ha) ocupada por lavouras



Fonte: Censo agrícola (1940-1996).

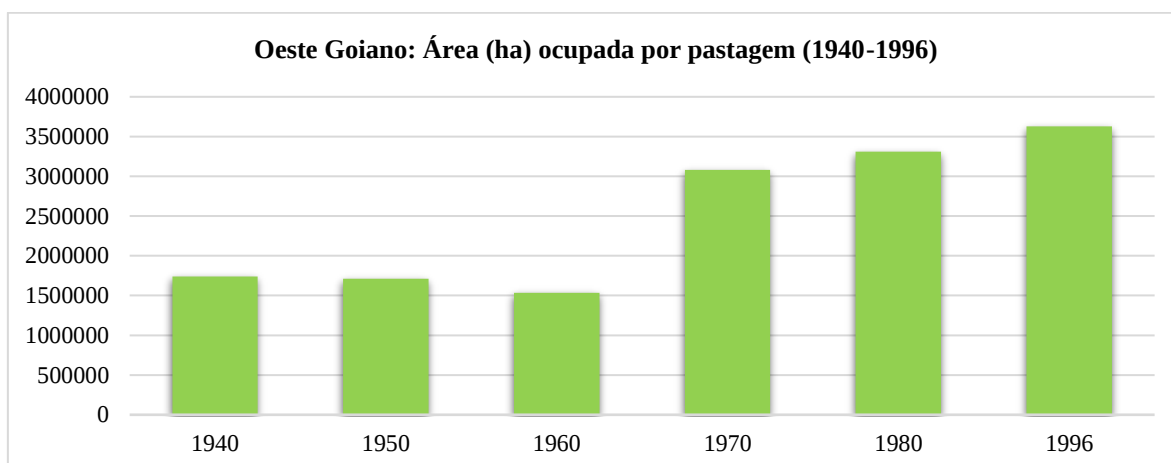
Gráfico 20 - Produção das principais culturas agrícolas



Fonte: Censo agrícola (1960-1980).

Os gráficos mostram que a agricultura apresentou um crescimento importante na transição entre as décadas de 1970 e 1980. Em contrapartida, nos anos de 1996, houve uma redução de áreas destinadas as lavouras e isso é explicado pela ampliação de áreas para o cultivo de pastagem, como revela o gráfico abaixo.

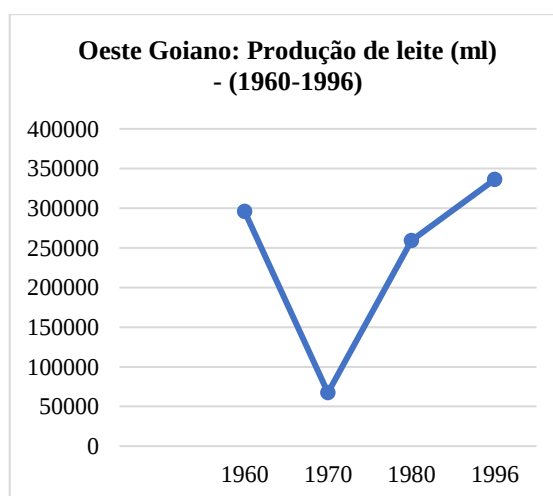
Gráfico 21 - Área (ha) ocupada por pastagem (1940- 1996)



Fonte: Censo agrícola (1940-1996).

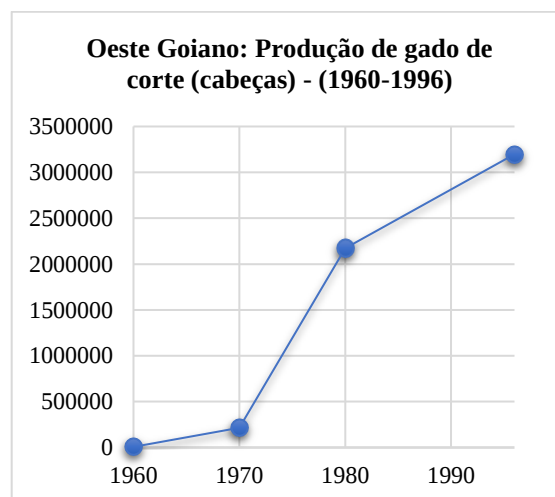
A ampliação de áreas de pastagem entre 1970 e 1996 traz um dado interessante: a ascensão da pecuária na região. Outros dados que reforçam esse entendimento se referem à produção de leite, que passou de 67.375 ml para 336.204 ml, e a produção do gado de corte, que passou 215.591 para 3.197.275 cabeças no conjunto de área, conforme os gráficos abaixo:

Gráfico 22 - Produção de leite (ml) – (1960 – 1996)



Fonte: Censo agrícola (1960-1996).

Gráfico 23 - Produção de gado de corte (1960-1996)



Fonte: Censo agrícola (1960-1996).

Esses resultados revelam, mais uma vez, a influência da GO-060 no crescimento da atividade agropecuária na região. Isso é visivelmente percebido no decurso da década de 80, período em que a pavimentação do eixo viário já estava em fase de conclusão. Fica claro que a rodovia, como estratégia espacial de estado, surge com dois propósitos basilares: promover a integração regional, ampliar a produção (e influência) econômica e, assim, assegurar a apropriação do espaço regional às elites econômicas.

A pesquisa realizada por Borges (2001) sinalizou que, nos anos de 1971, a Laticínios Morrinhos instalou uma unidade fabril no Município de São Luís de Montes Belos e formou uma rede de captação e produção de derivados de leite na região. Além dessa empresa, foram instaladas pequenas cooperativas nos municípios de Firminópolis, Turvânia, Amorinópolis, Iporá, Córrego do Ouro, Nazário, Diorama, Piranhas, Bom jardim de Goiás, Ivolândia, Anicuns, Sanclerlândia e Fazenda Nova, que também passaram a realizar a captação de leite para produção de derivados. Tal fato promoveu um efetivo crescimento da atividade leiteira na região nos anos 1980, atraindo grandes corporações multinacionais como a Nestlé e a Parmalat, que também passaram a desenvolver atividades na região. Apesar de não terem instalado unidades industriais de transformação do leite, atuaram na captação desse produto no Oeste Goiano. Além da indústria leiteira, que foi instalada em 1989, em São Luís de Montes Belos, também foram criadas uma unidade do Frigorífico Rio Vermelho e uma unidade da

Curtume Bertin, em 1999, assim como um matadouro em Anicuns⁵⁵. Os demais municípios do Oeste Goiano que não foram beneficiados com unidades fabris de frigoríficos cumpriram a função de exportar o gado para frigoríficos dentro e fora da região. Nesse contexto, a pavimentação do trecho Nazário-Iporá, nos anos 70, e do trecho Iporá- Piranhas, na década de 80, foi fundamental para a circulação regional e a atuação desses grupos econômicos a partir desses respectivos períodos, uma vez que, pela rodovia, tornou-se possível acessar rapidamente a capital de Goiás e os centros consumidores em várias porções do território brasileiro e goiano.

Esses processos, especialmente a ampliação da produção agropecuária e a exploração do espaço regional pelas elites econômicas, contribuíram para um intenso processo de urbanização da região nos anos 1980. Nesse período, a população urbana ultrapassou significativamente a população rural, conforme a tabela 10.

Tabela 10 - População rural e urbana nos municípios do Oeste Goiano (1970-1990)

Municípios	1970		1980		1990	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Anicuns	7.599	15.134	13.104	10.046	12.081	6.125
Adelândia	-	-	-	-	1.555	784
Americano do Brasil	-	-	-	-	4.132	729
Arenópolis	-	-	-	-	2.033	2.114
Amorinópolis	2.215	4.392	2.631	2.717	2.337	2.091
Aurilândia	2.830	3.950	2.413	2.540	2.830	1.435
Avelinópolis	674	2.254	1.238	1.449	1.328	1.008
Aragarças	3.760	876	8.872	818	13.192	550
Baliza	706	1.872	884	1.899	1.204	2.924
Bom jardim de Goiás	1.263	2.994	4.214	2.964	4.938	3.048
Buriti de Goiás	-	-	-	-	-	-
Britânia	1.234	1.005	2.569	866	3.389	1.297
Cachoeira de Goiás			127	137	881	554
Caiaônia	4.250	17.272	12.955	15.677	9.589	4.326
Campestre de Goiás	585	2.139	842	1.617	1.411	905
Córrego do Ouro	1.169	4.842	1.5941	2.774	1.490	1.799
Doverlândia	-	-	-	-	5.017	5.196
Diorama	1.253	3.695	1.186	2.385	1.068	1.569
Fazenda Nova	2.979	6.734	3.909	5.978	3.893	3.272
Firminópolis	5.044	6.331	6.249	3.809	7.148	2.609
Iporá	9.766	7.433	21.607	5.641	25.540	4.148
Israelândia	2.224	4.212	1.625	1.958	2.450	906
Ivolândia	872	5.023	1.528	2.741	1.403	1.611
Itapirapuã	4.135	8.506	5.774	5.050	6.276	2.776
Jandaia	1.909	8.002	2.469	8.512	3.524	2.950
Jaupaci	1.099	2.597	1.386	1.266	2.285	869
Jussara	7.581	13.369	12.761	9.759	14.373	6.544
Moiporá	1.417	3.531	1.287	1.500	1.250	1.004
Mossâmedes	2.443	10.328	3.830	8.378	4.802	4.254
Montes claros	1.074	6.728	3.853	5.394	4.772	3.678

⁵⁵ De acordo com Borges (2001) essa unidade foi instalada no final dos anos 80.

Nazário	3.219	2.931	4.338	1.496	4.480	1.764
Novo Brasil	1.145	5.654	1.903	3.063	2.646	2.152
Palmeiras	5.902	18.140	10.806	11.730	11.194	5.441
Palestina de Goiás	-	-	-	-	1.649	1.525
Palminópolis	1.241	4.007	1.224	3.079	1.902	1.727
Paraúna	3.044	15.501	7.513	6.056	6.755	3.077
Piranhas	2.950	8.491	9.372	6.505	10.168	2.642
Sanclerlândia	2.444	6.034	4.235	4.300	4.938	2.415
Santa Fé de Goiás	-	-	-	-	1.969	1.554
Santa Bárbara de Goiás	923	1.825	1.914	1.333	3.267	649
São Luís de Montes Belos	10.490	14.756	16.510	8.667	19.218	5.821
São João da Paraúna	-	-	-	-	1.123	775
Turvânia	1.930	4.741	2.950	2.963	3.557	1.828
Oeste Goiano	101.369	225.299	194.019	155.067	219.057	102.445
Estado de Goiás	1.269.035	1.728.535	2.401.098	1.459.076	3.247.676	771.227

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1990).

Contudo, é preciso chamar atenção para algumas questões pertinentes: Como se deu a distribuição geográfica da população rural no Oeste Goiano? Qual o destino dessa população? Quais cidades receberam mais pessoas? Os dados da tabela 10 demonstram que a região não perdeu população, indicando que houve um processo de migração intrarregional – o qual teve as cidades da própria região como destino de boa parte dessa população rural. Contudo, o fluxo populacional não se distribuiu de maneira homogênea e se concentrou basicamente em três centralidades principais: São Luís de Montes Belos, Iporá e Anicuns, ambas situadas na área de abrangência da rodovia GO-060. O que explica esse comportamento do ponto de vista das trocas internas e das interações entre as centralidades da região? Essa questão será abordada no próximo capítulo.

6 CAPÍTULO IV

REDE URBANA E SEU DINAMISMO NO OESTE GOIANO

Há um consenso, principalmente entre geógrafos, que estudar as cidades de maneira isolada impossibilita a apreensão de suas complexidades, o que se deve ao fato de que as cidades refletem, em seus espaços urbanos, suas interações com outras localidades. A presença dessas interações ressalta a importância das cidades no âmbito regional, nacional ou internacional, indicando que um dos enfoques fundamentais para compreender a sua dinâmica socioespacial deve ser dado ao estudo de rede urbana.

Neste capítulo, portanto, são analisados aspectos como a definição de rede urbana, a centralidade, a interação espacial e os elementos necessários para seu estudo. Tal problemática envolve também a análise das transformações que ocorreram na rede urbana, bem como a investigação do circuito produtivo regional, a consolidação de centralidades, as ações estabelecidas pelo estado e o papel da rodovia GO-060 nas dinâmicas da rede urbana de distintas centralidades no Oeste Goiano na atualidade.

6.1 Rede urbana: apontamentos teóricos

A discussão sobre rede urbana não é recente. Desde o século XVIII, diversos estudos foram realizados sobre o tema (Ponsard, 1958; Corrêa, 1989). Essas pesquisas se desenvolveram na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha, difundindo-se pelo mundo. No Brasil, os estudos sobre redes urbanas ganharam força a partir da década de 1930, impulsionados por processos como a urbanização, a expansão do capitalismo e as mudanças na divisão internacional do trabalho. Os estudos dos autores a seguir, dentre outros, forneceram um fértil arcabouço teórico a respeito do tema, o que, de certo modo, suscitou o desenvolvimento de várias pesquisas no país: Pierre Deffontaines (1938); Pierre Monbeig (1957); Jean Tricart (1949); Michel Rochefort (1982); Milton Santos (1952); Roberto Lobato Corrêa (1989); Pedro Geiger (1963); Cláudio Egler (2001) e IBGE (1972, 1987, 2000, 2008 e 2020). Entretanto, apesar de uma ampla literatura, muitas regiões ainda demandam estudos considerando diferentes escalas do ponto de vista das redes.

Em vista disso, o que é rede urbana? Muitos são os enfoques a partir dos quais se têm elaborado o conceito. No dicionário de “Geografía aplicada y profesional”, a definição é a seguinte: “um conjunto de cidades ligadas entre si por relações funcionais, sejam as cidades hierárquicas ou não” (López, 2015, p.623). Em uma outra perspectiva de abordagem, o geógrafo francês Pierre George (1983, p.206) afirma ser rede urbana “uma verdadeira armação de cada

região”. Essa ideia também foi compartilhada por Rocheford (1998, p.20), que assinala ser rede urbana “uma organização dos centros urbanos e de suas zonas de influência no interior de uma região controlada por um centro regional e de arcabouço urbano comandado pelo capital nacional[...]” (*apud* Sposito, 2017, p.474). A abordagem de rede urbana no âmbito regional também foi amplamente estudada no Brasil. Um dos estudiosos mais destacados nesse campo é Roberto Lobato Corrêa, que, em uma de suas teses, defendeu ser rede urbana

[...] um conjunto de centros funcionalmente articulados -, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos que reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade (Corrêa, 1989, p.8).

Doze anos da publicação de seu livro “A rede urbana”, no qual apresenta sua tese, o geógrafo revisitou o conceito em sua obra “Estudos sobre a rede urbana”. Nessa nova versão, ele enfatizou que “[...] neste conjunto há um centro mais importante, de nível metropolitano nacional ou regional, que exerce um papel, maior ou menor de controle econômico e político sobre sua hinterlândia” (Corrêa, 2006, p.8).

O fenômeno rede urbana tem sido objeto de discussão entre geógrafos, principalmente no que se refere à sua natureza. George (1983), por exemplo, assinala que, para que haja rede urbana, é necessário existir relações funcionais entre elementos urbanos da rede e, também entre estes e o meio rural. Corrêa (1989), em uma versão mais ampla, defende que é preciso ter, em primeiro lugar, uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente e que tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar, pontos fixos no território, onde as trocas/conexões possam ser realizadas por algum motivo, seja pelo comércio, serviços, atividades industriais, seja ligadas à produção agropecuária e do extrativismo vegetal. Em terceiro lugar, é preciso existir um grau mínimo de articulação entre núcleos urbanos, dentre os quais podem ser vistas no âmbito da circulação (Corrêa, 1989).

A divisão territorial do trabalho, assim como os processos de trocas, articulações e conexões, conforme assinalou Corrêa (1989), vão contribuir para o processo de diferenciação entre núcleos urbanos, ou seja, as cidades vão se especializar em atividade diversificadas quanto ao grau de importância, gerando distinções entre elas. Essa diferenciação entre núcleos urbanos na rede vai ocasionar o fenômeno da hierarquia urbana, que diz respeito à distribuição e à oferta desigual de bens, serviços e atividades entre as cidades. Uma das abordagens a esse respeito é a do geógrafo alemão Walter Christaller. Em sua tese de doutorado “As localidades centrais no

sul da Alemanha”, Cristaller (1933) apontou que todos os núcleos urbanos são localidades centrais, pois todos eles participam das atividades de mercado, ofertando bens e serviços para si mesmos, para sua hinterlândia ou para áreas distantes de sua zona de influência. Contudo, nessa relação de mercado, haverá sempre localidades que vão ocupar uma posição de destaque em seu conjunto, o que vai refletir em seu nível de centralidade.

Mas o que é centralidade? Na teoria das localidades centrais, a centralidade refere-se ao papel desempenhado/exercido na distribuição de bens e serviços. A centralidade deriva das funções centrais desempenhadas pelos centros urbanos no setor terciário, sendo manifestada, em uma escala regional, através de sua área de influência ou área de mercado (Christaller, 1966; Corrêa, 2001), ou, ainda, pela espacialização dos circuitos da economia urbana (Santos, 1979).

Nesse sentido, as funções centrais dos centros urbanos geram centralidade e, consequentemente, dotam o centro urbano de uma polarização, de uma centralidade, em uma clara relação entre oferta e demanda, na escala regional. As funções centrais mais raras e complexas, situadas na metrópole ou centros regionais, consumidas com menor frequência e com um quantitativo populacional mínimo para justificar sua oferta, compreendem uma área mais abrangente, em escala regional ou mesmo nacional e continental - dotando o centro de uma forte centralidade (Bessa, 2012).

Dessa maneira, na escala regional, o centro passa a exercer uma posição central, como ponto focal, “em relação ao conjunto de cidades de uma rede” (Sposito, 1998, p. 27). Tal realidade reforça as diferenciações entre os centros, que, geralmente, são de natureza hierárquica (Corrêa, 1989; 2001). Por sua vez, aquelas funções associadas a bens e serviços de consumo mais frequente abarcam áreas exíguas, na maioria das vezes, em escala municipal ou microrregional - dotando o centro de uma centralidade fraca (Bessa, 2012).

Nesse processo, conforme assinalou Corrêa (1989), estabelece-se uma hierarquia entre os centros urbanos, categorizadas de diversas formas: metrópole regional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. As localidades centrais de menor nível hierárquico, como os centros locais e os centros de zona, fornecem bens e serviços de alta demanda (ou demanda diária), com uma área de influência geograficamente limitada. Já as localidades de nível hierárquico imediatamente superior, como a capital regional e os centros sub-regional, não apenas distribuem os mesmos bens e serviços oferecidos pelos centros de hierarquia inferior, como também fornecem bens e serviços com pouca demanda.

Contudo, abrangem uma área de influência maior que inclui centros menores e suas

respectivas áreas de influência. A metrópole regional é o centro de maior hierarquia e oferta todos os bens e serviços previamente distribuídos pelos centros de níveis inferiores, além de distribuir alguns exclusivos para os quais ele se configura como o único ponto distribuidor em uma região do país. Assim, a distribuição e oferta de bens e serviços resulta em uma diferenciação entre as localidades centrais, distinção que segue uma hierarquia, com diferentes níveis de participação de centros urbanos. A centralidade, portanto, está intimamente ligada ao papel exercido por núcleos urbanos na rede, determinada pelas diversas funções, fluxos demográficos e área de influência (Corrêa, 1989).

Essa concepção de centralidade vai de encontro com a teoria de Santos (1952). Para o autor, a centralidade diz respeito às funções desempenhadas pelas cidades em suas relações com outras. Essas funções podem ser estudadas considerando-se vários aspectos, dentre eles, o econômico, social, político e cultural. Santos (1952) também discute os métodos de avaliação de centralidade no Brasil, destacando o método de Rochefort, para o qual a centralidade é mensurada com base no setor terciário (comércio, serviços, etc.). Utilizando esse método, o autor conduziu um estudo na zona do Recôncavo Baiano, destacando as funções das cidades com base na extensão de suas atividades terciárias.

Cristaller (1933), em suas análises sobre as cidades e suas relações com as outras, introduziu a ideia de alcance espacial máximo e mínimo. Ele explicou que, no alcance espacial máximo, há uma área delimitada por uma distância a partir de um ponto central específico. Dentro desse perímetro, os consumidores se movem em direção ao ponto central para adquirir bens e serviços. Além dessa área, eles se dirigem a outras localidades mais próximas, resultando em custos de transporte mais baixos e menos tempo gasto. No alcance espacial mínimo, por outro lado, tem-se uma região circundante a um ponto central, incluindo o número mínimo necessário de consumidores para viabilizar a instalação de um comércio específico. Nesse caso, a busca por bens e serviços mais sofisticados em centros distantes vai gerar custos de transportes mais elevados. Essa distinção na oferta de bens e serviços estabelece uma hierarquia entre os centros urbanos. Aqueles com uma variedade mais ampla de bens e serviços ocupam uma posição mais proeminente na hierarquia urbana, enquanto os centros com oferta limitada têm uma importância mais restrita, subordinados aos maiores na escala hierárquica.

As proposições do geógrafo alemão influenciaram vários estudos de rede urbana no Brasil ao longo do século XX, inclusive os realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBG) (atual IBGE). “*A divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*” foi uma das primeiras publicações de estudos realizados pelo instituto a partir da década de 1960. Nesse estudo, é evidente a influência das contribuições de Cristaller, ao considerar que a rede de relações entre

os diversos núcleos urbanos foi analisada com base nos fluxos de pessoas pelos sistemas viários (estradas) e na distribuição de bens e serviços para a economia e a população em uma área mais ampla. As cidades foram classificadas como centros de interação, considerando a diversidade de conexões estabelecidas com áreas de diferentes tamanhos. Essas conexões envolveram tanto a centralidade quanto a capacidade de atrair produção para comercialização. As diferentes combinações dessas interações resultaram em diversas formas de funcionamento das cidades, levando à definição de diferentes categorias de centros, cada um com sua própria área de influência hierarquizada (IBGE, 1972).

Transcorridos mais de dez anos da primeira publicação de estudos sobre a rede urbana brasileira, a Fundação Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) publicou a atualização dos resultados das pesquisas realizadas sobre “Regiões de influência das cidades” nos anos de 1987, também fundamentada na teoria das localidades centrais de Walter Cristaller (1933). Na ocasião, o geógrafo Roberto Lobato Corrêa estava na coordenação do órgão responsável pela execução dos estudos. A rede de localidades centrais, assim compreendida, aparece como uma categoria de análise da rede urbana regional e/ou nacional. A rede urbana, nesse sentido, foi considerada a partir da centralidade exercida pelos centros urbanos, avaliada a partir da distribuição e oferecimento de bens e serviços, dentre eles: comércio varejista, serviços educacionais, serviços de saúde, agências bancárias, entre outros. A partir desse estudo, foram identificados os níveis hierárquicos de centros urbanos (Centro Metropolitano, Capital Regional, Centro Sub-Regional e Centro de Zona) no território brasileiro com base na distribuição e oferta de bens e serviços (IBGE, 1987).

A teoria das localidades centrais norteou novas pesquisas sobre a rede urbana brasileira. Uma nova versão do estudo das “Regiões de Influência das cidades” foi publicado pelo IBGE nos anos 2000 e apresentou um panorama diferente das relações urbanas. A pesquisa apresentada avaliou as funções centrais de cidades a partir de seus diferentes níveis de centralidade (baixa, média e elevada) considerando a oferta de bens e serviços. Desse modo, foram investigadas a procedência das pessoas e seus destinos em busca de bens e serviços de baixa, média e elevada complexidade. Os bens e serviços de baixa e média complexidade incluíram: produtos para agricultura e pecuária, hospital geral, agências bancárias, serviços de contabilidade e advocacia, laboratórios de análises clínicas, lojas de eletrodomésticos, entre outros. Já os de elevada complexidade contemplaram: tratores, caminhões novos, serviços de eletroeletrônicos, artigos importados, computadores e máquinas de escrever, serviços médicos de diversas especialidades, serviços especializados de saúde (exames diversos), cursos de nível superior e pós-graduação, entre outros. A partir desses dados, as cidades foram classificadas

em diferentes níveis de centralidade (Metropolitano - nível máximo; Predominantemente Submetropolitano - muito forte; Predominantemente Capital Regional-forte, Predominantemente Centro Sub-Regional -forte para médio, Tendendo a Centro Sub-Regional-médio, Predominantemente de Centro de Zona (ou Centro Local) - médio para fraco, Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local) - fraco, Municípios Subordinados - muito fraco).

Oito anos depois, o IBGE publicou uma nova atualização do estudo das Regiões de Influência das Cidades. Nessa nova edição, foram consideradas as funções de gestão do território, abrangendo cidades que acolhem órgãos do Estado, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Secretaria da Receita Federal (SRF), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre outros, além das sedes de empresas. A análise da centralidade baseou-se nesses aspectos, assim como na oferta e na distribuição de equipamentos e serviços, considerando acesso ao ensino superior, serviços de saúde, compras diversas, aquisição de insumos para produção agropecuária e fluxos do transporte coletivo. Com base nessas informações, os centros urbanos foram classificados em uma hierarquia, definindo-se a intensidade dos relacionamentos e o raio de influência de cada um. (IBGE, 2008). Na versão mais recente do estudo “Região de influência das cidades”, publicado em 2020, apresentou-se a mesma metodologia, acrescentando alguns elementos no questionário, a exemplo da saúde em que “houve um quesito específico para a saúde de baixa e média complexidades e outro separado para a saúde de alta complexidade, o que permitiu a identificação de centralidades importantes de referências para leitos hospitalares” (IBGE, 2020, p.4).

As pesquisas publicadas pelo IBGE em 1972, 1987, 2000, 2008 e 2020 revelam, a cada nova divulgação, distintos comportamentos em redes urbanas na escala nacional. Essas pesquisas oferecem um conjunto de dados valiosos, no entanto, esses estudos apresentam alguns problemas, começando pela abordagem estritamente descritiva, que se limita a fornecer uma classificação geral de centros e suas respectivas áreas de influência, sem adentrar nos processos que originaram e transformaram a rede urbana. Cabe a nós, pesquisadores, a tarefa de examinar e debater as ações que foram executadas e implementadas no território, as quais são responsáveis por essas transformações na rede urbana. É essa a jornada que será trilhada nos próximos tópicos.

Antes disso, é necessário explorar as reflexões dos teóricos sobre as transformações que manifestam em redes urbanas. Corrêa (1989) ao estudar a rede urbana da Amazônia, destacou alguns fatores determinantes, como as mudanças no modo de produção e nas relações produtivas, ocupação dos espaços regionais de maneira espontânea ou dirigida, abertura de rodovias, implantação de grandes projetos agropecuários ligados à industrialização. Como

resultado desses fatores, surgiram novas cidades e funções urbanas, além do aumento da dependência da rede urbana em relação a uma variedade mais ampla de produtos e das alterações na escolha dos locais, na paisagem urbana e no arranjo espacial da rede de cidades. Isso abrange aspectos como a redefinição do "centro", a valorização de outros locais e a ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico da rede urbana.

É importante salientar que a análise da rede urbana tem considerado outros aspectos, além do hierárquico. Santos (1979) e Bessa (2012) argumentam que a redefinição e a complexificação dos papéis dos centros urbanos, e, conseqüentemente da própria rede, têm direcionado novas abordagens sobre o tema. Meijers (2006), por exemplo, acrescenta novos aspectos a essa discussão, com uma abordagem bastante frutífera ao estudo das redes urbanas, destacando a importância de se considerar a complementaridade entre as cidades.

Para Meijers (2006), as cidades podem desempenhar papéis distintos e mutuamente benéficos dentro de uma rede, ou seja, elas não precisam competir diretamente umas com as outras, mas sim colaborar e aproveitar suas diferenças para fortalecer a rede como um todo. Para que isso ocorra, é necessário reconhecer as vantagens de cada cidade, buscando não apenas competir, mas também cooperar e complementar as funções urbanas.

Com base nessa perspectiva, torna-se crucial repensar o planejamento regional, no sentido de incentivar e possibilitar trocas mútuas entre os centros urbanos. A contribuição de Meijers (2006), nesse sentido, lança novos enfoques para os estudos de redes, da mesma forma que corrobora uma compreensão mais dinâmica e flexível das relações urbanas.

A flexibilidade dessas dinâmicas é notável ao considerar-se a análise periodológica, conforme proposto por Corrêa (2006). Basta observar a configuração da rede urbana no século XX e compará-la com a atualidade. Todo o arcabouço da rede foi transformado, desde os papéis desempenhados pelos centros urbanos até a centralidade e a modificação dos centros de poder e decisão. A rede urbana contemporânea difere significativamente de sua origem. Essas mudanças vão muito além do paradigma hierárquico das cidades (Veltz, 2002), pois refletem as metamorfoses do tempo, do espaço e da própria sociedade.

Dessa forma, "o espaço, assim como as redes, respondem às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração" (Santos, 2020, p.77). Essas mudanças se refletem nas cidades, que passam por transformações em suas estruturas comerciais e na prestação de serviços para atender demandas reais ou criadas pela totalidade social. Com base em sua estrutura organizacional e em relação ao comportamento demográfico, as cidades podem preservar sua influência na rede de interações com outras ou vê-la diminuir ao longo do tempo (Fresca, 2004).

Na lógica da acumulação capitalista, a ênfase recai na diminuição de despesas e na maximização dos ganhos. Para cada atividade recém-introduzida ou modificada, existem padrões específicos de localização que mais atendem positivamente aos princípios da lógica capitalista (Fresca, 2004). Dessa forma, há distintas inserções de centros na divisão territorial do trabalho, o que não é definitivo, ao considerar a dinâmica que também se insere no modo de produção capitalista. Assim, a centralidade de um núcleo é instável, podendo perder parte de suas funções e/ou ganhar novas. Tudo isso implica em redefinições no seu comportamento na rede urbana.

A divisão territorial do trabalho, por ser um processo que acompanha a lógica de produção capitalista, impõe novos padrões de desigualdade entre as cidades, porque implica o estabelecimento de novas interações espaciais. As interações espaciais, por sua vez, compreendem “um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (Corrêa, 1997, p.279). Esse processo é intrínseco às mudanças que ocorrem na sociedade e envolvem relações que tendem a beneficiar um local em detrimento de outro, intensificando as disparidades preexistentes e, conseqüentemente, provocando alterações nos lugares. Assim, as interações espaciais também são fatores de transformações de redes urbanas.

Os transportes exercem papel fundamental nas interações espaciais, ou seja, é por meio deles que o fluxo se realiza e produz assimetria entre os lugares. Dessa forma, o estabelecimento de infraestruturas de transportes pode também ser considerado um fator de transformação de redes urbanas, pois, amplia e, ao mesmo tempo, direciona os processos de produção, circulação e consumo. Essa dinâmica contribui para o surgimento de novos centros urbanos na rede ou para a diminuição da centralidade exercida por núcleos previamente estabelecidos e que não foram beneficiados com infraestruturas de transportes. Sobre essa questão, Santos (1996, p.143) frisa que “os transportes facilitaram a superação e reafirmou as funções anteriores das antigas cidades, ou desmantelou a antiga “rede”, transformando completamente a hierarquia”.

A instalação de infraestruturas de transporte não atende apenas às novas demandas do capitalismo, mas também desempenha três funções essenciais: facilita a acessibilidade espacial, promove a conexão com o sistema produtivo e participa diretamente da atividade produtiva. Seu impacto no território é diversificado, influenciando a produção, a reprodução e a organização do espaço regional e urbano. Esse impacto reflete-se na rede urbana, na configuração da cidade, no uso de terras urbanas e rurais, nas migrações populacionais, na descentralização da produção e consumo, na mobilidade geográfica do capital e no aumento do

setor terciário. Além disso, afeta o intercâmbio cultural, a divisão internacional do trabalho, a expansão da globalização do capital, o turismo e uma variedade de outros aspectos. Essas características especializam-se ao ponto de criar e transformar os espaços regionais (Silveira, 2016).

As discussões teóricas apresentadas neste tópico buscaram entender as abordagens sobre rede urbana. A partir disso, este estudo concentra-se na região Oeste de Goiás com ênfase em três centros urbanos: Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. Essa abordagem contemplará uma das fases mais importantes da pesquisa na compreensão do dinamismo apresentado por esta rede à qual esses centros pertencem. Dessa forma, é crucial, a partir desse momento, examinar a centralidade adquirida por esses centros na referida rede, como um meio de adentrar nas transformações expressas na atualidade.

6.2 O circuito produtivo regional e a emergência de novas centralidades

Como visto no capítulo anterior, as ações do estado foram fundamentais para o processo de reestruturação espacial da região de estudo. A construção do eixo estruturante da GO-060, como uma de suas estratégias espaciais, repercutiu imediatamente sobre a economia regional, contribuindo para o crescimento da produção agropecuária, para o processo de industrialização e para a apropriação do espaço regional pelas elites econômicas. As estratégias efetivadas pelo estado promoveram alterações na estrutura agrária e na configuração urbana.

O censo demográfico da década de 70 apontou declínio da população rural e um expressivo crescimento da população urbana no Oeste Goiano, sobretudo nos municípios de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá (ver tabela 10). O que explica esse comportamento? Essas cidades, devido ao eixo viário consolidado, tornaram-se centralidades na região de estudo? As perguntas apresentadas no final do capítulo anterior serão agora foco das análises. Com esse propósito, será realizado um levantamento da participação de todos os municípios da região de estudo no circuito produtivo, abrangendo atividades econômicas como agricultura/pecuária, indústria e comércios/serviços, para averiguar a importância adquirida no contexto produtivo e nas relações urbano-regionais.

Ao analisar os dados do censo agropecuário nos anos de 1960 a 1996, observa-se que Anicuns foi o município com o maior número de estabelecimentos agrícolas na região de estudo. Nos anos de 1985 e 1996, segundo a tabela 11, houve redução de áreas dedicadas à essa atividade, tanto no estado quanto na região de estudo. Isso ocorreu devido à expansão da atividade pecuária, que resultou na substituição de lavouras por pastagens.

Tabela 11 - Oeste Goiano: Número de estabelecimentos agrícolas (1975-1996)

Oeste Goiano: Número de estabelecimentos agrícolas (1975-1996)							
	Ano	Incremento	Ano	Incremento	Ano	Incremento	Ano
Municípios	1960	(%)	1975	(%)	1985	(%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	-	-	31
Americano do Brasil	-	-	-	-	-	-	60
Amorinópolis	142	11,3%	158	-276,2%	42	-500,0%	7
Anicuns	510	84,1%	939	-51,9%	618	-58,1%	391
Aragarças	32	-71,9%	9	57,1%	21	-425,0%	4
Arenópolis	-	-	-	100,0%	37	-311,1%	9
Aurilândia	194	-80,9%	37	-54,2%	24	-166,7%	9
Avelinópolis	-	-	68	15,0%	80	-175,9%	29
Baliza	31	196,8%	92	22,0%	118	-1375,0%	8
Bom Jardim de Goiás	50	42,0%	71	69,8%	235	-343,4%	53
Britânia	-	-	53	-783,3%	6	-500,0%	1
Buriti de Goiás	-	-	-	-	-	100,0%	11
Cachoeira de Goiás	27	-70,4%	8	-166,7%	3	70,0%	10
Caiapônia	387	54,3%	597	-70,6%	350	-677,8%	45
Campestre de Goiás	-	-	78	-9,9%	71	-787,5%	8
Córrego do Ouro	147	-64,6%	52	-20,9%	43	-230,8%	13
Diorama	136	-64,0%	49	-44,1%	34	-385,7%	7
Doverlândia	-	-	-	100,0%	211	-290,7%	54
Fazenda Nova	157	-8,9%	143	36,2%	224	-1500,0%	14
Firminópolis	132	15,2%	152	23,6%	199	-804,5%	22
Iporá	236	8,5%	256	-120,7%	116	-163,6%	44
Israelândia	53	3,8%	55	-66,7%	33	-266,7%	9
Itapirapuã	61	332,8%	264	-36,1%	194	-4750,0%	4
Ivolândia	169	-46,2%	91	-145,9%	37	-311,1%	9
Jandaia	207	98,1%	410	-659,3%	54	-3,8%	52
Jaupaci	41	-58,5%	17	-21,4%	14	-	0
Jussara	113	311,5%	465	-127,9%	204	-871,4%	21
Moiporá	82	-65,9%	28	-86,7%	15	-87,5%	8
Montes Claros de Goiás	-	-	278	-78,2%	156	-1200,0%	12
Mossâmedes	429	38,5%	594	-49,2%	398	-460,6%	71
Nazário	130	1,5%	132	-59,0%	83	-97,6%	42
Novo Brasil	533	-98,5%	8	90,1%	81	-211,5%	26
Palestina de Goiás	-	-	-	-	-	100,0%	11
Palmeiras de Goiás	498	66,3%	828	-65,3%	501	-372,6%	106
Palminópolis	-	-	187	-17,6%	159	-591,3%	23
Paraúna	357	73,4%	619	-67,3%	370	-393,3%	75
Piranhas	175	-18,9%	142	-10,9%	128	-392,3%	26
Sanclerlândia	-	-	203	-120,7%	92	-130,0%	40

Santa Bárbara	-	-	67	-48,9%	45	-55,2%	29
Santa Fé	-	-	-	-	-	100,0%	8
São João da Paraúna	-	-	-	-	-	100,0%	5
São Luís de Montes Belos	268	41,4%	379	-59,9%	237	-338,9%	54
Turvânia	148	29,7%	192	-104,3%	94	-95,8%	48
Oeste Goiano	5445	41,8%	7721	-44,9%	5327	-253,0%	1509
Estado de Goiás	38.625	101,0%	77.637	-70,3%	45.590	-223,3%	14.103

Fonte: Censo agropecuário (1975, 1985, 1996).

As culturas agrícolas predominantes na região de estudo incluem arroz, milho, mandioca e cana-de-açúcar. Ao analisar a produção de arroz (tabela 12), observa-se que, na década de 1970, Paraúna ocupou a primeira posição na produção desse cereal na região, seguida por Palmeiras e Anicuns. Já na década de 1980, embora tenha ocorrido uma queda em muitos municípios, observa-se um notável incremento em Aragarças (98,8%), Caiapônia (89,7%), Montes Claros de Goiás (83,4%), Piranhas (82,8%), Jussara (74,0%), Baliza (71,7%), Jaupaci (62,8%), Itapirapuã (60,9%) e Palmeiras de Goiás (51,1%). A expansão do arroz nesses municípios está vinculada aos investimentos promovidos pelo programa Polocentro e à adoção de tecnologias na produção agrícola nos solos do cerrado. Por outro lado, a expressiva redução ocorrida na produção em todos os municípios no ano de 1996 foi resultado da substituição das áreas cultivadas por pastagens (capítulo anterior).

Tabela 12 - Oeste Goiano: Produção de arroz em toneladas (1970-1996)

Oeste Goiano: Produção de arroz em toneladas (1970-1996)					
Municípios	Períodos				
	1970	Incremento (%)	1980	Incremento (%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	114
Americano do Brasil	-	-	-	-	376
Amorinópolis	1.972	1,0%	1.992	-719,8%	243
Anicuns	9.296	-12,5%	8.264	-485,3%	1.412
Aragarças	41	98,8%	3.516	-14550,0%	24
Arenópolis	-	-	-	-	376
Aurilândia	1.442	-97,5%	730	-1006,1%	66
Avelinópolis	1.693	-37,0%	1.236	-260,3%	343
Baliza	557	71,7%	1.966	-94,8%	1.009
Bom Jardim de Goiás	1.574	72,9%	5.816	-756,6%	679
Britânia	856	-31,1%	653	-3009,5%	21
Buriti de Goiás	-	-	-	-	248
Cachoeira de Goiás	23	89,8%	225	-39,8%	161
Caiapônia	6.682	89,7%	65.017	-3045,5%	2.067
Campestre de Goiás	1.677	-50,3%	1.116	-914,5%	110
Córrego do Ouro	1.754	-86,0%	943	-78,9%	527

Diorama	1.326	52,4%	2.785	-1213,7%	212
Doverlândia	-	-	-	-	3.223
Fazenda Nova	1.320	84,6%	8.581	-1451,7%	553
Firminópolis	2.429	54,5%	5.333	-2131,4%	239
Iporá	1.693	61,2%	4.359	-847,6%	460
Israelândia	507	68,6%	1.613	-714,6%	198
Itapirapuã	4.906	60,9%	12.549	-10271,1%	121
Ivolândia	1.319	72,7%	4.836	-1811,5%	253
Jandaia	4.605	-	-	-	912
Jaupaci	819	62,8%	2.204	-615,6%	308
Jussara	4.513	74,0%	17.389	-2677,8%	626
Moiporá	1.325	-65,2%	802	-138,0%	337
Montes Claros de Goiás	2.549	83,4%	15.337	-5116,7%	294
Mossâmedes	5.799	-190,1%	1.999	-29,8%	1.540
Nazário	2.449	11,7%	2.775	-434,7%	519
Novo Brasil	345	55,8%	781	-53,7%	508
Palestina de Goiás	-	-	-	-	243
Palmeiras de Goiás	11.114	51,1%	22.713	-1418,2%	1.496
Palminópolis	5198	-	-	-	158
Paraúna	24.003	-	-	-	5.466
Piranhas	3.233	82,8%	18.769	-2278,8%	789
Sanclerlândia	3.168	2,7%	3.257	-404,2%	646
Santa Bárbara	1896	-76,9%	1.072	-337,6%	245
Santa fé	-	-	-	-	158
São João da Paraúna	-	-	-	-	317
São Luís de Montes Belos	4.452	-3,8%	4.287	-395,6%	865
Turvânia	2.784	25,9%	3.756	-366,6%	805
Oeste Goiano	119.319	47,4%	226.671	-674,5%	29.267
Estado de Goiás	893.374	33,2%	1.337.975	-565,3%	201.115

Fonte: Censo agropecuário (1970, 1980, 1995/1996).

O milho foi a segunda cultura mais cultivada na região, apresentando um incremento entre 1970 e 1996 nos municípios de Paraúna, Palmeiras de Goiás, Caiapônia, Anicuns, Campestre de Goiás, Israelândia, Ivolândia, Jussara, Novo Brasil, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna e Turvânia conforme demonstrado na tabela 13.

Tabela 13 - Oeste Goiano: Produção de milho em toneladas (1970-1980)

Oeste Goiano: Produção de milho em toneladas (1970-1980)					
Municípios	Períodos				
	1970	Incremento (%)	1980	Incremento (%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	2.822
Americano do Brasil	-	-	-	-	3.408
Amorinópolis	1.166	54,8%	2.577	-120,8%	1.167
Anicuns	6.142	70,6%	20.862	13,0%	23.977
Aragarças	23	94,1%	391	-510,9%	64
Arenópolis	-	-	-	-	1.963
Aurilândia	2.411	-14,3%	2.109	-44,7%	1.457
Avelinópolis	1373	67,0%	4.156	-57,2%	2.643
Baliza	1.373	-241,5%	402	26,1%	544
Bom Jardim de Goiás	284	80,9%	1.487	-10,6%	1.344
Britânia	199	-410,3%	39	-457,1%	7
Buriti de Goiás	-	-	-	-	1.754
Cachoeira	322	-4,2%	309	-2,3%	302
Caiapônia	2.342	67,4%	7.181	81,7%	39.277
Campestre de Goiás	1.267	5,0%	1.334	27,1%	1.830
Córrego do Ouro	3.184	-6,3%	2.994	-10,4%	2.713
Diorama	706	63,9%	1.955	-68,4%	1.161
Doverlândia	-	-	-	-	1.794
Fazenda Nova	2.105	22,8%	2.728	-39,0%	1.962
Firminópolis	3.992	42,5%	6.948	-365,4%	1493
Iporá	2.963	47,2%	5.611	-90,9%	2.940
Israelândia	484	47,7%	926	8,1%	1.008
Itapirapuã	984	49,7%	1.957	-35,8%	1.441
Ivolândia	1.296	0,9%	1.308	52,5%	2.754
Jandaia	2.404	79,5%	11.711	-15,7%	10.120
Jaupaci	627	48,5%	1.217	-61,6%	753
Jussara	1.846	42,2%	3.192	29,9%	4.556
Moiporá	1.360	-36,1%	999	-49,8%	667
Montes Claros de Goiás	1.886	46,4%	3.517	-34,1%	2.622
Mossâmedes	6.452	59,7%	16.008	-109,2%	7.651
Nazário	999	55,6%	2.248	-38,1%	1.628
Novo Brasil	689	27,9%	956	13,1%	1.100
Palestina de Goiás	-	-	-	-	717
Palmeiras de Goiás	5.331	76,8%	22.950	46,5%	42.879
Palminópolis	1.833	57,7%	4.330	20,9%	5.476
Paraúna	7.707	72,0%	27.573	52,5%	57.990
Piranhas	1.452	76,1%	6.080	-305,6%	1.499
Sanclerlândia	3.582	53,4%	7.687	-106,4%	3.724
Santa Bárbara	805	26,3%	1.092	-42,0%	769
Santa Fé	-	-	-	-	1.678
São João da Paraúna	-	-	-	-	1.959
São Luís de Montes Belos	7.812	38,6%	12.716	-80,8%	7.033
Turvânia	3.391	41,0%	5.746	54,6%	12.663
Oeste Goiano	80.792	58,2%	193.296	27,1%	265.309
Estado de Goiás	547.432	57,1%	1.277.414	57,0%	2.971.570

Fonte: Censo agropecuário (1970, 1980, 1995/1996).

O cultivo do milho tem uma longa tradição no estado de Goiás, pois o cereal

desempenha um papel essencial no sistema de renovação de pastagens e é uma cultura típica de unidades familiares. Apesar de algumas reduções na produção observadas em municípios como Amarinópolis, Aragarças, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Diorama, Fazenda Nova, Firminópolis, Iporá, Itapirapuã, Jandaia, Jaupaci, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Nazário, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara e São Luís de Montes Belos, a produção regional registrou importante aumento, atribuindo-se isso aos estímulos gerados tanto pelo valor comercial do produto quanto pela reestruturação no método de cultivo do cereal e sua utilização na indústria alimentar, especialmente na pecuária bovina, conforme evidenciado na pesquisa de Borges (2001).

Quanto à mandioca, houve uma leve redução no estado de Goiás e na região de estudo em 1980. Segundo Borges (2001), essa redução foi resultado da conjuntura nacional, na qual a diminuição nos subsídios ao crédito agrícola impactou diretamente na produção dessa cultura, principalmente porque vários produtores rurais utilizavam esse recurso para tal atividade. Em 1996, a produção retomou o crescimento, com destaque para o município de Iporá, que liderou a produção com 915 toneladas, seguido por Turvânia com 535 toneladas e Fazenda Nova com 527 toneladas, conforme demonstra a tabela 14.

Tabela 14 - Oeste Goiano: Produção de Mandioca em toneladas (1970-1996)

Oeste Goiano: Produção de mandioca em toneladas (1970-1996)					
Municípios	Períodos				
	1970	Incremento (%)	1980	Incremento (%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	-
Americano do Brasil	-	-	-	-	-
Amarinópolis	-	-	102	216,67%	323
Anicuns	51	80,39%	92	348,91%	413
Aragarças	147	62,59%	239	109,62%	501
Arenópolis	-	-	-	-	460
Aurilândia	183	-85,25%	27	866,67%	261
Avelinópolis	310	-100,00%	-		136
Baliza	147	121,09%	325	21,85%	396
Bom Jardim de Goiás	137	259,85%	493	-26,98%	360
Britânia	77	-100,00%	-		7
Buriti de Goiás	-	-	-		-
Cachoeira	-	-	70	-10,00%	63
Caiapônia	-		477	-92,03%	38
Campestre de Goiás	187	-70,59%	55	-27,27%	40
Córrego do Ouro	851	-92,24%	66	-57,58%	28
Diorama	7	1700,00%	126	20,63%	152
Doverlândia	-	-	-	-	1

Fazenda Nova	95	-63,16%	35	1405,71%	527
Firminópolis	55	-100,00%	-	-	196
Iporá	572	-44,41%	318	187,74%	915
Israelândia	10	160,00%	26	1353,85%	378
Itapirapuã	322	-86,65%	43	-100,00%	0
Ivolândia	4	1400,00%	60	186,67%	172
Jandaia	76	250,00%	266	-98,50%	4
Jaupaci	97	-98,97%	1	21400,00%	215
Jussara	173	-22,54%	134	-52,99%	63
Moiporá	10	-100,00%	-	-	169
Montes Claros de Goiás	78	-26,92%	57	-96,49%	2
Mossâmedes	129	34,11%	173	193,06%	507
Nazário	28	-92,86%	2	9050,00%	183
Novo Brasil	-	-	73	-76,71%	17
Palestina de Goiás	-	-	-	-	-
Palmeiras de Goiás	239	-89,96%	24	620,83%	173
Palminópolis	1	14100,00%	142	-93,66%	9
Paraúna	50	-88,00%	6	-100,00%	-
Piranhas	214	159,81%	556	-15,83%	468
Sanclerlândia	567	-19,22%	458	-86,03%	64
Santa Bárbara	48	-62,50%	18	661,11%	137
Santa Fé	-	-	-	-	-
São João da Paraúna	-	-	-	-	-
São Luís de Montes Belos	285	8,07%	308	34,74%	415
Turvânia	103	-99,03%	1	53400,00%	535
Oeste Goiano	5.253	-9,14%	4.773	74,48%	8.328
Estado de Goiás	185.491	-60,10%	74.014	-5,02%	70.298

Fonte: Censo agropecuário (1970, 1980, 1995/1996).

Apesar da baixa produtividade registrada nas décadas de 1970 e 1980, a produção de cana-de-açúcar (tabela 15) atingiu seu pico de crescimento mais significativo em 1996. Nesse ano, destacaram-se na produção os municípios de Jandaia, que conquistou a primeira posição com 635.022 toneladas, seguido por Anicuns em segundo lugar, com 161.150 toneladas e Americano do Brasil, em terceiro, com 81.808 toneladas. Esse aumento é principalmente atribuído à inauguração de agroindústrias voltadas para fabricação de álcool no estado de Goiás. Segundo a pesquisa de Sampaio (2019), durante a safra de 1983/84, foram inauguradas 13 novas empresas. Dentre essas, merecem destaque a Denusa (Jandaia), Anicuns (Anicuns), Alcooverde (em Acreúna), Alto Paraíso (Alto Paraíso de Goiás), Dalur (Uruaçu), Goálcool (Serranópolis), Jalles Machado (Goianésia), Vale do Verdão (Turvelândia), entre outras.

Tabela 15 - Oeste Goiano: Produção de cana-de-açúcar em toneladas (1970-1996)

Oeste Goiano: Produção de cana-de-açúcar em toneladas (1970-1996)					
Municípios	Períodos				
	1970	Incremento (%)	1980	Incremento (%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	-
Americano do Brasil	-	-	-	-	81.808
Amorinópolis	-	-	21	90,8%	229
Anicuns	5	94,9%	98	99,9%	161.150
Aragarças	-	-	8	-	-
Arenópolis	-	-	-	-	115
Aurilândia	36	-1700,0%	2	86,7%	15
Avelinópolis	-	-	-	-	225
Baliza	80	-95,1%	41	-	-
Bom Jardim de Goiás	217	-66,9%	130	7,8%	141
Britânia	9	-	-	-	-
Buriti de Goiás	-	-	-	-	-
Cachoeira de Goiás	23	-15,0%	20	54,5%	44
Caiapônia	-	-	137	30,5%	197
Campestre de Goiás	75	45,3%	137	-1270,0%	10
Córrego do Ouro	30	48,3%	58	87,2%	452
Diorama	-	-	11	63,3%	30
Doverlândia	-	-	-	-	631
Fazenda Nova	6	-	-	-	16
Firminópolis	226	-	-	-	-
Iporá	339	6,1%	361	-26,7%	285
Israelândia	23	28,1%	32	73,6%	121
Itapirapuã	176	-486,7%	30	70,0%	100
Ivolândia	-	-	-	-	81
Jandaia	50	79,3%	241	100,0%	635.022
Jaupaci	62	-520,0%	10	-400,0%	2
Jussara	144	-152,6%	57	92,8%	791
Moiporá	24	-	-	-	3
Montes Claros de Goiás	64	-	-	-	111
Mossamedes	45	43,8%	80	-9,6%	73
Nazário	39	-	-	100,0%	269
Novo Brasil	40	-300,0%	10	28,6%	14
Palestina	-	-	-	-	-
Palmeiras de Goiás	343	-629,8%	47	46,6%	88
Palminópolis	-	-	748	-7380,0%	10
Paraúna	58	-	-	-	4.356
Piranhas	280	-0,7%	278	-892,9%	28
Sanclerlândia	46	96,8%	1.432	-143100,0%	1
Santa Bárbara	8	89,3%	75	-	-
Santa Fé	-	-	-	-	18
São João da Paraúna	-	-	-	-	34
São Luís de Montes Belos	102	79,7%	502	-1376,5%	34
Turvânia	-	-	10	0,0%	10
Oeste Goiano	2.550	44,3%	4.576	99,5%	886.514
Estado de Goiás	219.530	68,9%	706.146	89,4%	6.659.013

Fonte: Censo agropecuário (1970, 1980, 1995/1996).

Com base nos resultados dos estabelecimentos voltados para a agricultura e para a

produção das principais culturas agrícolas na região de estudo, constata-se que Anicuns foi um dos municípios destacados em termos de produção agrícola, consolidando como um importante centro regional nesse aspecto. Diante desse cenário, direciona-se a análise para a atividade pecuária (tabela 16).

Tabela 16 - Oeste Goiano: número de estabelecimentos destinados à pecuária (1975-1996)

Oeste Goiano: número de estabelecimentos destinados à pecuária (1975-1996)					
Municípios	Períodos				
	1975	Incremento (%)	1985	Incremento (%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	62
Americano do Brasil	-	-	-	-	135
Anicuns	352	34,2%	535	31,1%	776
Amorinópolis	207	15,9%	246	25,5%	330
Aragarças	23	48,9%	45	50,0%	90
Arenópolis	-	-	332	-3,1%	322
Aurilândia	264	7,4%	285	-5,6%	270
Avelinópolis	53	50,5%	107	-18,9%	90
Baliza	53	43,6%	94	55,2%	210
Bom Jardim de Goiás	185	-6,3%	174	56,1%	396
Britânia	76	2,6%	78	32,8%	116
Buriti de Goiás	-	-	-	-	141
Cachoeira de Goiás	69	2,8%	71	16,5%	85
Caiaopônia	690	29,9%	984	-34,8%	730
Campestre de Goiás	109	18,0%	133	-49,4%	89
Córrego do Ouro	299	-18,2%	253	13,7%	293
Diorama	198	6,2%	211	33,9%	319
Doverlândia	-	-	302	43,3%	533
Fazenda Nova	579	-0,2%	578	14,5%	676
Firminópolis	257	32,2%	379	15,4%	448
Iporá	458	23,9%	602	28,5%	842
Israelândia	234	-56,0%	150	23,9%	197
Itapirapuã	447	7,1%	481	16,6%	577
Ivolândia	322	-2,5%	314	24,7%	417
Jandaia	330	10,6%	369	22,6%	477
Jaupaci	97	-4,3%	93	21,2%	118
Jussara	815	-13,4%	719	4,8%	755
Moiporá	169	-7,0%	158	16,8%	190
Montes Claros de Goiás	390	8,5%	426	19,9%	532
Mossâmedes	275	48,0%	529	-15,8%	457
Nazário	61	32,2%	90	43,8%	160
Novo Brasil	537	-66,8%	322	37,2%	513
Palestina de Goiás	-	-	-	-	296
Palmeiras de Goiás	678	21,7%	866	-0,2%	864
Palminópolis	189	23,8%	248	28,7%	348
Paraúna	314	48,9%	614	-68,7%	364
Piranhas	491	-20,9%	406	26,4%	552
Sanclerlândia	204	36,4%	321	-1,9%	315
Santa Bárbara	36	33,3%	54	44,9%	98
Santa Fé	-	-	-	-	170
São João da Paraúna	-	-	-	-	149
São Luís de Montes Belos	492	34,6%	752	-4,4%	720

Turvânia	114	44,9%	207	13,8%	240
Oeste Goiano	10.067	19,6%	12.528	19,0%	15.462
Estado de Goiás	65.996	15,5%	78.106	5,1%	82.295

Fonte: Censo agropecuário (1975, 1985, 1995/1996).

Enquanto houve uma redução significativa no número de estabelecimentos agrícolas nos anos de 1985 e 1996, a pecuária, ao contrário, assumiu a primazia, registrando crescimento na região de estudo. Em 1985, Caiapônia liderava, com 984 estabelecimentos dedicados à pecuária, seguido por Palmeiras de Goiás, em segundo lugar, com 855, e São Luís de Montes Belos, em terceiro, com 752, conforme evidenciado na tabela 16. Já em 1996, Palmeiras de Goiás assumiu a liderança, com 864 estabelecimentos dedicados à pecuária, seguido por Iporá, com 842, e Anicuns, com 776. A ascendência da pecuária, também é evidenciada no aumento do efetivo de bovinos, conforme demonstrado na tabela 17.

Tabela 17: Oeste Goiano: Efetivos de bovinos por (cabeças) - (1970-1996)

Oeste Goiano: Efetivos de Bovinos por (cabeças) – (1970-1996)					
Municípios	Períodos				
	1970	Incremento (%)	1980	Incremento (%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	14.528
Americano do Brasil	-	-	-	-	12.843
Amorinópolis	23.017	62,3%	37.348	18,1%	44.101
Anicuns	61.072	42,4%	86.962	8,4%	94.281
Aragarças	2.560	256,3%	9.121	189,5%	26.404
Arenópolis		-	-	-	69.003
Aurilândia	41.526	27,7%	53.008	-4,9%	50.428
Avelinópolis	9.702	65,4%	16.051	3,1%	16.544
Baliza	7.757	146,0%	19.082	225,7%	62.150
Bom Jardim de Goiás	27.873	90,4%	53.076	53,5%	81.498
Britânia	11.486	236,2%	38.614	158,1%	99.670
Buriti de Goiás	-	-	-	-	14.823
Cachoeira de Goiás	12.232	22,8%	15.018	5,1%	15.785
Caiapônia	149.178	103,5%	303.569	1,4%	307.874
Campestre de Goiás	20.382	14,6%	23.353	2,5%	23.937
Córrego do Ouro	37.217	38,3%	51.465	-28,6%	36.727
Diorama	24.587	67,6%	41.220	38,1%	56.933
Doverlândia	-	-	-	-	193.026
Fazenda Nova	52.043	51,9%	79.059	34,5%	106.295
Firminópolis	27.836	37,6%	38.316	3,4%	39.633
Iporá	48.231	35,3%	65.256	28,3%	83.703
Israelândia	12.110	218,3%	38.546	2,3%	39.431
Itapirapuã	72.155	110,5%	151.866	33,8%	203.131
Ivolândia	34.882	69,0%	58.948	32,1%	77.879

Jandaia	45.511	126,9%	103.261	-33,4%	68.747
Jaupaci	19.904	57,4%	31.336	-0,9%	31.050
Jussara	109.419	171,7%	297.339	-1,5%	292.823
Moiporá	36.166	14,5%	41.400	6,7%	44.193
Montes Claros de Goiás	40.972	165,8%	108.895	102,1%	220.131
Mossâmedes	56.877	23,4%	70.172	-3,5%	67.689
Nazário	22.427	9,6%	24.591	31,6%	32.353
Novo Brasil	52.000	1,2%	52.598	10,6%	58.171
Palestina de Goiás	-	-	-	-	72.459
Palmeiras	70.193	109,2%	146.847	-5,3%	139.054
Palminópolis	15.710	147,3%	38.856	1,8%	39.573
Paraúna	93.534	67,5%	156.674	39,0%	217.790
Piranhas	68.437	117,0%	148.515	-9,1%	135.063
Sanclerlândia	43.743	17,3%	51.332	8,8%	55.831
Santa Bárbara	6.770	73,3%	11.731	39,9%	16.412
Santa Fé	-	-	-	-	90.316
São João da Paraúna	-	-	-	-	29.754
São Luís de Montes Belos	68.570	30,2%	89.305	15,1%	102.773
Turvânia	26.413	91,4%	50.548	13,8%	57.538
Oeste Goiano	1.452.492	79,2%	2.603.278	36,1%	3.542.347
Estado de Goiás	7.792.839	106,5%	16.089.510	2,5%	16.488.390

Fonte: Censo agropecuário (1970, 1980, 1995/1996).

Conforme evidenciado na tabela 17, observa-se que os municípios que se destacaram significativamente na atividade de criação de gado foram Caiapônia, ocupando a primeira posição, com 149.178 cabeças, em 1970, e 307.874, em 1996. Em seguida, Jussara, que, apesar de uma redução de 1,5% entre 1980 e 1996, assumiu a segunda posição, com 109.419 cabeças, em 1970, e 292.823, em 1996, enquanto Paraúna ficou em terceiro lugar, com 93.534 cabeças, em 1970, e 217.790, em 1996. O aumento significativo da bovinocultura é atribuído à adoção de novas práticas na atividade, conforme analisado por Vieira (1960) e Borges (2001). Essas práticas incluem técnicas avançadas de reprodução seletiva, melhorias nos cuidados nutricionais e a implementação de práticas de manejo.

O crescimento da bovinocultura durante os períodos analisados reflete, ainda, segundo Delgado (2001), a ascensão do processo de industrialização em Goiás, caracterizado pela instalação de diversos frigoríficos no estado. Na área de estudo, conforme destacado no capítulo anterior, ao longo da década de 80, foram instaladas unidades fabris em Anicuns, Iporá e São Luís de Montes Belos. O estado, nesse contexto, desempenhou um papel fundamental, aprimorando as condições de infraestrutura na região por meio da construção do eixo viário da GO-060. Tal ação incentivou a instalação dessas empresas no espaço regional, ao mesmo tempo

em que proporcionou aos produtores rurais o acesso facilitado ao sistema de crédito e financiamento para a produção de pastagens "melhoradas".

A atividade leiteira também experimentou um aumento considerável durante a transição da década de 1970 para a de 1980, como demonstra a tabela 18, fato que se justifica pela instalação de laticínios e unidades fabris de processamento de leite na região em estudo, como já mencionado no capítulo 3.

Tabela 18 - Oeste Goiano: Produção de leite (litros) – (1970-1996)

Oeste Goiano: Produção de leite (litros) – (1970-1996)					
Municípios	Períodos				
	1970	Incremento (%)	1980	Incremento (%)	1996
Adelândia	-	-	-	-	1.555
Americano do Brasil	-	-	-	-	2.472
Amorinópolis	977	199,2%	2.923	57,6%	4.606
Anicuns	3.311	112,6%	7.040	102,1%	14.230
Aragarças	22	681,8%	172	596,5%	1.198
Arenópolis	-	-	-	-	8.793
Aurilândia	1.353	47,5%	1.995	94,9%	3.889
Avelinópolis	611	166,0%	1.625	61,6%	2.626
Baliza	139	75,5%	244	1334,0%	3.499
Bom Jardim de Goiás	159	403,1%	800	991,3%	8.730
Britânia	204	-70,1%	61	2636,1%	1.669
Buriti de Goiás	-	-	-	-	2.415
Cachoeira de Goiás	300	165,3%	796	123,7%	1.781
Caiaapônia	12.488	-41,9%	7.255	116,3%	15.695
Campestre de Goiás	868	146,3%	2.138	46,7%	3.137
Córrego do Ouro	2.494	92,5%	4.801	24,2%	5.965
Diorama	877	191,2%	2.554	143,3%	6.214
Doverlândia	-	-	-	-	13.634
Fazenda Nova	2.841	57,5%	4.475	209,3%	13.840
Firminópolis	2.484	130,0%	5.713	32,4%	7.565
Iporá	2.924	207,7%	8.998	80,8%	16.269
Israelândia	372	359,9%	1.711	72,4%	2.950
Itapirapuã	1.930	215,9%	6.097	101,0%	12.252
Ivolândia	1.450	304,4%	5.864	2,3%	6.001
Jandaia	2.075	191,8%	6.055	66,8%	10.101
Jaupaci	684	232,2%	2.272	43,3%	3.256
Jussara	3.855	81,0%	6.978	88,5%	13.157
Moiporá	1.253	-6,4%	1.173	172,7%	3.199
Montes Claros de Goiás	1.053	228,5%	3.459	282,5%	13.230
Mossâmedes	2.901	127,0%	6.586	25,7%	8.277
Nazário	847	103,0%	1.719	163,3%	4.526
Novo Brasil	3.081	11,2%	3.427	43,6%	4.921
Palestina de Goiás	-	-	-	-	5.106
Palmeiras	2.815	353,6%	12.770	77,1%	22.615
Palminópolis	932	348,9%	4.184	155,3%	10.682
Paraúna	2.591	323,9%	10.984	123,7%	24.566
Piranhas	1.438	410,2%	7.336	112,0%	15.549

Sanclerlândia	3.008	13,4%	3.410	31,3%	4.478
Santa Bárbara	675	84,9%	1.248	101,7%	2.517
Santa Fé	-	-	-	-	3.762
São João da Paraúna	-	-	-	-	5.819
São Luís de Montes Belos	2.607	218,6%	8.305	55,5%	12.913
Turvânia	1.756	124,9%	3.949	65,7%	6.545
Oeste Goiano	67.375	121,3%	149.117	124,4%	334.649
Estado de Goiás	337.969	185,1%	963.626	89,9%	1.830.057

Fonte: Censo agropecuário (1970, 1980, 1995/1996).

Nota-se que os municípios que registraram expressivo incremento na produção leiteira durante a transição das décadas de 1970 para 1980 foram Anicuns (112,6%), São Luís de Montes Belos (218,6%), Iporá (207,7%), Firminópolis (130,0%), Córrego do Ouro (92,5%), Jandaia (191,8%), Fazenda Nova (57,5%), Itapirapuã (215,9%), Palmeiras (353,6%) e Palminópolis (348,9%). Outra atividade que ganhou relevo na região de estudo no referido período foi a pecuária de corte, conforme evidenciado na tabela 19.

Tabela 19 - Oeste Goiano: Finalidade do rebanho bovino para corte (cabeças) – (1970-1996)

Oeste Goiano: Finalidade do rebanho bovino para corte (cabeças) – (1970-1996)				
Municípios	Períodos			
	1970	Incremento (%)	1980	1996
Adelândia	-	-	-	-
Americano do Brasil	-	-	-	-
Amorinópolis	14.621	47,7%	27.939	-
Anicuns	44.395	27,4%	61.123	-
Aragarças	2.273	74,4%	8.894	-
Arenópolis	-	-	-	-
Aurilândia	30.251	35,6%	46.982	-
Avelinópolis	5.978	54,7%	13.195	-
Baliza	7.232	61,7%	18.870	-
Bom Jardim de Goiás	26.305	49,2%	51.750	-
Britânia	5.638	85,3%	38.448	-
Buriti de Goiás	-	-	-	-
Cachoeira de Goiás	10.221	22,5%	13.180	-
Caiapônia	36.746	87,9%	303.569	-
Campestre de Goiás	15.232	9,9%	16.903	-
Córrego do Ouro	11.710	68,8%	37.500	-
Diorama	18.115	50,0%	36.254	-
Doverlândia	-	-	-	-
Fazenda Nova	33.974	46,5%	63.527	-
Firminópolis	1.060	94,5%	19.262	-
Iporá	28.222	21,8%	36.102	-
Israelândia	7.997	76,6%	34.154	-
Itapirapuã	58.113	56,6%	133.901	-
Ivolândia	20.379	49,4%	40.243	-
Jandaia	34.624	58,9%	84.247	-
Jaupaci	16.010	39,7%	26.537	-
Jussara	73.585	73,2%	274.764	-
Moiporá	24.343	33,4%	36.552	-
Montes Claros de Goiás	8.667	90,9%	94.729	-
Mossâmedes	33.805	37,3%	53.933	-
Nazário	14.974	25,0%	19.975	-
Novo Brasil	27.354	35,2%	42.225	-
Palestina de Goiás	-	-	-	-
Palmeiras de Goiás	34.692	65,3%	100.034	-
Palminópolis	-	-	23.455	-
Paraúna	78.280	42,9%	137.037	-
Piranhas	59.086	55,6%	133.133	-
Sanclerlândia	24.697	42,3%	42.776	-
Santa Bárbara	2.705	66,4%	8.061	-
Santa Fé de Goiás	-	-	-	-
São João da Paraúna	-	-	-	-
São Luís de Montes Belos	44.145	29,6%	62.668	-

Turvânia	16.167	60,1%	40.555	-
Oeste Goiano	871.596	60,1%	2.182.477	-
Estado de Goiás	4.486.665	64,9%	12.799.361	-

Fonte: Censo agropecuário (1970, 1980, 1995/1996).

Apesar de o censo agropecuário de 1996 não ter disponibilizado informações específicas sobre essa atividade, é evidente notável incremento entre as décadas de 1970 e 1980 na região de estudo, com destaque para os municípios de Anicuns (27,4%), São Luís de Montes Belos (29,6%), Piranhas (55,6%), Turvânia (60,1%), Jussara (73,2%), Itapirapuã (56,6%) e Palmeiras de Goiás (65,3%). A importância assumida pela pecuária de corte nestes respectivos períodos, conforme apontado anteriormente, deve-se à instalação de frigoríficos na região de estudo.

Com base no que foi apresentado sobre a atividade pecuária, fica evidente que Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá despontam como relevantes produtores, reforçando, assim, a importância desses municípios no circuito produtivo regional. Analisa-se, a partir de agora, a atividade industrial. A tabela contém informações sobre a quantidade de indústrias instaladas no período de 1975 a 2000.

Tabela 20 - Oeste Goiano: número de indústrias instaladas (1975-2000)

Oeste Goiano: número de indústrias instaladas (1975-2000)									
Municípios	Períodos								
	1975	%	1980	%	1996	%	1998	%	2000
Adelândia	-		-	-	2	0,3%	9	1,2%	4
Americano do Brasil	-		-	-	6	1,0%	8	1,1%	10
Amorinópolis	12	1,4%	13	-	4	0,6%	4	0,5%	10
Anicuns	79	9,2%	74	6,9%	41	6,5%	41	5,6%	53
Aragarças	21	2,4%	25	2,3%	10	1,6%	6	0,8%	10
Arenópolis	-		-		9	1,4%	10	1,4%	10
Aurilândia	16	1,8%	16	1,5%	11	1,7%	15	2,1%	14
Avelinópolis	3	0,3%	6	0,6%	3	0,5%	3	0,4%	7
Baliza	2	0,2%	-	-	-	-	-	-	1
Bom Jardim de Goiás	17	1,9%	27	2,5%	7	1,1%	12	1,6%	16
Britânia	12	1,4%	14	1,3%	18	2,9%	20	2,7%	20
Buriti de Goiás	-	-	-	-	4	0,6%	6	0,8%	9
Cachoeira de Goiás	1	0,1%	3	0,3%	2	0,3%	2	0,3%	-
Caiapônia	18	2,1%	36	3,3%	16	2,5%	20	2,7%	17
Campestre de Goiás	7	0,8%	16	1,5%	4	0,6%	7	1,0%	9
Córrego do Ouro	6	0,7%	7	0,7%	10	1,6%	11	1,5%	10
Diorama	8	0,9%	7	0,7%	3	0,5%	4	0,5%	3

Doverlândia	-	-	-	-	11	1,7%	13	1,8%	16
Fazenda Nova	29	3,4%	20	1,9%	28	4,4%	6	0,8%	31
Firminópolis	27	3,1%	28	2,6%	38	6,0%	46	6,3%	56
Iporá	89	10,4%	112	10,4%	67	10,6%	86	11,8%	95
Israelândia	13	1,5%	8	0,7%	3	0,5%	4	0,5%	5
Itapirapuã	30	3,5%	39	3,6%	17	2,7%	18	2,5%	18
Ivolândia	7	0,8%	6	0,6%	5	0,8%	4	0,5%	4
Jandaia	23	2,7%	31	2,9%	18	2,9%	21	2,9%	21
Jaupaci	13	1,5%	5	0,5%	10	1,6%	16	2,2%	19
Jussara	64	7,5%	111	10,3%	38	6,0%	44	6,0%	42
Moiporá	8	0,9%	9	0,8%	5	0,8%	5	0,7%	3
Montes Claros de Goiás	16	1,9%	35	3,3%	21	3,3%	18	2,5%	13
Mossâmedes	21	2,4%	27	2,5%	7	1,1%	6	0,8%	7
Nazário	22	2,6%	20	1,9%	16	2,5%	21	2,9%	27
Novo Brasil	13	1,5%	19	1,8%	8	1,3%	9	1,2%	7
Palestina de Goiás	-	-	-	-	4	0,6%	8	1,1%	4
Palmeiras de Goiás	64	7,5%	96	8,9%	43	6,8%	47	6,4%	53
Palminópolis	10	1,2%	12	1,1%	9	1,4%	9	1,2%	10
Paraúna	46	5,4%	25	2,3%	11	1,7%	12	1,6%	18
Piranhas	34	4,0%	60	5,6%	26	4,1%	28	3,8%	35
Sanclerlândia	21	2,4%	43	4,0%	21	3,3%	22	3,0%	27
Santa Bárbara	13	1,5%	14	1,3%	15	2,4%	13	1,8%	12
Santa Fé	-	-	-	-	4	0,6%	5	0,7%	5
São João da Paraúna	-	-	-	-	5	0,8%	6	0,8%	5
São Luís de Montes Belos	77	9,0%	92	8,6%	36	5,7%	64	8,8%	76
Turvânia	17	2,0%	19	1,8%	14	2,2%	21	2,9%	23
Oeste Goiano	859	20,1%	1.075	-70,6%	630	13,7%	730	12,6%	835
Estado de Goiás	4.041	32,4%	5.978	44,2%	10.709	11,6%	12.115	13,0%	13.921

Fonte: Censo industrial (1975, 1980); SIDRA (1996, 1998, 2000).

Conforme os dados apresentados na tabela 20, os empreendimentos industriais experimentaram variações significativas no que se refere à sua quantidade. A década de 1980 destacou-se como o período de maior volume de unidades instaladas na região em estudo, especialmente nos municípios de Iporá (10,4%), Jussara (10,3%), Palmeiras de Goiás (8,9%), São Luís de Montes Belos (8,6%) e Anicuns (6,9%). O incremento observado nos espaços regionais é atribuído, conforme assinalou Pires (2009), às políticas estaduais de incentivos fiscais e à expansão da produção agrícola que facilitou o fornecimento de matérias-primas em grande escala e a preços acessíveis para os setores industriais. Além desses fatores, contribuiu para esse cenário a melhoria das condições de circulação com a construção e pavimentação de rodovias tanto em âmbito federal quanto estadual.

Entre os anos 1980 e 1996, observou-se uma redução considerável na atividade industrial na área de estudo, embora tenha havido incremento nos municípios de São Luís de Montes Belos, Iporá, Jussara e Palmeiras. Esse incremento é decorrente da ação governamental que, por meio da criação do programa “Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR)”, instituído pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, proporcionou suporte à implantação e expansão de indústrias no estado. Conforme o relatório disponibilizado pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (2023) à autora da tese, no ano de 1997, foi implantada, em Turvânia, a Laticínios Rodrigues. Em 1998, foram instaladas unidades fabris da Laticínios Morrinhos (Leitbom) em São Luís de Montes Belos, Paraúna, Novo Brasil, Fazenda Nova, Cachoeira de Goiás e Anicuns; uma indústria de tubos e mangueiras em Iporá; a Minertec Mineração em Sanclerlândia, que atua em pesquisa, extração e beneficiamento de minérios; a Bracol, especializada em curtimento e outras preparações de couro em São Luís de Montes Belos; uma usina de fabricação de álcool e derivados em Anicuns; uma unidade fabril da Calcário Agrícola, bem como a Destilaria Nova União (DENUSA) em Jandaia e a Sport-Bel, voltada para fabricação e equipamentos de esportes em Santa Bárbara. Em 1999, foi estabelecida em Jussara a Cajugram, que atua no segmento de granito e mármore; uma indústria de produtos de limpeza e polimento em Anicuns e uma fábrica de laticínios em Santa Bárbara. Em 2000, foram inauguradas em Anicuns a Indústria Três Irmãos, voltada para fabricação de sabão e detergente sintético; uma indústria de couro em Nazário; uma empresa de refrigerantes em São Luís de Montes Belos (RCO refrigerantes Centro-Oeste) e mais uma unidade fabril da laticínios morrinhos em São Luís de Montes Belos.

A intervenção do estado por meio do programa Fomentar desempenhou um papel crucial no crescimento do setor industrial, resultando em um aumento significativo de unidades industriais nos anos 2000, com ênfase nos municípios de Iporá e São Luís de Montes Belos. A expansão das atividades agropecuárias e o subsequente processo de industrialização na região de estudo impulsionados pela implantação da rodovia GO-060, refletiram de maneira notável no setor terciário, que experimentou um avanço exponencial. A tabela 21, a seguir, apresenta de forma detalhada o número de estabelecimentos de serviços consolidados ao longo do período de 1975 a 2000, evidenciando numericamente a evolução e a relevância desse setor econômico no Oeste Goiano.

Tabela 21 - Oeste Goiano: número de serviços cadastrados no período 1975-2000

Oeste Goiano: número de serviços cadastrados no período 1975-2000							
Municípios	1975	%	1980	%	1996	%	2000
Adelândia	-	-	-	-	8	0,6%	13
Americano do Brasil	-	-	-	-	16	1,3%	19
Amorinópolis	17	1,2%	20	0,9%	12	1,0%	20
Anicuns	117	6,1%	150	6,6%	78	6,3%	121
Aragarças	36	2,5%	86	3,8%	27	2,2%	67
Arenópolis	-	-	-	-	13	1,0%	22
Aurilândia	36	2,5%	28	1,2%	23	1,8%	27
Avelinópolis	7	0,5%	13	0,6%	9	0,7%	17
Baliza	2	0,1%	3	0,1%	5	0,4%	12
Bom Jardim de Goiás	17	1,2%	47	2,1%	15	1,2%	39
Britânia	23	1,6%	59	2,6%	32	2,6%	27
Buriti de Goiás	-	-	-	-	10	0,8%	15
Cachoeira de Goiás	2	0,1%	3	0,1%	5	0,4%	5
Caiapônia	66	4,6%	139	6,1%	50	4,0%	65
Campestre de Goiás	4	0,3%	7	0,3%	6	0,5%	10
Córrego do Ouro	11	0,8%	10	0,4%	15	1,2%	22
Diorama	5	0,3%	11	0,5%	7	0,6%	11
Doverlândia	-	-	-	-	21	1,7%	39
Fazenda Nova	28	1,9%	47	2,1%	36	2,9%	62
Firminópolis	76	5,3%	116	5,1%	78	6,3%	100
Iporá	158	11,0%	258	11,4%	134	10,8%	218
Israelândia	14	1,0%	14	0,6%	7	0,6%	16
Itapirapuã	65	4,5%	49	2,2%	38	3,1%	45
Ivolândia	12	0,8%	24	1,1%	4	0,3%	7
Jandaia	35	2,4%	61	2,7%	37	3,0%	53
Jaupaci	10	0,7%	16	0,7%	10	0,8%	14
Jussara	150	10,4%	240	10,6%	75	6,0%	112
Moiporá	4	0,3%	11	0,5%	8	0,6%	12
Montes Claros de Goiás	2	0,1%	49	2,2%	23	1,8%	47
Mossâmedes	24	1,7%	49	2,2%	35	2,8%	28
Nazário	31	2,2%	33	1,5%	26	2,1%	39
Novo Brasil	20	1,4%	37	1,6%	25	2,0%	28
Palestina de Goiás	-	-	-	-	12	1,0%	16
Palmeiras de Goiás	77	5,4%	124	5,5%	84	6,8%	126
Palminópolis	15	1,0%	13	0,6%	9	0,7%	18
Paraúna	70	4,9%	68	3,0%	38	3,1%	69
Piranhas	65	4,5%	148	6,5%	61	4,9%	97
Sanclerlândia	29	2,0%	56	2,5%	33	2,7%	57
Santa Bárbara de Goiás	15	1,0%	25	1,1%	4	0,3%	4
Santa Fé de Goiás	-	-	-	-	3	0,2%	10
São João da Paraúna	-	-	-	-	10	0,8%	9

São Luís de Montes Belos	173	12,0%	228	10,1%	87	7,0%	167
Turvânia	22	1,5%	25	1,1%	15	1,2%	17
Oeste Goiano	1.438	57,6%	2.267	-45,1%	1.244	54,5%	1.922
Estado de Goiás	13.886	78,8%	24828	4,4%	25.913	52,7%	39.580

Fonte: Censos dos serviços (1975, 1980); SIDRA (1996, 2000).

Com base nos dados apresentados na tabela 21, em 1975, os municípios de Anicuns, Iporá, São Luís de Montes Belos e Jussara destacaram-se como os que apresentavam o maior número de estabelecimentos de serviços na região de estudo. Apesar de uma queda evidenciada em 1996, a tendência de maior quantidade de serviços permaneceu nesses municípios. Em 2000, com a retomada do crescimento de serviços na região em análise, Iporá assumiu a liderança, com 218 estabelecimentos cadastrados, seguido por São Luís de Montes Belos, com 167, em segundo lugar. Palmeiras de Goiás ocupou a terceira posição, registrando 126 estabelecimentos, enquanto Anicuns e Jussara ocuparam o quarto e quinto lugares, respectivamente, com 121 e 112 estabelecimentos.

Quanto aos serviços de maior expressividade nesses municípios, em 1975 e 1980 (tabela 22), destacaram-se os setores de alojamento e alimentação, bem como os serviços de reparação, manutenção e confecção. Já em 1996, em Anicuns, os serviços imobiliários ganharam destaque, enquanto, em Iporá, prevaleceu o setor de alimentação e alojamento, e em São Luís de Montes Belos, os serviços de educação. Em 2000, Anicuns destacou-se no oferecimento de serviços imobiliários, enquanto Iporá e São Luís de Montes Belos mantiveram a predominância nos serviços de alimentação e alojamento e serviços imobiliários e aluguéis.

Tabela 22 - Oeste Goiano: Classificação dos serviços (1975-2000)

ANICUNS		Estabelecimentos			
Classe de serviços	1975	1980	1996	2000	
Serviços de Alojamento e Alimentação.....	56	74	9	13	
Serviços de Reparação, manutenção e confecção.....	30	46	-	-	
Serviços de radiofusão e televisão.....	-	-	-	-	
Serviços Pessoais e de Higiene Pessoal.....	19	17	-	-	
Serviços auxiliares diversos	12	13	-	-	
Serviços imobiliários e aluguéis	-	-	19	23	
Serviços de saúde e serviços sociais.....	-	-	8	7	
Serviços de educação.....	-	-	7	6	
IPIRÁ		Estabelecimentos			
Classe de serviços	1975	1980	1996	2000	
Serviços de Alojamento e Alimentação.....	69	112	27	31	
Serviços de Reparação, manutenção e confecção.....	45	80	-	-	
Serviços de radiofusão e televisão.....	1	-	-	-	
Serviços Pessoais e de Higiene Pessoal.....	22	35	-	-	
Serviços auxiliares diversos	21	29	-	-	
Serviços imobiliários e aluguéis.....	-	2	14	31	
Serviços de saúde e serviços sociais.....	-	-	8	15	
Serviços de educação.....	-	-	10	13	
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS		Estabelecimentos			
Classe de Serviços	1975	1980	1996	2000	
Serviços de Alojamento e Alimentação.....	73	105	13	28	
Serviços de Reparação, manutenção e confecção.....	59	77	-	-	
Serviços de radiofusão e televisão.....	4	1	-	-	
Serviços Pessoais e de Higiene Pessoal.....	17	20	-	-	
Serviços diversos	20	22	-	-	
Serviços imobiliários e aluguéis.....	-	3	7	21	
Serviços de saúde e serviços sociais.....	-	-	5	13	
Serviços de educação.....	-	-	18	9	

Fonte: Censo dos serviços (1975, 1980); SIDRA (1996, 2000).

Em relação ao comércio, nota-se uma maior preponderância, em comparação aos serviços. A tabela 23 apresenta de forma detalhada os estabelecimentos comerciais na região em estudo.

Tabela 23 - Oeste Goiano: Número de comércios cadastrados (1975-2000)

Oeste Goiano: Número de comércios cadastrados (1975-2000)							
Municípios	1975	%	1980	%	1996	%	2000
Adelândia	-	-	-	-	21	0,7%	26
Americano do Brasil	-	-	-	-	34	1,2%	56
Amorinópolis	32	1,6%	32	1,4%	21	0,7%	23
Anicuns	131	6,6%	149	6,5%	195	6,7%	246
Aragarças	82	4,1%	68	3,0%	65	2,2%	122
Arenópolis	-	-	-	-	33	1,1%	55
Aurilândia	30	1,5%	31	1,4%	24	0,8%	26
Avelinópolis	15	0,8%	15	0,7%	10	0,3%	17
Baliza	9	0,5%	7	0,3%	1	0,0%	6

Bom Jardim de Goiás	42	2,1%	56	2,5%	26	0,9%	85
Britânia	28	1,4%	46	2,0%	79	2,7%	86
Buriti de Goiás	-	-	-	-	24	0,8%	34
Cachoeira de Goiás	2	0,1%	6	0,3%	6	0,2%	13
Caiapônia	158	7,9%	199	8,7%	153	5,3%	165
Campestre de Goiás	12	0,6%	9	0,4%	10	0,3%	17
Córrego do Ouro	14	0,7%	8	0,4%	17	0,6%	27
Diorama	17	0,9%	10	0,4%	9	0,3%	18
Doverlândia	-	-	-	-	79	2,7%	125
Fazenda Nova	44	2,2%	48	2,1%	76	2,6%	113
Firminópolis	70	3,5%	93	4,1%	152	5,3%	185
Iporá	203	10,2%	258	11,3%	434	15,0%	571
Israelândia	26	1,3%	15	0,7%	13	0,4%	22
Itapirapuã	75	3,8%	71	3,1%	76	2,6%	90
Ivolândia	15	0,8%	23	1,0%	7	0,2%	26
Jandaia	71	3,6%	78	3,4%	49	1,7%	70
Jaupaci	15	0,8%	13	0,6%	39	1,3%	37
Jussara	144	7,2%	175	7,7%	222	7,7%	278
Moiporá	12	0,6%	9	0,4%	14	0,5%	22
Montes Claros de Goiás	44	2,2%	66	2,9%	91	3,1%	98
Mossâmedes	47	2,4%	60	2,6%	37	1,3%	45
Nazário	34	1,7%	48	2,1%	58	2,0%	70
Novo Brasil	25	1,3%	60	2,6%	39	1,3%	69
Palestina de Goiás	-	-	-	-	17	0,6%	24
Palmeiras de Goiás	107	5,4%	130	5,7%	176	6,1%	213
Palminópolis	26	1,3%	23	1,0%	48	1,7%	39
Paraúna	135	6,8%	61	2,7%	70	2,4%	109
Piranhas	67	3,4%	97	4,3%	100	3,5%	154
Sanclerlândia	36	1,8%	54	2,4%	92	3,2%	129
Santa Bárbara de Goiás	18	0,9%	20	0,9%	7	0,2%	26
Santa Fé de Goiás	-	-	-	-	7	0,2%	20
São João da Paraúna	-	-	-	-	16	0,6%	27
São Luís de Montes Belos	174	8,7%	199	8,7%	188	6,5%	403
Turvânia	30	1,5%	41	1,8%	56	1,9%	82
Oeste Goiano	1.990	14%	2.278	26%	2.891	40%	4.069
Estado de Goiás	21.462	26%	27.038	82%	49.302	32%	65.355

Fonte: Censo comercial (1975, 1980); SIDRA (1996, 2000).

Segundo os dados apresentados na tabela 23, em 1975, Iporá liderou como o município com 203 estabelecimentos comerciais na região em estudo, seguido por São Luís de Montes Belos com 174, Caiapônia, com 158, Jussara, com 144, Paraúna, com 135, Anicuns, com 131 e Palmeiras de Goiás, com 107. Nos anos 2000, Iporá já contava com 571 estabelecimentos comerciais e São Luís de Montes Belos, com 403 estabelecimentos, mantendo suas posições de destaque como os municípios com maior número de estabelecimentos comerciais, enquanto

Anicuns, que ocupava a sexta posição em 1975, ascendeu para a quarta posição em 2000.

No que tange aos setores comerciais, os resultados do censo comercial de 1975 e 1980 revelaram que Iporá se destacou na oferta de comércio varejista, especialmente em produtos alimentícios, tecidos, artefatos, veículos, peças, acessórios, ferragens, produtos metalúrgicos e material de construção. Isso também foi observado em São Luís de Montes Belos, que ocupou a segunda posição na disponibilidade de produtos alimentícios, tecidos, artefatos, veículos, peças e acessórios. Já Anicuns ocupou a terceira colocação na oferta de produtos alimentícios, tecidos, artefatos, produtos químicos e farmacêuticos. Nos anos 1996 e 2000, o IBGE não forneceu esses dados, o que impossibilitou a análise nesses períodos.

Tabela 24 - Relação dos setores comerciais em Anicuns, Iporá e São Luís de Montes Belos (1975-2000)

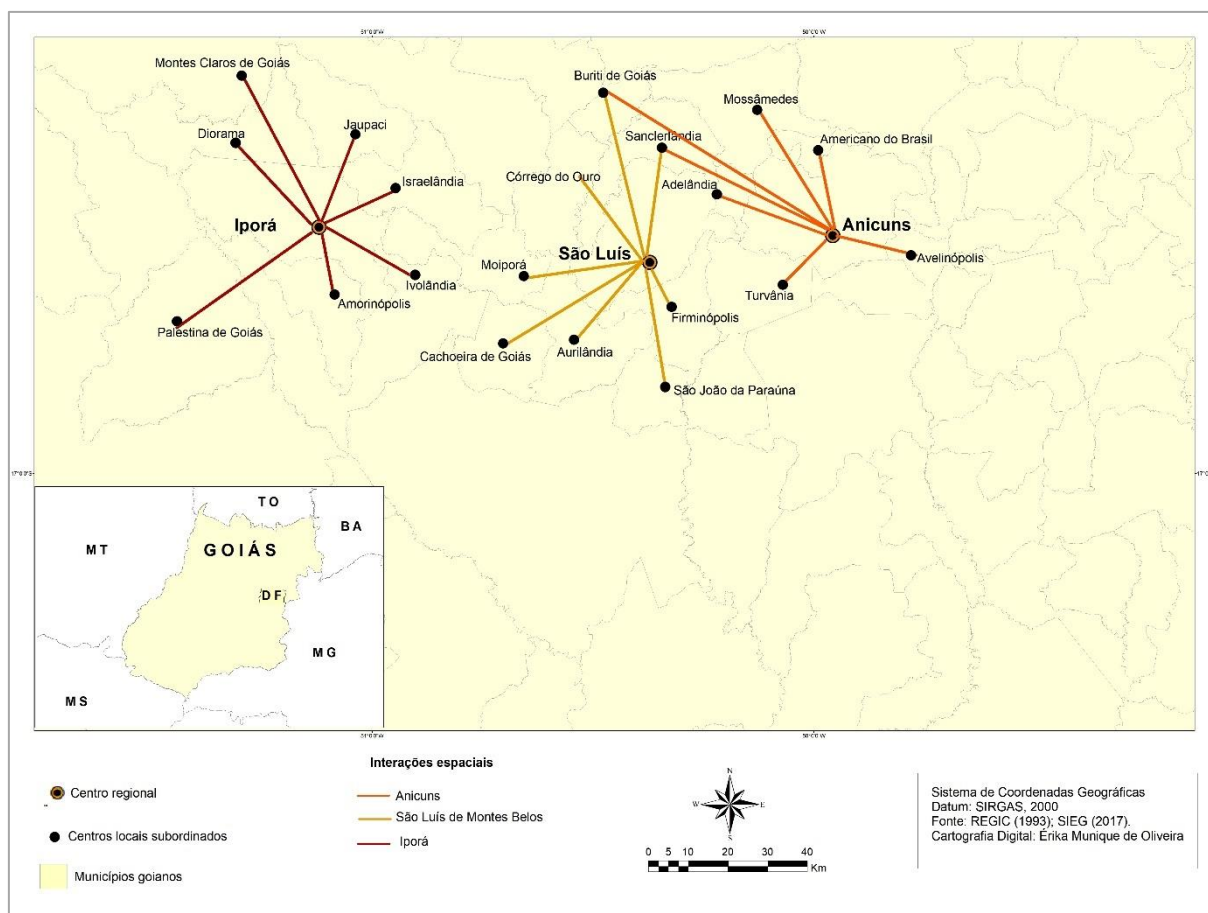
ANICUNS		Nº. Estabelecimentos			
Classe de comércio varejista		1975	1980	1996	2000
Ferragens, produtos metalúrgicos e material de construção.....		5	5	-	-
Máquinas e aparelhos eletrodomésticos.....		5	4	-	-
Veículos, peças e acessórios.....		2	3	-	-
Móveis, artigos de habitação e de uso doméstico.....		1	4	-	-
Artigos de papelaria, livraria e escritórios.....		1	1	-	-
Produtos químicos e farmacêuticos.....		9	12	-	-
Combustíveis e lubrificantes.....		3	3	-	-
Tecidos e artefatos.....		18	21	-	-
Artigos de vestuário e de armarinho.....		4	-	-	-
Produtos alimentícios.....		70	89	-	-
Artigos diversos.....		1	5	-	-
Comércio atacadista					
Produtos extrativos e agropecuários – alimentício.....		10	-	-	-
Bebidas, cigarros, fumo e artigos de tabacaria.....		1	3	-	-
Ferragens, material de construção.....		1	-	-	-
IPORÁ		Estabelecimentos			
Classe de comércio varejista		1975	1980	1996	2000
Ferragens, produtos metalúrgicos e material de construção.....		6	15	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas industriais.....		1	2	-	-
Máquinas e aparelhos eletrodomésticos.....		5	6	-	-
Veículos, peças e acessórios.....		9	15	-	-
Móveis, artigos de habitação e de uso doméstico.....		1	2	-	-
Artigos de papelaria, livraria e escritórios.....		2	4	-	-
Produtos químicos e farmacêuticos.....		8	11	-	-
Combustíveis e lubrificantes.....		6	6	-	-
Tecidos e artefatos.....		10	38	-	-
Artigos do vestuário e de armarinho.....		23	-	-	-
Produtos alimentícios.....		116	133	-	-
Artigos diversos.....		9	25	-	-
Comércio atacadista					
Produtos alimentícios.....		2	3	-	-
Produtos extrativos e agropecuários – alimentícios.....		4	-	-	-
Bebidas, cigarros, fumo e artigos de tabacaria.....		1	-	-	-

SÃO LUÍS DE MONTES BELOS		Estabelecimentos			
Classe de Comércio varejista		1975	1980	1996	2000
Ferragens, produtos metalúrgicos e material de construção.....		4	5	-	-
Máquinas e aparelhos eletrodomésticos.....		5	4	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas industriais.....		1	1	-	-
Veículos, peças e acessórios.....		8	10	-	-
Artigos de papelaria, livraria e escritórios.....		1	4	-	-
Produtos químicos e farmacêuticos.....		7	5	-	-
Combustíveis e lubrificantes.....		6	7	-	-
Tecidos e artefatos.....		13	42	-	-
Artigos do vestuário e de armarinho.....		18	-	-	-
Produtos alimentícios.....		95	104	-	-
Artigos diversos.....		11	17	-	-
Comércio atacadista					
Produtos alimentícios.....		2	4	-	-
Bebidas, cigarros, fumo e artigos de tabacaria.....		3	-	-	-

Fonte: Censo Comercial (1975, 1980); SIDRA (1996, 2000).

Com base no que foi apresentado, é possível inferir que a importância deflagrada pelo setor terciário nos municípios de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá foi impulsionada pelo crescimento das atividades agropecuárias, do número de unidades industriais (muitas de pequeno porte) e, sobretudo, pela melhoria das condições de circulação na região de estudo. Os dados publicados pelo Regic (1993), apontam que esses municípios se configuram como as principais localidades centrais no Oeste Goiano, com uma área de influência regional que pode ser visualizada na figura abaixo.

Figura 19 - Área de influência de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá (1993)



Fonte: Elaboração da autora.

Como pode ser observado acima, Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá configuraram como as principais centralidades na região de estudo, conforme estudo realizado pelo IBGE em 1993. As interações espaciais observadas são resultado do fluxo demográfico em direção a esses centros urbanos pela oferta e prestação de serviços.

Essas cidades, conforme apontou a pesquisa de Borges (2001), além de oferecer serviços básicos como, atendimento médico, agências bancárias que não eram comuns na maioria das cidades situadas na região de estudo, receberam vários investimentos do governo estadual para a construção de escolas, estação rodoviária, pavimentação asfáltica, ginásio, estádio de futebol, etc. Anicuns, por exemplo, ao ser beneficiada com a construção e pavimentação do trecho GO-326, que dá acesso à GO-060, e São Luís de Montes Belos e Iporá, com a construção do eixo rodoviário GO-060, assumiram a liderança no movimento de passageiros, com uma estação rodoviária de parada obrigatória para as linhas que percorrem essas rodovias. Nesse sentido, diversos itinerários de ônibus coletivos interurbanos partiam dessas estações, conectando os municípios vizinhos.

Esses dados reiteram a centralidade exercida por Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá no Oeste Goiano. Diante dessa constatação, avança-se no processo investigativo em busca de respostas para a seguinte indagação: De que forma essa centralidade se mantém no século XXI e qual o papel da rodovia GO-060 nesse processo?

6.3 As transformações na rede urbana e o significado da rodovia GO-060 para a região

Para compreender os processos que incidiram sobre Goiás e resultaram em transformações da rede urbana na região, é essencial revisitar as ações do Estado. É reconhecido que as frequentes mudanças na divisão territorial e internacional do trabalho influenciam as dinâmicas em redes urbanas, como sugerem estudiosos como Corrêa (1989; 2006); Fresca (2004) e Bessa (2007). Entretanto, é por meio da intervenção estatal que tais alterações efetivamente ocorreram no âmbito da região estudada.

Diante desse pressuposto, serão discutidas as ações do Estado no território goiano, com o propósito de identificar as circunstâncias criadas para efetivar as transformações no Oeste Goiano. Essas transformações se referem às redefinições de centralidades na rede urbana, em razão da oferta de bens e prestação de serviços. Mas o que gerou tais redefinições? É o que será mostrado no decorrer deste tópico.

A tarefa assumida pelo Estado para assegurar a produção econômica, remonta a muito antes da década de 1930. A abertura de caminhos, estímulos à exploração mineral e indução ao povoamento, à produção agropecuária, bem como a construção de estradas de rodagem foram algumas das ações que evidenciam o papel do agente nesse processo. No entanto, foi com a construção da rodovia GO-060 que a transformação da organização socioespacial tornou-se mais notória e efetiva.

Assim, a rodovia GO-060 contribuiu para o crescimento da atividade agropecuária, estimulou o processo de industrialização na região de estudo e direcionou novos investimentos e alocação de infraestrutura, tanto por parte do Estado quanto da iniciativa privada, após a sua conclusão. Dentre os investimentos realizados, destaca-se a construção de universidades em alguns centros urbanos na região.

São Luís de Montes Belos, que já mostrava ser uma importante centralidade regional devido ao eixo rodoviário, continuou sendo local privilegiado para implementação de políticas estatais. Em 1994, foi construída uma unidade universitária da UEG, que passou a ofertar o curso de Pedagogia. Em 2000, alinhado aos objetivos econômicos da região, foi instaurado o curso de Zootecnia e o curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas (MEC, 1994; 2000).

O mesmo aconteceu com Iporá, que também se destacou como centralidade regional e foi beneficiada com uma unidade universitária da UEG em 1988, oferecendo cursos de graduação voltados para a formação de professores de Geografia, História, Letras e Matemática. Anicuns, por outro lado, não foi contemplada com um polo educacional da UEG, todavia, recebeu apoio do governo estadual para a implantação de uma faculdade pública municipal em 1985. Nesse período, a faculdade passou a ofertar os cursos de graduação em Direito e Pedagogia e, em 2001, os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia e História (MEC, 1985; 1988; 2001) .

É relevante salientar que, a partir de 1999, o estado de Goiás experimentou uma nova gestão no poder, sob a liderança de Marconi Perillo. As estratégias delineadas em seu plano de governo foram fundamentadas em duas premissas: integrar Goiás à economia nacional e internacional e criar polos de desenvolvimento regional e local (Goiás, 2003). O foco principal voltou-se para o fortalecimento e a expansão dos setores econômicos como agropecuária, indústria e serviços com respaldo da ciência. Foi a partir desse momento que a Universidade Estadual de Goiás (UEG) passou a ofertar cursos para atender às necessidades econômicas regionais, como ocorreu em São Luís de Montes Belos, nos anos 2000.

Em 2003, como parte dessas estratégias, foi criada a região de planejamento do Oeste Goiano. Essa decisão foi pautada no eixo viário da GO-060, que se revelou uma importante artéria de escoamento da produção regional. Os municípios que integraram a região foram aqueles cujas sedes utilizam essa rodovia para deslocamento até a capital do estado (IMB, 2018). No mesmo ano, no âmbito da Secretaria de Planejamento, uma gerência de desenvolvimento regional para o Oeste Goiano foi criada, visando impulsionar a produção econômica regional. Assim, em colaboração com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/GO), realizou-se um levantamento das atividades econômicas no Oeste Goiano, revelando uma significativa concentração de atividades relacionadas à produção de leite na área abrangida por São Luís de Montes Belos (Goiás, 2003).

Com base nesse diagnóstico, foi estabelecido o Arranjo Produtivo Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos, integrando dezoito municípios: Adelândia, Aurilândia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Firminópolis, Ivolândia, Moiporá, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palminópolis, Paraúna, Sanclerlândia, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia. Coletivamente, esses municípios passaram a atuar na produção de leite em grande escala, tanto para o mercado interno quanto para o externo (Goiás, 2006). Para viabilizar esse processo, a partir de 2006, a UEG de São Luís de Montes Belos passou a oferecer cursos de Tecnologia em Laticínios e

Gestão em Agronegócio. Além da UEG, a Faculdade Montes Belos (atual UniBRASÍLIA), uma instituição de ensino privada que iniciou suas atividades em 2003, passou a disponibilizar cursos de Gestão em Agronegócio e Gestão Ambiental, como mostram os quadros 6 e 7.

Quadro 6 - Cursos superior ofertado na Universidade pública (UEG)

Cursos de nível superior ofertados na UEG em São Luís de Montes Belos-GO			
Curso	Ano de criação	Situação	Grau
Laticínios	06/03/2006	Ativo	Tecnológico
Gestão em Agronegócio	06/03/2006	Extinto	Tecnológico
Letras -Língua Portuguesa e Língua Inglesa	21/02/2000	Ativo	Licenciatura
Medicina Veterinária	01/01/2017	Ativo	Bacharelado
Pedagogia	07/03/1994	Ativo	Licenciatura
Zootecnia	01/08/2000	Ativo	Bacharelado

Fonte: Ministério da Educação (2024).

Quadro 7 - Cursos de nível superior ofertado na Universidade privada (FMB/UniBRASÍLIA)

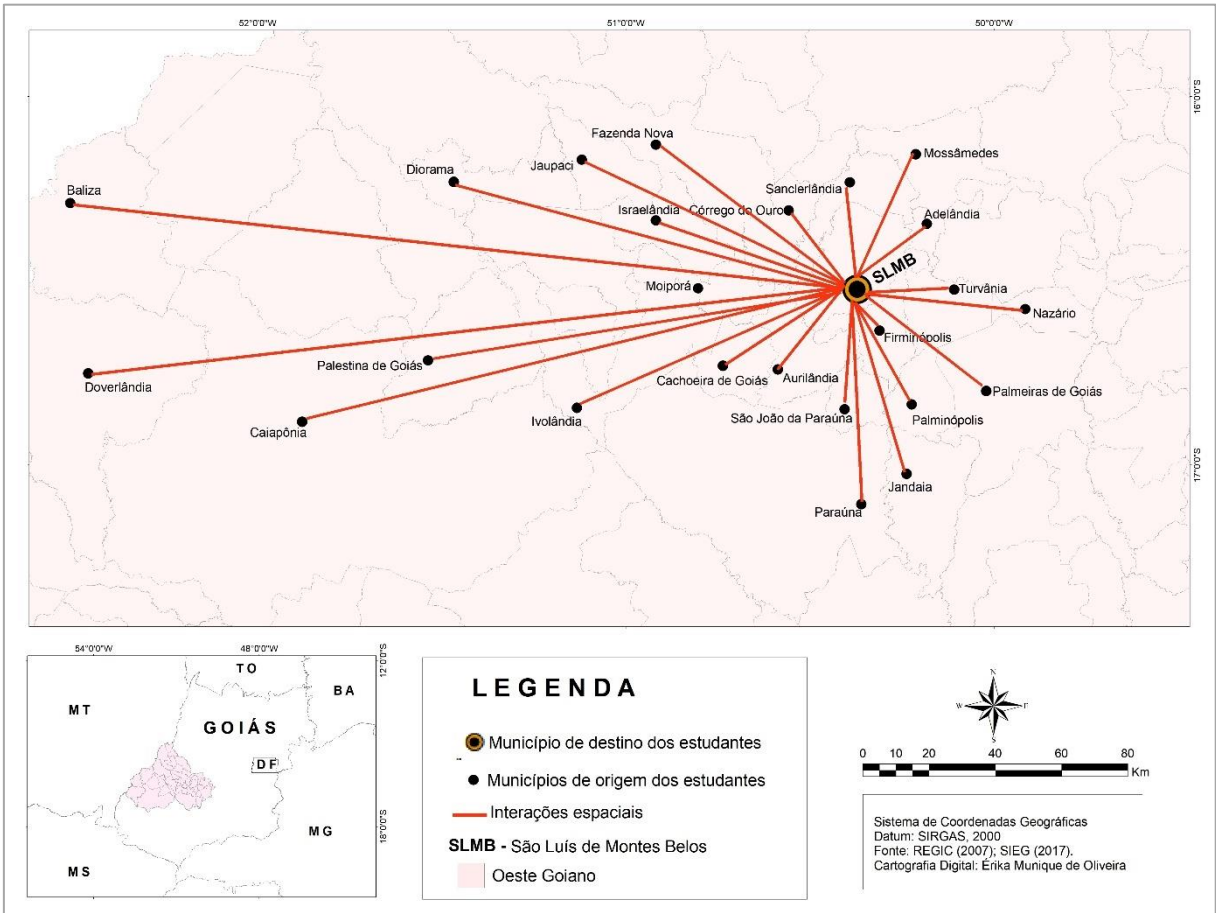
Cursos de nível superior ofertados pela FMB/UniBRASÍLIA em São Luís de Montes Belos/GO			
Curso	Ano de criação	Situação	Grau
Medicina Veterinária	01/08/2016	Ativo	Bacharelado
Nutrição	21/01/2016	Ativo	Bacharelado
Odontologia	05/02/2018	Ativo	Bacharelado
Pedagogia	01/08/2006	Ativo	Licenciatura
Produção Sucroalcooleira	07/07/2009	Em Extinção	Tecnológico
Psicologia	06/01/2017	Ativo	Bacharelado
Administração	05/02/2003	Ativo	Bacharelado
Agronegócio	06/08/2007	Ativo	Tecnológico
Alimentos	01/08/2006	Ativo	Tecnológico
Análise e desenvolvimento de Sistema	01/08/2006	Ativo	Tecnológico
Arquitetura e Urbanismo	05/01/2017	Ativo	Bacharelado
Ciências Biológicas	21/01/2016	Ativo	Licenciatura
Ciências Contábeis	05/02/2003	Ativo	Bacharelado
Direito	16/02/2003	Ativo	Bacharelado
Educação Física	10/08/2015	Ativo	Licenciatura
Educação Física	04/07/2022	Ativo	Bacharelado
Enfermagem	01/02/2006	Ativo	Bacharelado
Engenharia Agrônômica	04/02/2009	Ativo	Bacharelado
Engenharia Civil	21/01/2016	Ativo	Bacharelado
Farmácia	01/08/2006	Ativo	Bacharelado
Fisioterapia	01/08/2006	Ativo	Bacharelado
Gestão de Recursos Humanos	06/08/2007	Ativo	Tecnológico
Gestão Ambiental	01/08/2006	Em Extinção	Tecnológico
Gestão Comercial	06/08/2007	Extinto	Tecnológico

Gestão de Turismo	01/08/2006	Extinto	Tecnológico
Gestão Hospitalar	01/08/2006	Ativo	Tecnológico
Marketing	06/08/2007	Ativo	Tecnológico
Serviço Social	05/02/2018	Extinto	Bacharelado
Sistemas para Internet	não iniciado	Extinto	Tecnológico

Fonte: Ministério da Educação, 2024.

Conforme apresentado nos quadros 6 e 7, ao longo da década de 2000, tanto a UEG quanto a FMB/UniBRASÍLIA passaram a oferecer cursos presenciais voltados para atender às demandas econômicas locais e regionais. A análise dos quadros indica, ainda, uma expansão significativa na oferta de cursos de graduação presencial, sobretudo na esfera da educação privada. Essa ampliação de cursos de graduação desempenhou um papel crucial no aumento do fluxo demográfico em direção a São Luís de Montes Belos em 2007, visando ao acesso ao ensino superior, como evidenciado na figura abaixo.

Figura 20- Área de influência do Ensino Superior ofertado em São Luís de Montes Belos (2007)



Fonte: Elaboração da autora.

Iporá, da mesma forma que São Luís de Montes Belos, foi integrado à política dos

arranjos produtivos locais em 2004, ao ser reconhecido como uma área de potencial produtivo para a mandioca e seus derivados. Nesse arranjo, foram incluídos 11 municípios, além de Iporá, tais como Amorinópolis, Arenópolis, Diorama, Fazenda Nova, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá, Montes Claros de Goiás e Palestina de Goiás. Ao contrário do que aconteceu em São Luís de Montes Belos, não houve um esforço direcionado para oferecer cursos superiores que atendessem às demandas específicas dessa atividade produtiva ao longo da década de 2000, como pode ser verificado nos quadros 8, 9 e 10.

Quadro 8 - Cursos de graduação ofertado na Universidade pública (UEG)

Cursos de nível superior ofertados na UEG de Iporá-GO			
Cursos	Ano de criação	Situação	Grau
Ciências Biológicas	01/02/2008	Ativo	Licenciatura
Direito	01/08/2018	Ativo	Bacharelado
Geografia	01/03/1988	Ativo	Licenciatura
História	01/01/1988	Ativo	Licenciatura
Letras	01/01/1988	Ativo	Licenciatura
Matemática	01/02/1998	Ativo	Licenciatura

Fonte: Ministério da Educação (2024).

Quadro 9 - Cursos de graduação ofertado no Instituto Federal de Goiás (IFG)

Cursos de nível superior ofertados no IFG de Iporá-GO			
Cursos	Ano de criação 21	Situação	Grau
Gestão do Agronegócio	24/07/2012	Ativo	Tecnológico
Química	02/02/2011	Ativo	Licenciatura
Agronomia	10/12/2013	Ativo	Bacharelado
Análise e desenvolvimento de Sistemas	04/02/2013	Ativo	Tecnológico
Ciências da Computação	17/02/2020	Ativo	Bacharelado

Fonte: Ministério da Educação (2024).

Quadro 10 - Cursos de nível superior ofertado na Faculdade de Iporá

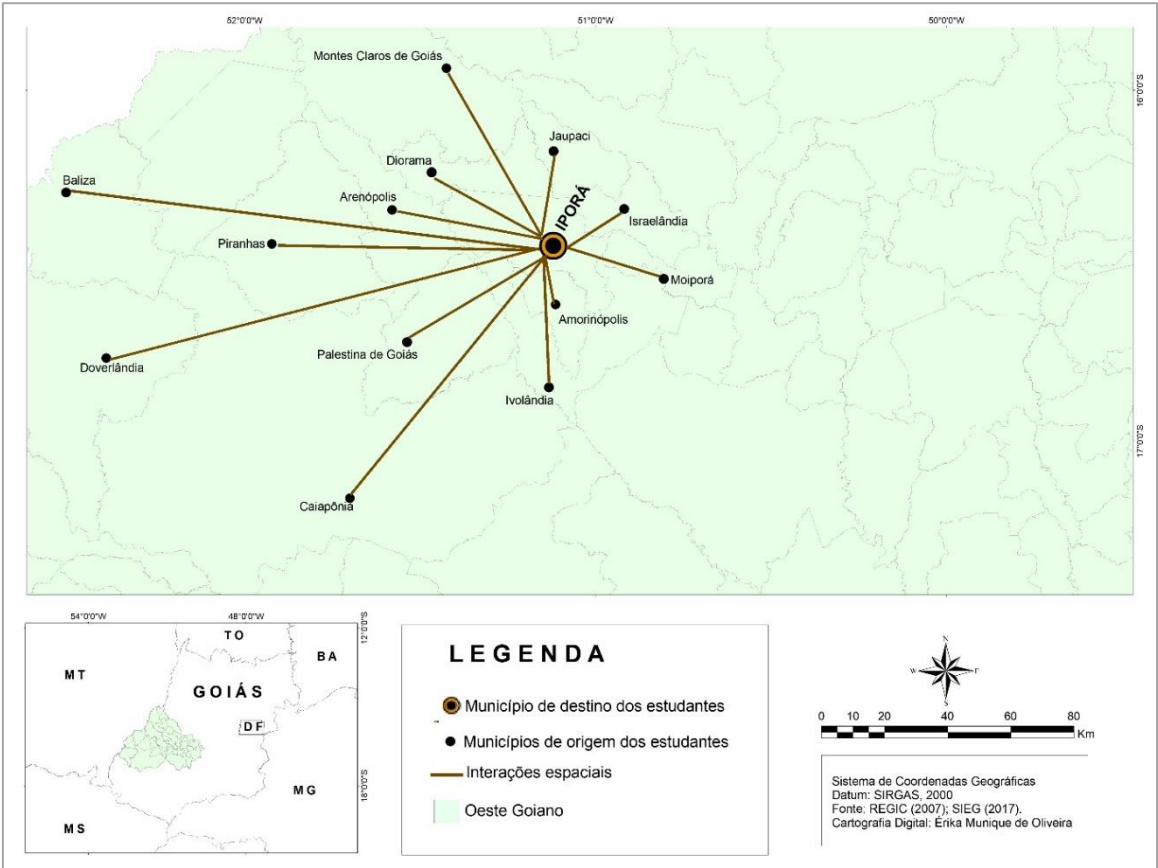
Cursos de nível superior ofertados na Faculdade de Iporá-GO			
Cursos	Ano	Situação	Grau
Gestão Hospitalar (tecnológico)	06/02/2012	Ativo	Tecnológico
Odontologia	29/11/2019	Ativo	Bacharelado
Pedagogia (Licenciatura)	29/08/2011	Ativo	Licenciatura
Psicologia	17/11/2016		Bacharelado
Administração	01/02/2005	Ativo	Bacharelado
Agronegócio	06/02/2012	Ativo	Tecnológico
Análise e desenvolvimento de Sistemas	06/02/2012	Ativo	Tecnológico

Ciências Contábeis	01/08/2007	Ativo	Bacharelado
Direito	04/05/2015	Ativo	Bacharelado
Enfermagem	06/05/2016	Ativo	Bacharelado
Engenharia Ambiental e Sanitária	07/08/2017	Ativo	Bacharelado
Engenharia Civil	27/01/2014	Ativo	Bacharelado
Engenharia de Produção	16/06/2014	Ativo	Bacharelado
Estética e Cosmética	-	Não iniciado	Tecnológico
Farmácia	06/07/2015	Ativo	Bacharelado
Gestão de Recursos Humanos	01/08/2018	Ativo	Tecnológico
Serviços Penais	-	Não iniciado	Tecnológico

Fonte: Ministério da Educação (2024).

Entretanto, na década de 2000, Iporá já contava com um polo da UEG, oferecendo um total de 5 cursos voltados para a formação de professores: Geografia, História, Letras, Matemática e Ciências Biológicas, além da Faculdade privada de Iporá, que oferecia cursos de Administração e Ciências Contábeis. A oferta desses cursos de nível superior, conforme indicado pela pesquisa do REGIC (2007), atraía um considerável fluxo demográfico para Iporá, buscando o acesso a essas oportunidades de formação, como evidenciado na figura abaixo.

Figura 21 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em Iporá (2007)



Fonte: Elaboração da autora.

Diferentemente de São Luís de Montes Belos e Iporá, Anicuns não foi incluído na política dos arranjos produtivos locais. No entanto, tornou-se sede de uma instituição de ensino superior pública. Durante a década de 2000, essa instituição ofereceu um total de seis cursos, dentre essas opções, destacam-se três especificamente voltados para a formação de professores: História, Geografia e Pedagogia, conforme ilustrado no quadro 11.

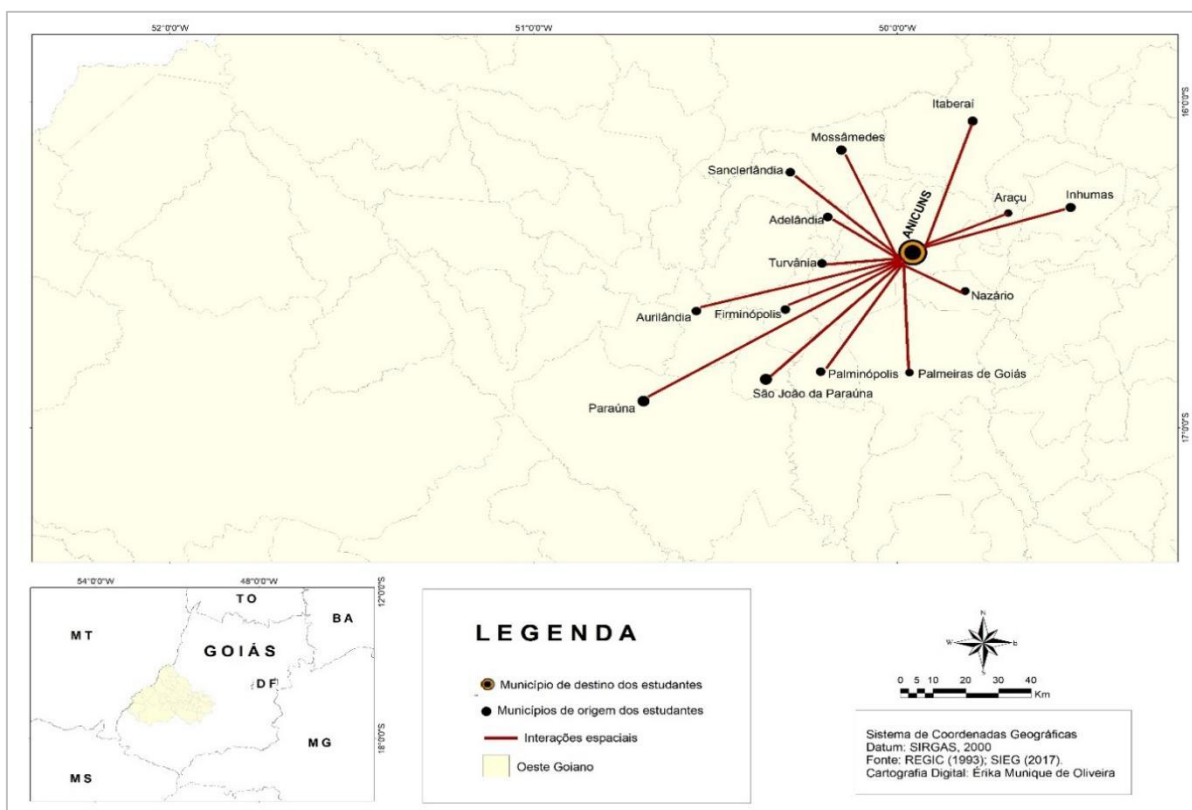
Quadro 11 - Cursos de nível superior ofertado na Faculdade de Anicuns

Cursos de nível superior ofertados na Faculdade de Anicuns-GO			
Curso	Ano	Situação	Grau
Administração	22/01/2003	Ativo	Bacharelado
Ciências Contábeis	08/08/2003	Ativo	Bacharelado
Direito	16/05/1985	Ativo	Bacharelado
Enfermagem	09/08/2021	Ativo	Bacharelado
Geografia	01/08/2001	Ativo	Licenciatura
Geografia	01/08/2001	Ativo	Bacharelado
História	01/08/2001	Ativo	Licenciatura
História	01/08/2001	Ativo	Bacharelado
Pedagogia	16/05/1985	Ativo	Licenciatura

Fonte: Ministério da Educação (2024).

Em 2007, segundo a pesquisa realizada pelo Regic, Anicuns, assim como Iporá e São Luís de Montes Belos, vivenciava um notável movimento demográfico em direção ao seu núcleo urbano, impulsionado pela presença dos cursos de nível superior oferecidos pela instituição de ensino, conforme destacado na figura abaixo.

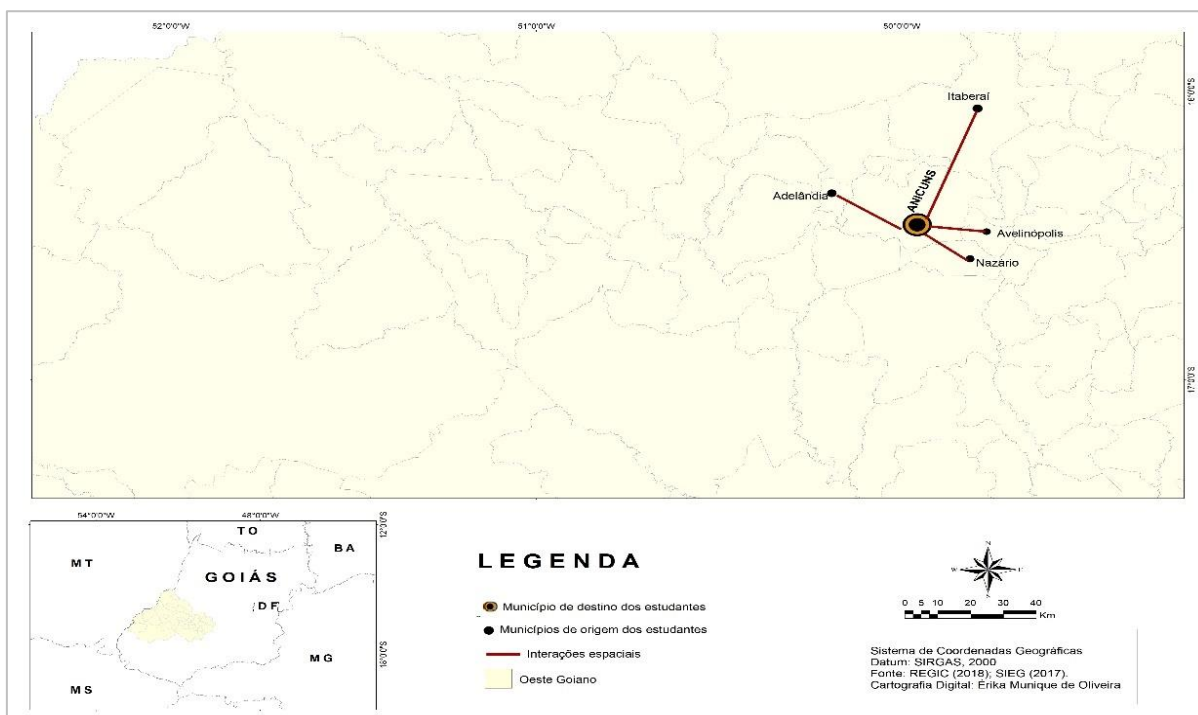
Figura 22- Área de influência do Ensino Superior ofertado em Anicuns (2007)



Fonte: Elaboração da autora.

No entanto, em 2018, em uma nova pesquisa, o REGIC revelou uma significativa redução na área de influência regional de Anicuns em relação ao deslocamento de pessoas para seu centro urbano em busca de acesso ao ensino superior, conforme evidenciado pela figura a seguir.

Figura 23 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em Anicuns (2018)

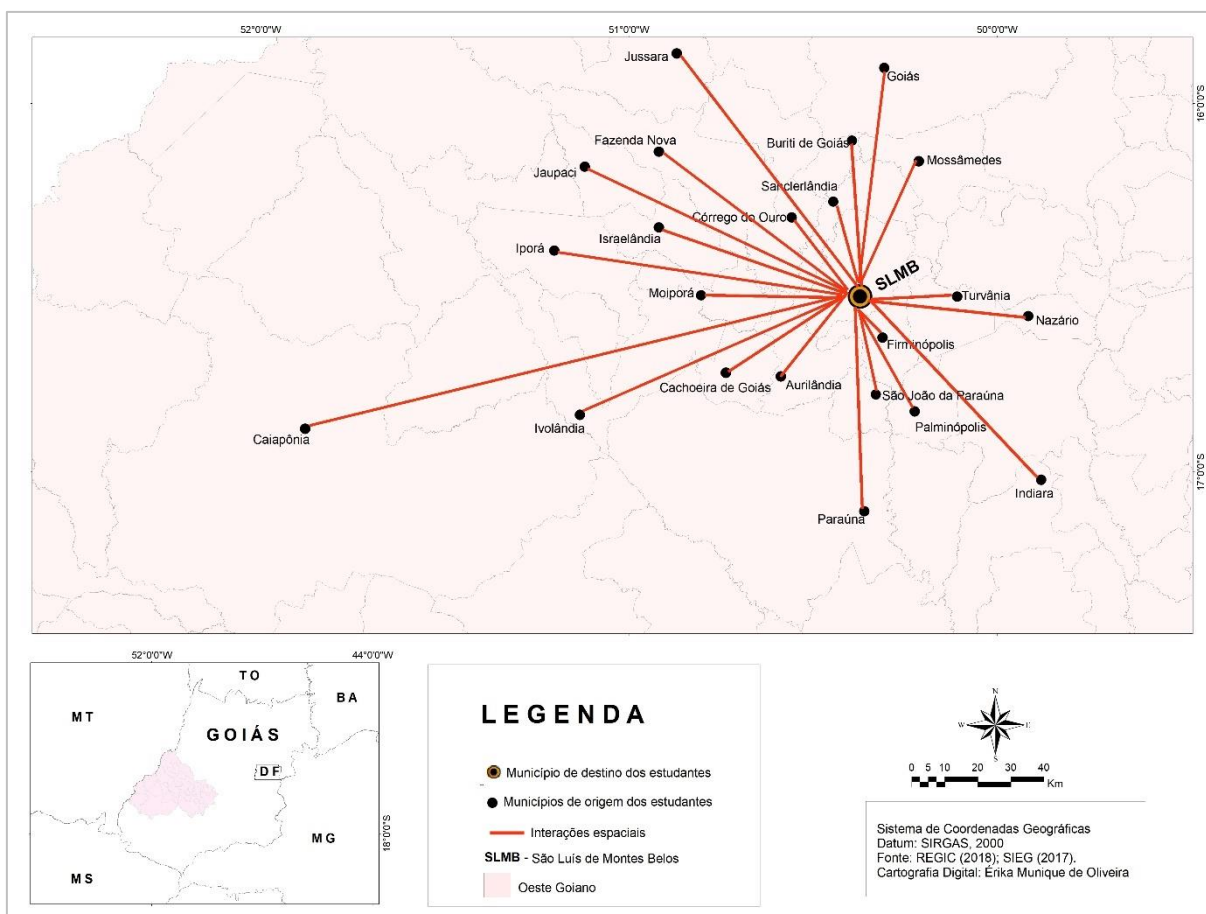


Fonte: Elaboração da autora.

A compreensão desse fenômeno torna-se clara ao serem examinados os dados apresentados no quadro 11, pelo qual se constata que Anicuns não expandiu sua oferta de cursos, diferentemente de Iporá e São Luís de Montes Belos (quadros 6 a 10). Em suma, não houve uma política de estímulo à ampliação da oferta de universidades e cursos nesse núcleo urbano. Além disso, outro fator de relevância é que o eixo rodoviário da GO-060 não atravessa o núcleo urbano de Anicuns, o que contribuiu para que a cidade não fosse considerada núcleo sede de arranjos produtivos na região em 2004.

São Luís de Montes Belos, ao ser considerado núcleo sede dos arranjos produtivos na região do Oeste Goiano em 2004, foi beneficiado com a implementação de cursos de nível superior voltados para o fortalecimento da economia local e regional. Nas décadas seguintes, destacou-se um notável aumento na diversidade de cursos disponíveis o que gerou aumento no fluxo demográfico em direção ao seu núcleo urbano. Os dados do Regic (2018) evidenciam que esse movimento demográfico persistiu, originando-se ainda de outras regiões, como o Sul e o Noroeste goiano. A pesquisa ainda apontou que São Luís de Montes Belos é a cidade que mais atrai movimento demográfico na região em busca de acesso ao ensino superior.

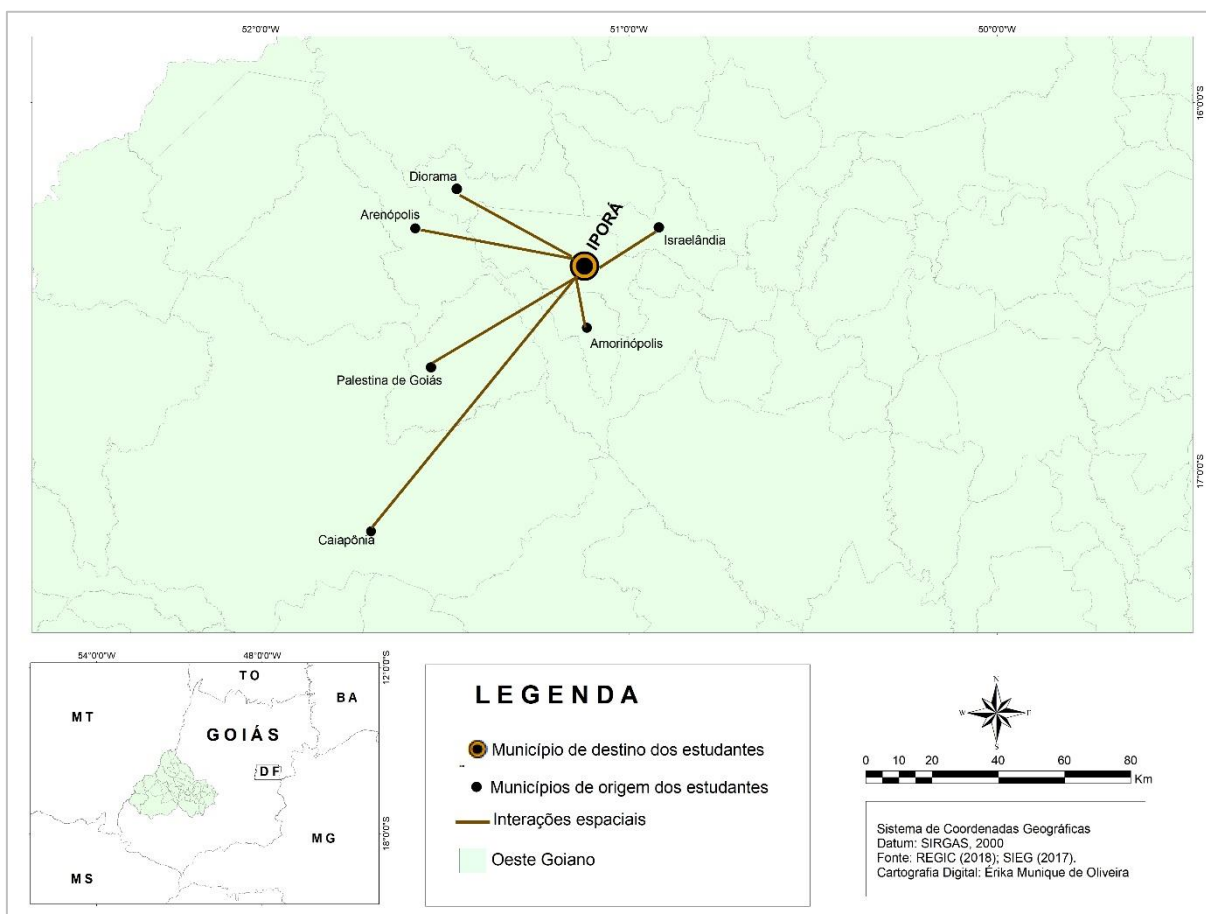
Figura 24- Área de influência do Ensino Superior ofertado em São Luís de Montes Belos (2018)



Fonte: Elaboração da autora.

Iporá, embora não tenha recebido estímulos para a expansão de cursos relacionados à atividade econômica local e regional ao longo da década de 2000, testemunha, a partir dos anos 2010, a efetivação desse estímulo, com uma notável ampliação na oferta de cursos. Isso inclui a criação do Instituto Federal de Goiás (GO), que oferece cursos voltados para a atividade econômica regional (quadro 9). Em 2018, a pesquisa do Regic revelou que Iporá foi a segunda cidade na região a atrair um considerável fluxo demográfico em busca de acesso ao ensino superior, embora tenha experimentado uma redução nesse fluxo, comparativamente ao período analisado pelo Regic (2007).

Figura 25 - Área de influência do Ensino Superior ofertado em Iporá (2018)



Fonte: Elaboração da autora.

Outra estratégia adotada a partir da década de 2000, que desempenhou um papel crucial na centralidade exercida por São Luís de Montes Belos e Iporá, foi a implantação de serviços de saúde nessas localidades. Essa medida foi criada como parte do plano estratégico do governo estadual para o período de 2003-2006, o qual deu origem ao projeto de regionalização da saúde em Goiás. A pesquisa de Pires (2019) destaca que a regionalização da saúde foi concebida como uma ação deliberada para dispersar os serviços de saúde anteriormente concentrados em Goiânia. Com base nesse princípio, o estado de Goiás foi dividido em 16 regiões, resultantes da subdivisão da Região Oeste em Oeste I e II, da Sudeste em Sudeste I e II, da Norte em Serra da Mesa e Norte, e da fusão da região Centro-Norte com a MacroGoiânia (Goiás, 2004).

Nesse contexto, Iporá e São Luís de Montes Belos foram designadas como sedes administrativas da Região Oeste I e II, assumindo, ademais, o papel de cidades-polo para a oferta de serviços de saúde na região (Goiás, 2004). No entanto, questiona-se por que somente São Luís de Montes Belos e Iporá foram designadas cidades-polos regionais de saúde no Oeste

Goiano? De acordo com o Plano Estadual de Saúde 2004-2007, a escolha foi embasada em uma análise que abarcou o levantamento de dados epidemiológicos, características demográficas e geográficas, distâncias e tempos de acesso aos serviços, o fluxo dos usuários na rede de serviços de saúde, a natureza da habilitação e o estado dos Conselhos Municipais de Saúde em cada município. Além disso, foi realizado um mapeamento da capacidade instalada de todos os serviços de saúde registrados nos Sistemas de Informação Ambulatorial (SIA) e Hospitalar (SIH/SUS), com o intuito de elaborar o desenho das redes de serviço.

Com base nas informações apresentadas até o momento, percebe-se que a escolha dessas cidades como polos foi claramente influenciada por interesses políticos e, principalmente, econômicos. Ambas as localidades emergiram como localidades centrais na região, conforme discutido no tópico anterior. Outro fator relevante é a posição estratégica dessas cidades ao longo de uma das principais vias de escoamento da produção agropecuária do estado de Goiás, a GO-060, que foi, inclusive, o critério adotado para a delimitação da região de planejamento em 2003, na qual a área de estudo foi estabelecida como Oeste Goiano, conforme previamente ressaltado.

São Luís de Montes Belos, designada como cidade-polo regional da saúde no Oeste Goiano, inaugurou, em 2003, o Hospital Estadual Dr. Geraldo Lando. Esse hospital passou a oferecer serviços clínicos anteriormente disponíveis apenas mediante deslocamento até Goiânia, incluindo assistência obstétrica, cirúrgica e ortopédica. Além disso, diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS) foram inauguradas, conforme evidenciado pelo quadro 12.

Quadro 12 - Estabelecimentos da rede pública de Saúde instalados em São Luís de Montes Belos-GO

Estabelecimentos da rede pública de Saúde instalados em São Luís de Montes Belos-GO	
Nome empresarial	Data de instalação
UBS Jonas Manoel Dias São Luís de Montes Belos	24/03/2003
UBS Cantinho da Esperança São Luís de Montes Belos	24/06/2003
Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos Dr. Geraldo Lando	24/06/2003
UBS Canuto Dias de Oliveira São Luís de Montes Belos	25/07/2003
UBS Josias Ricardo de Araújo São Luís de Montes Belos	25/07/2003
Centro de Saúde Central	30/03/2004
UBS Dona Luzia São Luís de Montes Belos	13/03/2007
Samu 192 UBS 07 São Luís de Montes Belos	01/02/2008
UBS Joaquim Leonardo São Luís de Montes Belos	02/09/2008
Regional de Saúde Oeste II São Luís de Montes Belos	08/01/2010
Regulação de Serviços de Saúde São Luís de Montes Belos	02/04/2010
Samu 192 UBS 02 São Luís de Montes Belos	20/02/2012
UBS José Nascimento São Luís de Montes Belos	06/07/2012

Centro de Atenção Psicossocial Colombina Neto Cerqueira Leão	26/05/2013
Centro de Especialidades Odontológica CEO	10/10/2013
Farmácia Básica Municipal	06/10/2015
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Oeste II	11/08/2016
Academia de Saúde de São Luís de Montes Belos	27/07/2017
Laboratório Municipal	01/01/2018
UBS Dr. Idelfonso Pires De Paiva São Luís de Montes Belos	28/01/2018
UBS Dr. Wartene Portela Lopes São Luís de Montes Belos	28/01/2018
Centro Municipal de Imunobiológicos Vacinas	03/12/2019
Central Regional de Rede de Frio Oeste II	05/05/2020
Núcleo de Vigilância Epidemiológica	01/04/2021
Policlínica Estadual Ismael Alexandrino Pinto	04/04/2022
Central de Abastecimento Farmacêutico	28/02/2023

Fonte: Ministério da Saúde (2024).

Com os investimentos realizados pelo estado em Unidades Básicas de Saúde e em Hospitais no decurso da década de 2000, a iniciativa privada encontrou estímulo, resultando na implantação de diversos laboratórios e clínicas especializadas em exames médicos em São Luís de Montes Belos, como evidenciado no quadro 13.

Quadro 13 - Estabelecimentos de saúde instalados pela iniciativa privada em São Luís de Montes Belos-GO

Estabelecimentos de saúde instalados pela iniciativa privada em São Luís de Montes Belos-GO	
Nome empresarial	Data de Instalação
Clínica Goiana de Diagnóstico	24/06/2003
Clínica de Fisioterapia e Ortopedia	24/06/2003
Hospital Montes Belos Ltda	24/06/2003
Laboratório Carlos Chagas	24/06/2003
Laboratório Montes Belos	24/06/2003
Laboratório São Luiz	24/06/2003
Instituto Regional de Fisioterapia	03/12/2004
Hospital Vital	19/05/2006
Exame Médico	03/10/2008
Promed Centro Médico Especializado	16/12/2008
Fisiocorpus	19/02/2009
Clínica Médica Correia	06/08/2009
Raional Instituto de Radiodiagnóstico Odontológico	15/10/2009
Clínica Odontológica Evolução do Sorriso	31/07/2010
Biovida Laboratório Clínico	03/01/2012
Fisiovida Centro de Fisioterapia Estética	04/03/2012
Mult Fisio	02/06/2012
Laboratório de Prótese Dentária Goiarte	09/04/2014
Montes Belos Terapias Avançadas	24/07/2015
Bruno Mendonça Fisioterapia	07/11/2015

Clínica de Ortodontia Dr. Andrey Marques Carvalho	07/11/2015
Instituto Rabelo Odontologia e Psicologia	24/01/2016
Imderme Implantodontia e Dermatologia Ltda	11/08/2016
Clínica Sem Dor	19/05/2018
Instituto Regional de Fisioterapia	19/05/2018
Asmed Assessoria e Consultoria em Segurança e Saúde Ocupacional	27/09/2018
Fisiocore Fisioterapia e Pilates	31/10/2018
Vital Imagem	31/10/2018
Núcleo de Análises Clínicas	25/11/2018
Imune Clínica de Vacinação	19/12/2018
Clínica de Desenvolvimento Infantil 2	01/11/2021
Laboratório São Luiz 2	18/05/2022
Consolata Odontologia Eireli	27/05/2022
Sorriso Cristal Odontologia	05/07/2022
Instituto Corpo e Mente	05/06/2023
Clínica de Desenvolvimento Infantil 3	20/06/2023
Clínica de Desenvolvimento Infantil 4	19/08/2023
Instituto Fausto Messias	25/10/2023
Laboratório São Luiz 3	11/12/2023

Fonte: Ministério da Saúde (2024).

Em Iporá, ao longo da década de 2000, foram implementados vários Programas de Saúde da Família (PSF), além de serviços odontológicos e de reabilitação, conforme evidenciado no quadro 14. A partir de 2010, a Regional de Saúde Oeste I e outros serviços de saúde passaram a ser instalados e administrados pelo estado.

Quadro 14 - Estabelecimentos da rede pública de Saúde instalados em Iporá-GO

Estabelecimentos da rede pública de Saúde instalados em Iporá-GO	
Nome empresarial	Data de Instalação
Hospital Municipal de Iporá	24/06/2003
PSF Águas Claras Iporá	24/06/2003
PSF Central Iporá	24/06/2003
PSF Itajubá Iporá	24/06/2003
PSF Umuarama Iporá	24/06/2003
PSF Arco Iris Iporá	10/05/2004
PSF Monte Alto Iporá	10/05/2004
PSF Vila Nova Iporá	10/05/2004
Serviço de Reabilitação de Iporá	07/06/2006
PSF Vila Brasília Iporá	29/06/2007
Centro de Especialidade Odontológica	07/10/2008
Complexo Regulador Regional de Iporá	09/10/2008
Unidade Estadual de Coleta e Transfusão de Iporá	02/02/2010
Regional de Saúde Oeste I Iporá	13/03/2010

Central de Regulação Regional das Urgências Iporá	15/02/2012
Samu 192 UBS 02 Iporá	25/02/2012
Samu 192 UBS 01 Iporá	25/02/2012
Academia de Saúde Águas Claras	07/05/2016
Academia de Saúde Umuarama	07/05/2016
Academia de Saúde Vila Brasília	07/05/2016
Central de Testagem e Acompanhamento	12/05/2017
Unidade de Pronto Atendimento	08/07/2018
Central Regional de Rede de Frio Oeste I	06/05/2020

Fonte: Ministério da Saúde (2024).

Diante dos investimentos promovidos pelo estado nas áreas hospitalar e de pronto atendimento ao longo da década de 2000, a iniciativa privada também respondeu com a criação de diversos laboratórios, hospitais e clínicas especializadas em exames médicos em Iporá, conforme destacado no quadro 15.

Quadro 15 - Estabelecimentos de Saúde da rede privada instalados em Iporá-GO

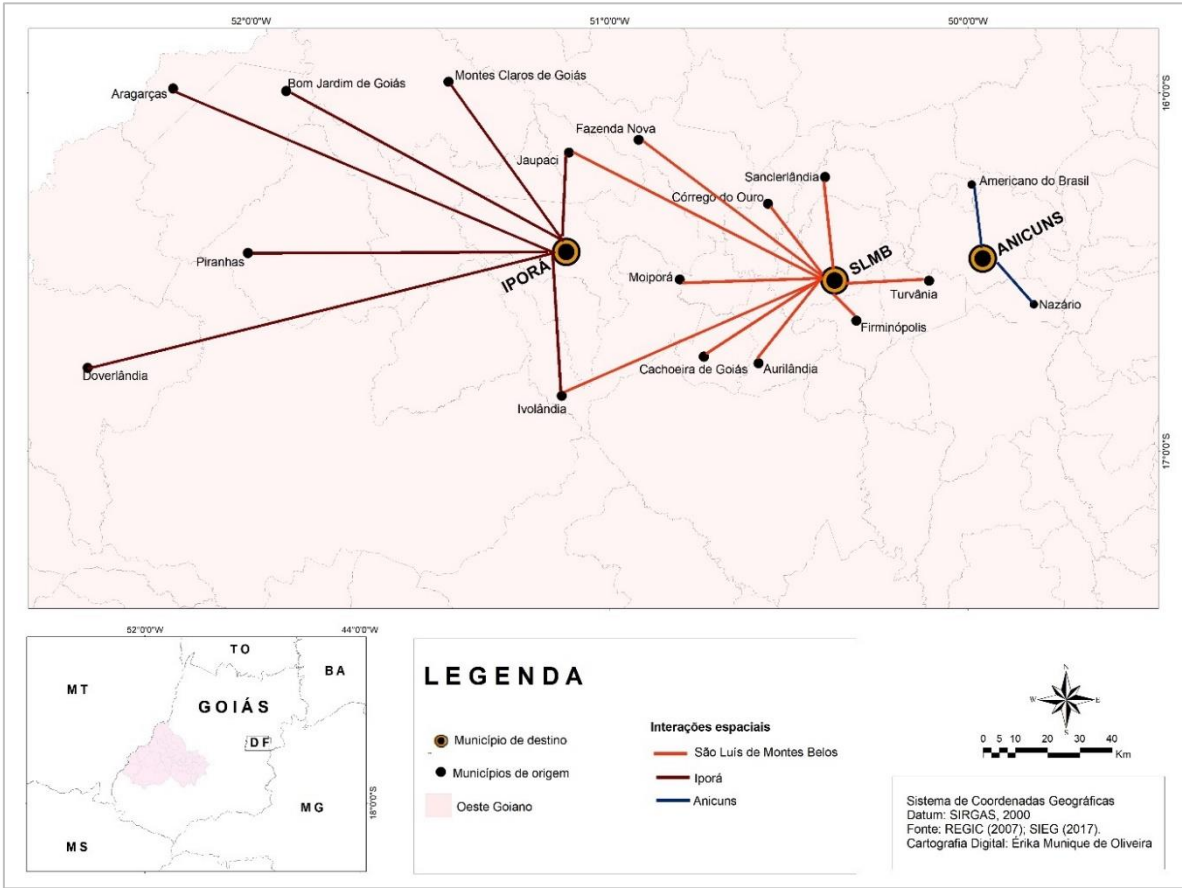
Estabelecimentos de Saúde da rede privada instalados em Iporá-GO	
Nome empresarial	Data de Instalação
Oeste Diagnósticos	18/06/2003
Núcleo Laboratório	24/06/2003
Hospital Evangélico de Iporá	24/06/2003
Hospital e Maternidade São Paulo	24/06/2003
Hospital Cristo Redentor Iporá	24/06/2003
Climed Saúde Integrada	06/03/2009
Radioclinic Clínica de Radiologia Odontológica de Iporá	14/08/2009
Ortopress Clínica Médica e Odontológica	26/09/2009
Bio Análises Laboratório de Análises Clínicas	21/10/2010
Cardoimagem	24/05/2011
Clínica da Saúde de Iporá	24/05/2011
Laboratório Hemoclin	21/09/2011
Clínica Espaço Vida	21/09/2011
Atividades de Fonoaudiologia	20/11/2011
Transparência Radiologia	21/05/2013
Nefrocenter	13/06/2013
Laboratório Matos	10/06/2014
Clínica Fisio Bela Fisioterapia Estética	29/10/2014
Laboratório Dias	10/12/2014
Odontomais	11/06/2015
Laboratório Prevenção	07/08/2015
Laboratório Prevenção	11/04/2016
Naila Amaral Saúde Integrada	07/05/2016
Datalo Flavio Silva Ribeiro	02/06/2016
Centro de Estética Corpo e Mente	12/10/2016

Fertile	29/03/2017
Clínica Amparo Saúde	11/03/2018
Virtude Day Clinic Oftalmologia Ltda	09/05/2019
Lara Odonto	29/10/2019
Mobilize Fisioterapia	17/08/2020
Clínica Odontológica Moreira	13/08/2021
Rodrigues Psicologia	21/07/2023
Queiroz Serviços Médicos Eireli	22/08/2023

Fonte: Ministério da Saúde (2024).

Assim, com a instalação de serviços de saúde, como hospitais, laboratórios e clínicas, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, observou-se um significativo influxo demográfico para São Luís de Montes Belos e Iporá em busca desses serviços, conforme indicado pela pesquisa do Regic (2007). Anicuns, por não ter sido incorporado da mesma maneira nos planos designados para a oferta de serviços de saúde na região, registrou uma participação limitada no movimento demográfico em sua direção em busca de serviços de saúde, conforme evidenciado na figura abaixo.

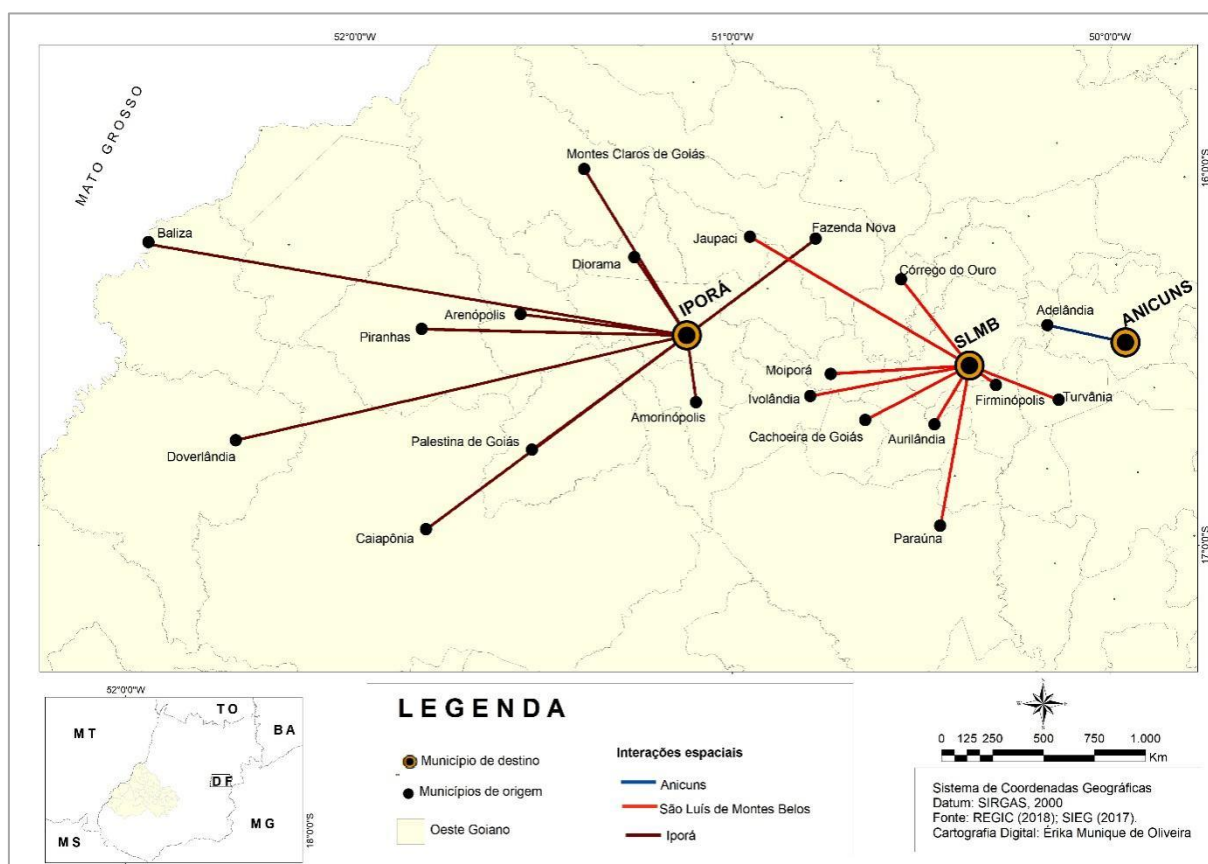
Figura 26- Área de influência dos serviços de saúde ofertado em Iporá (2007)



Fonte: Elaboração da autora.

O Governo estadual e a iniciativa privada prosseguiram com os investimentos em serviços de saúde para atendimento em âmbito regional nas cidades de São Luís de Montes Belos e Iporá, vide quadros 12 a 15. Essa iniciativa resultou na manutenção da área de influência regional de ambas, ao passo que Anicuns viu sua importância ainda mais reduzida, conforme a pesquisa do Regic (2018).

Figura 27- Área de influência de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá para acesso aos serviços de saúde (2018)



Fonte: Elaboração da autora.

Conforme ilustrado na figura acima, São Luís de Montes Belos e Iporá mantiveram sua relevância regional na oferta e prestação de serviços de saúde, como indicado pela pesquisa do Regic (2018). A partir de 2020, ao analisar as informações relacionadas à expansão dos serviços de saúde em São Luís de Montes Belos, nota-se que o Hospital Estadual e a Policlínica na localidade contribuíram significativamente para a ampliação da área de influência desse centro urbano.

A Policlínica estadual de São Luís de Montes Belos, inaugurada em 2022,

representa a única unidade implantada no Oeste Goiano e oferece atendimentos em diversas especialidades, como Cardiologia, Endocrinologia, Fisioterapia, Fonoaterapia, Ginecologia/Obstetrícia, Nefrologia, Neurologia, Nutricionista, Ortopedia, Pediatria, Pneumologia, Psicologia, Reumatologia, Terapia Ocupacional e Urologia. Além disso, realiza exames de baixa, média e alta complexidade, incluindo audiometria, cistoscopia, colonoscopia, colposcopia, doppler vascular, ecocardiograma, eletrocardiograma, eletroencefalografia, eletroneuromiografia, emissões otoacústicas, endoscopia, espirometria, holter, mapa, mamografia, nasofibrosocopia, punção aspirativa por agulha grossa, punção aspirativa por agulha fina (PAAF), radiologia, teste ergométrico, tomografia, ultrassonografia e urodinâmica.

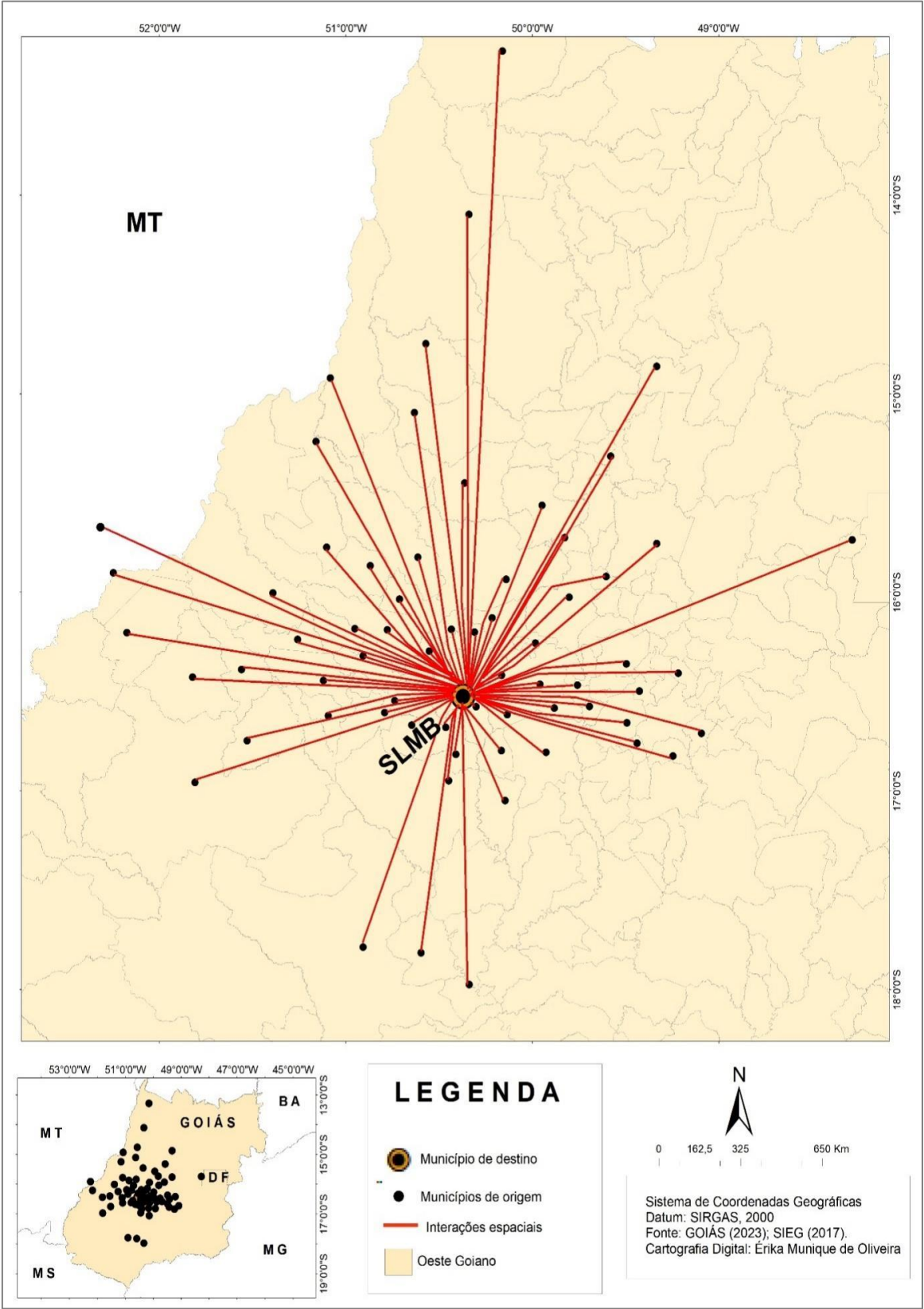
Conforme dados fornecidos por Goiás (2023), em julho de 2020, o Hospital Regional São Luís de Montes Belos passou a fornecer tratamento a pacientes com Covid-19. A instituição foi dotada de 60 leitos, dos quais 10 são destinados à Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e estão disponíveis para o Complexo Estadual de Regulação. Além disso, o hospital oferece atendimento em diversas especialidades médicas, como clínica geral, ginecologia, obstetrícia, ortopedia e pediatria. Adicionalmente, realiza exames laboratoriais, radiografias e tomografias.

O relatório encaminhado à autora da tese pela administração do Hospital Estadual, por e-mail, destacou que a unidade presta serviços a 65 municípios goianos (anexo 7), incluindo Abadia de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Americano do Brasil, Amorinópolis, Anicuns, Sanclerlândia, Aparecida de Goiânia, Aragarças, Araguapaz, Arenópolis, Aruanã, Itaguaí, Aurilândia, Avelinópolis, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Jussara, Cidade Ocidental, Córrego do Ouro, Diorama, Faina, Fazenda Nova, Firminópolis, Goiania, Goianira, Goiás, Heitorai, Inhumas, Iporá, Israelândia, Itaberaí, Itapirapuã, Itapuranga, Ivolândia, Jaciara, Jandaia, Jaragua, Jaupaci, Maurilândia, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Mozarlândia, Nazário, Nerópolis, Nova Crixás, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, Rialma, Rio Verde, São Luís de Montes Belos, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, Santa Helena de Goiás, São João da Paraúna, São Luiz do Norte, São Miguel do Araguaia, Senador Canedo, Fazenda Nova, Trindade, Turvânia. Além disso, atende também 7 distritos goianos, a saber: Aparecida (Sanclerlândia), Canadá (Jussara), Jacilândia (Itapirapuã), Messianópolis (Moiporá), Piloândia (Israelândia), Rosalândia (São Luís de Montes Belos) e Serra Dourada (Fazenda Nova). A figura 28 mostra a área de influência de São Luís de Montes Belos, com base nos atendimentos realizados pelo Hospital Estadual nos municípios mencionados anteriormente.

O atendimento aos moradores desses municípios e distritos é realizado por meio de

encaminhamento enviado pelas unidades básicas de saúde, como Cais, Centros de Saúde, Ciams, hospitais municipais ou regionais, ou filantrópicos. Esses encaminhamentos são direcionados à Central Regional de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de cada localidade que será atendida. Essa central é encarregada de verificar a disponibilidade de vaga e proceder ao encaminhamento do usuário para o Hospital Estadual ou policlínica que o atenderá (Goiás, 2023).

Figura 28 - Área de influência de São Luís de Montes Belos para acesso aos serviços de saúde em 2023, baseada nos atendimentos realizados pelo Hospital Estadual na localidade



Fonte: Elaboração da autora.

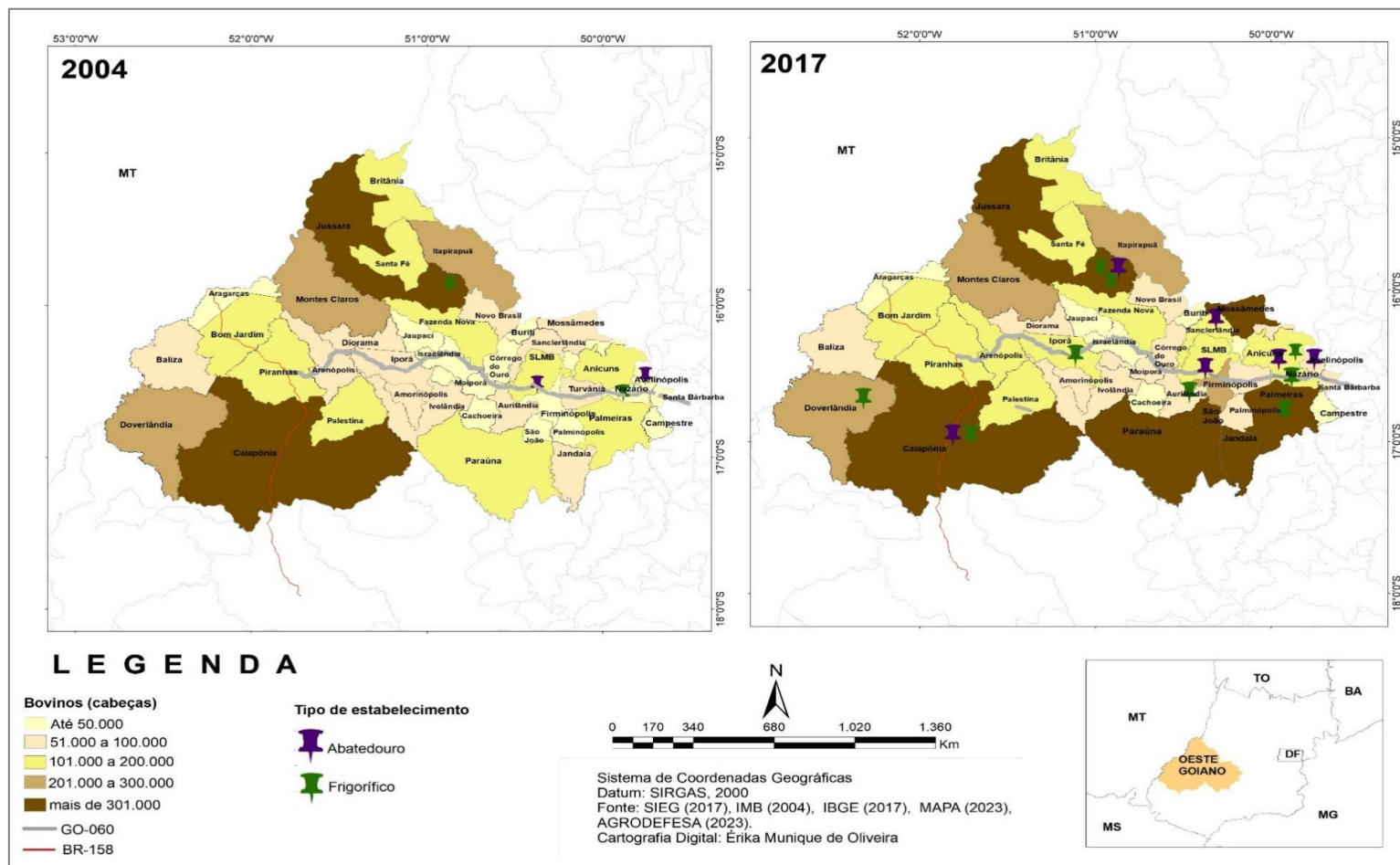
Esse mapa evidencia a extensão da área de influência de serviços públicos de saúde de São Luís de Montes Belos na atualidade. O acesso aos serviços de saúde, sem dúvida, foi um fator destacado que fortaleceu a centralidade de São Luís de Montes Belos no Oeste Goiano. No entanto, a presença do Hospital Estadual São Luís de Montes Belos e da Policlínica em uma cidade no Oeste Goiano não soluciona muitos dos desafios diários enfrentados pelas famílias para acessar os serviços de saúde de média complexidade na região. Isso inclui a espera e/ou demora no atendimento, a distância a ser percorrida e a disponibilidade de transporte adequado para as pessoas, além de outros fatores, como o atendimento a doenças específicas, como as oncológicas, ainda restritas a Uruaçu, Itumbiara, Jataí, Goiânia e Anápolis. A oferta desses e outros serviços essenciais deveria ser estendida a todas as cidades, ou pelo menos à maioria delas, visto que a demora por um diagnóstico e/ou atendimento compromete vidas.

A discussão até o momento esclareceu as circunstâncias que proporcionaram as transformações da rede urbana no Oeste Goiano. Se forem considerados apenas os serviços de saúde e educação como critérios de análise, o fenômeno na região estudada estaria devidamente comprovado. No entanto, como o propósito abrange outros aspectos, como as conexões estabelecidas com a prestação de serviços à atividade agropecuária – cuja importância regional já foi demonstrada no capítulo 3, a partir de agora será examinada a estrutura produtiva dos municípios da região de estudo no século XXI, com destaque para três centralidades regionais: Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. Essa análise nos permitirá ressaltar as transformações da rede urbana no Oeste Goiano.

6.4 Dinâmica da rede urbana de Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá

Considerando que a atenção está voltada para três centros urbanos específicos – Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá, os quais emergiram como as principais localidades centrais na região no século passado, a ênfase continuará sendo direcionada predominantemente a esses centros urbanos. No âmbito da atividade pecuária, verifica-se que esses municípios não se destacam como os principais na criação de gado. No entanto, destacam-se como os locais que receberam investimentos industriais na região, sendo sede de abatedouros e frigoríficos, tais como o Frigorífico e Abatedouro Anicuns (2008) em Anicuns, o matadouro Carbol (2004) em São Luís de Montes Belos e o Frigorífico Berrante (2008) em Iporá. Essas unidades industriais foram implantadas por meio do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), sucedendo o Fundo de Fomento à Industrialização de Goiás (FOMENTAR) em 2000. Esses programas não apenas impulsionaram o processo de industrialização em Goiás, mas também beneficiaram as elites econômicas.

Figura 29 - Oeste Goiano: Relação de bovinos (cabeça) e estabelecimentos industriais abatedouros e frigoríficos (2004-2017)



Fonte: Elaboração da autora.

A pesquisa realizada por Meire (2021) apontou que os produtos provenientes da pecuária constituem a principal base de exportação regional e o transporte dos animais até os abatedouros e frigoríficos é realizado predominantemente pela rodovia GO-060, que desempenha papel fundamental nesse processo. Ao percorrer esse eixo rodoviário, torna-se evidente o papel exercido pela via na produção econômica regional, conforme demonstra a figura abaixo.

Figura 30 - 1) Caminhão de transporte de gado em direção a Firminópolis. 2) Caminhão transportando gado vivo no trecho Israelândia-São Luís de Montes Belos. 3) Caminhão transportando leite no trecho Israelândia-São Luís de Montes Belos. 4) Caminhão de transporte gado em direção a Firminópolis. 5) Caminhão de transporte de gado no trecho Israelândia-Iporá. 6) Caminhão transportando combustível no trecho São Luís de Montes Belos-Israelândia



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2024.

O tráfego de caminhões de carga na rodovia GO-060 é bastante expressivo. Apesar da ausência de duplicação, observa-se, especialmente no trecho São Luís de Montes Belos-Iporá, a presença de uma terceira faixa, destinada ao tráfego desse tipo de transporte. A figura abaixo mostra uma das placas instaladas ao longo da rodovia para sinalizar a existência dessa terceira faixa.

Figura 31 - 1) placa indicando o início da terceira faixa. 2) Terceira faixa em aclave



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2024.

Em relação à atividade leiteira, é relevante ressaltar que o estado de Goiás se consolidou como um dos maiores produtores de leite no Brasil, conforme informação divulgada pela Emater, em 2021. Em relação à produção regional, nos anos de 2004 e 2017, o Oeste Goiano contribuiu com 16% do volume total produzido no estado. Em 2004, os maiores produtores de leite foram Piranhas, liderando a lista, seguido por Palmeiras, em segundo, e Anicuns, em terceiro. Em 2007, o município de Palmeiras assumiu a primeira posição, seguido por Iporá, em segundo e Palminópolis, em terceiro. É importante destacar que Iporá foi inserido no Arranjo Produtivo Lácteo de São Luís de Montes Belos em 2021. Com essa inclusão, o APL passou a abranger 24 municípios e foi renomeado como Arranjo Produtivo Lácteo do Oeste Goiano (Emater, 2021).

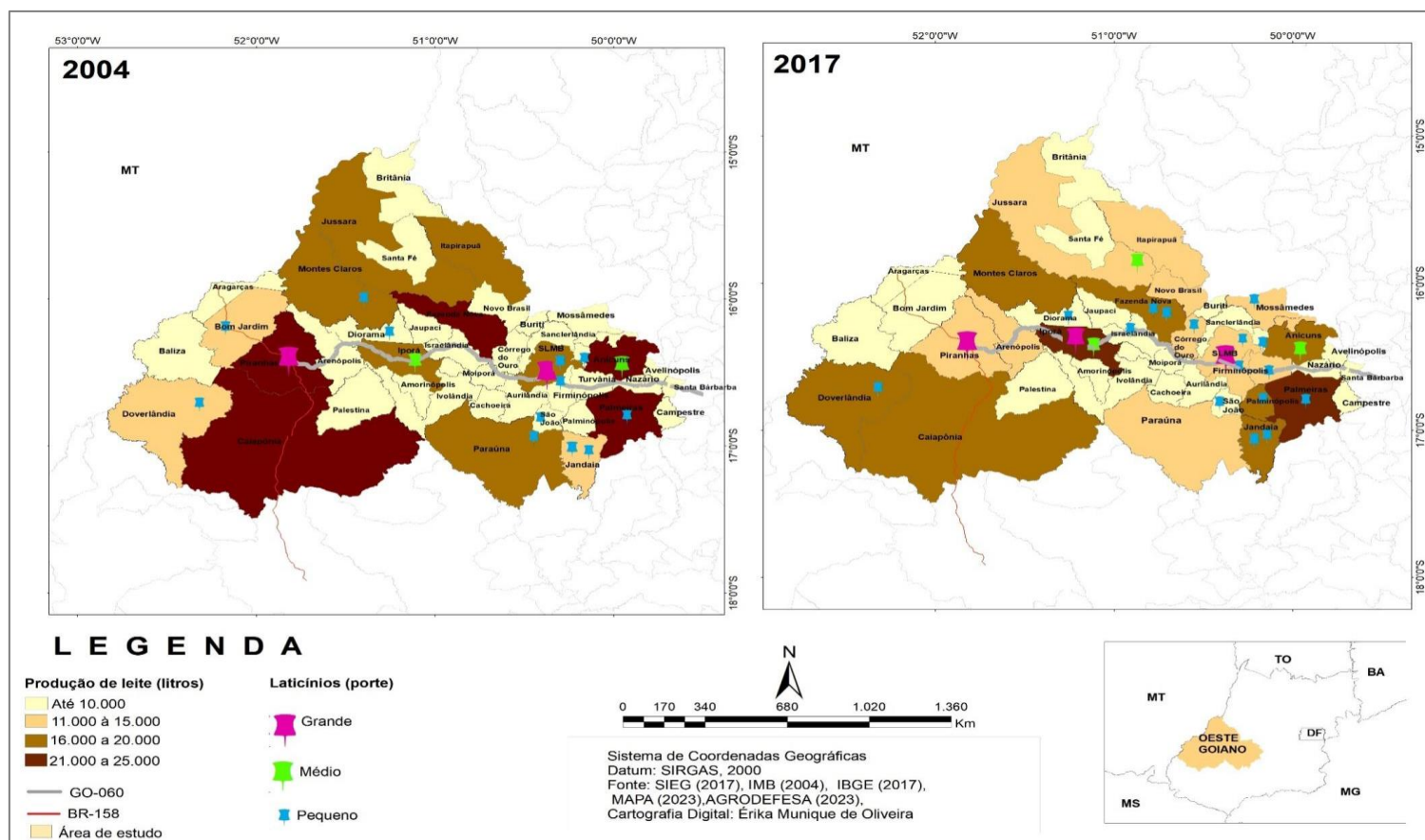
Os principais empreendimentos dedicados à produção e derivados de leite encontram-se estrategicamente localizados em São Luís de Montes Belos, Iporá e Piranhas. Em São Luís de Montes Belos, merece destaque a Laticínios Montes Belos, reconhecida por fabricar produtos com a marca Liz. Em Iporá, a Goiás Minas Indústria de Laticínios destaca-se como protagonista, responsável pela produção de leite e derivados com a marca Italac. Em Piranhas, a laticínios Centro-Oeste destaca-se no cenário, fabricando produtos com a marca homônima.

Segundo a pesquisa de Meira (2021), a LBR Lácteos Brasil, produtora das marcas Parmalat e Leitbom, era o maior empreendimento atuante em São Luís de Montes Belos. Contudo, durante a pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2023 e janeiro de 2024, observaram-se indícios de inatividade no prédio da empresa situado na GO-060. Diante disso, uma análise do status cadastral da empresa na Receita Federal revelou que ela não opera mais nessa localidade. O acervo patrimonial da empresa foi colocado à venda e adquirido em 2014 pela Laticínios Montes Belos, conforme documentação em anexo. A sede dessa empresa está

situada em São Luís de Montes Belos, na Chácara Santana, às margens da rodovia vicinal GO-164, que conecta Sanclerlândia e Mossâmedes. Além da matriz, a empresa mantém duas filiais, uma em Jussara/GO e outra em Bom Jesus do Tocantins (PA) e estuda a implantação de uma nova unidade no município de Israelândia. Quanto às origens e proprietários da empresa, Oliveira (2014, p.67) argumenta:

O Laticínios Montes Belos foi fundado em 1991 na cidade de São Luis de Montes Belos, primeiramente com três sócios; Ozair Prudente, Noel Inocência e o próprio Henrique Moreira Neto. Os três empreendedores inicialmente trabalhavam como ajudantes em transportadoras leiteiras, posteriormente compraram seus próprios caminhões e começaram a realizar transportes de leite nas fazendas da região para os laticínios da cidade. Devido a acontecimentos econômicos no final dos anos 80 e início dos anos 90, os três empreendedores perceberam a necessidade de mudarem suas estratégias de trabalho, uma vez que a atividade naquele período não apresentava mais o mesmo nível de lucratividade outrora obtido pelos mesmos, era uma questão de sobrevivência no segmento. Foi então que em 1991 os três empreendedores resolveram deixar o segmento de transporte leiteiro e implantaram uma indústria para produzir derivados de leite, nascia assim o Laticínios Montes Belos Ltda. Com o passar dos anos Henrique Moreira Neto comprou as cotas dos dois sócios, se tornando proprietário único do Laticínios Montes Belos.

Figura 32 - Oeste Goiano: Produção de leite (em litros) e estabelecimentos industriais de processamento do leite e derivados (2004-2017)⁶



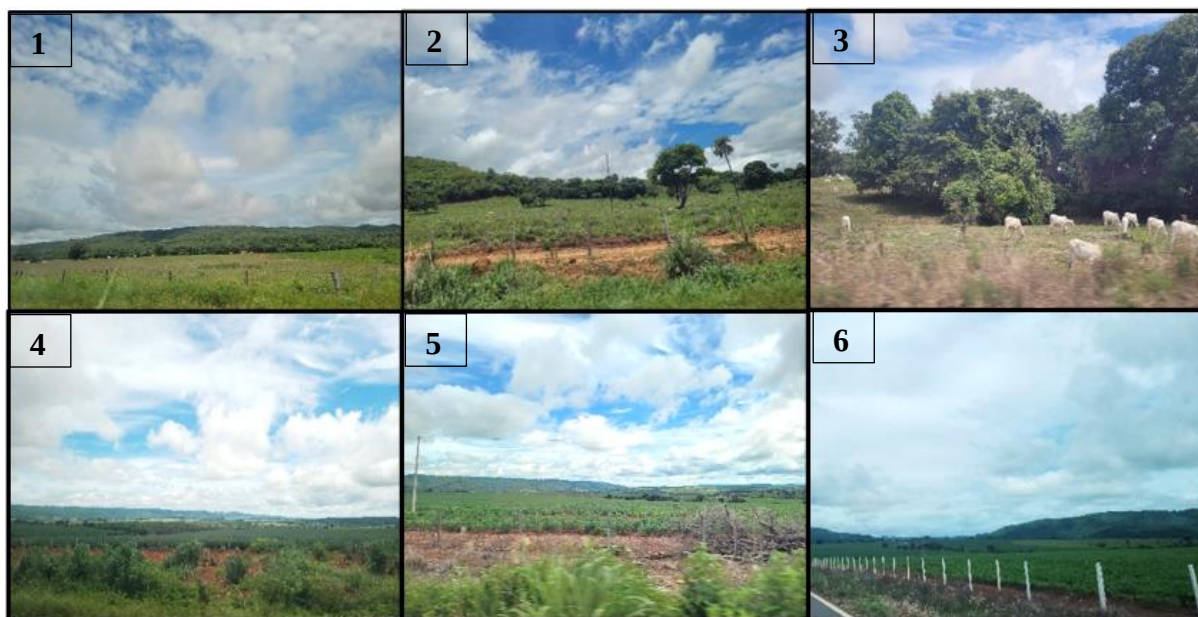
Fonte: Elaboração da autora.

⁶ A hierarquia atribuída aos laticínios é resultado de uma metodologia da base de dados Econodata. No entanto, os critérios específicos empregados para essa classificação não foram indicados na referida base de dados. Por exemplo, não há informações sobre se os laticínios de grande porte foram categorizados com base em sua estrutura organizacional e número de funcionários, ou em sua produção e capacidade de processamento. A classificação simplesmente categoriza os laticínios como pequenos, médios ou grandes, sem detalhar os critérios subjacentes a essa classificação.

No que tange à produção de grãos, constata-se uma contribuição relativamente modesta do Oeste Goiano para o panorama estadual. Em 2005, a produção regional representou apenas 9%, aumentando marginalmente para 10% em 2016. No ano de 2004, os municípios de maior destaque foram Caiapônia, atingindo uma produção de 323.006 toneladas, seguido por Paraúna, com 207.421 toneladas, e Palmeiras, que registrou 84.586 toneladas. Em 2016, Caiapônia manteve-se na liderança do ranking regional com 511.092 toneladas. Paraúna ficou em segundo lugar, com 444.083 toneladas, e Montes Claros, em terceiro, com 112.140 toneladas.

É digno de nota que, em 2004, os municípios na área de influência da GO-060, com exceção de Turvânia, apresentaram uma participação discreta na produção de grãos. Em 2016, essa realidade permaneceu, com exceção de Piranhas, Arenópolis, Iporá e Firminópolis. A predominância da atividade pecuária nessas áreas explica esse comportamento. Durante os trabalhos de campo entre as duas centralidades regionais, São Luís de Montes Belos e Iporá, observou-se a presença de algumas pequenas lavouras e vastas áreas de pastagem ao longo do trecho da rodovia, conforme ilustrado na figura abaixo.

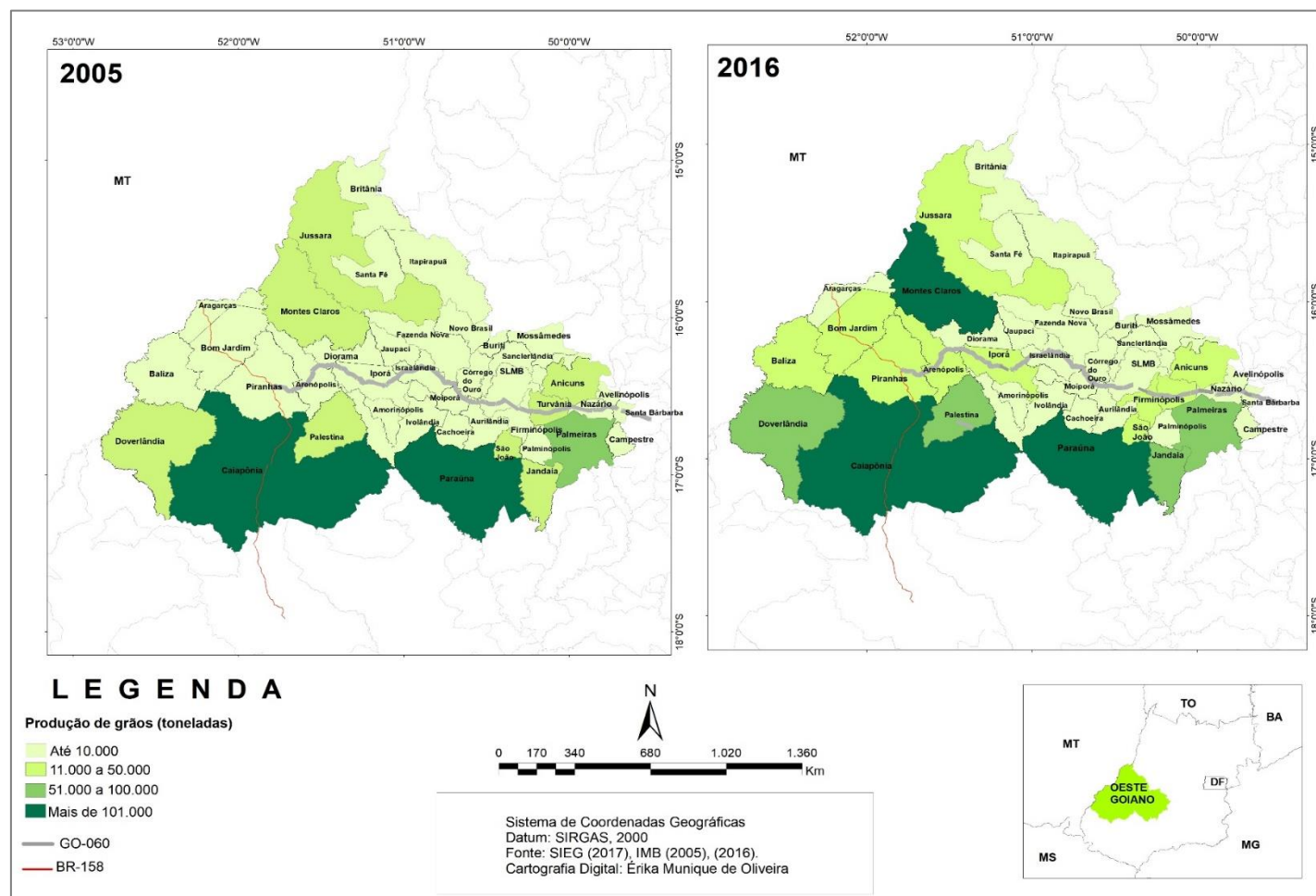
Figura 33 - 1) Área de pastagem entre São Luís de Montes Belos- Israelândia; 2) área de pastagem entre Israelândia e Iporá; 3) área de pastagem entre Iporá e Israelândia; 4) área agrícola entre São Luís de Montes Belos e Israelândia, 5) Área agrícola entre Iporá e Israelândia. 6) Área agrícola entre São Luís de Montes Belos e Piloândia



Fonte: Trabalhos de campo realizado pela autora (2023-2024).

A produção de grãos no Oeste Goiano, nos anos 2004 e 2016, pode ser conferida na figura a seguir.

Figura 34 - Oeste Goiano: Produção de grãos (toneladas) – (2005-2016)

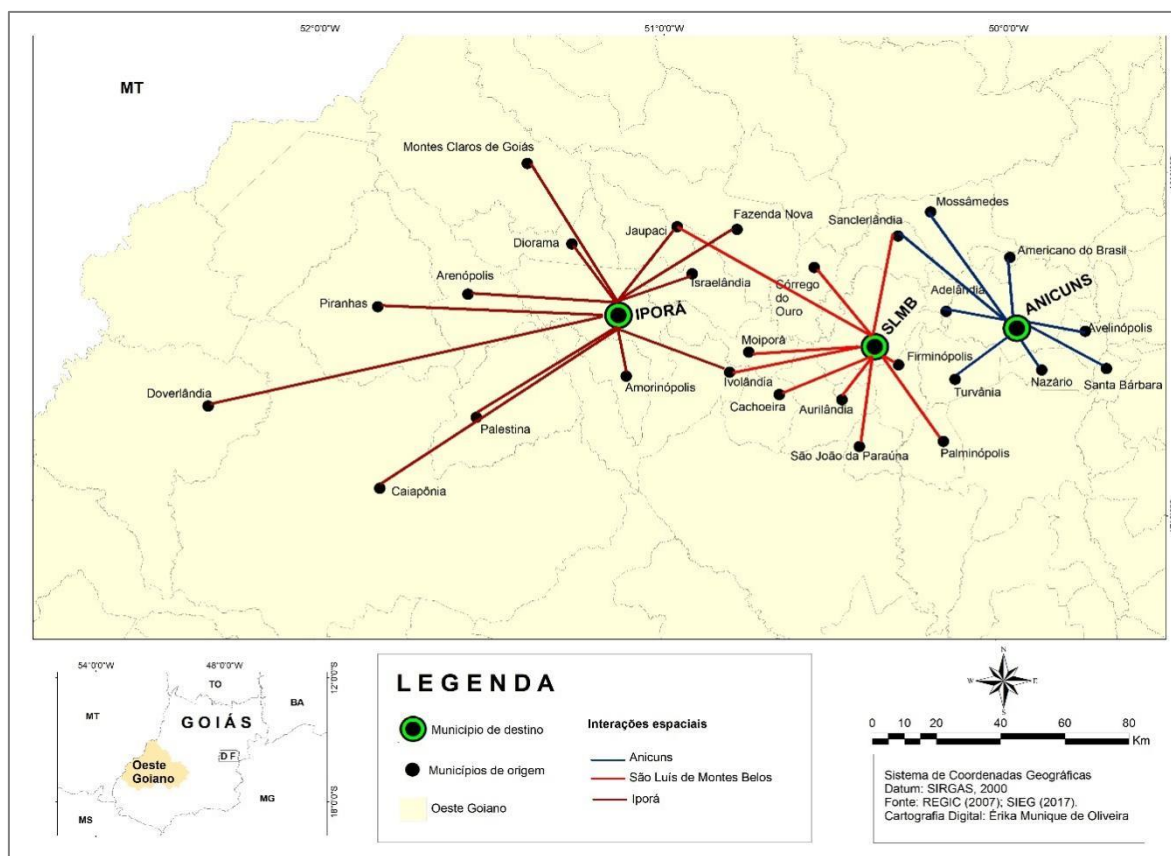


Fonte: Elaboração da autora.

Após a análise da produção agropecuária em todos os municípios do Oeste Goiano, ao longo do século XXI, torna-se relevante realçar a atenção para os três principais: Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá. Tal direcionamento justifica-se pelo objetivo de ressaltar as transformações na rede urbana regional, levando em consideração esses três centros. São Luís de Montes Belos, embora não se destaque como um grande produtor de grãos e gado bovino, possui um abatedouro relevante na região. Apesar de não liderar a produção de leite, abriga um dos maiores laticínios da área. Iporá, mesmo não sendo o maior produtor de gado, é sede de um dos maiores frigoríficos na região. Destaca-se como um dos principais produtores de leite, abrigando um dos maiores laticínios locais, embora não esteja entre os maiores produtores de grãos.

Quanto a Anicuns, embora não figure como o principal produtor de gado, é local de frigoríficos e abatedouros. Destaca-se como um dos maiores produtores de leite, abrigando laticínios de médio porte, mas não se posiciona como o maior produtor de grãos na região. Apesar de não figurarem como os maiores produtores de gado e grãos na região, esses centros destacaram-se, em 2007, como principais fornecedores de insumos para a produção agropecuária para a maioria dos municípios da região, conforme indicado pela pesquisa do Regic naquele período, o que ressalta a importância do setor de serviços para a centralidade desses centros urbanos na região de estudo.

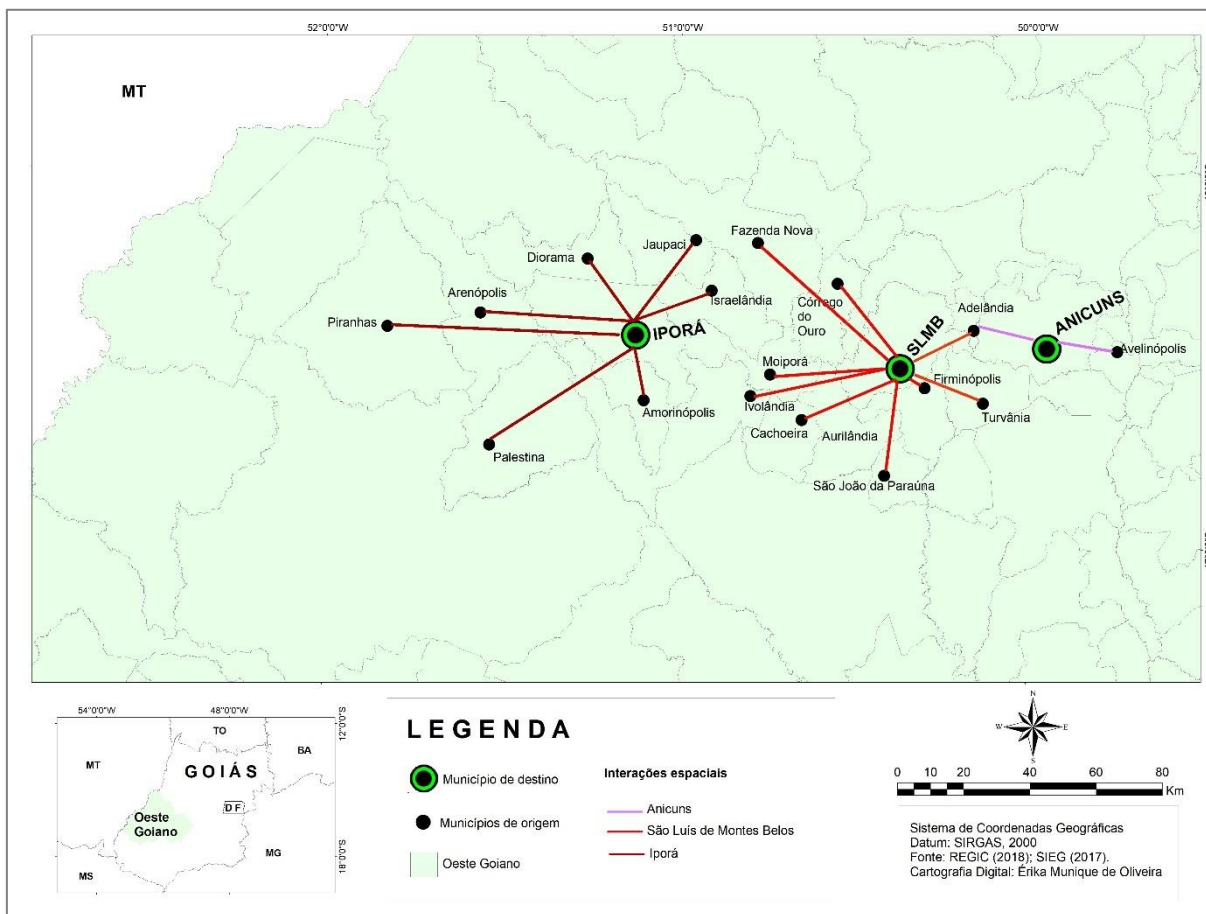
Figura 35 - Oeste Goiano: deslocamentos para aquisição de insumos para a produção agropecuária em 2007



Fonte: Elaboração da autora.

É evidente que os municípios mais destacados na produção de gado e grãos na região têm como principais fornecedores de insumos agropecuários os centros urbanos de Iporá, São Luís de Montes Belos e Anicuns. Assim, esses centros urbanos são a principal base de oferta de produtos, serviços e insumos agropecuários na região em 2007. Tais insumos, segundo dados do IBGE (2007), abrangem adubos, fertilizantes, vacinas, sementes, entre outros elementos cruciais para o setor agropecuário. Entretanto, ao longo da década de 2010, esse cenário passou por alterações, conforme apontado pelo Regic (2018), o que revela uma notável redução nos deslocamentos de pessoas para Anicuns em busca de aquisição de insumos agropecuários, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 36 – Oeste Goiano: Deslocamento para aquisição de insumos para produção agropecuária



Fonte: Elaboração da autora.

Conforme evidenciado, Anicuns registrou uma significativa redução em sua área de influência regional, sobretudo no que se refere aos deslocamentos de pessoas para esse centro em busca de insumos destinados às atividades agropecuárias. Em contrapartida, São Luís de Montes Belos e Iporá conseguiram preservar parcela considerável de sua influência na região. Mas o que justifica isso? Em Anicuns, estão estabelecidas 13 casas agropecuárias e uma única indústria de fabricação de alimentos, a Fosvida, que fornece seus produtos aos estabelecimentos varejistas de Avelinópolis, Adelândia e Sanclerlândia, conforme dados disponibilizados por Econodata (2023), (Mapa, 2023).

Por outro lado, em São Luís de Montes Belos, identificaram-se 16 casas agropecuárias que oferecem uma ampla variedade de produtos, incluindo itens veterinários, sementes e agrotóxicos (Agrodefesa, 2023). Além disso, observa-se a presença de sete empreendimentos especializados na fabricação e fornecimento de produtos para nutrição animal, conforme demonstrado no quadro 16.

Quadro 16 - Empresas fabricantes e fornecedoras de produtos para nutrição animal em São Luís de Montes Belos-GO

Empresas fabricantes e fornecedoras de produtos para nutrição animal em São Luís de Montes Belos-GO			
Empresas	Instalação	Tipo de unidade	Localização
Agropecuária Montes Belos	03/01/2019	Matriz	Avenida Araguaia
Agrosal Nutrição Animal	03/06/2009	Matriz	Rodovia GO-060
Nutribel Nutrição Animal	23/07/2020	Matriz	Rua Marginal Sul
Fosbel Produtos Agropecuários	09/07/2005	Matriz	Rodovia GO-060
Fibra Nutrição Animal	26/08/2020	Matriz	Av. Hermógenes Coelho
APC Brasil	25/02/2014	Filial	Rodovia GO-060
Agro Centro Oeste Nutrição Animal	16/04/2015	Matriz	Rodovia GO-060

Fonte: Econdata (2023); Agrodefesa (2023); Mapa (2023); Google Earth (2023); Trabalho de Campo (2023, 2024).

Entre as empresas fabricantes/fornecedoras de produtos para nutrição animal instaladas em São Luís de Montes Belos, destaca-se a APC Brasil como uma das principais produtoras de proteínas para consumo animal. Com presença em diversos países, como Argentina, Brasil, Canadá, Polônia, Espanha, Reino Unido (Irlanda do Norte e Inglaterra) e Estados Unidos, a empresa tem uma atuação global. No território brasileiro, a APC Brasil opera em unidades estratégicas situadas em três municípios distintos: Chapecó (SC), Araçatuba (SP) e São Luís de Montes Belos (GO). A instalação de unidades de fabricação de insumos agropecuários em São Luís de Montes Belos, como a APC, AGROSAL, FOSBEL e a AGRO CENTRO-OESTE, situadas estrategicamente ao longo da rodovia GO-060, uma das principais vias de transporte de mercadorias em Goiás, ressalta a importância crucial desse eixo viário para a economia regional. Paralelamente, enfatiza a significativa relevância desse núcleo na esfera regional e na complexa divisão internacional do trabalho. Essa concentração de empreendimentos na região destaca, ainda, como os agentes econômicos têm utilizado esse espaço para consolidar seu domínio territorial, contribuindo ativamente para a dinâmica observada na rede urbana no Oeste Goiano.

Figura 37 - Estabelecimentos fabricantes e fornecedores de insumos para atividade agropecuária localizados na GO-060 em São Luís de Montes Belos-GO



Fonte: Elaboração da autora.

Em relação a Iporá, foram identificadas 30 casas agropecuárias na cidade e uma indústria fabricante/fornecedora de insumos agrícolas (Agrodefesa, 2023); (Mapa, 2023). Apesar de manter parte de sua área de influência em 2018, observa-se uma redução de 5 centros - Doverlândia, Caiapônia, Montes Claros de Goiás, Fazenda Nova e Ivolândia, em sua área de influência nesse mesmo ano, em comparação com 2007. Essa redução é explicada pela instalação de casas agropecuárias nesses centros, que passaram a comercializar produtos fabricados por indústrias situadas no município de Iporá. Um exemplo é o caso da filial Vale do Caiapó, uma indústria ativa desde 2013, com sede em Várzea Grande-MT.

Essa indústria é responsável pela fabricação de insumos para alimentação animal e distribui seus produtos para estabelecimentos varejistas situados em Piranhas, Caiapônia, Jussara, Doverlândia e Mozarlândia. Mesmo que esses centros urbanos não estejam diretamente dentro da área de influência de Iporá em termos de deslocamento para a compra de insumos, conforme indicado pelo Regic (2018), eles mantêm relações diretas com este centro urbano por meio do comércio varejista, operando sob o nome fantasia Procria, que comercializa os produtos fabricados neste município.

É importante destacar que está presente em Iporá e São Luís de Montes Belos a Agrodefesa, órgão estadual criado em 2003, encarregado da inspeção da sanidade animal e vegetal no Oeste Goiano. Além disso, essas cidades são dotadas de universidades, que contam com laboratórios de pesquisa nas áreas de aprimoramento de pastagens, solo, controle de doenças infecciosas e parasitárias, inspeção de alimentos, assim como em biotecnologia, reprodução animal, tecnologia de leite e derivados, e avicultura. Esses elementos, junto com outros anteriormente mencionados, destacam a posição central dessas cidades no funcionamento das atividades no campo, incumbindo-lhes a responsabilidade de assegurar a nova forma de colaboração necessária à reorganização do trabalho agrícola. Essa dinâmica, conforme salientado por Santos (1993, p.75), "[...] se impõe porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência".

Integrando-se a essa dinâmica que se desenha em seus espaços urbanos, as cidades também registraram um notável crescimento no setor terciário, relacionado ao consumo de bens e serviços. Isso abarca desde necessidades fundamentais da população, como supermercados, até a oferta de serviços especializados, envolvendo setores já explorados como educação, saúde. O serviço de maior destaque na atualidade em São Luís de Montes Belos e Iporá é o de saúde. Como mencionado e evidenciado anteriormente, essas cidades exercem uma marcante influência regional, sobretudo devido à oferta desse serviço que ultrapassa os limites da região em estudo, resultado dos atendimentos realizados pelo Hospital Estadual, pela Policlínica e por diversos estabelecimentos da rede privada.

Tabela 25 - Oeste Goiano: Classificação dos serviços (2007-2021)

CLASSES DE SERVIÇOS	Nº. ESTAB.	
	2007	2021
ANICUNS		
Serviços de alojamento e alimentação.....	19	10
Serviços de reparação, manutenção e conservação.....	3	3
Serviços de tecnologia.....	1	4
Serviços de compra, venda e aluguel de imóveis.....	-	1
Serviços domésticos.....	-	-
Serviços especializados para construção.....	1	1
Serviços de transporte e armazenagem.....	77	59
Saúde humana e serviços sociais.....	9	30
Educação.....	11	15
Serviços de informação, comunicação, rádio e tv.....	5	5
Serviços financeiros.....	-	5
Outras atividades de serviços.....	20	33
Total.....	135	151
CLASSES DE SERVIÇOS	Nº. ESTAB.	
	2007	2021
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS		

Serviços de alojamento e alimentação.....	32	37
Serviços de reparação, manutenção e conservação.....	1	4
Serviços de tecnologia e informação.....	6	5
Serviços de compra, venda e aluguel de imóveis.....	-	5
Serviços domésticos.....	-	-
Serviços especializados para construção.....	-	19
Serviços de transporte e armazenagem.....	26	57
Saúde humana e serviços sociais.....	22	111
Educação.....	33	57
Serviços de informação, comunicação, rádio e tv.....	13	22
Serviços financeiros.....	6	35
Outras atividades de serviços.....	57	57
Total.....	164	352
CLASSES DE SERVIÇOS	Nº. ESTAB.	
	2007	2021
IPORÁ		
Serviços de alojamento e alimentação.....	35	39
Serviços de reparação, manutenção e conservação.....	-	1
Serviços de tecnologia e informação.....	9	10
Serviços de compra, venda e aluguel de imóveis.....	2	1
Serviços domésticos.....	-	-
Serviços especializados para construção.....	2	15
Serviços de transporte e armazenagem.....	33	38
Saúde humana e serviços sociais.....	13	115
Educação.....	27	28
Serviços de informação, comunicação, rádio e tv.....	19	20
Serviços financeiros.....	6	7
Outras atividades de serviços.....	44	62
Total.....	163	308

Fonte: SIDRA (2007, 2021).

Em 2007, a oferta de serviços em Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá era comparável. Entretanto, na atualidade, essa dinâmica não se sustenta da mesma maneira, uma vez que Anicuns não seguiu o mesmo ritmo de crescimento observado nas outras duas cidades, como evidenciado na tabela 25. A mesma tendência se reflete no setor de comércio varejista, conforme ilustrado na tabela 26.

Tabela 26 - Oeste Goiano: Classificação do comércio (2007-2021)

CLASSES E GÊNEROS DE COMÉRCIO	Nº. ESTAB.	
	2007	2021
COMÉRCIO VAREJISTA (ANICUNS)	103	112
Produtos alimentícios.....	19	20
Combustíveis e lubrificantes.....	4	8
Material de construção.....	15	21
Equipamentos de informática e uso doméstico.....	28	20
Artigos recreativos e esportivos.....	4	7
Produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos, artigos médicos ópticos e ortopédicos	25	28
Calçados e artigos de viagem.....	5	5
Joias e relógios.....	3	2
COMÉRCIO ATACADISTA		
Comércio atacadista com predominância de insumos agropecuários.....	-	1

Produtos alimentícios.....	3	5
CLASSES E GÊNEROS DE COMÉRCIO		
	Nº. ESTAB.	
	2007	2021
COMÉRCIO VAREJISTA (SÃO LUÍS DE MONTES BELOS)	236	250
Produtos alimentícios.....	51	51
Combustíveis e lubrificantes.....	10	19
Material de construção.....	45	48
Equipamentos de informática e uso doméstico.....	49	46
Artigos recreativos e esportivos.....	20	9
Produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos, artigos médicos ópticos e ortopédicos	46	62
Calçados e artigos de viagem.....	9	10
Joias e relógios.....	6	5
COMÉRCIO ATACADISTA		
Comércio atacadista com predominância de insumos agropecuários.....	1	1
Produtos alimentícios.....	12	8
CLASSES E GÊNEROS DE COMÉRCIO		
	Nº ESTAB.	
	2007	2021
COMÉRCIO VAREJISTA (IPORÁ)	284	271
Produtos alimentícios.....	61	64
Combustíveis e lubrificantes.....	14	17
Material de construção.....	40	46
Equipamentos de informática e uso doméstico.....	76	48
Artigos recreativos e esportivos.....	26	12
Produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos, artigos médicos ópticos e ortopédicos	47	68
Calçados e artigos de viagem.....	14	10
Joias e relógios.....	6	6
COMÉRCIO ATACADISTA		
Comércio atacadista com predominância de insumos agropecuários.....	3	3
Produtos alimentícios	8	16

Fonte: SIDRA (2007, 2021).

O segmento do comércio varejista que se destaca pelo maior número de estabelecimentos na atualidade é o de produtos farmacêuticos, artigos médicos ópticos e ortopédicos. Esse setor alinhou-se à expansão dos serviços oferecidos na área da saúde, reafirmando a significativa importância desempenhada por São Luís de Montes Belos e Iporá na prestação de serviços de saúde na região em estudo. A relevância destas cidades, é também evidenciada no cenário demográfico, como indicado na tabela 27.

Tabela 27- Comportamento demográfico em Anicuns, São Luís de Montes Belos e Iporá

Municípios	2010			Incremento %	2022
	População Urbana	População Rural	População Total		População Total
Anicuns	17.311	2.928	20.239	-8,6%	18.503
Iporá	28.545	2.729	31.274	14,1%	35.684
São Luís de Montes Belos	26.585	3.449	30.034	12,7%	33.852

Fonte: IBGE (2010, 2022).

Os dados dos censos demográficos de 2010 e 2022 mostram que Anicuns teve uma redução populacional de 8,6%, enquanto Iporá teve um aumento de 14,1% e São Luís de Montes Belos registrou um crescimento de 12,7%. De acordo com a análise da hierarquia urbana pelo Regic 2018, Anicuns foi classificado como centro local, em contraste com Iporá e São Luís de Montes Belos, que foram categorizados como Centros de Zona A. É importante notar que, em 2007, de acordo com o estudo do Regic, Anicuns era considerado um Centro de Zona B, enquanto São Luís de Montes Belos e Iporá eram Centros de Zona A. Esses dados indicam que Anicuns passou por uma queda em sua posição na rede urbana, o que também se reflete em sua dinâmica demográfica. Diante dessas mudanças ao longo do tempo, verificam-se transformações importantes na dinâmica da rede urbana no Oeste Goiano envolvendo esses três centros. Além das articulações políticas e da atuação de agentes, que elementos explicam esse rearranjo regional ao longo dos anos?

Ao analisar às iniciativas delineadas pelo estado e a ampliação de serviços e infraestruturas constituídos em São Luís de Montes Belos e em Iporá, torna-se evidente que o eixo da GO-060 desempenha um papel central e decisivo nesse rearranjo regional. Essa rede não apenas foi condição primordial para transformações na produção econômica, como também impulsionou o surgimento, consolidação e redefinições de centralidades. No século XXI, esse eixo estruturante orientou a implementação de políticas públicas e atraiu investimentos do setor privado, conferindo destaque a centros urbanos como São Luís de Montes Belos e Iporá, que mantiveram sua relevância regional ao oferecerem uma ampla gama de serviços. Assim, a maneira como essa rodovia foi e continua sendo apropriada pelos agentes econômicos configura-se como um elemento crucial para compreender a dinâmica da rede urbana no Oeste Goiano. O seu papel na atração de investimentos e no impacto gerado sobre as atividades econômicas locais tornam esse eixo rodoviário um componente essencial da região do Oeste Goiano.

7 EPÍLOGO! FINALMENTE...

A pesquisa apresentada ao longo dos capítulos analisou a formação e o dinamismo da rede urbana no Oeste Goiano. A hipótese de que o eixo rodoviário GO-060 desempenha um papel central e decisivo no rearranjo regional foi confirmada especialmente quando agregam-se a ela fatores políticos e elementos como a estratégia de agentes econômicos, notadamente de corporações. Assim, defende-se a tese de que, entre todas as estratégias espaciais implementadas pelo estado, a construção da rodovia GO-060 se destaca como a mais significativa porque direcionou fluxos migratórios para o Oeste Goiano e desenhou um sistema de circulação que resultou na formação de novos centros urbanos e na ampliação da participação da região nos mercados interno e externo, favorecendo a centralidade e proeminência de núcleos urbanos como São Luís de Montes Belos e Iporá.

A análise abrange dados socioeconômicos que revelam os rearranjos de centralidades e os intrincados processos de estruturação e reestruturação de centralidades na rede urbana. Como é característico de toda pesquisa científica, é importante destacar a existência de novas questões que foram sendo suscitadas ao longo do percurso. Acredita-se que a riqueza de um texto reside nas lacunas que ele deixa. É importante sinalizar ainda que as transformações verificadas no Oeste Goiano oferecem uma visão das tendências que ilustram a complexidade da rede urbana brasileira. Essas mudanças, conforme sinalizam Corrêa (2006) e Bessa (2007), refletem dinâmicas, funções e formas espaciais que surgem ao longo do tempo e do espaço, influenciadas pela atuação de atores como o Estado, as empresas e as elites empreendedoras. Entender quem esteve por trás dos processos e a natureza desses processos foi fundamental para compreender essa complexidade no Oeste Goiano.

A formação da rede urbana nessa região remonta ao século XVIII, período em que os primeiros núcleos urbanos surgiram em decorrência da atividade mineradora. Apesar das limitações nos meios de transporte da época, a circulação de pessoas, informações e mercadorias foi crucial para o desenvolvimento dessa rede de relações. A localização estratégica dos centros urbanos, próximos aos principais rios, e a forma espacial da rede urbana foram moldados pelas demandas econômicas da mineração. Vila Boa (atual Cidade de Goiás), situada às margens do Rio Vermelho, principal rio aurífero da região, emergiu como a principal localidade central da província, exercendo influência sobre Pilões (hoje Iporá), São José de Mossâmedes (hoje Mossâmedes) e Anicuns no Oeste Goiano. A atividade econômica em Vila Boa desempenhou um papel fundamental no surgimento desses núcleos urbanos na região e para as funções que eles passaram a exercer. São José de Mossâmedes, por exemplo, passou a

desempenhar funções complementares, com a produção de alimentos para as regiões mineradoras, além de servir como ponto de concentração de povos indígenas, facilitando, assim, a exploração do ouro em Vila Boa.

O encerramento do ciclo do ouro e o início de um novo contexto econômico em Goiás provocaram mudanças significativas na estrutura da rede urbana, bem como nas funções desempenhadas pelos centros urbanos peexistentes. O surgimento de novos núcleos urbanos no século XIX ocorreu de forma mais gradual, os quais foram diretamente relacionados à dinâmica da vida rural. Essas novas nucleações não se concentraram mais nas imediações dos principais rios, o que resultou em uma organização espacial distinta. As interações foram ressurgindo com a expansão dos sistemas de transportes, as demandas geradas pela exportação de alimentos, e principalmente, com as relações estabelecidas com a economia do centro-sul do país. Isso foi fundamental para transformar Torres de Rio Bonito (Caiapônia) em uma localidade central proeminente no século XX, suplantando a importância histórica de Vila Boa (Cidade de Goiás).

No entanto, essa dinâmica não permaneceu no século seguinte, pois novas iniciativas do Estado, das corporações e das elites empreendedoras impulsionaram os movimentos de mudança da rede urbana no Oeste Goiano. Esses atores corroboraram para transformar São Luís de Montes Belos e Iporá nas principais localidades centrais, concentrando nessas localidades a maior parcela dos recursos e serviços disponíveis na região. Esse cenário foi construído a partir do que Brenner (2004) descreveu como estratégias espaciais. Assim, a construção da rodovia GO-060, conforme evidenciado na tese, destaca-se como uma das estratégias espaciais mais importante no contexto da região.

Conforme as obras da rodovia GO-060 avançavam, centros urbanos como São Luís de Montes Belos e Iporá ganhavam importância. Após a pavimentação, a política de investimentos em setores específicos, como saúde e educação, passaram a ser direcionadas para alguns centros urbanos situados no eixo viário estabelecido. Desse modo, diversos atores de diferentes escalas, locais, nacionais e internacionais, passaram a atuar, favorecendo a posição estratégica de São Luís de Montes Belos e Iporá, especialmente por estarem servidos diretamente pela GO-060.

Sustentados pelos discursos de "integração" e "progresso", os eixos de circulação e transporte, em Goiás e no Oeste Goiano, serviram para ampliar o domínio capitalista, ao mesmo tempo em que viabilizaram a entrega da região nas mãos do agronegócio e do empresariado. O Estado, conforme Arrais (2005), que endossa essas narrativas, é o mesmo que impulsionou a transferência de controle territorial para os setores capitalistas e defendeu os interesses das elites econômicas. A construção e a pavimentação da GO-060 foram eventos simbólicos dessa ação,

consolidando, de uma vez por todas, os interesses hegemônicos. Em contrapartida, enquanto a participação econômica nas atividades de mercado se expandiu, as desigualdades urbanas na região foram exacerbadas.

Essas disparidades têm impacto direto na rede urbana contemporânea. A perda de centralidade de Anicuns é um reflexo de sua localização afastada do principal eixo rodoviário regional. Mas é preciso considerar que o estado contribuiu para a consolidação dessa realidade, ao direcionar investimentos em serviços de saúde e educação prioritariamente para centros urbanos como São Luís de Montes Belos e Iporá, como evidenciado no capítulo 4. Ao usar o eixo rodoviário como critério de alocação de serviços na região, o estado incentivou novos investimentos por parte da iniciativa privada e promoveu o que Jessop, Nielsen & Pedersen (1993), Jones (1997) e Brenner (2004) chamaram de seletividade espacial. O fenômeno de seletividade espacial observado revela que atores como o Estado, as corporações e os eixos de circulação favoreceram a diferenciação em detrimento da uniformização.

Como resultado, as transformações na rede urbana nesse século, impulsionadas por ações estrategicamente planejadas, desencadearam processos de desenvolvimento urbano desigual entre os centros urbanos da região. Essa contradição está profundamente enraizada, uma vez que a seletividade e a diferenciação espacial têm sido e continuam sendo privilegiadas no planejamento urbano-regional. Torna-se, portanto, urgente promover ações que permitam às cidades oferecer serviços e, ao mesmo tempo, buscar serviços nas cidades que também consomem os seus, estabelecendo uma relação de equilíbrio complementar entre elas, o que não ocorre no Oeste Goiano.

Com relação às centralidades como São Luís de Montes Belos e Iporá, surge a questão: esses centros continuarão concentrando serviços de saúde, educação e apoio ao agronegócio nas décadas seguintes? A GO-060 permanecerá como a principal artéria de escoamento da produção na região e continuará desempenhando um papel decisivo no rearranjo e/ou manutenção dessas centralidades? A presença de elementos e observações baseadas em dados empíricos revelou a dinâmica em curso, ao mesmo tempo em que abre espaço para investigações futuras. As transformações da rede urbana continuam e se revelam a cada intervenção do Estado, das corporações e dos movimentos da própria sociedade em si, destacando-se como fenômeno que pode ser estudado futuramente.

8 REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1960.
- AGRODEFESA GOIÁS. **Consulta de Lai – SIDAGO 2023**. Disponível em: <<https://sidago.agrodefesa.go.gov.br/site/adicionaispropios/consultaslai/consultasie.php>>. Acesso em: 05 fev.2024.
- ARRAIS, T. A. A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana centro-goiano. **Tese de Doutorado** (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS (ALEGO). **Resultado das eleições 1949-1971**. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://www.al.go.leg.br/>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- AZEVEDO, A. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. **Revista Terra Livre**, São Paulo, 1951. Disponível em: https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/TL_N10.pdf. Acesso em: jun. 2020.
- BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C. **Os Itinerários da Rede de Caminhos de Vila Boa de Goiás no Século XVIII**. Atlas do VI Simpósio Luso Brasileiro, Braga, Portugal, 2015. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14330.pdf>. Acesso em: jun. 2021.
- BERTRAN, P. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.
- BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Goiânia: UCG, 1988.
- BORGES, R. S. T. As transformações espaciais na área de influência da rodovia GO-060, no Oeste goiano. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.
- BESSA, K. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro**: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: Composer Ltda, 2007.
- BESSA, K. C. **Estudo sobre a rede urbana**: os precursores da teoria das localidades centrais. GeoTextos, vol. 8, n. 1, jul, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6222>>. Acesso em 10 nov.2023.
- BORGES, R. S. T. As transformações espaciais na área de influência da rodovia GO-060, no Oeste Goiano. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2001.
- BRASIL. **Decreto nº. 1.318 de 1854**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm. Acesso em: nov. 2020.
- BRENNER, N. **New State Spaces**: Urban Governance and the Rescaling of Statehood. Great Clarendon Street: Oxford, 2004.

CASTILHO, D. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go. Élisée, **Revista de Geografia**, Goiânia, p. 117-139, jan./jun. 2012.

CASTILHO, D. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

CORRÊA, R. Lobato. **Interações espaciais**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L (Org.). Explorações geográficas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall/ Englewood Cliffs, 1933.

COSTA, C. **A economia contemporânea de Goiás**. Goiânia: O popular, 1987.

CHAIM, M. M. **Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811**. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

DATASUS. **Consulta de Estabelecimentos de Saúde**. Disponível em: <<https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

DELGADO, N.G. **Política econômica ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, S. (Org). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

DEFFONTANTAINES, P. **Como se constituiu no Brasil a rede das cidades**. Bulletin de la société de Géographie de Lille. Tomo 82, nº 9, 1938.

ECONODATA. **Consulta de Empresas 2023**. Disponível em: <<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa>>. Acesso em: 10 fev.2024.

EGLER, C. A. G. **Integração Econômica e Redes Logísticas no Cone Sul**. In SANTOS, T, C. (ed.). Tendências e Desafios da Integração do Brasil Contemporâneo. Brasília: MMA, 2001.

EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás. **Iporá é incluído no APL Lático do Oeste Goiano**. Disponível em: <[tps://www.emater.go.gov.br/wp/ipora-e-incluido-no-apl-lacteo-do-oeste-goiano/#:~:text=Com%20a%20inclusão%2C%20o%20APL,principais%20atividades%20agropecuárias%20da%20cidade](https://www.emater.go.gov.br/wp/ipora-e-incluido-no-apl-lacteo-do-oeste-goiano/#:~:text=Com%20a%20inclusão%2C%20o%20APL,principais%20atividades%20agropecuárias%20da%20cidade)> Acesso em: 12 fev.2024.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.

FAISSOL, S. **O Mato Grosso de Goiás**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Conselho Nacional de Geografia, 1952.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

FRANÇA, M. S. Povoamento do sul de Goiás: 1872-1900 estudo da dinâmica da ocupação espacial. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1975.

FRESCA, T.M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

GEORGE, P. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GEIGER, P. P. **Evolução da Rede Urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: CBPE, 1963.

GOIÁS. **Sistema Rodoviário do Estado de Goiás SRE-GO**. Goiânia, 2022. Disponível em <https://www.goinfra.go.gov.br/arquivos/arquivos/Mapa%20Rodoviario%202022/4_SISTEMA_RODOVIARIO_ESTADUAL_.pdf>. Acesso em 11 nov. 2023.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A. ; SALES, A. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: UFG, 1993.

GOMIS, M. A. **Uma Viagem no Tempo: De Pilões a Iporá (1748 – 1998)**. Goiânia: Nova Página, 1998.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento de 1900**. Rio de Janeiro: TYP. da Estatística, 1905.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro: TYP. da Estatística, 1927.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1940** população e habitação. Censos econômicos agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1950: Estado de Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos econômicos de 1950: Estado de Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Econômicos Agrícolas, Industrial, Comercial e dos Serviços**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1975.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1985.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1995/1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico Goiás 2010**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico Goiás 2022**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial Goiás 1975**. Série Regional, Volume 2 – tomo 23. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial Goiás 1980**. Volume 3, tomo 2. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1984.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo dos serviços Goiás 1975**. Volume 4, Tomo 23. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo dos serviços Goiás 1980**. Volume 5. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1984.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo comercial Goiás 1975**. Volume 3, Tomo 23. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo comercial Goiás 1980**. Volume 4,

Tomo 25. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1984.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia/Departamento de Geografia, IBGE. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.

IBGE, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Regiões de Influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sidra – Sistema IBGE de Recuperação automática**. Disponível em: Acesso em ago. 2022.

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Plano de desenvolvimento econômico de Goiás 1961/1965** – (Coletânea de planejamento). Goiânia: 1961. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/indicador/coletanea/files/PGMauroBorges_Volume02.pdf. Acesso em: 20 de set. 2023.

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Plano de ação do governo Otávio Lage de Siqueira 1968/1970** – (Coletânea de planejamento). Goiânia, 1968. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/indicador/coletanea/files/PGOtavioLage.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2023.

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Plano de governo Leonino di Ramos Caiado 1973/1975** – (Coletânea de planejamento). Goiânia, 1975. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/indicador/coletanea/files/PGLeonino_volume03.pdf. Acesso em: 20 de out. 2023.

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Plano de ação Governo Ary Valadão 1980/1983** – (Coletânea de planejamento). Goiânia, 1983. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/indicador/coletanea/files/PGAryValadao.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2023.

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Plano global de trabalho governo Iris Rezende 1984/1987** – (Coletânea de planejamento). Goiânia, 1984. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/indicador/coletanea/files/PGIrisGlobal84.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2023.

GOIÁS, Plano de desenvolvimento. **Arranjo Produtivo Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos**. Disponível em: [tps://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-)

br/observatorioapl/biblioteca-apl/planos-de-desenvolvimento-dos-apls/pdp-lacteo-da-microrregiao-de-sao-luis-de-montes-belos_2006.pdf> Acesso em 15 nov.2023.

GOIÁS, **Plano estratégico 2003-2006**. Disponível em <<https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/indicador/coletanea/files/PGMarconi2003.pdf>. 2003. Acesso em 15 jan. 2024.

GOIÁS, Secretaria de Estado de Saúde. **Regiões de Saúde 2004**. Disponível em<[tps://goias.gov.br/saude/regioes-de-saude/](https://goias.gov.br/saude/regioes-de-saude/)> Acesso em 14 jan.2024.

GOIÁS, Secretaria de Estado de Saúde. **Hospital Regional de São Luís de Montes Belos Dr. Geraldo Lando, 2023**. Disponível em: <<https://hospital-drgeraldolando.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GOINFRA, Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes. **Sistema Rodoviário do Estado de Goiás 2022**. Disponível em: <https://www.goinfra.go.gov.br/arquivos/arquivos/Mapa%20Rodoviario%202022/4_SISTEMA_RODOVIARIO_ESTADUAL_.pdf> Acesso em 20 out. 2023.

JESSOP, Bob. **The Capitalist State: Marxist Theories and Methods**. Oxford: Blackwell, 1982.

JESSOP, B. **State Theory: Putting the capitalista**. Oxford: Cambridge, 1990.

JESSOP, B; NIELSEN, K; PEDERSEN, O. K. **Structural Competitiveness and Strategic Capacities: Rethinking the State and International Capital**. In: SJÖSTRAND, S.E. Institutional Change: Theory and Empirical Findings. Armonk: M.E. Sharpe, 1993. p. 227-262.

JONES, M. **Spatial selectivity of the state?** The regulationist enigma and local struggles over economic governance. *Environment and Planning A*, v. 29, p. 831–864, 1997.

LEMES, F. L. Goiás na arquitetura geopolítica da América portuguesa. In: **Revista Tempo**, v. 19, n. 35, jul./dez. 2013. p. 185-209. Disponível em: Acesso em: 8 jun. 2021.

LBR LÁCTEOS BRASIL. **Proposta de aquisição de unidade produtiva isolada UPI 3 - São Luís de Montes Belos/GO**. Disponível em< www.lbr-lacteosbrasil.com.br/pdf/ofertas/LATICINIOS-MONTES-BELOS-EIRELE.PDF>. Acesso 10 de jan.2024.

LÓPEZ, Lorenzo (dir.). **Diccionario de geografía aplicada y profesional: terminología de análisis, planificación y gestión del territorio**. León: Universidad de León, 2015. 676 p.

MASSEY, D. **Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production**. 2a ed. New York: Routledge, 1995.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MAPA, Ministério da agricultura e pecuária. **Estabelecimentos registrados 2023**. Disponível em< [tps://agromapa-my.sharepoint.com/:x/g/personal/vivian_borges_agricultura_gov_br/EUDN1koO5blKnM0Ta](https://agromapa-my.sharepoint.com/:x/g/personal/vivian_borges_agricultura_gov_br/EUDN1koO5blKnM0Ta)

65whuIB-8fC1IdjC6H70Ot7CiNQsA?e=DzfsQu> Acesso em: 10 jan. 2024.

MEC, Ministério da Educação. **Sistema e-Mec**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>> Acesso em 10 jan. 2024.

Meira, I. L. S. A rodovia estadual GO-060 e sua influência na economia regional do Oeste Goiano. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 2, 2021, Goiânia. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/items/b1819f5b-62ee-423b-a818-8a56f25a62f6>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MEIJERS, E. The notion of complementarity in urban networks: definition, value, measurement and development. **UNECE Conference on Urban and Regional Research**, May 22-23, 2006, Bratislava. Disponível em < https://www.unece.org/fileadmin/DAM/hlm/prgm/urbanenvperf/conference/tenth_bratislava/documents/topic2.08.meijers.pdf> Acesso em 27 mar.2024.

MEIRA, I.L.S. A rodovia estadual GO-060 e sua influência na economia regional do Oeste Goiano. **Revista Ateliê Geográfico**, v.15, n.2./ ago/2021, p. 236–253. Disponível em <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/70532/37341>. Acesso em 10 nov. 2023.

MONTEIRO, O. S. N. **História de São José de Mossâmedes**. Mossâmedes: Prefeitura Municipal, 1974.

MONBEIG, P. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

NUNES, H. P. A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961). 1984. **Dissertação** (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1984.

OLANDA, E. R. A formação territorial de Mossâmedes-GO: da Aldeia de São José aos novos limites municipais. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

OLIVEIRA, J. M. de. Migração, Território e Religiosidade no Oeste de Goiás: o ciclo de Nossa Senhora do Rosário na Cidade de Iporá. 2012. 102 f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

OLIVEIRA, A. A. Empresas familiares na cidade de São Luís de Montes Belos: caracterização e processo de sucessão no setor de comércio, indústria e serviços. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Faculdade Alves Faria, Goiânia, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/rikam/Downloads/empresas-familiares-na-cidade-de-so-luis-de-montes-belos-caracterizao-e-processo-de-sucesso-no-setor-de-comrcio-indstria-e-servios%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/rikam/Downloads/empresas-familiares-na-cidade-de-so-luis-de-montes-belos-caracterizao-e-processo-de-sucesso-no-setor-de-comrcio-indstria-e-servios%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PALACIN, L.; GARCIA, F. L.; AMADO, J. História de Goiás em Documentos: I Colônia. Goiânia: UFG, 2001.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. S. História de Goiás. Goiânia: UCG, 1989.

PALACIN, L. Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 2. ed.

Goiânia: Oriente, 1976.

PESSOA, J. M. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Alínea, 1999.

PETRONE, P. **Povoamento e colonização**. In: BRASIL - A Terra e o Homem, vol. II, A Vida Humana. Direção de Araldo de Azevedo. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1970. p. 135.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS. **Apresentação**: Nossa cidade. Disponível em: <https://saoluisdemontesbelos.go.gov.br/nossa-cidade/apresentacao/>. Acesso em: 19 out. 2023.

Pires, C. M. A regionalização dos serviços de saúde em Goiás-2004/2018: caracterização e perspectivas. **Tese de doutorado** (Universidade Federal de Uberlândia). Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35292/1/RegionalizaçãoServiçosSaúde.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

POHL, J. E. **Viagem no Interior do Brasil**. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Itatiaia, 1976.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PONSARD, C. **Histoire des théories économiques spatiales**. Rennes, Armand Colin - CNRS, 1958.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROCHEFORT, M. Regionalização e Rede Urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, 1(04), 7–28. 1982. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6232>. Acesso em 13 out. 2023.

SAAD, E. P. **Itapirapuã - A Sesmaria e a Cidade**. Instituto Goiano do Livro. 1978.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região**: definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1952.

SANTOS, M. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. Hucitec. São Paulo, 1979.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: USP, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, M. R. **Transporte e logística em Santa Catarina**: tipologia e topologia dos principais espaços de circulação e desenvolvimento. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transportes e logística no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2016.

SOUZA, E. **Torres do Rio Bonito**. Caiapônia - GO, 1985.

SPÓSITO, M.E. B. Rede urbana. In: SPOSITO, Eliseu (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

VELTZ, P. **Des lieux et des liens**: politiques du territoire à l'heure de la mondialisation. Paris: Éditions de l'Aube, 2002.

VIEIRA, M. C. **A pecuária**. In: GALVÃO, M. V (org.). **Geografia do Brasil**. Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

9 FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Ordem régia v.1 fl. 35, cx. 228.** Fundo Real Fazenda: Museu das Bandeiras, 1774. Acesso em 14 março de 2024.

BRASIL. **Correspondências, vol. IV, fl. 60v, cx. 185.** Fundo Real Fazenda: Museu das Bandeiras, 1788. Acesso em 14 de março de 2024.

BRASIL. **Correspondências, fl. 59, pct. nº 1680.** Fundo Real Fazenda: Museu das Bandeiras, 1830. Acesso em 14 de março de 2024.

BRASIL. **Correspondências, fl. 16.** Fundo Real Fazenda: Museu das Bandeiras, 1827. Acesso em 14 de março de 2024.

GOIÁS. Diário Oficial do Estado de Goiás. **Decreto Lei-nº512, de 31 de Agosto de 1946.** Goiânia, 11 de setembro de 1946. Acervo Histórico do Estado de Goiás, número 5.285.

GOIÁS. Diário Oficial do Estado de Goiás. **Decreto nº.310, de 7 de abril de 1947.** Goiânia, 15 de abril de 1947. Acervo Histórico do Estado de Goiás, número 5.388.

GOIÁS. Diário Oficial do Estado de Goiás. **Decreto de 15 de julho de 1950.** Goiânia, 15 de julho de 1950. Acervo Histórico do Estado de Goiás.

GOIÁS. Diário Oficial do Estado de Goiás. **Decreto de 9 de maio de 1952.** Goiânia, 09 de maio de 1952. Acervo Histórico do Estado de Goiás.

GOIÁS. **Departamento de estradas de rodagem:** construção de estradas. Goiânia, 1956. Acervo Histórico do Estado de Goiás.

10 ANEXOS

Anexo 1 - Ordem Régia determinando o envio de pessoas e mantimentos para a Aldeia São José de Mossâmedes, em 1774.

O Doutor Provedor da Real Fazenda, e Director
dos Indios, mande comprar o algodão necessario para fazer vestuario
aos Indios de hum, e outro sexo, e idade, que haõ de chegar a esta Villa
portada a semana entrante, e ap. numero cento da Letheia. Villa boa
quinze de Novembro de mil sete centos, setenta, e quatro. Com a Rubrica
de sua Excellencia.

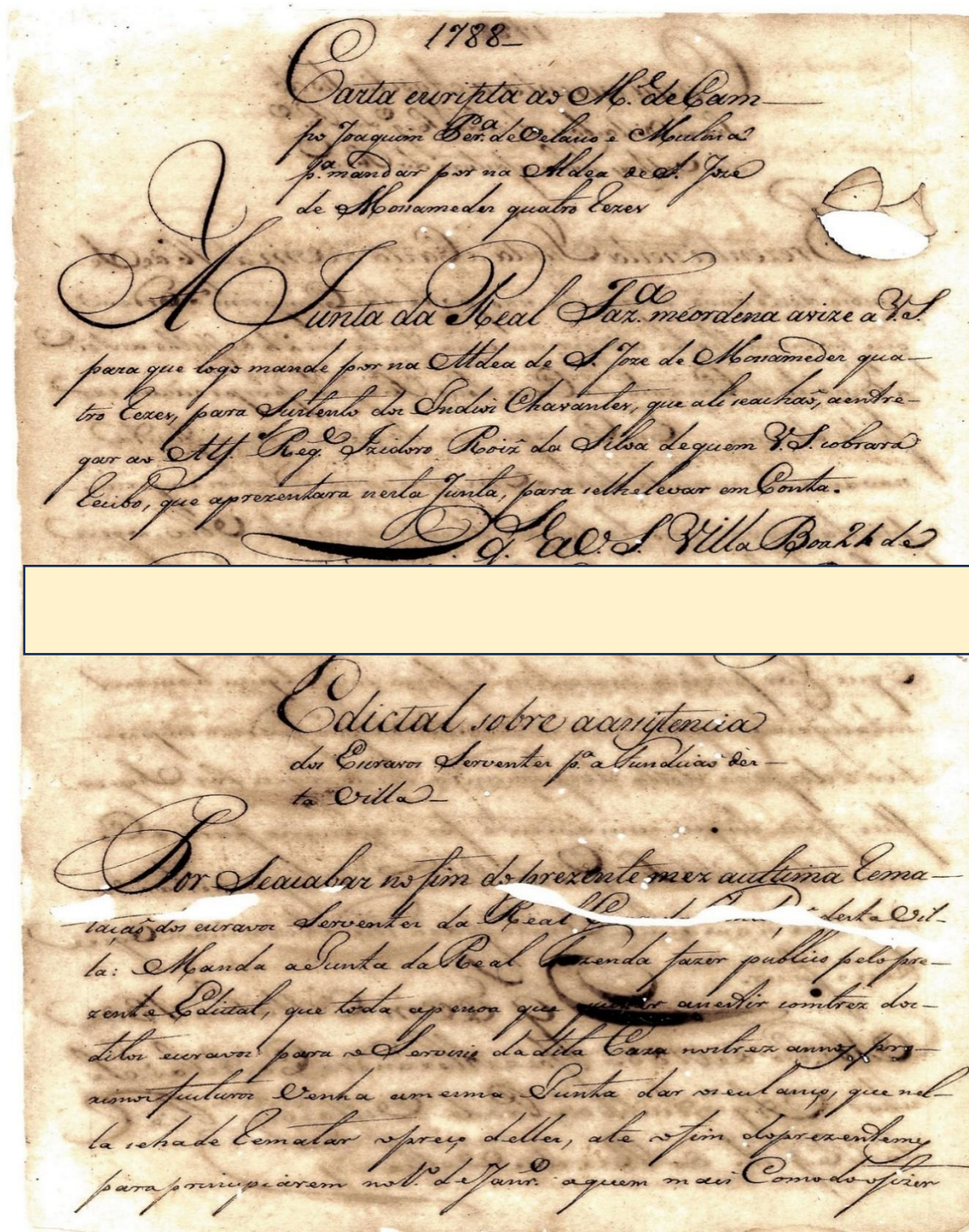
Confirida Com o proprio
Nº 27

O Doutor Provedor da Real Fazenda mande pela
Repartição Competente assistir com milho, e feijão na nova Aldeia
de São José de Mossamedes aos Indios, e mais pessoas necessarias ad-
to estabelcimento, que para La tanto enviado; proporcionando
arrasam a hum a quarta de milho por semana, e hum prato de feijão
em quanto da Rona, que mandei fazer, senão cohem outro genero.
Villa boa quinze de Novembro de mil sete centos, setenta, e quatro. Com
a Rubrica de sua Excellencia.

Confirida Com o proprio

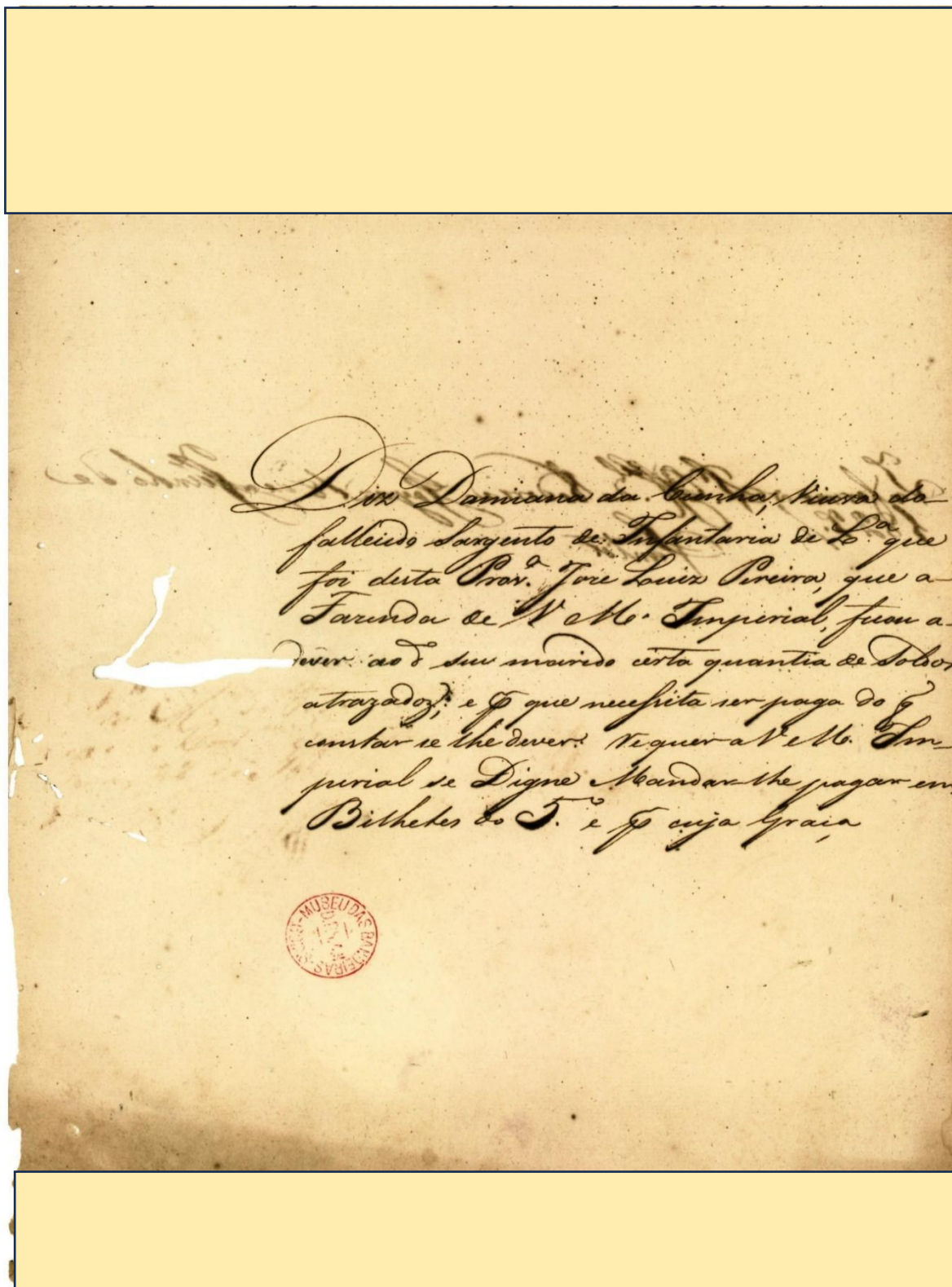
Fonte: BRASIL. **Ordem régia**, v.1, fl. 35, cx. 228. Fundo Real Fazenda: Museu das Bandeiras, 1774. Acesso em 14 março de 2024.

Anexo 2 - Carta solicitando o envio de rezes para a Aldeia São José de Mossâmedes, em 1788.



Fonte: BRASIL. **Correspondências**, vol. IV, fl. 60v, cx. 185. Fundo Real Fazenda: Museu das Bandeiras, 1788. Acesso em 14 de março de 2024.

Anexo 4 - Informações sobre o plantio de alimentos na Aldeia São José de Mossâmedes, 1827.



Fonte: BRASIL. **Correspondências**, fl. 16. Fundo Real Fazenda: Museu das Bandeiras, 1827. Acesso em 14 de março de 2024.

Anexo 5 – Proposta para aquisição da unidade produtiva LBR Lácteos Brasil S/A pela Laticínios Montes Belos, em 2014.



PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA

LBR Lácteos Brasil S/A - em recuperação judicial

Autos - 0010086-36.2014.8.26.0100

UPI 3 - São Luis de Montes Belos

Proponente:

LATICÍNIOS MONTES BELOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob. O número [REDACTED], com contrato social arquivado na JUCEG sob o NIRE 52200955333, estabelecida à Rodovia GO 164, KM 01, s/n, Chácara Santana, CEP 76.100-000, São Luis de Montes Belos - Goiás.

Representante do Proponente (legal):

HENRIQUE MOREIRA NETO, brasileiro, solteiro, maior, capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade de n°. [REDACTED], expedida por [REDACTED], inscrito no CPF/MF sob o n°. [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], na cidade de São Luis de Montes Belos-GO, que também firma a presente a presente proposta como Interviente Anuente, nos termos que adiante se define.

UPI a ser adquirida:

UPI N° 03, intitulada como "São Luiz dos Montes Belos", bem como todo o acervo patrimonial que a compõe (Lista de ativos em anexo, extraída do sítio eletrônico <http://www.lbr-lacteosbrasil.com.br/pdf/upis/Lista-de-Ativos-UI03-SLMB.pdf>, acessado em 12.07.2014).

Declarações:

O proponente declara que:

- i) conhece, conferiu e constatou, física e documentalmente, todos os ativos, bens, direitos, respectivos títulos de posse e propriedade, assim como, os ônus, gravames e obrigações *propter rem* de natureza fiscal, ambiental e civil, que compõem e/ou que estão a recair sobre a UPI 3 (São Luiz de Montes Belos);
- ii) realizou a conferência e constatação física e documental dos ativos e bens que compõem a UPI 3 (São Luiz de Montes Belos), com as ressalvas feitas no presente instrumento, e que concorda com a respectiva indicação apresentada pela Recuperanda nos autos da Recuperação Judicial (incidente 0010086-36.2014.8.26.0100);
- iii) aceita todos os ativos e bens, física e documentalmente, nas condições de conservação e com a documentação no estado em que se encontram, com as ressalvas feitas no presente instrumento, no que tange aos ônus;
- iv) assume a responsabilidade pela obtenção de licença e quaisquer autorizações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades quanto à UPI 3 ("São Luiz dos Montes Belos");
- v) tem pleno conhecimento a respeito do processo de Recuperação Judicial das empresas que compõem o Grupo LBR Lácteos;
- vi) o signatário da proposta é representante legal da proponente;
- vii) a presente proposta tem caráter de irrevogabilidade e irretratabilidade em relação ao proponente;
- viii) analisou os efeitos jurídicos, a extensão e o alcance do evento de aquisição por venda judicial da UPI 3 ("São Luiz dos Montes Belos");
- ix) procedeu às diligências, constatações, conferências e verificações que julgou necessárias, bem como se compromete a realizar novas, por ocasião da eventual aceitação da proposta e transferência da posse, sendo que não reclamará no futuro eventual objeção quanto aos ativos que a compõe, desde que atendidas as premissas e considerações constantes do presente instrumento;

x) assume a responsabilidade pelo pagamento de todos os tributos de qualquer natureza que vierem a incidir sobre os bens após a efetivação da aquisição ou assunção da posse, desde que se tratem de obrigações decorrentes de fatos geradores ocorridos após a transferência da posse e/ou propriedade;

xi) em caso de inadimplir as obrigações contraídas (pagamento), oferta a Recuperanda o direito de exigir o preço acrescido de multa ou então, caso seja de interesse da Recuperanda, o direito de pleitear a rescisão judicial da alienação perante o juízo da Recuperação Judicial, com perda dos valores pagos, sem prejuízo da cobrança de multa e eventuais perdas e danos;

xii) no caso de assunção da posse, acaso implemente melhorias, acessões, benfeitorias de quaisquer espécies e no curso do pagamento venha a ficar inadimplente e a Recuperanda decida pela rescisão judicial da aquisição, expressamente concorda que tais implementações comporão de forma imediata a UPI, não podendo no futuro requerer direito de retenção ou indenização, bem como tais implementações não impedirão a imediata ação de reintegração de posse pela Recuperanda;

xiii) se compromete enquanto não houver quitação do preço a não realizar construções, alterações ou demolições nas estruturas da UPI sem a previa concordância da Recuperanda;

xiv) até quitação do preço se compromete a conservar o patrimônio que compões a UPI 3 ("São Luiz dos Montes Belos"), sob pena de responder por multa e eventuais perdas e danos, sem prejuízo de demais penalidades prevista no edital de oferta pública de alienação da UPI;

xv) confere a Recuperanda o direito de vistoria da UPI enquanto não se pagar o preço total firmado pela avença, desde que tal vistoria seja agendada com período mínimo de 03 (dias) dias úteis de antecedência;

xvi) está de acordo com a previsão de que a transferência da posse dos bens a si, em caso de aceitação da proposta, está sujeita ao atendimento de todas as condições estipuladas no edital de oferta pública de alienação da UPI, especialmente, mas, sem limitação,

daquela relativa à comprovação de capacidade financeira ou garantia suficiente;

xvii) enquanto não houver quitação do preço, ser facultado à Recuperanda exigir prestação de contas, cumprimento e/ou saneamento do proponente, envolvendo a questões afetas a sua responsabilidade, seja qual for sua natureza, assim como quanto às obrigações *propter rem* ou aquelas que impliquem vinculação com o estabelecimento empresarial, notadamente, as trabalhistas, previdenciárias e fiscais, sob pena de rescisão da venda judicial;

xviii) faculta a Recuperanda, ficando a seu critério, valer-se do direito de pleitear o cumprimento da proposta ou rescisão judicial da alienação perante o Juízo da Recuperação Judicial, em caso de inadimplemento das obrigações constantes neste instrumento particular;

xix) está de acordo em discutir eventuais ajustes na presente proposta em Assembleia-geral de Credores ou em outra oportunidade, acaso isso lhe seja solicitado pela Recuperanda, pelo Administrador Judicial, pelo Comitê de Credores, pelo Ministério Público, pelo Juízo da Recuperação Judicial e/ou por qualquer credor.

TERMOS E CONDIÇÕES DA PROPOSTA**Cláusula Primeira - Do objeto**

O objeto da presente proposta é a aquisição, pelo proponente, da Unidade Produtiva Isolada de nº. 3, contida no edital de oferta pública, publicado a pedido do juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, autos nº. 0010086-36.2014.8.26.0100, no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP - Caderno Editais e Leilões, n. 1664, disponibilizado em 04 de junho de 2014, UPI esta intitulada de "Unidade de São Luiz dos Montes Belos", incluindo os todos os imóveis, objetos, itens, bens, listados na lista de ativos que se encontra em anexo, de propriedade de LBR Lácteos Brasil SA - em recuperação judicial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.2341.861/0001-30.

Os ativos estão listados na Recuperação Judicial de nº. 0015595-79.2013.8.26.0100 e 0010086-36.2014.8.26.0100, em tramite perante a 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo - SP, e sua alienação depende de aprovação pela Assembleia Geral de Credores a ser realizada para tal fim e a consequente homologação pelo Juízo, devendo os ativos ser alienados livres de quaisquer ônus, não havendo sucessão do proponente por quaisquer obrigações da vendedora ou de seus sócios, inclusive trabalhista, tributária e previdenciária, conforme disposto nas premissas iniciais acima destacada.

Cláusula Segunda - Da condição de validade da presente proposta.

Tendo em vista as considerações feitas no presente instrumento, a validade da presente proposta e o aperfeiçoamento do negócio jurídico ficam condicionados à supressão ou substituição das garantias reais e/ou processuais incidentes sobre todos os ativos que integram a unidade produtiva isolada referida na cláusula anterior, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da presente proposta; bem como à manutenção das

atividades operacionais da referida unidade, inclusive com manutenção de todo o maquinário, de acordo com o manual do respectivo fabricante, bem como a manutenção do quadro de pessoal, considerando os registrados em 30 de junho de 2014 (excetuadas dispensas por justa causa) e do volume de captação de leite (admitindo-se redução de, no máximo, 10% da média dos últimos seis meses) e regularidade do pagamento dos fornecedores, até a obtenção das anuências e demais documentos a tanto necessários.

Cláusula Terceira - Do preço

O proponente se propõe a adquirir os ativos constantes da UPI 3 da Recuperanda pelo preço certo e determinado de R\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais), doravante denominado "preço". O preço será pago em cinco parcelas trimestrais, no valor de R\$2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais), cada, vencendo a primeira parcela no prazo de 30 (trinta) dias, contados da expedição da carta de arrematação e preclusão do ato decisório que determinar a expedição do referido documento - considerando-se o último desses eventos - e desde que, nesta oportunidade, a Recuperanda tenha obtido as liberações referidas na cláusula anterior; e as demais parcelas em igual dia do terceiro mês subsequente ao pagamento da parcela anterior, ficando o vencimento prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, acaso coincidente com dia em que não haja expediente bancário.

Em sendo aprovada a presente proposta de aquisição da Unidade Produtiva Isolada, os depósitos a serem feitos em pagamento do preço ora proposto serão consignados em conta corrente vinculada ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, autos nº. 0010086-36.2014.8.26.0100, salvo em havendo posterior determinação judicial em sentido diverso.

Cláusula Quarta - Da transferência da posse

A transferência da posse dos ativos ao proponente ocorrerá somente após a expedição da carta de arrematação

Os ativos que estão na posse plena da vendedora serão transferidos ao proponente livre e desembaraçados de ônus ou gravames de qualquer natureza e quites de tributos até a data da transferência, sendo liberados em favor do proponente pelos respectivos credores que compõem a assembleia geral de credores da vendedora.

Na forma do artigo 60 da LRF, a transferência não implicará em sucessão do proponente pelas obrigações pretéritas da alienante e de seus sócios.

A posse a que se refere esta cláusula será precária e provisória, passando a ser definitiva somente após o pagamento integral do preço avençado.

Cláusula Quinta - Das consequências da mora ou do inadimplemento

Em caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas do preço acima indicadas incidirá multa moratória no montante de 2% (dois por cento) do valor da obrigação, que será exigível acrescida de correção monetária através da variação do INPC/IBGE e juros moratórios de 1% a.m., a contar da data do vencimento.

O atraso no pagamento de qualquer parcela do preço por prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do seu respectivo vencimento, implicará no vencimento antecipado do débito, facultando à Recuperanda vindicar o saldo devedor judicialmente, com os devidos consectários, inclusive multa de 2% (dois por cento), ou pleitear a rescisão do negócio jurídico.

O descumprimento de qualquer obrigação não financeira por parte do proponente, de igual modo, dá ensejo, ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) do saldo devedor existente, bem como poderá ensejar a rescisão do negócio jurídico, acaso o proponente, notificado, não supra a falha no prazo de 30 (trinta) dias.

Cláusula Sexta - Da multa por desistência

A desistência do proponente em concluir o presente negócio jurídico implica na obrigação de efetuar o pagamento de multa no percentual de 30% (trinta por cento) do preço ora ofertado.

A não implementação da condição que torna válida a presente proposta, no prazo estipulado no presente instrumento, não dá ensejo a referida penalidade.

Cláusula Sétima - Das garantias ofertadas

Em garantia de pagamento do preço ora oferecido, o proponente sugere que seja reservado o domínio de todos os bens que compõem a referida unidade produtiva isolada (venda com reserva e domínio) até a integral quitação do preço.

Adicionalmente, no caso de ser aceita a proposta, para fins de garantir a realização do negócio, se a Recuperanda, o Ministério Público, o Comitê de Credores, o Juízo da Recuperação Judicial ou a Assembleia Geral de Credores, reputar necessário, o proponente se compromete a apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da homologação pelo Juízo da aceitação da proposta, desde que a homologação obedeça as premissas expostas no presente instrumento, fiança bancária no valor da proposta, emitida por instituição financeira, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, bem como renová-la por iguais períodos, até final quitação do preço, renovações estas equivalente ao saldo devedor do preço da compra.

Cláusula Oitava - Das disposições gerais

Por ocasião do pagamento da última parcela do preço pelo proponente, considerar-se-ão quitados para todos os fins de direito os ativos objeto desta proposta, restando o proponente liberado de quaisquer obrigações perante a Recuperanda, sócios e credores, decorrentes do referido negócio jurídico, servindo os comprovantes de depósito judicial realizados como prova da quitação.

Em sendo a presente proposta aceita pela Recuperanda, aprovada pela Assembleia-Geral de Credores e/ou aprovada pelo Juízo da Recuperação, a Recuperanda fornecerá ao proponente, concomitantemente à expedição da competente carta de arrematação, todas as informações e registro gerenciais de que disponha relativo aos ativos, nelas incluídas, mas não limitadas os manuais, plantas, desenhos, documentações técnicas, registro de manutenção e boletins industriais dentre outros documentos que se fizerem necessários.

O proponente se compromete a explorar o negócio e a manter empregos, mediante novos contratos de trabalho a serem firmados com os trabalhadores.

A proposta e sua respectiva aceitação obrigam as partes e seus sucessores a qualquer título a fiel cumprimento dos termos avençados.

Esta proposta representa a manifestação volitiva do proponente, prevalecendo sobre quaisquer ajustes anteriores, somente podendo ser modificada através de aditamento por escrito.

Toda e qualquer consideração feita ou premissa levantada no presente instrumento, ainda que não especificamente no campo referente a termos e condições da proposta, é dela parte integrante.

São Luis de Montes Belos, 12 de julho de 2014.

Anexo 6 - Comprovante de situação cadastral da empresa LBR-Lacteos Brasil S/A UPI 3 - São Luís de Montes Belos-GO.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.341.881/0006-44 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 24/10/1978	
NOME EMPRESARIAL LBR - LACTEOS BRASIL S/A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LEITBOM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF *****
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL_LBR@LBR-LACTEOSBRASIL.COM.BR		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/02/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL Extinção Por Encerramento Liquidação Voluntária			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/05/2024 às 09:47:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal (2024).

Anexo 7 - Relação dos municípios atendidos no Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos.

Municípios	Regiões do estado de Goiás
Abadia de Goiás	Região Metropolitana de Goiânia
Adelândia	Oeste Goiano
Águas Lindas de Goiás	Região Integrada do Distrito Federal
Americano Do Brasil	Oeste Goiano
Amorinópolis	Oeste Goiano
Anicuns	Oeste Goiano
Aparecida/Sanclerlândia	Oeste Goiano
Aparecida de Goiânia	Região Metropolitana de Goiânia
Aragarças	Oeste Goiano
Araguapaz	Noroeste Goiano
Arenópolis	Oeste Goiano
Aruanã	Noroeste Goiano
Aurilândia	Oeste Goiano
Avelinópolis	Oeste Goiano
Bom Jardim de Goiás	Oeste Goiano
Britânia	Oeste Goiano
Buriti de Goiás	Oeste Goiano
Cachoeira de Goiás	Oeste Goiano
Caiapônia	Oeste Goiano
Canadá/Jussara	Oeste Goiano
Cidade Ocidental	Região Integrada do Distrito Federal
Córrego do Ouro	Oeste Goiano
Diorama	Oeste Goiano
Faina	Noroeste Goiano
Fazenda Nova	Oeste Goiano
Firminópolis	Oeste Goiano
Goiânia	Região Metropolitana de Goiânia
Goianira	Região Metropolitana de Goiânia
Goiás	Noroeste Goiano
Heitorai	Noroeste Goiano
Inhumas	Região Metropolitana de Goiânia
Iporá	Oeste Goiano
Israelândia	Oeste Goiano
Itaberaí	Noroeste Goiano
Itapirapuã	Oeste Goiano
Itapuranga	Noroeste Goiano
Ivolândia	Oeste Goiano
Jacilândia/Itapirapuã	Oeste Goiano
Jandaia	Oeste Goiano
Jaraguá	Oeste Goiano
Jaupaci	Oeste Goiano

Jussara	Oeste Goiano
Maurilândia	Nordeste Goiano
Messianópolis/Moiporá	Oeste Goiano
Moiporá	Oeste Goiano
Montes Claros de Goiás	Oeste Goiano
Mossâmedes	Oeste Goiano
Mozarlândia	Norte Goiano
Nazário	Oeste Goiano
Nerópolis	Região Metropolitana de Goiânia
Nova Crixás	Noroeste Goiano
Novo Brasil	Oeste Goiano
Palestina de Goiás	Oeste Goiano
Palmeiras de Goiás	Oeste Goiano
Palminópolis	Oeste Goiano
Paraúna	Oeste Goiano
Piloândia/Israelândia	Oeste Goiano
Piranhas	Oeste Goiano
Rialma	Centro Goiano
Rio Verde	Sudoeste Goiano
Rolândia/São Luís Montes Belos	Oeste Goiano
Sanclerlândia	Oeste Goiano
Santa Bárbara de Goiás	Oeste Goiano
Santa Fé de Goiás	Oeste Goiano
Santa Helena de Goiás	Sudoeste Goiano
São João da Paraúna	Oeste Goiano
São Luís de Montes Belos	Oeste Goiano
São Luiz do Norte	Centro Goiano
São Miguel do Araguaia	Norte Goiano
Senador Canedo	Região Metropolitana de Goiânia
Serra Dourada/Fazenda Nova	Oeste Goiano
Trindade	Região Metropolitana de Goiânia
Turvânia	Oeste Goiano

Fonte: ADMINISTRATIVO, Hospital Regional de São Luís de Montes Belos. Relatório de municípios atendidos no Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos em 2023. Mensagem pessoal (e-mail), 16 de jan.2024.